

Daniel Paiva



# Manual de Métodos Qualitativos em Geografia





# Manual de Métodos Qualitativos em Geografia

Daniel Paiva

# Ficha técnica

**Autor**

Daniel Paiva

**Título**

Manual de Métodos Qualitativos  
em Geografia

**Edição**

Centro de Estudos Geográficos

**Fotografia de capa**

Daniel Paiva

**Projeto gráfico**

Susana Gama

**Financiamento**

A investigação de Daniel Paiva tem sido financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia através dos projetos nº EXPL/ GES-URB/0273/2021, CEECIND/03528/2018. Esta edição do Centro de Estudos Geográficos é financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia através dos projetos nº UIDP/00295/2020, UIDB/00295/2020, LA/P/0092/2020.

**ISBN**

978-972-636-306-4

**DOI**

10.33787/CEG20240002

**Ano de edição**

2024

**CEG**

Centro de Estudos Geográficos



Instituto de Geografia  
e Ordenamento do Território  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

**Apoio****fct**

Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia

# Índice

<b>Introdução</b>	<b>7</b>
<b>1. Antes do Campo</b>	<b>11</b>
Qual é a minha perspetiva?	13
O processo de investigação	21
Princípios da investigação qualitativa	28
O que é o campo?	32
Recrutamento de participantes	34
Ética	37
<b>2. Recolha de Dados</b>	<b>41</b>
A caminhada	43
Interpretação de paisagem	47
A entrevista	50
A entrevista andante	56
Entrevistas com elicitação de materiais	58
Entrevistas de história de vida	60
Grupos focais	63
Método Delphi	67
Diário	70
Etnografia	74
Métodos móveis	79
Seguir a coisa	82
Sombreado	85
Etnografia digital	88
Autoetnografia	91
Investigação-ação	94
Levantamento fotográfico	97
Fotografia de repetição	100
Fotografia participativa	102
Videografia	105
Vídeo participativo	108
<i>Time-lapse</i>	111
Fonografia	114
O arquivo	117
Biografia	122
Mapas Mentais	125
Sistemas de Informação Geográfica Participativa	128
<i>Story maps</i>	131
Cartofonia	134
Criatividade	137
<b>3. Análise de Dados</b>	<b>141</b>
Organização, tratamento e análise de dados	143
Interpretação de dados	146
<b>Bibliografia</b>	<b>151</b>



## Introdução

**E**ste livro pretende introduzir os métodos qualitativos a geógrafos em formação. Foi pensado como o primeiro passo para quem está a começar a planear um projeto de investigação no qual a informação qualitativa se revela significativa. A investigação qualitativa implica a definição de metodologias rigorosas, o que significa um cuidado especial com a forma como estabelecemos o nosso campo de investigação, com os métodos através dos quais recolhemos informação, e com as técnicas que usamos para tratar e interpretar essa informação. Pelas características dos dados qualitativos – a sua diversidade, liberdade, e subjetividade –, a investigação qualitativa levanta problemas específicos que os investigadores devem ter em conta. Com isto em mente, este livro aborda os vários caminhos que a investigação qualitativa pode tomar. O qualitativo está no cerne da pesquisa geográfica. Para o estudo da relação entre os seres humanos e o espaço geográfico – um objetivo-chave da disciplina – é fundamental compreender uma grande diversidade de processos que são qualitativos e subjetivos na sua natureza. Refiro-me a processos que envolvem discursos, narrativas, representações, símbolos, ideologias, éticas, conflitos, regras, práticas, performances, materialidades, experiências, emoções, afetos, sensações, estéticas, entre outros elementos. Sem a compreensão destes elementos, a geografia perde grande parte da sua capacidade de explicar os processos espaciais.

Com isto em mente, um interesse deste livro é abordar os métodos qualitativos a partir da perspetiva da geografia. Estão hoje disponíveis vários manuais de métodos e metodologias qualitativas em língua portuguesa, mas todos eles redigidos para um público geral de ciências sociais, ou para públicos mais específicos como o da educação, do desporto, ou da saúde pública (Mesquita, Colaço, & Rosado, 2012; Mesquita & Graça, 2013; Dias & Gama, 2019; Azeredo, 2019; Gonçalves, Marques,

& Gonçalves, 2021). Embora estes volumes possam ser úteis para expandir os horizontes dos estudantes de geografia, faltava um manual que lhes pudessem transmitir o essencial do uso de metodologias qualitativas para atingir os objetivos da disciplina. Por este motivo, este manual é escrito a pensar especificamente na formação em geografia, e para isso circunscreve-se aos métodos qualitativos mais utilizados por geógrafos e geógrafas, e recorre principalmente a formulações e aplicações desses métodos que tenham sido realizadas por geógrafos e geógrafas. Não com o objetivo de forçar uma disciplinaridade cega e negar a vasta contribuição de outras disciplinas no desenvolvimento dos métodos aplicados na geografia, nem as diversas e imperativas colaborações interdisciplinares entre geógrafos e outros cientistas, mas com a noção de que os objetos de estudo da geografia – os espaços, os lugares, as paisagens, os territórios – requerem uma atenção especial e uma afinação particular em termos metodológicos que não podem ser descurados. Outro interesse deste livro é introduzir uma série de inovações que surgiram neste milénio. A investigação qualitativa tem experienciado uma evolução tremenda, e é hoje composta por uma série de métodos e técnicas de ponta que respondem tanto aos desafios epistemológicos que a informação qualitativa nos coloca, como aos desafios planetários que a humanidade enfrenta. Estas inovações podem ser de modo geral enquadradas em cinco viragens temáticas que ocorreram nas últimas duas décadas no âmbito da geografia e das ciências sociais no geral: a mobilidade, o digital, o atmosférico, o participativo e o criativo.

Em primeiro lugar, tem-se tornado patente que o mundo é cada vez mais móvel. O crescente movimento de pessoas, bens e informação a escalas cada vez mais globalizadas teve efeitos profundos na organização dos territórios e das sociedades, e cedo os geógrafos se aperceberam que a sua investigação

tinha de ser capaz de se adaptar a esta realidade em mudança. Tal implicava por um lado estudar o impacto desta mobilidade no território e na sociedade, mas também reconhecer que, seja qual for o tópico de investigação que nos concerne, os sujeitos e os objetos que estudamos são móveis. Na verdade, sempre o tinham sido, mas os métodos geográficos nem sempre foram capazes de dar conta de todos os movimentos de que é feita a nossa vida. Com isto em mente, os geógrafos têm-se esforçado para adaptar as suas metodologias à mobilidade dos espaços que estudam. Assim, nas últimas décadas, temos visto adaptações de métodos tradicionais. Por exemplo, desenvolveu-se o conceito de entrevista andante e de métodos móveis, sendo que estes últimos podem ser também entendidos como etnografias em movimento. Algumas propostas inovadoras tornaram-se tão populares que são hoje consideradas métodos convencionais, como o método de 'seguir a coisa'. Houve também um interesse renovado e uma reconfiguração de métodos que estavam em desuso, nomeadamente o método da caminhada. Por outro lado, os geógrafos têm também recorrido a novas tecnologias que lhes permite captar movimento nas suas diversas formas. Assim, surgem metodologias baseadas em videografia, fotografia de repetição, ou em técnicas *time-lapse*.

Por outro lado, o novo mundo das tecnologias digitais trouxe outros tipos de mobilidade, e novas formas de criação de comunidades. A internet permitiu-nos estar conectados a lugares longínquos, alterando profundamente a maneira como habitamos os lugares, como nos movemos através deles, e como os conhecemos. Os geógrafos estiveram sempre na linha da frente na produção de conhecimento acerca do impacto das tecnologias digitais no território, mas também compreenderam que estas tecnologias providenciavam novos dados empíricos para a disciplina e novos campos onde realizar investigação. Assim, começou-se a falar de métodos digitais. Novamente, adaptaram-se métodos tradicionais. Por exemplo, houve debates significantes sobre como conduzir etnografias em espaços digitais. Por outro lado, emergiram novidades tecnológicas que tem sido bastante importantes

para os geógrafos. Os sistemas de informação geográfica qualitativa em particular permitiram uma maior espacialização de dados qualitativos que nem sempre são fáceis de analisar espacialmente. Por último, as ferramentas digitais também facilitaram a aplicação de certos métodos qualitativos que anteriormente consumiam muito tempo e muitos recursos, como o método dos diários solicitados, o método Delphi, ou o trabalho de arquivo. A facilitado em comunicar com pessoas através da internet e de aplicações móveis, bem como o rápido acesso a informação digitalizada, permitem reduzir o tempo de investigação quando usamos estes métodos, o que era um problema que os geógrafos qualitativos – especialmente os menos experientes – enfrentavam frequentemente. Hoje, é rara a investigação que não recorra a alguma combinação de métodos realizados *in situ* e métodos conduzidos *online*.

Em terceiro lugar, tem-se tornado óbvio que este mundo cada vez mais móvel e conectado reconfigurou profundamente as relações espaciais e sociais. As pessoas relacionam-se de forma diferente – para o melhor e para o pior –, com efeitos visíveis na economia, na política, e na sociedade. Preocupados com estas mudanças nas subjetividades sociais, os geógrafos têm-se interessado pelos processos afetivos neste mundo contemporâneo. Neste âmbito, tornaram-se populares os conceitos de afeto e de atmosfera. Como é que as pessoas são *afetadas* por estas mudanças espaciais no seu dia a dia? Como é que a *atmosfera* destes espaços em mudança molda certas práticas, comportamentos e representações? Para dar resposta a estas questões, os geógrafos têm-se preocupado em adaptar as suas metodologias de modo a conseguir perceber não só o que as pessoas pensam sobre este mundo em movimento, mas também como o sentem e o como respondem a isso. A estas adaptações, tem-se dado o nome de métodos atmosféricos, por se preocuparem em captar o modo como a atmosfera dos lugares afeta as pessoas. Neste âmbito, deu-se primeiramente importância às autoetnografias, pelo facto de colocarem o próprio investigador a experienciar os lugares. No entanto, houve também a preocupação de encontrar novas formas de envolver as pessoas na



investigação e permitir-lhes exprimir a sua experiência espacial. Então, métodos como a entrevista com elicitación de materiais ou o diário foram utilizados para conseguir isso mesmo.

De facto, envolver as pessoas na investigação científica tem sido uma preocupação crescente entre os geógrafos qualitativos. Esta preocupação tem primeiramente um propósito científico – o de obter informação mais rigorosa, exata, fiável e credível –, mas interliga-se também com uma preocupação social e política. De facto, a geografia sempre teve um forte compromisso com o planeta e as comunidades. Enquanto ciência, a geografia procura contribuir para a conservação da natureza, a proteção dos ecossistemas, e para a saúde e bem-estar das populações humanas em todo o globo. Para atingir estes objetivos, o envolvimento da população é crucial, e então a participação política é um instrumento indispensável que os geógrafos não têm negligenciado. Com isto em mente, a investigação-ação é cada vez mais uma metodologia aplicada por geógrafos qualitativos que desejam que a sua investigação não só produza conhecimento teórico relevante, mas que esse conhecimento teórico possa ser aplicado para melhorar a vida das pessoas e a saúde do planeta. Mas este esforço vai para além da investigação-ação. Têm sido desenvolvidas versões participativas de praticamente todos os métodos nos quais era a visão pessoal do investigador que sobressaía, como o levantamento fotográfico, a videografia, ou a fonografia. Hoje, é comum criar grupos de ciência cidadã que assistem os geógrafos a recolher, tratar e interpretar dados qualitativos, tornando a ciência mais inclusiva e aumentando o seu potencial de impacto. Alguns geógrafos também têm recuperado métodos mais tradicionais, como os mapas mentais ou a entrevista de história de vida, para desenvolver este tipo de ciência cidadã.

A última destas viragens foi a criativa. No cerne desta viragem, está esta constante necessidade de adaptar aos métodos qualitativos a uma realidade em mudança, o que tornou os geógrafos mais abertos à exploração e à experimentação. Ao mesmo tempo, os geógrafos humanos começaram a ver

as artes não como apenas mais um tema relevante para a investigação geográfica, mas como uma série de técnicas e métodos úteis para atingir os objetivos da investigação qualitativa. As artes oferecem a capacidade de captar práticas em movimento, de abordar questões afetivas complexas, e de incluir participantes na investigação, especialmente aqueles provenientes de comunidades marginais menos confortáveis com os meios de comunicação formais. Por este motivo, os geógrafos têm integrado as artes nas suas metodologias, combinando-as com métodos mais tradicionais, especialmente a etnografia. Esta tendência resultou igualmente numa utilização mais intensa de certas metodologias com recurso a tecnologias, como a videografia, a fotografia e a fonografia. Frequentemente, os sistemas de informação geográfica qualitativa têm sido importantes para a interpretação destes dados e para a comunicação dos resultados da investigação, por exemplo através de *story maps* ou de mapas sonoros. Este manual divide-se em três partes. A primeira parte é dedicada à preparação do trabalho de campo. Começamos por refletir sobre as diversas perspetivas epistemológicas que podemos adotar. Depois, vamos rever o processo de investigação científica, focando especialmente a construção da questão de partida e a formulação dos objetivos de um estudo. De seguida, discutem-se os princípios que guiam a investigação qualitativa, nomeadamente a posicionalidade, a reflexividade, a crítica, o rigor, o detalhe e a profundidade. Seguem-se as questões mais práticas de definição do campo de investigação, amostragem e recrutamento de participantes. Esta primeira secção é concluída com uma revisão das principais questões éticas que um estudo geográfico qualitativo pode levantar.

A segunda parte é dedicada à recolha de informação empírica. Esta é a parte mais extensa do livro. A geografia qualitativa recorre a múltiplos métodos que nos permitem aceder a informação diferente – alguns foram desenvolvidos no seio da geografia e outros foram adaptados de outras disciplinas. Conhecer os diferentes métodos é importante para sabermos qual será o mais útil para aceder à informação que pretendemos. Para além disso, a inves-

tigação qualitativa poucas vezes recorre apenas a um método, e importa saber que combinações de métodos nos podem ajudar a ultrapassar as limitações que cada método tem. Nesta secção, vamos começar com os métodos mais tradicionais da geografia, nomeadamente a caminhada e a interpretação de paisagem. Depois, vamos abordar as entrevistas, começando pela entrevista convencional e avançando pelas inovações que foram surgindo nas últimas décadas, como a entrevista com eliciação de materiais, a entrevista-diário ou a entrevista andante. Vamos também de falar de métodos de entrevista a grupos, como o grupo focal ou o Método Delphi. De seguida, passamos para a etnografia. Novamente, começamos com a etnografia convencional e percorremos as principais inovações das últimas décadas como o método de seguir a coisa, as etnografias em movimento, o sombreado, ou a autoetnografia. Seguimos com os métodos mais participativos, como o processo da investigação-

-ação, da fotografia e da videografia participativa. Depois, discutimos os métodos geo-históricos, nomeadamente o trabalho de arquivo e a biografia. Guardamos ainda espaço para métodos cartográficos, como os mapas mentais, os *story maps*, os sistemas de informação geográfica participativa e os mapas sonoros. Terminamos com a mais recente inovação metodológica na geografia qualitativa: os métodos criativos.

A terceira e última secção do livro é dedicada à análise e interpretação de dados qualitativos. Teremos uma secção dedicada à metodologia de análise de dados qualitativos, que engloba um processo ordenado de organização, tratamento e análise de dados. De seguida, iremos rever as principais abordagens à interpretação de dados qualitativos em geografia, nomeadamente a análise de discurso e análise de narrativa, a hermenêutica, a fenomenologia e os métodos visuais.



**1**

# Antes do Campo



# Qual é a minha perspectiva?

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Conhecer as diferentes perspectivas geográficas que ancoram a investigação na disciplina.
  - Saber identificar a perspectiva geográfica mais adequada para cada estudo.
- 

**A**ntes de sequer pensarmos em partir para o campo, temos de decidir que metodologia vamos usar para produzir conhecimento. A escolha da nossa metodologia depende primeiramente de como consideramos uma série de questões epistemológicas e ontológicas. De que estamos a falar aqui?

A epistemologia é o ramo da filosofia que estuda a produção de conhecimento. A epistemologia questiona como conseguimos adquirir conhecimento, fazer sentido e compreender o mundo. No âmbito destas preocupações, estão várias discussões sobre qual é a melhor maneira de o fazer. Pergunta-se o quão fiável é o conhecimento que adquirimos e como podemos ter a certeza que estamos certos. Para chegarmos a uma resposta a estas perguntas, temos também de pensar em ontologia. De um modo simples, ontologia é o ramo da filosofia que estuda o ser. Isto significa que a ontologia se preocupa em compreender o que é ser um sujeito no mundo, o que implica pensar sobre o que é a existência e o que é a realidade. Não há concordância acerca de qual é a melhor maneira de adquirir conhecimento, nem sobre o que é a realidade. Nós vamos achar uma maneira de obter conhecimento melhor ou pior que a outra conforme a nossa ideia sobre o que é a existência e a realidade.

A nossa posição em relação ao melhor modo de obter conhecimento na geografia chama-se perspectiva geográfica. Surgiram várias perspectivas geográficas ao longo da história da disciplina, e hoje coexistem um número considerável delas. Cada uma delas engloba uma ideia sobre o que é a existência e o que

é a realidade, e como as podemos conhecer melhor. Quando pensamos em perspectivas geográficas, é preciso também não esquecer o papel da ideologia na ciência. Uma ideologia é um conjunto organizado de ideias políticas. Geralmente, uma ideologia contempla principalmente ideias sobre como se deve organizar a sociedade e como se deve formar um governo, mas também ideias sobre como devem ser geridos os territórios e os recursos do planeta. A relação entre as perspectivas geográficas e as ideologias políticas é variada. Algumas perspectivas geográficas são explicitamente ideológicas. Isto significa que estas perspectivas não só têm uma ideia precisa do que é a realidade e como se pode conhecê-la, mas também de como esse conhecimento obtido deve ser utilizado para melhorar a realidade. Outras perspectivas geográficas tentam manter-se ideologicamente neutras. No entanto, isso não quer dizer que o seu conhecimento não possa vir a ser usado politicamente por pessoas com determinadas ideologias.

Nesta secção, vamos abordar sucintamente as diferentes perspectivas geográficas que são relevantes hoje em dia. Vamos discutir as suas principais ideias, conceitos e, em especial, que métodos cada perspectiva privilegia.

### Geografias Fenomenológicas

A fenomenologia tem interessado aos geógrafos desde a primeira metade do século XX, quando Carl Sauer (1925/1997) e Eric Dardel (1951/2011) propuseram a fenomenologia como uma nova abordagem para o estudo da paisagem, uma abordagem

ancorada na perspectiva do ser humano que observa e percorre a paisagem. Mas é na segunda metade do século XX que a fenomenologia se torna numa das perspetivas mais populares na geografia, quando a geografia humanista mobiliza esta abordagem para estudar a experiência humana do espaço e do lugar. Os geógrafos humanistas tinham influências ecléticas e interdisciplinares, oriundas da antropologia, literatura, história, filosofia, entre outras, mas a fenomenologia estava no centro da sua abordagem. Edward Relph (1970) terá sido o principal defensor da fenomenologia na geografia, mas ela foi igualmente importante para geógrafos como Anne Buttimer, David Lowenthal, David Seamon, Graham Rowles e Yi-Fu Tuan. A importância da fenomenologia foi-se reduzindo no final do século, mas o início do novo milénio trouxe um renovado interesse na emergência da pós-fenomenologia.

A fenomenologia, de um modo simples, preocupa-se com o modo como os sujeitos experienciam o mundo em seu redor. Na fenomenologia clássica que inspirava a geografia humanista, o modo para abordar esta questão era focar exclusivamente aquilo que um sujeito percebe e como percebe, ignorando a realidade em si. Para um geógrafo fenomenologista, o que importava é a perspetiva da pessoa sobre o mundo, e não o mundo em si. A fenomenologia assenta na ideia de que o mundo é compreendido de formas diferentes pelas pessoas, e portanto a melhor maneira de estudar e compreender o mundo é mapear todas as percepções do mesmo. Para alcançar isto, a geografia socorria-se principalmente do método da entrevista. A ideia é que, se queremos saber como uma pessoa experiencia, compreende e o que pensa sobre um determinado espaço ou lugar, o melhor é perguntar-lhe. Assim, a abordagem fenomenológica tornou-se também uma abordagem focada na linguagem – nos discursos e narrativas que descrevem os lugares e nas representações presentes nesses discursos e narrativas (Tuan, 1991). Mais recentemente, a pós-fenomenologia veio vincar a ideia de que a experiência dos sujeitos se altera conforme os lugares em que estes se encontram e os tipos de relações que estabelecem com esses lugares (Ash & Simpson, 2016). Aí, deixou-se de se considerar

apenas o sujeito, e começou-se a tentar observar o sujeito numa relação com o mundo. O estudo desta relação, embora exija ainda compreender o sujeito, implica agora métodos que permitam olhar para a ação social. Assim, a entrevista tem sido substituída ou complementada por abordagens etnográficas e autoetnográficas, ou transformada em entrevistas dinâmicas como a entrevista com eliciação de materiais.

As geografias pós-fenomenológicas foram fortemente impulsionadas pelo impacto das teorias não-representacionais na geografia (Paiva, 2017). As teorias não-representacionais captaram a atenção de geógrafos que queriam olhar para a geografia do que acontece, e direcionaram a pesquisa geográfica para a ação social, mudando o foco das representações do espaço para a performance do espaço. Neste âmbito, surgiram importantes experimentações com videografia, fotografia *time-lapse* e métodos sonoros (Paiva, 2018). Embora o entusiasmo pelas teorias não-representacionais se tenha esbatido, elas transformaram a pesquisa fenomenológica, tornando-a mais interativa, mais prática e mais crítica. De facto, uma discussão que é hoje premente é a aplicação das geografias fenomenológicas a temas críticos como a desigualdade social, as questões identitárias ou a ação climática (Simonsen & Koefoed, 2020).



#### Para saber mais, consulta:

• Ash, J., & Simpson, P. (2016). *Geography and post-phenomenology*. *Progress in Human Geography*, 40 (1), 48–66.

Estes autores fazem um resumo acessível da influência da fenomenologia e da pós-fenomenologia na geografia, e as suas principais diferenças.

• Paiva, D. (2017). Teorias não-representacionais na Geografia I: conceitos para uma geografia do que acontece. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, LII (106), 163–172.

• Paiva, D. (2018). Teorias não-representacionais na Geografia II: métodos para uma geografia do que acontece. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, LIII (107), 159–168.

Nestes artigos, identifique os principais conceitos que as teorias não-representacionais ofereceram à geografia e as inovações que estes conceitos potenciaram nos métodos geográficos.

## Geografias Críticas

A geografia sempre teve perspetivas críticas, entendidas aqui como perspetivas que entendem que o propósito da disciplina não é apenas analisar ou compreender o mundo, mas transformá-lo para melhor. A perspetiva crítica na geografia, no entanto, tende a ser dominada por uma visão política de esquerda.

De facto, na geografia moderna, a primeira perspetiva considerada crítica são as geografias anarquistas de Élisée Reclus e de Piotr Kropotkin no século XIX (Ferretti, 2019). Na primeira metade do século XX, encontramos poucos exemplos, entre eles o trabalho de Josué de Castro sobre a geografia da fome no Brasil. É na segunda metade do século XX que uma perspetiva crítica de índole estruturalista e Marxista se torna popular na geografia, em particular nas academias estadunidense e francesa, sendo daí difundidas para outros países, como o Brasil, a Espanha ou o Reino Unido. Sob a influência da filosofia pós-estruturalista, principalmente através do pensamento Foucauldiano e Deleuziano, a geografia crítica diversifica-se mas nunca desaparece (Harvey, 2006).

Dito de um modo simples, a geografia crítica contemporânea preocupa-se com a distribuição espacial desigual dos recursos, procurando principalmente desvendar o que gera essas desigualdades (Blomley, 2007). Para além de mapear as desigualdades e desmascarar as suas fontes, a geografia crítica tem também um propósito reivindicativo e propositivo, frequentemente propondo alternativas políticas para a organização do território e da sociedade. Neste âmbito, tem sido particularmente importante o conceito de direito à cidade, um termo proposto pelo filósofo Henri Lefebvre e desenvolvido por geógrafos como David Harvey (2003) para conceptualizar o direito humano ao espaço, ao lugar e ao território, um direito que engloba não só um direito de acesso e presença, mas também um direito de participação política nas decisões sobre a transformação dos locais. Ao longo do tempo, a preocupação ambientalista (uma preocupação em comum com a geografia mais-que-humana) tem ganhado relevância nas perspetivas críticas das ciências

sociais, levando ao surgimento do campo da ecologia política, que questiona a interacção da política e da ecologia na produção do espaço. A ecologia política tem sido fortemente impulsionada por geógrafos (Peet, Robbins, & Watts, 2010).

De facto, a geografia crítica teve sempre vários pontos de contacto com outros perspetivas geográficas. Por exemplo, a ciência espacial e a geografia fenomenológica transformaram-se no seguimento das críticas à sua pretensa universalidade. A geografia crítica foi também fonte de inspiração para as geografias feministas, pós-colonialistas e mais-que-humanas. Durante a década de 1980, emergiu a perspetiva do realismo crítico, que essencialmente propunha uma conciliação entre os modelos abstratos do positivismo e as abordagens críticas assentes em métodos empíricos como a etnografia, a entrevista ou a pesquisa histórica, argumentando que os modelos abstratos permaneciam importantes para explicar casos reais (Sayer, 1999). Esta perspetiva tornou-se popular na geografia portuguesa durante a última década do século XX, embora nem sempre explicitamente afirmada (Malheiros, 1995).



### Para saber mais, consulta:

- Blomley, N. (2007). *Critical geography: anger and hope*. *Progress in Human Geography*, 31 (1), 53–65.  
Esta é uma reflexão interessante sobre o rumo da geografia crítica, as suas principais preocupações e contribuições.
- Peet, R., Robbins, P., & Watts, M. (2010). *Global Political Ecology*. Abingdon: Routledge.  
Esta obra apresenta a ecologia política como uma abordagem epistemológica para enfrentar os desafios globais deste século.
- Sayer, A. (1999). *Realism and Social Science*. Londres: SAGE.  
O geógrafo descreve e analisa a abordagem realista crítica e como ela tem sido aplicada em diferentes ciências sociais.

## Geografias Feministas

O feminismo surge na geografia no seguimento do interesse no estudo das desigualdades sociais que a geografia crítica impulsionou na segunda metade do século passado. O feminismo é, nas ciências sociais, uma perspetiva crítica que se preocupa com as diferenças de género e sexualidade, e em particular com o modo como as mulheres e as minorias sexuais têm sido oprimidas pelo patriarcado e pelo heterossexismo. O feminismo na geografia preocupou-se inicialmente com as diferenças nas experiências especiais das mulheres e dos homens. Considerando que a experiência espacial das mulheres tinha sido excluída dos estudos geográficos até então, as geógrafas feministas procuraram gerar dados sobre as geografias das mulheres e mostraram que estas divergiam fortemente das geografias dos homens (Monk & Hanson, 1982). Assim, contestava-se a ideia de que a geografia se podia guiar pela média da população e abria-se caminho para análises mais detalhadas das geografias de grupos sociais específicos (André, 1990).

As geografias feministas foram-se estabelecendo como uma perspetiva persistente e frequentemente inovadora em termos metodológicos. Inicialmente os métodos quantitativos foram importantes para estabelecer o tema do género como uma variável geográfica relevante (Massey, 1984). Mas rapidamente as geógrafas feministas inclinaram-se para metodologias qualitativas, intensivas e de escala local, com o objetivo de explorar em maior profundidade e detalhe os mundos das mulheres e minorias sexuais (Nast, 1994).

As geografias feministas abriram caminho à emergência das geografias queer, que se têm preocupado com o estudo da relação entre as sexualidades não-normativas e a geografia humana. As geografias queer têm sobretudo tentado procurar formas de pensar em como incluir diversidade no pensamento e na metodologia geográfica, face àquilo que identificam como um apagamento histórico das minorias (sexuais, mas também outras) na geografia (Binnie, 1997).

As geografias feministas tornaram-se conhecidas

por aplicar métodos como a etnografia e a entrevista em contextos íntimos, com o objetivo de perceber como a ideia de género e sexualidade é construída a partir de lugares específicos ou como condiciona as práticas desses lugares (McDowell, 1992a). Ideias hoje largamente divulgadas na geografia qualitativa devem o seu desenvolvimento à geografia feminista. É o caso da ideia de colaboração, que nasce do interesse das geógrafas feministas em desenvolver metodologias participativas que ajudassem a perceber a construções de espaços de género (Sharp, 2005). É também o caso dos métodos que usam o corpo como instrumento de observação, que foram desenvolvidos por geógrafas interessadas em desvendar a relação entre a feminilidade ou masculinidade do corpo e as experiências espaciais (Longhurst, Ho, & Johnston, 2008).



### Para saber mais, consulta:

• Monk, J., & Hanson, S. (1982). On not excluding half of the human in human geography. *The Professional Geographer*, 34 (1), 11-23.

Este artigo clássico foi um marco seminal para a perspetiva feminista na geografia e permanece importante para se compreender as preocupações da geografia feminista.

• Sharp, J. (2005). Geography and gender: Feminist methodologies in collaboration and in the field. *Progress in Human Geography*, 29 (3), 304-309.

A autora reflete sobre o contributo da teoria feminista para a geografia e aborda as principais mudanças que esta operou a nível das metodologias geográficas.

## Geografias Pós-coloniais

As geografias pós-coloniais têm a sua génese durante os anos 80 do século passado, mas estabeleceram-se principalmente neste século. Dentro da geografia, esta perspetiva emerge no seguimento do interesse no tema das divisões raciais (principalmente em termos de segregação espacial) pelos geógrafos estadunidenses no âmbito das geografias críticas. Mas esta perspetiva advém também – e talvez principalmente – pelo desenvolvimento de uma perspetiva pós-colonialista comum às ciências sociais e às humanidades (Radcliffe, 2005). Esta perspetiva tinha um propósito académico, mas



também social. Ela entendia o pós-colonialismo de duas maneiras. Primeiro, propunha o estudo das sociedades contemporâneas enquanto sociedades que sucedem ao período colonialista, e que portanto foram estruturadas pelo colonialismo, sendo as suas marcas visíveis no modo como as sociedades se organizam (Sharp, 2009). Por outro lado, o pós-colonialismo propõe-se também a imaginar um mundo livre de colonialismo, ou seja, questionar como se pode afastar a opressão, o racismo, o extrativismo e a violência das sociedades (Blunt & McEwan, 2002). Nesta demanda, a palavra-chave tem sido a descolonização, entendida não só como a independência e autodeterminação dos territórios colonizados, mas também como o desmantelamento das instituições e mentalidades marcadas pelo racismo e pelo extrativismo (de Leeuw & Hunt, 2018).



#### Para saber mais, consulta:

- Blunt, A., & McEwan, C. (2002). *Postcolonial Geographies*. Londres: continuum.  
Esta obra reúne um conjunto de textos de diferentes autores que refletem sobre a investigação geográfica em contextos pós-coloniais.
- Sharp, J. (2009). *Geographies of Postcolonialism. Spaces of Power and Representation*. Londres: SAGE.  
A autora aborda os principais conceitos das geografias pós-coloniais e reflete sobre o que significa pensar 'depois do colonialismo'.

### Geografias Interseccionais

As geografias interseccionais emergem no seguimento das geografias críticas, feministas e pós-coloniais. De um modo simples, elas são um encontro entre as preocupações científicas, políticas e sociais dessas perspectivas (Hopkins, 2019). Este encontro dá-se por dois motivos. Primeiro, porque os acadé-

micos encontram nelas paralelos óbvios, nomeadamente as relações entre dominante e dominado. Na geografia crítica, as divisões de classes apontam para uma divisão entre classes privilegiadas – nas quais se concentra o poder económico e político e que detém o grosso da propriedade – e as classes desfavorecidas – desprovidas de propriedade, recursos e, muitas vezes, direitos. Na geografia feminista, identificam-se as divisões entre as geografias vividas pelo género masculino e pelo género feminino e analisa-se como a construção cultural dos papéis de género constrói uma relação de poder de género denominada como patriarcado. Nas geografias pós-coloniais, a divisão emerge entre colonizador e colonizado, uma divisão que é encontrada não só entre nações, mas também se exprime em escalas locais, como ao nível da segregação étnica urbana. Este encontro de perspetivas em relação às estruturas de poder levou a um entendimento entre académicos críticos, feministas e pós-coloniais. Mas os diálogos que emergiram deste encontro também levaram estes académicos a perceber que a sua perspetiva nem sempre era suficiente (Rodó-de-Zárate & Baylina, 2018). Por exemplo, na geografia, estas divisões eram frequentemente entendidas espacialmente pela dinâmica centro-periferia, na qual a classe dominante era posicionada no centro e as desfavorecidas na periferia. No entanto, esta explicação não é suficiente para explicar todas as relações espaciais: as dinâmicas de género, por exemplo, dificilmente se explicam deste modo. Começou-se então a perceber que, ao se intersectar as questões de classe, de género e étnicas, a realidade complexifica-se (Sousa, 2017). Por um lado, a combinação de desvantagens agrava particularmente as geografias vividas de certos grupos, como o caso das mulheres negras. Por outro lado, a pertença a um grupo dominante deixa de ser entendida como uma posição absoluta de privilégio, porque um indivíduo pode ser penalizado por outros tipos de desigualdade. Assim, para além da classe, género e etnia, começa-se a questionar a relação de todas as formas de diferenciação do humano na produção de geografias da diferença, incluindo também a idade, sexualidade, capacidade física, entre outros.

Assim, metodologicamente, as geografias interseccionais implicam uma visão abrangente acerca do modo como diferentes aspetos da condição social de uma pessoa ou de um grupo afetam as suas geografias. Esta visão abrangente frequentemente tem sido alcançada através de metodologias etnográficas, especialmente participativas e com um forte peso da autoreflexão, mas também com um importante enquadramento histórico. Os estudos frequentemente incidem sobre sujeitos sociais muito específicos.



#### Para saber mais, consulta:

• Hopkins, P. (2019). *Social geography I: Intersectionality*. *Progress in Human Geography*, 43 (5), 937–947.

O autor discute a receção do conceito de interseccionalidade na geografia, como este conceito tem alterado os projetos de investigação na geografia humana e que questões permanecem em aberto.

### Geografias Mais-que-Humanas

As geografias mais-que-humanas são uma novidade deste milénio e, em larga medida, um produto da própria época em que vivemos. Ao longo do século XX, a geografia foi-se subdividindo em geografia física – focada nos fenómenos e processos naturais do planeta como o clima, os recursos hídricos ou a geomorfologia, invariavelmente a partir de uma perspetiva positivista –, e a geografia humana – focada na distribuição das populações e atividades humanas no espaço terrestre e nos seus processos de transformação, a partir de várias perspetivas científicas. No final do século passado, estas geografias estavam tão divididas que os próprios geógrafos físicos e humanos mal se entendem entre si. Paradoxalmente, olhando para o planeta, vemos que a influência humana nos processos físicos é inescapável, e que as alterações climáticas, a poluição e a destruição da natureza têm um impacto profundo no modo como a civilização humana vive. Parece, então, que a geografia física e a geografia humana precisam uma da outra mais do que nunca. As geografias mais-que-humanas são um pequeno passo – dado quase sempre pela geografia humana

– nessa direção.

Mas as geografias mais-que-humanas são mais do que uma resposta a um contexto sócio-ecológico. Elas são também a adoção da geografia de correntes epistemológicas importantes no campo das ciências sociais. Uma destas é o novo materialismo, que recupera e renova a tradição filosófica do materialismo do prisma social. De um modo simples, o materialismo assumia que toda a realidade é composta por matéria física, incluindo o pensamento humano. O novo materialismo reassume esta ideia, mas foca-se no modo como toda a matéria é ‘vibrante’, ou seja, em como a realidade é dinâmica e só pode ser explicada pelas diferentes interações entre corpos materiais. Neste sentido, esbate-se a diferença entre o espaço geográfico e as representações do espaço; tudo interage e existe na mesma realidade (Whatmore, 2006). Por outro lado, a teoria ator-rede e o pós-humanismo, oriundos da sociologia e da filosofia, têm destabilizado a ideia de agência. Tal como as geografias pós-fenomenológicas deixam de olhar só para o sujeito e procuram agora a relação do sujeito com o mundo, também estas correntes deixam de considerar que a ação social é apenas o resultado de agentes humanos. A teoria ator-rede argumenta que nem tudo o que acontece é provocado pelos humanos, e que aquilo que os humanos fazem depende dos recursos materiais à sua disposição, sem esquecer as relações culturais, políticas e sociais que medeiam toda a sua ação. O pós-humanismo, por outro lado, considera que estes recursos que os humanos utilizam, especialmente as tecnologias, são uma extensão (ou espacialização) da sua humanidade. Assim, é entendido que a agência que explica a ação social é uma agência distribuída entre humanos e os seus objetos, espaços e ideias (Panelli, 2010).

Neste âmbito, as geografias mais-que-humanas passam a procurar novos objetos de estudo e novas formas de estudar objetos de estudo convencionais. As geografias digitais e as geografias animais, por exemplo, tornam-se dominadas pela perspetiva mais-que-humana. Em termos metodológicos, procuram-se métodos mais móveis, que consigam acompanhar sujeitos e objetos pelo mundo para

desvendar a sua geografia e a sua agência espacial complexa, como, por exemplo, as metodologias de seguir-a-coisa ou as entrevistas andantes (Dowling, Lloyd, & Suchet-Pearson, 2017).



### Para saber mais, consulta:

• Whatmore, S. (2006). Materialist returns: Practising cultural geography in and for a more-than-human world. *cultural geographies*, 13 (4), 600–609.

A autora explora o significado de fazer investigação sobre temas 'mais-que-humanos', num dos artigos mais importantes para a difusão desta perspetiva geográfica.

## Ciências Espaciais

Uso aqui o termo ciências espaciais para dar conta da diversidade de abordagens científicas quantitativas na geografia. Na geografia portuguesa, tem sido comum o termo geografia quantitativa, enquanto na geografia brasileira é mais comum o termo geografia teórica. Ciência espacial é a expressão mais usada no mundo anglófono, mas creio que o uso singular do termo esconde uma história longa e mais diversa do que geralmente se considera. Embora esta perspetiva pareça fora do escopo deste livro, esta linha quantitativa da geografia é importante para os métodos qualitativos, por diferentes motivos. Por um lado, as críticas aos métodos qualitativos – que são importantes para a sua melhoria e fortalecimento – têm vindo frequentemente das ciências espaciais. Por outro lado, as geografias qualitativas e quantitativas não vivem de costas voltadas. Pelo contrário, a integração de métodos qualitativos e quantitativos permite uma exploração mais profunda e detalhada de vários fenómenos geográficos. Os dados quantitativos frequentemente precisam de informação qualitativa para explicar certas dinâmicas, e os dados qualitativos por vezes levantam questões que só podem ser exploradas em maior profundidade com recurso a métodos quantitativos.

A chamada ciência espacial desenvolveu-se na primeira metade do século XX, numa tentativa de tornar a geografia mais explicativa, ou seja, para que a geografia não se limitasse a descrever pai-

sagens e lugares, passando a explicar as dinâmicas espaciais que aí ocorrem (Schaefer, 1953). A quantificação era vista como essencial para atingir este objetivo e, portanto, dados numéricos de fontes estatísticas ou recolhidos através de inquéritos tornaram-se essenciais. Na segunda metade do século XX, o desenvolvimento e eventual integração das tecnologias de satélites e de computadores permitiu a criação de sistemas de informação geográfica (SIG), isto é, sistemas de software e hardware que permitem a recolha, gravação, difusão, processamento, análise e representação de dados geográficos de vários tipos. O uso desta ferramenta tornou-se tão importante na ciência espacial que, no final do século XX, começa-se a falar da ciência da informação geográfica – termo hoje amplamente usado (Goodchild, 1992). A ciência da informação geográfica foca-se no estudo da geografia através do desenvolvimento e aplicação de sistemas georreferenciados.

No entanto, a ciência espacial teve diferentes abordagens. Ao longo da sua história, a perspetiva positivista tem sido dominante. De um modo simples, isto significa que a ciência espacial tem tentado desenvolver teorias geográficas, formulando hipóteses de explicação sobre fenómenos espaciais, e pondo à prova essas hipóteses, analisando dados empíricos. No entanto, tem persistido uma abordagem empirista, que não se preocupa tanto com teoria e foca-se exclusivamente nos dados e nas ilações que se podem retirar da sua análise. Esta perspetiva é muito criticada por ser vulnerável aos enviesamentos que as bases de dados podem conter, mas tende a persistir e reaparecer cada vez que existe uma evolução na capacidade de recolha de dados dos SIG.

Por outro lado, tem havido algumas tentativas de desquantificar a ciência espacial e torná-la menos sistémica e mais próxima da perspetiva das pessoas que habitam o espaço. Uma delas foi a perspetiva behaviorista. O behaviorismo na geografia focava-se em entender o modo como as pessoas percebem o espaço e como isso influencia o seu comportamento espacial. A análise era ainda principalmente quantitativa, mas incluía métodos da

psicologia social que eram combinados com a análise espacial convencional (Gold, 1980). Por outro lado, a geografia temporal (Time Geography), por vezes referida como crono-geografia, foi proposta por Torsten Hägerstrand (1970). Este geógrafo estava preocupado com o facto de a ciência espacial não considerar a vivência quotidiana dos humanos na análise espacial e, para dar visibilidade a essa realidade, propôs uma geografia temporal que desse destaque a dois tipos de dados: as séries temporais e as trajetórias quotidianas das pessoas.

Estas perspetivas acabaram por se diluir no complexo universo da ciência espacial, que se têm adaptado ao longo do tempo às críticas que foi sofrendo pelas geografias críticas e realistas.



#### Para saber mais, consulta:

• Gold, J. (1980). *An Introduction to Behavioural Geography*. Oxford: Oxford University Press.

Este manual para estudantes resume as principais preocupações da geografia behaviorista e apresenta os seus conceitos, teorias e métodos mais relevantes.

• Goodchild, M. (1992). Geographical information science. *International Journal of Geographical Information Systems*, 6 (1), 31-45.

Este artigo avançou pela primeira vez o termo ciência da informação geográfica e foi o ponto de partida para o entendimento atual da geografia como ciência espacial.

---

## Neste momento, deves sentir-te capaz de:

---

- Conseguir distinguir as diferenças entre as várias perspetivas geográficas.
  - Escolher os métodos de recolha, tratamento e análise de dados que se adequam à tua perspetiva geográfica.
  - Dizer qual é a perspetiva geográfica que achas mais apropriada para o teu tema de investigação.
-

# O Processo de Investigação

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Conhecer as etapas sequenciais da investigação científica.
  - Compreender como se forma uma questão de partida.
  - Saber o propósito de uma revisão de literatura e de um estado da arte.
  - Saber formular um objetivo de investigação.
- 

**T**oda a investigação geográfica, seja qual for a natureza dos dados, segue um procedimento comum. Este procedimento comum visa a construção rigorosa do conhecimento e é arquitetado para que o conhecimento que é gerado pela investigação seja original e contribua para o avanço da disciplina. Por outras palavras, a investigação geográfica busca conhecimento sobre o qual possamos ter a certeza, que não seja apenas uma visão parcial ou enviesada da realidade, mas uma explicação detalhada dos processos geográficos. Para tal, a explicação dos processos geográficos deve ser produzida a partir de uma metodologia rigorosa, que demonstre claramente como os dados foram recolhidos, tratados e interpretados, e como se chegou a determinada conclusão. Mas, para alcançar essa explicação detalhada, a investigação geográfica não pode apenas descrever casos específicos, ela deve procurar gerar conhecimento teórico sobre processos geográficos que possa ser aplicado a qualquer caso. Do mesmo modo, a metodologia aplicada deve poder ser replicada noutros contextos para se poder testar a teoria. No entanto, a geografia não procura apenas conhecimento rigoroso. A investigação geográfica – como qualquer ciência – pretende sempre descobrir algo que não se conhecia antes. Assim, todos os estudos geográficos procuram uma novidade, que pode ser uma nova teoria, um novo método de investigação, ou um novo caso de estudo que testa uma teoria já existente. Por este motivo, uma metodologia geográfica não se limita à aplicação de métodos de

recolha, tratamento e interpretação de informação. Uma boa metodologia preocupa-se com o modo como a questão de investigação é colocada, como ela responde a questões em aberto no campo da geografia, e como as respostas poderão avançar o conhecimento na disciplina.

A metodologia de um projeto de investigação tem várias fases. Estas fases dividem temporalmente tarefas essenciais para a construção de conhecimento rigoroso e original. Embora nenhuma investigação proceda sem ajustes e desvios, é imprescindível que as tarefas que constituem esta metodologia sejam realizadas passo a passo. Existem alguns casos em que a investigação pode beneficiar de metodologias alternativas. Por exemplo, como veremos, os métodos de investigação participativa abrem a definição da questão de partida e dos objetivos de investigação à comunidade que participa no estudo. Esta e outras alternativas, no entanto, não significam que possamos descartar os passos essenciais ao rigor científico. Nesta secção, vamos abordar estes passos um a um, começando pela criação da questão de partida.

### Questão de partida

O primeiro passo de qualquer projeto de investigação é a formulação de uma questão de partida. Definir esta questão é particularmente importante por dois motivos. Primeiro, porque estabelecer uma questão de partida é o primeiro passo para definirmos o que nos interessa. Elaborar uma pergunta leva-nos a decidir um tema, esco-

lher termos e estabelecer alguma relação entre os conceitos. Este é, acima de tudo, o momento para dizermos – até mesmo a nós próprios – o que é importante para nós. Segundo, definir uma questão é importante porque ela vai direcionar os nossos passos seguintes. A questão de investigação contém os termos que devemos pesquisar na literatura. Seja qual for o tema de investigação que escolhemos, existe hoje uma quantidade quase imensurável de informação sobre isso. Ninguém consegue ler tudo o que existe. Assim, é a questão de partida que estabelecemos que nos irá ajudar a circunscrever o que precisamos de ler e a informação que precisamos de recolher.

A questão de partida é geralmente provisória, porque os passos seguintes da investigação vão dar-nos mais informação que nos ajudará a refiná-la. Por este motivo, embora seja importante levar a definição da questão de partida a sério, não se deve perder muito tempo neste passo. Nenhuma questão de partida é perfeita. As nossas ideias irão sempre mudar e tudo se pode ajustar. O importante é termos uma ideia do que queremos explorar, e começar a explorar esse tema o mais rapidamente possível, porque só assim amadurecemos as ideias. No entanto, antes de seguirmos em frente, verifica se a tua questão cumpre os requisitos da tabela 1:

### Revisão de literatura científica

Assim que decidiste o que te importa, a primeira coisa que queres fazer é explorar os trabalhos que já foram realizados nessa temática. Isto é importante por uma variedade de razões. Primeiro, porque precisas de saber o que já se sabe sobre esse tema e o que ainda não foi explorado. Se já existe uma resposta à tua pergunta, provavelmente tens de pensar noutra pergunta, uma que se foque no que ainda não foi explorado nessa área. A não ser, claro, que aches que a resposta à tua pergunta é insatisfatória e que consigues aprofundar esse tema. Isto é muito importante porque o propósito da ciência é gerar conhecimento novo, e não apenas aprendermos coisas que não sabíamos. Para termos a certeza que aquilo que vamos descobrir é novo para todos, temos de conhecer bem o trabalho já realizado até hoje. Em segundo lugar, explorar a literatura ajuda-te a conhecer o tema que pretendes estudar em maior profundidade. É importante conheceres a linguagem da tua área: que termos científicos são usados, que conceitos descrevem essa temática, e que teorias a explicam. Teres este conhecimento irá ser útil durante todo o processo de investigação. Vais ser mais capaz de estruturar as tuas ideias, de organizar a tua investigação, de analisar e escrever de forma

Tabela 1. Características de uma questão de partida.

É apenas uma.	Se tens duas questões que achas importante responder, o melhor será escolheres uma.
É clara.	A questão deve estar gramaticalmente bem construída e a linguagem deve ser simples.
É sucinta.	A questão de investigação não deve ser demasiado longa. De preferência, deve conter apenas uma oração.
Delimita uma temática.	A questão deve servir para te cingires a um tema. Especifica o que queres e não uses termos vagos ou demasiado abrangentes.
Apresenta os principais conceitos a explorar.	Uma boa questão de investigação contém duas ou três palavras-chave que irão ser os principais termos de pesquisa de literatura.

a que o teu trabalho seja visto como um contributo útil para a tua área científica. Por último, ao explorares a literatura científica, irás descobrir que abordagens metodológicas têm sido usadas para estudar esse tema. Isso irá dar-te uma ideia melhor dos métodos mais adequados, do tipo de dados que podes usar, e do género de análises que consegues fazer. Assim, no fim da revisão da literatura, serás capaz de definir a tua metodologia de recolha, tratamento e análise de dados de uma forma bastante precisa. Com esta informação, irás ser capaz de refinar a tua questão de informação. Podes reformulá-la de modo a que ofereça novo conhecimento à ciência, com uma escrita informada e relevante, e de modo a que aponte para uma metodologia empírica rigorosa.

Durante a revisão da literatura científica, é fundamental que consigas encontrar de forma rápida os textos que são mais relevantes para ti. Para o conseguires, é preciso que estejas a procurar no sítio certo. Evita fontes demasiado abrangentes e

pouco científicas como motores de busca genéricos (como o Google), wikis (como a Wikipedia) e notícias de jornais. Irás perder tempo e consultar fontes pouco úteis. Dá preferência a motores de busca científicos e catálogos *online* de bibliotecas, onde irás encontrar informação útil e de confiança. A tabela 2 dá-te alguns exemplos úteis.

Depois de terminares a pesquisa de literatura e a sua leitura, é esperado que sejas capaz de redigir um estado da arte. Em termos simples, um estado da arte é um texto onde sintetizas o que aprendeste com as tuas leituras e onde identificas o contributo que o teu estudo irá dar a esse conjunto de conhecimento. O estado da arte indica o que se sabe sobre um tema (incluindo os principais conceitos, teorias, perspectivas, hipóteses e métodos usados para atingir esse conhecimento) e, mais importante ainda, o que não se sabe. Escrever o estado da arte, assim, não é apenas resumir as tuas leituras. É também relacionar o conhecimento de diferentes autores, discutir esse conhecimento criticamente, e definir o teu contributo.

Tabela 2. Fontes de obras científicas.

Tipo de fonte	Exemplo	URL
Motor de busca de livros online	Google Books	<a href="https://books.google.com/">https://books.google.com/</a>
Repositórios de livros digitais	Biblioteca Nacional Digital: obras digitalizadas	<a href="http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&amp;menu=tab20">http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&amp;menu=tab20</a>
Catálogos de bibliotecas	PORBASE: Catálogo Coletivo das Bibliotecas Portuguesas Catálogo das Bibliotecas Municipais de Lisboa Catálogo das Bibliotecas da Universidade de Lisboa	<a href="http://porbase.bnportugal.pt/">http://porbase.bnportugal.pt/</a> <a href="http://catalogolx.cm-lisboa.pt/">http://catalogolx.cm-lisboa.pt/</a> <a href="http://sibul.reitoria.ul.pt/">http://sibul.reitoria.ul.pt/</a>
Motores de busca de artigos científicos	B-on. Biblioteca do Conhecimento Online Google Académico Web of Science Scopus	<a href="http://www.b-on.pt/">http://www.b-on.pt/</a> <a href="https://scholar.google.pt/">https://scholar.google.pt/</a> <a href="https://www.webofscience.com/wos/woscc/basic-search">https://www.webofscience.com/wos/woscc/basic-search</a> <a href="https://www.scopus.com/search/form.uri?display=advanced">https://www.scopus.com/search/form.uri?display=advanced</a>
Repositórios científicos	Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal	<a href="https://www.rcaap.pt/">https://www.rcaap.pt/</a>

### Estudo exploratório

Enquanto revemos a literatura científica, pode ser pertinente realizar um estudo empírico exploratório. Um estudo exploratório não pretende chegar a conclusões fundamentadas. Ele é desenhado somente para a preparação de um estudo futuro. O estudo exploratório pode ser útil para vários propósitos. Um estudo exploratório é útil para conhecer o terreno caso tenhamos pouco conhecimento sobre a área geográfica onde pretendemos desenvolver a nossa investigação. Alguns métodos como a deteção remota, a caminhada ou mesmo a etnografia são particularmente úteis para um conhecimento inicial da área em estudo.

O estudo exploratório também é útil para avaliarmos a qualidade da recolha dos dados, sejam eles primários ou secundários. Dados primários são aqueles que são recolhidos pelo investigador para a sua própria pesquisa. Neste caso, se estivermos indecisos acerca do método de recolha de dados primários mais apropriado, podemos aplicar diferentes métodos para percebermos que dados conseguimos obter através de cada um. Se já tivermos um método definido, podemos aplicá-lo num número menor de casos para verificar se podemos melhorar o procedimento. Por exemplo, no caso de entrevistas, é útil fazermos uma entrevista exploratória para perceber que tipo de respostas as pessoas dão às nossas questões. Por outro lado, um estudo exploratório é fundamental quando a nossa questão de partida aponta para dados secundários, isto é, dados que estavam disponíveis previamente. Neste caso, temos de saber que dados já estão disponíveis para sabermos se são suficientes para desenvolvermos o estudo que pretendemos realizar. Por exemplo, se pretendemos usar dados estatísticos públicos, então interessa-nos explorar as bases de dados para saber se encontramos todas as variáveis pretendidas. Se a nossa pesquisa tem um intuito geohistórico, é crucial consultarmos as diferentes fontes disponíveis para avaliar a quantidade e qualidade da informação. Só com a confirmação de que iremos conseguir recolher material suficiente é que devemos seguir em frente com o estudo.

### Definição do Objetivo

Depois de explorares a literatura científica e os dados empíricos disponíveis, é altura de formularmos o objetivo da tua investigação. O objetivo é fulcral para a investigação porque ele define toda a metodologia. O objetivo circunscreve o tema da investigação, apresenta os principais conceitos, indica a metodologia, e estabelece o propósito final da investigação, sempre respondendo a um problema real ou um vazio na literatura científica.

Para escrever um objetivo, portanto, é preciso já termos o projeto de investigação num estado avançado. Em princípio, já terás dois textos escritos: (i) estado da arte, que resume as conclusões que retiraste da tua revisão de literatura, e (ii) metodologia, que estabelece o processo de recolha, tratamento e análise de dados que irás adotar. O objetivo é escrito na sequência destes textos.

O objetivo da investigação pode ser único, pode ser uma combinação de dois ou três objetivos complementares, ou pode ser um objetivo principal que se subdivide em objetivos menores. Cabe ao investigador decidir o que é mais apropriado para os recursos e o tempo que tem para desenvolver a investigação.

O objetivo deve conter os seguintes elementos:

- Começar com um verbo que indica que tipo de objetivo se pretende alcançar.
- Descrever o que se irá fazer na prática.
- Indicar o método que se utiliza para se alcançar o objetivo.
- Apresentar o propósito final do objetivo (por exp. contributos teóricos ou aplicações práticas).
- Conter os conceitos-chave da pesquisa.

Abaixo apresento um exemplo de uma lista de objetivos. Neste caso, é uma adaptação dos objetivos do meu próprio projeto de dissertação de mestrado (Paiva, 2013).

1. Descrever o uso do espaço e do tempo dos idosos do local de estudo, através do levantamento das atividades diárias e semanais de um grupo selecionado, de modo a identificar as práticas do quotidiano.
2. Compreender como as atividades são valorizadas pelos idosos do local do estudo, através de entre-



vistas em profundidade, de modo a contrastar o uso do tempo e do espaço efetivo e o pretendido.

3. Identificar os fatores que na cidade contribuem para a redução da qualidade de vida dos idosos, através da análise dos principais constrangimentos identificados, de modo a formular medidas para tornar a cidade mais amigável para este grupo de população.

Repara que cada objetivo aponta para um tipo diferente de análise: 'Descrever' (1) e 'Identificar' (3) são descritivos, enquanto (2) 'Compreender' é interpretativo. A primeira parte da frase indica sempre o que se vai fazer de uma maneira muito prática. De seguida, cada objetivo salienta também o método

que se vai usar para o alcançar. Neste caso, salientam-se dois métodos de recolha de dados (levantamento e entrevistas) e um tópico de análise (análise dos constrangimentos). A última parte do objetivo indica o propósito final de cada objetivo. O verbo também diferencia o tipo do propósito final. Neste caso, 'identificar' (1) é um propósito descritivo, 'contrastar' (2) é relacional, e 'formular' (3) é aplicado. Assim, o primeiro objetivo é puramente descritivo, enquanto o segundo é interpretativo e tenta relacionar variáveis, e o terceiro procura descrever fatores para ser possível formular uma proposta de medidas que possam ser aplicadas nas cidades.

A tabela 3 oferece-te alguns exemplos de verbos que podes usar para definir os teus objetivos.

Tabela 3. Tipos de objetivos e verbos.

Tipo de objetivo	Verbos		
<b>Experimental</b> – Procura desenvolver novos conceitos e abordagens metodológicas	Explorar	Experimentar	Testar
<b>Conceptual</b> – Procura providenciar avanços científicos em termos meramente conceptuais ou teóricos	Argumentar Categorizar	Conceptualizar Discutir	Rever
<b>Descritivo</b> – Procura expor dados que apresentem uma determinada realidade, sem providenciar uma explicação	Compilar Definir Descrever Expor	Extrair Identificar Ilustrar Inventariar	Localizar Narrar Relatar Reunir
<b>Interpretativo</b> – Procura entender e explicar uma realidade qualitativamente	Compreender Entender Explicar	Examinar Interpretar	Investigar Perceber
<b>Analítico</b> – Procura entender e explicar uma realidade quantitativamente	Analisar Demonstrar	Enumerar Mensurar	Medir
<b>Relacional</b> – Pretende estabelecer uma relação entre duas ou mais variáveis. Pode ser descritivo, interpretativo ou analítico.	Comparar Contrastar	Relacionar Replicar	Diferenciar
<b>Avaliação</b> – Não pretende apenas explicar um processo. Irá também determinar o grau de sucesso ou qualidade desse processo.	Avaliar Classificar	Categorizar Mensurar	Medir Ordenar
<b>Aplicado</b> – Não se cinge a produzir conhecimento. Aplica o conhecimento à criação de uma ferramenta para uso no mundo real.	Aplicar Adaptar Construir Criar Formular	Gerar Desenhar Desenvolver Experimentar	Operacionalizar Planear Produzir Traçar

## **Recolha, tratamento e interpretação de dados**

Quando já temos o nosso estado da arte, metodologia e objetivos definidos, é altura de avançarmos para o campo. Este livro é dedicado a este momento, na sua vertente qualitativa. Um estudo empírico, seja qual for a metodologia selecionada, implica sempre três momentos: (i) preparação do trabalho de campo, (ii) recolha de dados e (iii) tratamento e interpretação de dados. Os capítulos seguintes seguirão esta lógica. Primeiro, vamos abordar o que se deve pensar antes de irmos para o campo. Antes de o fazermos, é fundamental delimitar o nosso campo de investigação, refletir sobre que tipo de amostra e recrutamento de participantes o nosso estudo requer, e identificar questões éticas que podem surgir, bem como estratégias para as mitigar. Em segundo lugar, vamos conhecer os principais métodos de recolha de dados. A investigação qualitativa recorre a fontes e tipos de informação muito diversas, e vários métodos têm sido desenvolvidos e aplicados por geógrafos. É importante conhecê-los bem para aplicar sempre o método mais indicado para alcançar a informação que pretendemos. Por último, vamos olhar para as principais abordagens de interpretação de dados qualitativos. No entanto, antes disso, uma palavra sobre a escrita.

## **Escrita**

O último passo de uma investigação é invariavelmente a escrita. Embora os académicos tenham ao seu dispor várias formas de comunicação alternativa, como conferências ou documentários, a escrita continua a ser o principal meio de comunicação, e portanto a ciência dissemina-se através de livros, teses, dissertações, artigos em revistas, relatórios, entre outros. Seja qual for o meio escrito através do qual vamos reportar o nosso estudo, o texto científico segue sempre uma estrutura ideal, que de modo geral corresponde às diversas fases do trabalho científico.

Um texto científico começa sempre com uma introdução na qual se apresenta o objetivo do estudo. A introdução alinha as principais preocupações do estudo, salientando como ele vai contribuir para

avançar o conhecimento numa área geográfica. A introdução também apresenta o estudo, indicando os métodos utilizados e descrevendo a organização dos conteúdos do texto.

A introdução é seguida de um estado da arte que essencialmente sumariza o que aprendemos com a revisão de literatura que realizámos e faz uma leitura crítica do conhecimento atual sobre o tema em estudo. Isto é, o estado da arte deve salientar que falhas o nosso estudo irá colmatar e que novas teorias ou hipóteses formula.

De seguida, a metodologia faz a ponte para o estudo que realizámos. A metodologia clarifica como chegámos aos dados que apresentamos.

A seguir à metodologia apresentam-se os resultados da investigação. Por vezes, cria-se uma secção de resultados que descreve a informação recolhida e uma secção de discussão que mostra como esses resultados contribuem para o corpo de conhecimento geográfico existente. Mas é cada vez mais comum estas duas secções serem só uma, e a relevância teórica dos resultados de investigação qualitativa ser discutida à medida que eles são apresentados.

A conclusão, de forma talvez contraintuitiva, não deve ser um resumo das principais conclusões do estudo. Isso já foi abordado nos resultados e na sua discussão. A conclusão deve então mostrar como estes novos resultados abrem novas discussões no seio da geografia: que novos casos precisamos de abordar, que novos conceitos podemos formular, que novas linhas de investigação se abrem. Para conseguirmos fazer isto, é essencial um domínio aprofundado da literatura científica.

Na tabela 4, podes consultar a dimensão relativa de cada uma destas secções.

Tabela 4. Dimensão relativa das secções de um estudo geográfico.

Secção	Conteúdo	Dimensão relativa
Introdução	Apresenta o tema do estudo, o objetivo, o principal argumento, indica que métodos foram utilizados e descreve os conteúdos do estudo.	10-15%
Estado da Arte	Substancia o argumento do estudo ao sumarizar o conhecimento atual sobre o tema, indicar as falhas da literatura e apresentar uma teoria nova.	30-35%
Metodologia	Descreve como se alcança o objetivo do estudo. Indica a área de estudo, os métodos utilizados para a recolha, tratamento e análise de dados. Em caso de métodos múltiplos, descreve a sua relação.	8-10%
Resultados	Descreve os resultados do estudo, usando meios visuais sempre que eles forem úteis para reduzir substancialmente o tamanho do texto.	15-20%
Discussão	Relaciona os resultados do estudo empírico com o estado da arte. Explica como os dados apresentam uma novidade científica.	15-20%
Conclusão	Mostra o que há de novo neste estudo. Discute como o estudo contribui para o campo científico. Aponta caminhos futuros de investigação.	8-10%
Anexos	Informação de suporte que não é necessária para a compreensão do estudo. Por exemplo, bases de dados, guiões de entrevista, cartografia, etc. Nem sempre é necessário existirem anexos.	n/a

---

### Neste momento, deves sentir-te capaz de:

---

- Definir o objetivo da tua investigação a partir de uma questão de partida e do estado da arte de um tema de investigação.
  - Planear temporalmente a tua investigação geográfica.
-

# Princípios da Investigação Qualitativa

## Objetivos de Aprendizagem

- Compreender os conceitos de posicionalidade e reflexividade, e a sua relação.
- Conhecer as diferentes interpretações do termo 'crítico'.
- Perceber o que significa ser rigoroso na investigação qualitativa.
- Saber distinguir entre profundidade e detalhe na informação qualitativa.

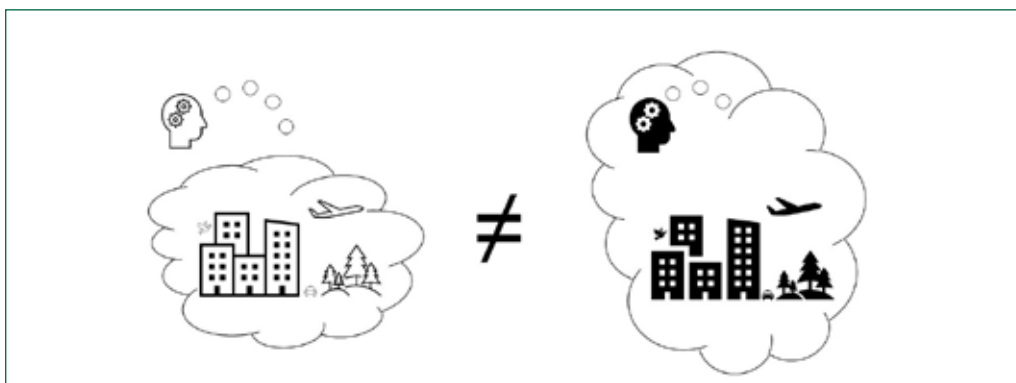
A investigação qualitativa lida essencialmente com informação subjetiva, o que levanta algumas dificuldades particulares. Lidar com informação subjetiva não faz com que a investigação qualitativa seja ela própria subjetiva. Pelo contrário, a investigação qualitativa segue uma série de princípios que têm o propósito de desenvolver uma objetividade forte. Harding (1991) distingue a objetividade forte, que é mais comum nas ciências qualitativas, da objetividade fraca, mais típica das ciências quantitativas. Enquanto na objetividade fraca, a objetividade do investigador se dirige unicamente ao objeto de estudo, na objetividade forte o investigador dedica-se a analisar não só o seu objeto de estudo mas também a sua relação com esse objeto (ver figura 1). Para isso, é importante assumir

um compromisso sério com a posicionalidade, a reflexividade, a crítica, o rigor, e o empenho na busca da profundidade e do detalhe. Nesta secção, vamos esclarecer o que isto significa.

### Posicionalidade

A ideia de posicionalidade – que se expandiu na geografia principalmente por via da geografia feminista e pós-colonialista – ancora-se na ideia que a nossa experiência pessoal e a posição social influencia a nossa visão do mundo (Fisher, 2015). Trata-se de reconhecer a subjetividade das pessoas, de reconhecer que a nossa experiência vem de uma perspetiva em particular, e é sempre parcial, incompleta e situada. Trata-se também de reconhecer que isto não só é verdade para as pessoas

Figura 1. Objetividade fraca (esquerda) versus objetividade forte (direita).



que participam nos nossos estudos, seja enquanto entrevistados, informantes ou com outro tipo de participação, mas também para os próprios investigadores. Assim, reconhecer a posicionalidade da investigação implica entender que não há conhecimento puramente neutro, universal ou verdadeiro. Todo o conhecimento é produzido num certo contexto cultural, social e político por um grupo de pessoas com visões diferentes. Não se deve achar que isto significa que qualquer conhecimento é igualmente parcial e que tudo é relativo. Pelo contrário, analisar a posicionalidade do conhecimento que é produzido por nós e pelos participantes nas nossas pesquisas é justamente importante para chegarmos a um conhecimento mais rigoroso e válido. Compreender os fatores que influenciam a produção do conhecimento não o enfraquece, apenas o expande. Pensar na nossa posicionalidade, então, significa analisar objetivamente a nossa subjetividade e a dos outros. Implica questionar porque formulamos certas questões de investigação, porque escolhemos certos tipos de abordagens metodológicas, e porque interpretamos os dados de uma determinada forma. Assim, reconhecer a significância da posicionalidade implica cultivar uma atitude reflexiva e crítica durante todo o processo de investigação.



#### Para saber mais, consulta:

• Fisher, K. T. (2015). Positionality, subjectivity, and race in transnational and transcultural geographical research. *Gender, Place & Culture*, 22 (4), 456–473.

A autora discute a importância da posicionalidade para enquadrar as diferentes subjetividades envolvidas na investigação geográfica sobre questões raciais.

## Reflexividade

Ter uma atitude reflexiva significa praticar a interpretação da nossa própria perspectiva e daquilo que a molda. A reflexividade pode ser entendida como uma capacidade de auto-análise. Implica analisarmos a própria forma como estudamos um determinado tópico ou interpretamos um conjunto de dados, em vez de nos limitarmos a estudar temas e a analisar dados. Assim, numa análise reflexiva existe uma reflexão profunda

acerca de conceitos, métodos e interpretações. Por um lado, é importante refletir sobre a adequação de aplicar conceitos científicos abrangentes a uma determinada realidade concreta. Os conceitos científicos são necessariamente abstratos, e podem nem sempre ser adequados ou podem ser incompletos para explicar a realidade que estamos a estudar. Um conceito mal aplicado pode guiar-nos para uma interpretação errada. Por outro lado, é crucial refletir sobre o uso que fazemos dos métodos de investigação. Temos de questionar que efeitos os métodos que escolhemos têm na produção de dados, que tipo de informação nos oferecem, e que tipo de informação nos escondem. Existe uma série de métodos considerados convencionais nas ciências naturais e sociais, e isso é útil porque nos dá uma base de trabalho testada e eficiente. No entanto, o mesmo método não funciona com a mesma eficiência em todos os lugares, porque há contextos muito diversos. Por último, é preciso refletir sobre a nossa própria interpretação, e questionar os fundamentos e argumentos que utilizamos para sustentar as afirmações que fazemos. Frequentemente, é preciso questionar a nossa própria perspectiva pessoal sobre o tema, porque a nossa posicionalidade condiciona sempre as nossas interpretações (England, 1994). Estes questionamentos devem acompanhar-nos durante todo o processo de investigação. Nunca devemos achar que a metodologia está definida e não pode haver desvios. Uma investigação séria exige uma atitude reflexiva durante todo o processo. Para conseguir isso, muitos investigadores usam um bloco de notas para apontar pensamentos soltos que surgem durante a investigação, para que mais tarde possam traçar e repensar a sua linha de pensamento sobre o processo de investigação.



#### Para saber mais, consulta:

• England, K. (1994). Getting Personal: Reflexivity, Positionality, and Feminist Research. *The Professional Geographer*, 46 (1), 80–89.

A autora discute a relação da reflexividade com a posicionalidade e a sua importância em investigação qualitativa em que temas pessoais são frequentemente abordados.

## Crítica

Criticar não é apenas falar mal de uma coisa. Ser crítico não implica necessariamente procurar o que está errado em tudo. Na academia, existem duas interpretações da palavra crítica. A primeira, de índole Kantiana, refere-se ao estudo sistemático e disciplinado da construção das ideias, no qual é fundamental questionar todas as premissas que compõem uma ideia complexa. Isto quer dizer que, neste sentido, ser crítico significa colocar tudo em questão, um pouco como ser reflexivo. A segunda interpretação, de índole Marxista, é que ser crítico significa não só preocuparmo-nos em produzir conhecimento – que é o objetivo da universidade –, mas também compreender como esse conhecimento tem um efeito no mundo. Assim, existe um número significativo de geógrafos que se consideram críticos porque estão interessados em produzir conhecimento que possa transformar o mundo num lugar melhor (Blomley, 2006). Ser crítico deste ponto de vista leva-nos a conceber a nossa investigação de modo a que ela possa contribuir de forma ativa para uma sociedade e um planeta melhores e, portanto, influencia a nossa escolha de temas e de métodos. Estas duas interpretações da palavra ‘crítica’ não são opostas, mas sim complementares. Embora muitos académicos julguem que a ciência deve deixar a sociedade decidir sobre o que fazer com o seu conhecimento, é também amplamente aceite na academia que a ciência deve contribuir para resolver os problemas do mundo contemporâneo. No entanto, quando temos uma ideia exata acerca da aplicação do conhecimento que produzimos, é importante ter em conta que isto faz parte da nossa posicionalidade e deve ser reconhecido.

## Rigor

Para que uma investigação qualitativa possa ser considerada séria, ela deve ser entendida como rigorosa. Rigor, na geografia qualitativa, tem sido entendido como a plena satisfação com os critérios utilizados para medir a validade, fiabilidade, objetividade e integridade de um estudo (Baxter & Ellis, 1997). Validade refere-se à capacidade de se verificar ou confirmar os resultados. Dizer que uma conclusão é válida significa que há a capacidade de suportar essa conclusão com dados significantes e com a descrição de um processo de análise que permitiu chegar-se a essa conclusão. Fiabilidade refere-se à qualidade percebida dos dados utilizados, o que geralmente está relacionado com a qualidade das fontes. A fiabilidade de um estudo é avaliada através da qualidade das fontes utilizadas e da capacidade de triangulação entre diferentes tipos de fontes. A objetividade, como vimos, depende em larga medida da capacidade de reflexão e de crítica que o estudo apresenta. Por último, a integridade refere-se ao respeito pelos princípios de responsabilidade ética académica. O estabelecimento dos critérios para analisar estas dimensões depende em larga medida do método de investigação utilizado. Métodos mais convencionais como a entrevista ou o grupo focal têm processos estabelecidos e a adoção rigorosa destes processos pode ser condição suficiente para se considerar um estudo rigoroso. Outros métodos de índole mais criativa podem implicar a definição de critérios de avaliação próprios. No entanto, é consensual que um estudo será considerado rigoroso pela sua capacidade de reportar a metodologia utilizada em pormenor, de um modo que seja transparente o modo como o conhecimento foi construído. Isto implica ser claro em relação a diversas dimensões dos métodos aplicados, como o racional da metodologia, os locais e duração do estudo, a amostragem do estudo, o recrutamento e inclusão de participantes, as tecnologias utilizadas, os guiões e materiais utilizados ou produzidos, o procedimento de recolha de dados, o tratamento de dados, a análise da informação, as técnicas de verificação e triangulação de métodos, ou o racional de verificação.



### Para saber mais, consulta:

• Blomley, N. (2006). *Uncritical critical geography?* *Progress in Human Geography*, 30 (1), 87–94.

O autor reflete sobre o que significa ser crítico, e que práticas devem constituir uma atitude crítica na investigação geográfica, num momento em que todos os geógrafos almejam ser críticos.



### Para saber mais, consulta:

- Baxter, J., & Eyles, J. (1997). Evaluating Qualitative Research in Social Geography: Establishing 'Rigour' in Interview Analysis. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 22 (4), 505–525.

Neste artigo, os autores apresentam uma definição precisa do que significa ser rigoroso no método da entrevista. Apesar deste texto se focar num método específico, a identificação exata das práticas que constituem um estudo rigoroso podem ser aplicadas a qualquer metodologia qualitativa.

## Profundidade e Detalhe

O que oferecem os métodos qualitativos? Qual é a sua grande vantagem? A resposta mais comum a estas questões é a profundidade e o detalhe. Ao contrário dos métodos quantitativos, que nos apresentam informação mais extensiva sobre a realidade geográfica, os dados quantitativos oferecem informação mais intensiva. No entanto, profundidade e detalhe são duas maneiras diferentes, mas não mutuamente exclusivas, de entender esta intensidade. O conceito de profundidade advém da ideia de que os métodos qualitativos 'aprofundam' o conhecimento extensivo

sobre a realidade que os métodos quantitativos produzem (Baxter & Eyles, 1997). Isto é, os métodos qualitativos abordam um tópico ou caso específico de uma realidade mais abrangente e oferecem uma maior quantidade de informação que permite explicar ao pormenor porque determinado fenómeno se processa daquela forma. Em contraste, o conceito de detalhe baseia-se na noção de que não existe uma única verdade singular, e que os métodos qualitativos nos mostram como a realidade e os fenómenos geográficos não só variam de caso para caso, mas também são entendidos diferentemente pelas pessoas (McDowell, 1992b; Latham, 2003; Morrison, 2012).

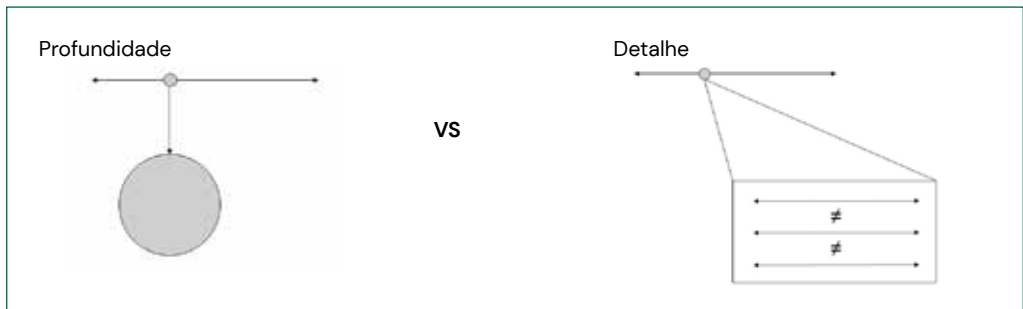


### Para saber mais, consulta:

- Latham, A. (2003). Research, performance, and doing human geography: Some reflections on the diary-photograph, diary-interview method. *Environment and Planning A*, 35 (11), 1993–2017.

Neste artigo sobre o método do diário, o autor diferencia o valor de compreender a investigação qualitativa como uma busca pela profundidade ou uma busca pelo detalhe.

Figura 2. **Profundidade vs Detalhe. Enquanto a profundidade nos leva a expandir o conhecimento sobre uma porção da realidade, o detalhe oferece-nos diferentes visões sobre o que é a realidade.**



## Neste momento, deves sentir-te capaz de:

- Cultivar uma atitude reflexiva que problematize a tua posicionalidade e as dos participantes da tua investigação.
- Ser crítico e rigoroso em relação à informação que recolhes e às tuas próprias ideias.
- Distinguir profundidade e detalhe em dados geográficos.

# O que é o campo?

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Compreender os diferentes significados do conceito de 'campo'.
- 

O trabalho de campo está no coração da geografia. É uma atividade essencial e intrínseca à disciplina. Os geógrafos orgulham-se, por vezes efusivamente, de produzirem conhecimento sobre o planeta que habitamos através de trabalho de campo em lugares reais. De facto, é no trabalho de campo que se evidencia e materializa o ímpeto da relevância da geografia como uma disciplina científica preocupada com os problemas planetários, como a sustentabilidade, a ecologia, a saúde ou a justiça. De certo modo, é no trabalho de campo, no contato direto, presente, corporal com a população, as paisagens e os lugares, que um geógrafo sente na pele a importância do que faz. Mesmo que este trabalho de campo hoje se faça, frequentemente, num gabinete em frente a um monitor.

O significado do conceito de campo, no entanto, tem-se transformado ao longo da história da disciplina, e hoje existem diferentes entendimentos deste conceito (DeLyser & Karolczyk, 2010). Tradicionalmente, o campo era entendido como um espaço e tempo específico no decorrer da investigação. Como vimos na secção 'O Processo de Investigação', a investigação reparte-se em tarefas sequenciais. Primeiro, ocorre a definição da questão de investigação, a revisão de literatura e a definição dos objetivos. Estas tarefas geralmente decorrem no seio da academia, num gabinete, biblioteca, ou no nosso canto de estudo em casa. Depois disto, existe a etapa de recolha de dados, na qual saímos para o campo. Terminada essa etapa, regressamos à academia e tratamos, interpretamos e escrevemos sobre os dados que recolhemos no campo. Neste prisma, o campo é um espaço exterior à academia, um local onde

nos dirigimos apenas para extrair informação que precisamos para responder às nossas questões, informação essa que resgatamos de algum modo para ser analisada mais tarde. Nesta formulação do conceito, o campo é frequentemente um espaço específico e bem delineado, com fronteiras claras. Muitas vezes, corresponde a um espaço natural – como uma cordilheira, uma bacia hidrográfica, ou uma ilha –, ou político – como um país, uma região, ou uma freguesia. Esta visão tradicional do campo permanece até hoje, e é ainda comum encontrá-la em vários estudos.

No entanto, os geógrafos têm também mobilizado outros entendimentos do conceito de campo. Um deles tem sido a ideia de campo social, oriundo da sociologia e mais comum na geografia humana. Nesta formulação, o campo é um conjunto de elementos que participam num determinado fenómeno, prática, ou rede social. Estes elementos podem ser bastante diversos e referir-se a diferentes espaços, instituições, grupos sociais, profissões e tecnologias. Um exemplo clássico é o campo político (Bourdieu, 2011). Fazem parte dele as instituições públicas, os partidos políticos, as associações, os media, etc. Desta perspetiva, o campo não se refere a um local específico, mas a uma rede de lugares, alguns elementos mais ou menos móveis, e também um conjunto de discursos e ideias que interligam estes lugares, instituições e pessoas (Hilgers & Mangez, 2015). O trabalho de campo neste caso, então, não nos dirige para um espaço perfeitamente delimitado, mas leva-nos a encontrar estes agentes dispersos por espaços mais abrangentes e descobrir a sua complexa relação com o território.



Por outro lado, alguns geógrafos têm optado por um entendimento mais abrangente do conceito de campo (Katz, 1994). Nomeadamente, tem sido salientado que a produção de conhecimento sobre os lugares não ocorre apenas no campo e que, mesmo no campo, essa produção é sempre relacional. Ou seja, em primeiro lugar, nota-se que o ponto de vista do geógrafo é também resultado das suas interações dentro da academia. Isto inclui as leituras que realizamos, mas também as nossas conversas com colegas, com estudantes, com orientadores, em reuniões, ou em aulas. Todas estas interações moldam a forma como questionamos, os dados que procuramos, e como interpretamos essa informação (Crang & Cook, 2007). Por outro lado, mesmo no campo, a informação que recolhemos é um produto das nossas experiências espaciais e sociais. Os lugares que visitamos, as pessoas com quem falamos, e a informação que reunimos alteram a nossa perspetiva e a nossa leitura dos dados (Söderström, 2011). Por este motivo, em vez de uma divisão forte entre academia e campo, podemos pensar em dois espaços permeáveis que contribuem em conjunto e em diálogo para a produção do nosso conhecimento. Esta questão tem sido levantada particularmente em investigação de índole participativa, onde existe um maior entrosamento e interação entre academia e comunidade local, e em que a fronteira entre investigador e investigado se esbate. Assim, neste prisma, o campo passa a ser:

“um espaço distribuído e diferenciado de relações praticadas entre corpos, textos, tecnologias e materiais. Em vez de pepitas de infor-

mação à espera de ser descoberta, os dados neste campo são agora compreendidos como materiais co-produzidos e afetivos” (McCormack, 2013, p. 11)

Estas são questões importante para pensarmos, antes de partirmos para o campo para recolher informação: Qual é o nosso campo? Que tipo de forma espacial e temporal tem? Que elementos o constituem? E que relação tem o campo com o conhecimento que produzimos na academia?

Estas questões, no entanto, não têm de ter uma resposta definitiva logo no início. Durante o decorrer da investigação, é provável que o nosso entendimento sobre a realidade que observamos mude. Também por este motivo, é importante cultivar uma atitude reflexiva e crítica.



#### Para saber mais, consulta:

- DeLyser, D., & Karolczyk, P. (2010). Fieldwork and the Geographical Review: Retrospect and Possible Prospects. *Geographical Review*, 100 (4), 465–475. Neste artigo, os autores refletem sobre a conceptualização do campo em diferentes estudos publicados na revista *Geographical Review* e oferecem sugestões para expandir a ideia do que é o campo.
- Katz, C. (1994). Playing the Field: Questions of Fieldwork in Geography. *The Professional Geographer*, 46 (1), 67–72. A autora reflete sobre as questões práticas, estratégicas, políticas e éticas que emergem no trabalho de campo, e como estas influenciam aquilo que entendemos como o nosso campo.

## Neste momento, deves sentir-te capaz de:

- Saber circunscrever o teu campo de investigação em termos espaciais e conceptuais.

# Recrutamento de Participantes

## Objetivos de Aprendizagem

- Perceber o que significa representatividade teórica.
- Compreender o racional de formação de amostras de participantes em estudos qualitativos.
- Conhecer os diferentes métodos de recrutamento de participantes.

O trabalho de campo em geografia implica sempre contacto com pessoas, em particular na geografia humana. Este contacto é mais ou menos formal consoante os métodos de recolha de dados que aplicamos. Métodos como a entrevista ou o diário estabelecem uma relação particularmente rígida e pré-definida entre o investigador e os participantes, enquanto em métodos como a etnografia desenvolvem-se relações mais informais, próximas do tipo de contacto que temos com as outras pessoas no nosso dia a dia. Seja qual for o método que aplicamos, é importante definirmos a nossa abordagem ao recrutamento de participantes antes de irmos para o campo. Em alguns métodos, é importante definir previamente o tamanho e a estrutura da amostra de participantes. Em qualquer método qualitativo, no entanto, é fundamental abordar os métodos de recrutamento e as questões éticas associadas.

A definição de uma amostra é pertinente em métodos que questionam pessoas diretamente. É, por exemplo, o caso da entrevista, do grupo focal, do método Delphi, do diário ou dos métodos participativos. As amostras em investigações qualitativas são estabelecidas por critérios de representatividade teórica. Por representatividade teórica, refiro-me à capacidade de uma amostra de oferecer dados concretos sobre as relações entre diferentes variáveis qualitativas, tornando possível descrever um caso empírico para explicar um fenómeno ou um processo abstrato. Isto significa que a escolha de com quem temos de falar depende largamente do tipo de questões a que queremos dar resposta. Assim, é

preciso haver um equilíbrio rigoroso entre o objetivo da nossa investigação e a amostra que definimos. O objetivo deve ser exequível, apontando para um conjunto de dados empíricos específico que nos oferece informação suficiente para ser atingido. A amostra deve ser suficiente para nos oferecer esse conjunto de dados (Curtis et al., 2000).

A primeira questão em relação da amostra é o tamanho. Como a amostra qualitativa é estabelecida por critérios de representatividade teórica, a representatividade estatística – que se pode definir como a capacidade de uma amostra representar um universo maior de população – geralmente não é considerada. Primeiro, porque a representatividade estatística dificilmente é conseguida. Os métodos qualitativos geram uma quantidade imensa de dados de difícil tratamento, e não é exequível, por exemplo, conduzir centenas de entrevistas, o que seria necessário para atingir a representatividade da amostra. Segundo, porque a representatividade estatística é útil para responder a outro tipo de perguntas, de índole quantitativa. A investigação qualitativa faz perguntas específicas sobre narrativas, representações, experiências, estratégias, decisões, conflitos, negociações, ideologias ou contingências geográficas, sociais ou históricas que os métodos quantitativos não conseguem considerar (Schoenberger, 1991). Esta investigação não pergunta qual é a dimensão destes fenómenos num determinado espaço geográfico – essa é a tarefa da geografia quantitativa. Ao invés ela procura explicar estes fenómenos ou processos porque eles são essenciais para percebermos como o mundo funciona.

Nada disto significa que a questão da dimensão da amostra é negligenciável em métodos qualitativos. A dimensão está diretamente com a quantidade e variedade de informação (Baxter & Eyles, 1997). Para avaliar a adequação da dimensão de uma amostra qualitativa, os geógrafos têm usado principalmente duas técnicas. A primeira é usar o ponto de saturação. Considera-se que uma amostra atingiu o tamanho ótimo quando se verifica que as respostas que obtemos dos participantes repetem o seu conteúdo. Se existe muito conteúdo repetido, é aceitável considerar-se que já se reuniu todo o espectro de informação que se pode obter. Como é óbvio, nesta técnica só se define a dimensão da amostra no decorrer do estudo. Este método é amplamente usado, mas não é infalível e pode ser questionado quando é a única justificação para o racional da amostra (Hitchings & Latham, 2020). Por outro lado, pode-se segmentar a amostra previamente. Segmentação significa a divisão da amostra em dois ou mais grupos de acordo com variáveis pré-determinadas, como o género, a idade, ou a profissão. Esta abordagem permite-nos perceber como variações nas características do entrevistado e no contexto geográfico que habitam têm um efeito diferenciador nas suas respostas (Skop, 2006). Apesar disto, um estudo qualitativo com uma amostra reduzida, mesmo com apenas um entrevistado, é possível, desde que os dados dessa entrevista sejam suficientes para satisfazer os requerimentos do racional teórico.

Mesmo que a amostra não seja segmentada, é importante ter em conta as características dos participantes na composição da amostra. Podemos querer que os participantes tenham características em comum para estudar as geografias de um grupo particular, ou que tenham características diversas, para perceber como essas características dão lugar a diferentes geografias, mesmo que não seja com um intuito de representação estatística. Esta escolha é importante, porque estas características deverão ser tidas em conta na análise da informação, e a escrita do estudo deve reportar esta relação. Para além disto, ter em conta as características dos participantes deve levar-nos a refletir sobre quem teve a oportunidade de falar, e quem não teve (Baxter & Eyles, 1997).

Depois de definires a tua amostra, e antes de avançares para o campo, verifica se a tua amostra cumpre todos os tópicos desta *checklist* baseado em Curtis et al. (2000).

1. A amostra é relevante para o enquadramento teórico e as questões de investigação que a pesquisa procura responder?
2. A amostra é suficiente para gerar informação rica sobre o fenómeno que estou a estudar?
3. A amostra permite-me fazer generalizações teóricas a partir dos resultados?
4. A amostra permite produzir descrições e explicações credíveis?
5. A formulação da amostra seguiu os princípios éticos necessários?
6. A formulação da amostra é exequível?

Quando já decidimos o tipo de amostra que é apropriado para o nosso estudo, é altura de pensar em como recrutamos os participantes que irão compor essa amostra. Aqui surge a questão mais abrangente do acesso ao campo, uma que é comum a estudos que não se baseiam em amostras.

Esse é o caso de métodos que pretendem observar uma realidade diretamente. É o caso das caminhadas, da interpretação de paisagens, da etnografia, da cartografia ou do levantamento fotográfico. No entanto, o facto de não se basearem em amostras não significa que não existam interações com pessoas no decorrer desta investigação, e essas interações devem ser reconhecidas e problematizadas. As questões de inserção no campo e de recrutamento de participantes, assim, são comuns a quase todos os métodos qualitativos.

Durante algum tempo, a geografia qualitativa dava importância à distinção entre *insiders* e *outsiders* na questão do acesso ao campo (Lees, 1995). De acordo com esta dicotomia, se fossemos *insiders*, pertencíamos à comunidade que estudamos e isso ajudava-nos a obter mais informação, embora também nos colocasse numa perspetiva subjetiva devido ao nosso envolvimento pessoal. Se fossemos *outsiders*, o nosso acesso ao campo era mais difícil, embora ainda possível, mas colocava-nos numa posição externa,

mais neutra. Esta dicotomia foi bastante discutida e criticada no final do século passado, e está hoje razoavelmente ultrapassada. Primeiro, as limitações de o investigador ser *outsider* são hoje menos relevantes porque um manancial de métodos participativos foi desenvolvido para tornar a investigação mais inclusiva e dar mais poder aos participantes. Segundo, a limitação de ser *insider* é hoje relativizada pela consideração da posicionalidade em toda a investigação qualitativa. Assim, já não é apenas quando o investigador e os participantes são *insiders* que a posicionalidade é questionada e refletida.

Não obstante, a questão do acesso ao campo permanece importante. Em alguns casos, é difícil chegar às pessoas que precisamos de questionar, noutros, basta sair à rua para encontramos essas pessoas. Por vezes, já conhecemos previamente o campo, e podemos utilizar contactos prévios – pessoais ou profissionais – para começar a nossa investigação. Noutros casos, podemos precisar de encontrar pontos de acesso. Instituições como organizações não governamentais, associações, câmaras municipais, instituições privadas de solidariedade social ou empresas frequentemente ajudam investigadores a preparar trabalho de campo nos territórios onde atuam. Haverá sempre limitações para a nossa inserção: há espaços e comunidades onde a presença do investigador é demasiado incómoda. Esta questão deve ser pensada previamente.

Quando a questão do acesso ao campo está resolvida, definimos o método de recrutamento de participantes. Na geografia qualitativa, os métodos mais utilizados são o recrutamento por bola de neve e o recrutamento por conveniência. O método de bola de neve consiste no recrutamento de participantes através da recomendação por outros participantes.

No caso de entrevistas, por exemplo, isto significa que iremos recrutar um primeiro entrevistado, e que esse entrevistado nos irá sugerir outros participantes. Esses participantes, se aceitarem realizar a entrevista, irão também sugerir outros participantes, até a amostra atingir o número necessário. Por outro lado, o recrutamento por conveniência significa que recrutamos as primeiras pessoas que aceitarem participar no estudo, desde que correspondam às características pretendidas pela amostra. Estes métodos são os mais frequentemente usados, mas a sua utilidade é mais prática do que teórica. De facto, nenhuma destas abordagens substitui a necessidade de pensar criticamente acerca do nosso processo de recrutamento de participantes (Miles & Crush, 1993).



#### Para saber mais, consulta:

- Curtis, S., Gesler, W., Smith, G., & Washburn, S. (2000). Approaches to sampling and case selection in qualitative research: examples in the geography of health. *Social Science & Medicine*, 50 (7–8), 1001–1014. Os autores fazem um estado da arte das estratégias usadas por investigadores qualitativos no campo das geografias da saúde para estabelecer representatividade analítica com a sua amostra. Continua a ser um dos artigos mais densos sobre amostragem em geografia qualitativa.
- Miles, M., & Crush, J. (1993). Personal Narratives as Interactive Texts: Collecting and Interpreting Migrant Life-Histories. *The Professional Geographer*, 45(1), 84–94. Este artigo é importante para quem tiver interesse em perceber como amostras com tamanho muito reduzido podem ser utilizadas estrategicamente em alguns estudos.
- Skop, E. (2006). The methodological potential of focus groups in population geography. *Population, Space and Place*, 12 (2), 113–124. Neste artigo sobre o potencial dos grupos focais para a geografia da população, o autor aborda as questões relativas à amostragem para grupos focais e discute o valor da segmentação.

## Neste momento, deves sentir-te capaz de:

- Definir as características dos participantes do teu estudo e a dimensão da tua amostra.
- Decidir como vais proceder ao recrutamento de participantes para o teu estudo.

# Ética

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Conhecer os principais desafios éticos que afetam a investigação geográfica.
- 

A ética é fundamental na investigação geográfica e em anos recentes tem-se dado cada vez mais atenção a este tema (Proctor & Smith, 1999; Bos, 2020; Wilson & Darling, 2020). A geografia lida com questões essenciais para a vida no planeta e, por esse motivo, o conhecimento que produz pode ter consequências muito positivas ou muito negativas para o planeta e quem o habita. A produção do conhecimento, portanto, deve seguir um compromisso forte com a ética. Num primeiro plano, é importante que o investigador siga um código de conduta que evite resultados falsos. Existem várias más práticas que podem afetar o rigor e a validade de um estudo geográfico, nomeadamente o plágio, a fabricação ou manipulação, e a escrita fantasma.

O plágio consiste no uso de textos ou dados criados por outra pessoa sem lhe dar o devido crédito. O plágio pode ser feito através de qualquer transcrição, tradução ou paráfrase no qual não se indica o texto original de onde provém a ideia ou os dados em questão. Para evitar o plágio, é importante ter um cuidado acrescido no tratamento de informação ao longo de todo o processo de investigação, e seguir rigorosamente as normas de citação do meio em que publicamos os nossos estudos. O plágio nem sempre é intencional – por vezes nasce de uma gestão displicente da informação –, mas é sempre penalizado. Em ciência, o auto-plágio também é relevante. O auto-plágio refere-se à reprodução de textos ou dados previamente publicados em novas publicações. Embora seja possível a reutilização de materiais já produzidos no passado, deve ser sempre feita referência à publicação anterior, e a nova publicação deve apre-

sentar novos resultados. A exceção é o caso de uma tradução de uma publicação para outra língua.

A fabricação e a manipulação envolvem a produção de resultados falsos. A fabricação implica a criação de dados inexistentes, enquanto a manipulação refere-se à adulteração dos dados ou da sua interpretação para se obter um resultado pretendido. Ambos são casos de falsificação. Tal como o plágio, a manipulação nem sempre é um ato intencional. Ela pode advir de um tratamento pouco sistemático da informação, ou de uma série de enviesamentos que nem sempre notamos que temos (ver Tabela 5). Por último, a nossa interpretação dos dados também pode ser guiada por um raciocínio motivado, isto é, as nossas intenções e emoções acerca dos resultados que pretendemos pode afetar a nossa capacidade para permanecer neutros. A solução para isto não é necessariamente buscar uma neutralidade objetiva e pura, mas sim assumir a nossa positividade e fazer a sua crítica necessária.

Por outro lado, mesmo quando seguimos um código de conduta que evita más práticas na produção de conhecimento geográfico, é igualmente importante certificarmo-nos que esta produção de conhecimento não é feita à custa de danos colaterais. Os danos possíveis na investigação qualitativa estão geralmente ligados à possibilidade de haver efeitos negativos para as pessoas e as comunidades que estudamos. Para evitar possíveis efeitos negativos, a investigação deve cultivar uma série de boas práticas que descrevemos abaixo.

**Obter consentimento informado.** As pessoas que participam num estudo geográfico devem conhecer

o propósito da investigação que o geógrafo desenvolve. Esse conhecimento é fundamental para as pessoas poderem consentir a partilhar informação com o geógrafo. Os participantes devem ter a opção de não participar se assim o desejam, ou de não responder a todos os pedidos do investigador.

**Garantir confidencialidade.** A participação num estudo geográfico pode requerer a recolha de dados pessoais como o nome, género, idade, morada pessoal ou dados de contato, mas raramente requer a sua publicitação em bruto. Se estes dados pessoais tiverem de ser recolhidos para assistir a interpretação dos dados ou para tratamento cartográfico, eles devem ser anonimizados. A anonimização geralmente faz-se através da atribuição de um código a cada participante na base de dados, que substitui dados que o possam identificar, como o nome, a

morada ou dados de contato. Em métodos qualitativos, no qual a amostra é geralmente reduzida e a informação pode ser particularmente pessoal, pode ser necessário proceder a mais alterações para garantir a confidencialidade dos dados. Em transcrições de falas, por exemplo, é possível que seja necessário omitir indicações de lugares ou algumas descrições. Alguns geógrafos, para garantir a confidencialidade de participantes facilmente reconhecíveis ou particularmente vulneráveis, escolhe criar descrições fictícias a partir de dados reais. Esta questão requer alguma sensibilidade à natureza dos dados e das comunidades que estudamos; não existe uma medida única para todos os casos.

**Evitar ser invasivo.** Os métodos de investigação qualitativa frequentemente envolvem a recolha de informação que é considerada privada, pessoal ou

Tabela 5. **Enviesamentos que podem afetar a investigação qualitativa em geografia.**

Viés de confirmação	A tendência para procurar, interpretar, destacar e recordar informação que confirma as nossas pré-concepções.
Efeito de ancoragem	A tendência para não rever a nossa posição inicial quando confrontados com informação que a contradiz.
Viés da disponibilidade	A tendência para dar mais importância à informação memorizada de que nos lembramos com mais facilidade, que tende a ser aquela que foi memorizada mais recentemente.
Efeito de mera exposição	A tendência para desenvolvermos uma preferência pelas pessoas e espaços que nos são mais familiares, e vice-versa.
Viés da autoridade	A tendência para atribuir maior validade à opinião de uma pessoa numa posição de autoridade.
Assimetria ator-observador	A diferença de interpretação de uma situação entre pessoas envolvidas ativamente numa prática social e observadores. Os observadores tendem a atribuir erroneamente a causa de um determinado comportamento.
Efeito de adesão	A tendência para acreditar numa ideia porque um grande número de pessoas acredita nessa ideia.
Realismo naïve	A crença de que entendemos o mundo como realmente é, que todos os factos são objetivos e auto-evidentes, e que as pessoas racionais irão concordar connosco.

íntima pelos participantes, mesmo quando se refere a práticas desenvolvidas publicamente. Por este motivo, métodos de observação como videografia ou a fotografia podem levantar sérias questões éticas caso essa recolha seja feita de forma furtiva ou sem o consentimento dos filmados. Em vários casos, é impossível que a gravação de imagens não seja furtiva se por exemplo usarmos um drone, ou pode ser impossível obter consentimento de todos os filmados se filmarmos espaços afluentes muito movimentados. Em todos os casos em que se decide usar métodos observacionais como método de recolha de informação, é preciso avaliar os danos possíveis decorrentes da intrusividade do método, mesmo em situações públicas que não requerem consentimento informado.

### **Participantes vulneráveis e tópicos sensíveis.**

Existem pessoas que podem estar mais expostas a ou menos protegidas de consequências negativas da sua participação em investigação geográfica. Esta vulnerabilidade pode ter várias origens; pode estar relacionada com a sua idade, género, etnicidade, capacidade económica, capacidades cognitivas, condição médica ou situação legal. A investigação não pode contribuir para intensificar estas vulnerabilidades, nem pode obter vantagens desta vulnerabilidade para benefício da investigação. Assim, é importante aferir se as pessoas que participam na investigação têm a capacidade para participar de livre vontade e se a sua participação não resultará em desvantagens pessoais. De modo igual, a investigação qualitativa por vezes necessita de abordar tópicos socialmente sensíveis que podem afetar a população vulnerável, mas não só. Em qualquer investigação, deve-se verificar se existe a necessidade de abordar tópicos sensíveis e, caso seja, criar uma estratégia para evitar desvantagens pessoais para os participantes.

**Evitar estereótipos.** A investigação geográfica pode incorrer no reforço de estereótipos nocivos para determinadas pessoas e comunidades. É importante evitar que isto aconteça. Para isso, deve-se identificar os possíveis estereótipos negativos

que podem afetar as pessoas e comunidades que estudamos e garantir que a recolha, tratamento e análise de informação não reproduz esses estereótipos. Deve igualmente questionar os participantes do estudo em relação à forma como pretendem ser tratados, por exemplo em termos de género, etnia, pertença de classe, sexualidade ou idade. A escrita dos resultados deve utilizar os termos preferenciais dos participantes e devemos evitar assumir determinadas pertenças sociais, bem como termos que podem ser entendidos como prejudiciais.

**Gerir expectativas.** Os participantes dos nossos estudos têm os seus próprios objetivos de vida, e os seus desejos em relação ao espaço geográfico que habitam. Frequentemente, os participantes esperam que o estudo para o qual contribuem possa levar a uma vantagem pessoal ou coletiva. A ideia de que o conhecimento é poderoso e pode ser usado para reivindicações políticas é generalizada, e muitas pessoas verão um estudo realizado numa universidade como uma grande oportunidade para serem ouvidos ou verem os seus problemas resolvidos. Apesar disto, sabemos que enquanto académicos, a nossa capacidade para colocar temas na agenda política, embora exista, é limitada. O caminho da produção de conhecimento académico sobre um problema que afeta a qualidade de vida da população à ação política concreta por vezes demora anos. Por este motivo, é importante gerir as expectativas dos participantes, sendo claros e rigorosos no esclarecimento do propósito do estudo e das possibilidades de publicação do mesmo.

**Salvaguardar dados.** O arquivamento da informação empírica que recolhemos através dos nossos métodos de investigação não é um pormenor de menor importância. Um arquivamento rigoroso é essencial para um bom tratamento, análise e interpretação de dados, mas também para salvaguardar a confidencialidade do estudo. Por este motivo, a gestão da base de dados de um projeto de investigação deve ser pensada desde o início, ainda antes do processo de recolha de dados. Preferencialmente, a informação deve ser guardada num compu-

tador seguro, que possa ser apenas acessado pelo investigador. Se for necessário usar um serviço de partilha em nuvem para diferentes investigadores acederem aos dados, este deve ser um serviço oferecido pela universidade que esteja restringido à rede da instituição e não um serviço oferecido por uma empresa privada que poderá dar acesso a terceiros aos dados. Por outro lado, quando se obtém o consentimento informado dos participantes, é importante indicar durante quando tempo os dados que fornecem serão armazenados e, após esse prazo terminar, proceder-se à eliminação dos dados.

**Gerir resultados inesperados.** Por vezes, ao contactarmos com os participantes na nossa investigação, podemos recolher informação que não era expectável nem útil recolher para o nosso estudo. Em alguns casos, esta é informação que os participantes desconheciam, mas que lhes é relevante. Por exemplo, podemos perceber que um participante não sabe que está a ser enganado por outro, que está a cometer um crime, ou que está a ser vítima de um crime. Devemos informar o participante? Em investigação qualitativa, é difícil prever que tipo de resultados inesperados vamos encontrar e, por esse motivo, não é possível dar uma resposta definitiva a esta questão. Nas ciências médicas, é comum no formulário de consentimento permitir aos participantes optar por receber ou por não receber informação sobre resultados inesperados relacionados com eles. Em geografia, nem sempre é possível, portanto cada estudo deve ser cuidadosamente refletido.

**Antecipar a má utilização da pesquisa.** Os resultados de projetos de investigação são sempre publicitados de alguma forma. A geografia deve ser aberta e acessível a toda a humanidade. No entanto,

nem todos pretendem utilizar o conhecimento gerado pelos geógrafos para melhorar a vida no planeta. O conhecimento geográfico pode e é distorcido e instrumentalizado, e usado para promover o uso insustentável de recursos, conflitos étnicos ou injustiças sócio-territoriais. O uso indevido do conhecimento produzido por geógrafos é responsabilidade de quem faz esse uso e não dos geógrafos. No entanto, é possível diminuir as oportunidades de utilização indevida de informação geográfica. Para que tal aconteça, é importante que os dados publicados sejam sempre devidamente contextualizados, analisados e interpretados. Informação geográfica descrita de forma displicente, sem o devido enquadramento analítico, é mais facilmente manipulável do que informação detalhada e explicada.

Existem outras questões éticas que advêm da aplicação específica de alguns métodos usados por geógrafos. Por exemplo, Winchester (1996) discute as questões éticas que a aplicação de entrevistas levanta. Hall (2014) faz uma discussão semelhante em relação ao uso da etnografia. Richardson-Ngweny (2012) e Shaw (2016) refletiram sobre a ética do uso de metodologias de vídeo-grafia participativa. Moore (2010) questionou a ética da investigação geo-histórica em profundidade. Por último, Holton e Harmer (2019) levantaram questões sobre o uso de smartphones pessoais em investigação digital.



#### Para saber mais, consulta:

- Wilson, H., & Darling, J. (2020). *Research Ethics for Human Geography*. Londres: SAGE. Esta obra recente discute em profundidade as questões éticas mais relevantes para a geografia humana. É o primeiro livro pedagógico exclusivamente dedicado a esta temática.

---

## Neste momento, deves sentir-te capaz de:

---

- Identificar os principais problemas éticos que podem afetar a tua investigação.
  - Delinear uma estratégia para assegurar o cumprimento de padrões éticos elevados na tua investigação.
-



2

# Recolha de Dados



# A caminhada

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Compreender como andar pode ser um método de recolha de informação geográfica.
  - Aprender as limitações do método da caminhada.
  - Conhecer as aplicações do método e os diferentes tipos de caminhadas que têm sido desenvolvidos para questões de investigação mais específicas.
- 

**A**ndar faz parte do trabalho de campo de um geógrafo praticamente desde o início da geografia enquanto disciplina académica. Por exemplo, em Portugal, Orlando Ribeiro, o fundador do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, considerava-se um ‘geógrafo andarilho’. Apesar disto, apenas neste século têm surgido reflexões aprofundadas sobre caminhar enquanto método geográfico. Estas reflexões têm vindo geralmente de geógrafos anglófonos e francófonos, mas sempre em diálogo com outras disciplinas como a antropologia, a sociologia ou a arquitetura, nas quais o caminhar como método se tem tornado popular recentemente (Pink et al., 2010). De facto, o método da caminhada tem a particularidade de ter sempre sido utilizado pela maior parte dos geógrafos para conhecerem os lugares que estudam, mas não ter sido comum inseri-lo formalmente como parte de

uma metodologia até recentemente. No entanto, à medida que têm surgido estudos que dão maior relevo ao andar não só como metodologia, mas também como objeto de estudo, no âmbito de uma maior preocupação com modos de mobilidade com reduzido impacto ambiental, a caminhada tem sido vista como um método independente (MacPherson, 2016). Outros têm também argumentado que a caminhada deve ser explicitamente referida como método sempre que é utilizada, porque quando um método que pode oferecer informação relevante não é reportado, isso afeta o rigor dos resultados da pesquisa (Pierce & Lawhon, 2015). Caminhar enquanto método para conhecer lugares é importante porque nos oferece um conhecimento da cidade a partir da perspetiva de um corpo humano. Assim, ao contrário de outros métodos geográficos que olham para o espaço a partir de diferentes escalas e ângulos, o caminhar

coloca-nos na posição das pessoas que experienciam o espaço diretamente. Segundo Pierce & Lawhon (2015), a caminhada ajuda os investigadores a desenvolver o que eles chamam de literacia local, isto é, o conhecimento encarnado das escalas e ritmos de um contexto urbano, que pode ser utilizado para descrever o espaço ou para enquadrar dados recolhidos através de outros métodos. Para além disto, a caminhada permite ao investigador estabelecer uma relação mais íntima com o local, por senti-lo através do seu corpo sem mediações, como é o caso quando a investigação é baseada, por exemplo, em diários, entrevistas, ou sistemas de informação geográfica. Deste modo, a caminhada pode ser usada de modo etnográfico, repetindo-se caminhadas várias vezes, até que se conhece o lugar de uma perspetiva mais próxima possível de um habitante (Gwiazdzinski, 2019). A vantagem de caminhar é justamente o facto de nos oferecer toda a informação social e ambiental sobre um lugar que uma pessoa normalmente recebe. O objetivo do método de caminhar não é simplesmente perceber como se pode ir de um ponto para outro, mas entender este movimento como uma forma de interação com um ambiente físico e social (Pink et al., 2010). Deste modo, seja qual for o tópico de estudo geográfico sobre um lugar, a caminhada pode dar-nos alguma informação sobre isso.

De um modo simples, a caminhada deve ser uma atividade intencional e reflexiva na qual o investigador percorre um percurso – que pode ser pré-definido ou não – para conhecer melhor o contexto físico e social de uma área (Pierce & Lawhon, 2015). A caminhada engloba andar a pé por esse percurso, mas também parar para observar detalhes, exploração de estímulos sensoriais, recolha de dados escritos, fotográficos ou sonoros, e interações casuais com pessoas ou animais. A caminhada tem um propósito imersivo. Logo, este é um método que raramente é rígido. Mesmo quando há um percurso pré-definido, a caminhada pode sofrer os seus desvios, porque algo nos chama a atenção, para perceber melhor a continuidade de certas áreas, porque existem obstácu-

los não esperados, ou por qualquer outro motivo. Raras vezes se define um limite temporal para a caminhada, mas ela pode ser programada para um momento específico do dia, como numa manhã ou à noite. Como andar é algo que a maior parte de nós faz no seu dia a dia, é um método acessível para a maior parte dos investigadores, que mesmo sendo inexperientes podem extrair o máximo desta prática.

O tratamento de dados provenientes de uma caminhada tem os seus desafios e não há um processo único. A caminhada enquanto método imersivo dificulta o seu registo. Escrever sobre caminhar ou efetuar um levantamento do que foi observado na caminhada não é exatamente a mesma coisa que caminhar porque não capta a dimensão física, sensorial, corporal, emocional e reflexiva desse ato situado. Alguns geógrafos encontraram uma solução para este problema na combinação das caminhadas com entrevistas, fotografia, fonografia ou métodos criativos (Yi'En, 2014). No entanto, cada aplicação do método da caminhada requer uma abordagem específica a este problema, que deve ser detalhada na metodologia do estudo. Pierce e Lawhon (2015) sugerem que numa análise comparativa de experiências de caminhadas poderá ser mais útil formular questões de investigação a partir de caminhadas em vez de procurar respostas no terreno desta maneira. Deste modo, a questão de investigação estará já diretamente ligada a informação obtida no terreno, podendo esta ser explorada de um modo mais focado e rigoroso.

Há limitações importantes no método da caminhada, nomeadamente a questão da validade dos dados quando o método é baseado na experiência de uma só pessoa (Pierce & Lawhon, 2015). Ao contrário da autoetnografia, em que é a própria experiência que está em análise, no método da caminhada frequentemente obtém-se dados sobre um lugar através de uma experiência pessoal sem que essa experiência esteja em questão. Por este motivo, é preciso cautela no tratamento destes dados para evitar generalizações a partir de perspetivas particularmente pessoais (Kowalewski & Bartłomiejski, 2020).

A caminhada é tradicionalmente usada como método exploratório, para o geógrafo conhecer um local que desconhece ou conhece pouco, identificar e delimitar locais importantes para a investigação, ou formular questões de investigação. Mas as caminhadas têm sido também extensivamente usadas como método independente ou em combinação com outros métodos em diversos estudos geográficos. Por exemplo, Middleton (2010) estudou a própria prática de andar em cidades como forma de mobilidade sustentável, procurando compreender as experiências daqueles que navegam a cidade no seu dia a dia. A autora identificou diferentes estilos e convenções de andar na cidade, e a sua ligação às experiências sensoriais e à materialidade e tecnologias da cidade. Por outro lado, Wylie (2005) usou a caminhada para estudar a experiência da paisagem da costa inglesa. Através da caminhada, Wylie explorou a relação entre o sujeito e a paisagem, nomeadamente as emoções e as sensações físicas que emergem a partir dos encontros com pessoas e os elementos naturais. Também Murphy (2009) caminhou 1500 quilómetros na costa da Escócia e da Irlanda para estudar a identidade e a sustentabilidade das culturas gaélicas que habitam a costa destes países. Neste caso, a distância percorrida permitiu estabelecer uma ligação entre as várias comunidades distribuídas ao longo da costa que salientou o que há de comum nessas comunidades.

Outros geógrafos desenvolveram métodos de caminhadas mais específicos para abordar determinados temas, como a caminhada de transecto, a caminhada iconográfica, ou as caminhadas sonoras.

A caminhada de transecto é uma caminhada especificamente desenhada para atravessar diferentes áreas geográficas em termos morfológicos, seja isto em contexto urbano, rural, ou qualquer outro. O método do transecto foi originalmente inventado por biólogos para estudar a variação de espécies numa determinada área, e mais tarde adaptado por geógrafos para estudar a variação geográfica de diferentes fenómenos. A ideia-base é percorrer um caminho mais ou menos linear. Isto

pode ser realizado individualmente, mas têm-se tornado mais comum percorrer estes transectos com grupos de participantes. Isto permite perceber como pessoas de várias origens interpretam as transições espaciais do percurso. A caminhada de transecto tem sido usada em estudos muito diversos, por vezes parte de metodologias de métodos mistos. Por exemplo, após efetuarem um levantamento do uso do solo de uma região no Quênia a partir de deteção remota, Kweyu et al. (2020) conduziram caminhadas com informantes-chave para estudar a influência da política e dos conflitos sócio-políticos nas mudanças do uso do solo dessa região. A informação das observações e entrevistas realizadas nestes transectos foram georreferenciadas, o que permitiu uma explicação mais precisa sobre a relação entre política, conflitos, e uso do solo.

A caminhada iconográfica é também realizada em conjunto com um grupo de participantes. Este método divide-se em dois passos. Primeiro, o investigador organiza uma caminhada por um trajeto pré-definido ou espontâneo com o grupo de participantes, durante a qual os participantes são instruídos a recolher imagens da paisagem através de fotografia ou desenhos. No segundo passo, o investigador, em conjunto com os participantes, reproduz e descreve o percurso feito com as imagens recolhidas pelos participantes, identificando as imagens e os elementos iconográficos mais significativos do percurso. Deste modo, este método é útil para explorar as perceções da paisagem e os significativos a ela atribuídos por diferentes grupos sociais (Le Guern & Themines, 2011).

O método da caminhada sonora foi desenvolvido por artistas sonoros na segunda metade do século XX para promover a consciência aurial das pessoas, isto é, fazê-las estar mais atentas ao ambiente sonoro que as rodeia. Neste século, os geógrafos têm-se apercebido do potencial deste método não só para promover a consciência sonora, mas para promover uma consciência mais abrangente de todo o ambiente que nos rodeia, não só na sua componente natural e ecológica, mas também na sua relação com o bem-estar do nosso corpo.

Ao mesmo tempo, a caminhada sonora permite estudar a relação cognitiva, sensorial, e emocional que as pessoas estabelecem com o ambiente que as rodeia, obtendo informações importantes sobre tópicos como o bem-estar, a memória espacial, ou a criação de representações espaciais. Na prática, a caminhada sonora consiste em realizar um percurso com uma atenção especial aos sons que se ouvem, podendo-se incluir também outros estímulos sensoriais. A caminhada pode ser acompanhada de uma conversa, de gravações sonoras, ou de práticas criativas que permitam a partilha e a reflexão sobre a experiência da caminhada (Butler, 2006; Malanski, 2018).



#### Para saber mais, consulta:

- Kowalewski, M., & Bartomiejski, R. (2020). Is it research or just walking? Framing walking research methods as “non-scientific”. *Geoforum*, 114, 59–65.

Este artigo responde às críticas comumente lançadas à caminhada como método de investigação e reflete sobre como caminhar pode ser tornado num método válido e rigoroso.

- Pierce, J., & Lawhon, M. (2015). Walking as method: Toward methodological forthrightness and comparability in urban geographical research. *The Professional Geographer*, 67 (4), 655–662.

Este artigo sobre o valor da caminhada para a geografia urbana discute em profundidade o valor deste método e apresenta estratégias concretas para garantir o rigor e a comparabilidade na sua aplicação.

---

### Neste momento, deves sentir-te capaz de:

---

- Decidir se a caminhada é um método adequado para a tua investigação geográfica.
  - Planear uma caminhada para recolha de dados geográficos, escolhendo a técnica de registo de dados mais apropriada.
-

# Interpretação de paisagem

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Conhecer a história da interpretação da paisagem como método geográfico.
  - Distinguir as duas abordagens à interpretação de paisagens: a paisagem-como-texto e a iconografia da paisagem.
- 

A paisagem foi durante muito tempo entendida pelos geógrafos como a forma visível da superfície do planeta, levando a disciplina a preocupar-se essencialmente com os fenómenos que alteraram essa forma, como os deslizamentos de terra ou o movimento das placas tectónicas. No entanto, à medida que durante o século XX se tornava mais e mais evidente que a morfologia da superfície da terra era produto da ação humana, os geógrafos começaram a olhar para a paisagem como um produto cultural, além de produto natural. Enquanto isto acontecia, emergia também na década de 1970 um movimento humanista na geografia que pretendia explorar o espaço a partir da experiência e da mundividência dos humanos. Para os geógrafos humanistas, interessava tanto perceber como as pessoas experienciavam os lugares e que significados lhes atribuíam como entender a própria organização do espaço. É no seguimento destas mudanças de perspetiva que durante os anos 80 surge uma nova maneira de olhar para a paisagem, que ficou conhecida como a perspetiva da interpretação de paisagens. Para os geógrafos que exploravam a interpretação de paisagens, a ação humana sobre a paisagem não resultou apenas na transformação física do solo terrestre em áreas produtivas e de habitação humana; resultou também na incor-

poração das culturas humanas na paisagem. Os precursores da interpretação de paisagens estavam principalmente interessados na inserção de vários símbolos e signos na paisagem. Estátuas, inscrições e gravuras são alguns dos elementos mais destacados por estudos de interpretação de paisagens. No entanto, a importância destes símbolos e signos não está na sua materialidade, mas no modo como elas contém significância cultural e representam discursos e narrativas mais latas acerca da cultura inscrita nessa paisagem.

Ainda que a interpretação de paisagens não possa ser definida como um método específico com um processo de recolha e tratamento de dados, a importância que adquiriu como lente de interpretação geográfica é de ordem suficiente para ser considerada independentemente. A perspetiva da interpretação de paisagem assenta na ideia de que a paisagem pode ser interpretada de uma maneira semelhante à leitura e interpretação de textos escritos ou orais ou ao visionamento e interpretação de imagens, por exemplo, na pintura (Cosgrove & Jackson, 1987). A interpretação de paisagens na verdade subdivide-se em duas abordagens: uma textual (paisagem-como-texto) e uma visual (a iconografia da paisagem). No entanto, ambas as abordagens estão ancoradas em técnicas de interpretação da semiótica, uma disciplina das huma-

nidades que pode ser definida como o estudo da construção dos significados. Mais concretamente, a semiótica estuda como significados são atribuídos a determinados textos, imagens ou objetos, transformando-os em signos, e como esses signos transmitem os seus significados, não esquecendo como esse processo se desenrola no contexto de culturas específicas. Existem diferentes abordagens semióticas, sendo as mais populares as desenvolvidas por Roland Barthes, Umberto Eco e Charles Peirce (para uma explicação da importância da semiologia para a geografia, ver Lagopoulos, 1993).

A perspectiva da paisagem-como-texto analisa a paisagem como se fosse um documento escrito, olhando especialmente para o modo como a paisagem incorpora discursos e narrativas. Para Duncan (1990), a paisagem deve ser entendida como um dispositivo comunicativo que codifica e transmite informação. Desse modo, a paisagem tem impacto no modo como uma cultura ou sociedade se organiza por transmitir ideias sobre a organização sócio-espacial. Neste âmbito, a interpretação de paisagem recorre ao estudo da intertextualidade para compreender como os discursos e as narrativas são inseridos ou se relacionam com a paisagem (Duncan & Duncan, 1988). O estudo da intertextualidade refere-se ao modo como diferentes textos se relacionam e como o significado de um texto geralmente só pode ser compreendido com o conhecimento prévio de outros textos. Por exemplo, este livro sobre métodos qualitativos só pode ser usado no máximo do seu potencial por quem já leu sobre os conceitos e áreas básicas da geografia. Se não fosse o caso, não se iria perceber o que eu escrevo quando me refiro a regiões, lugares, ou geografia urbana. Por outro lado, os métodos sobre os quais escrevo são descritos em maior pormenor nos textos que referencio. Então, o texto deste livro relaciona-se com e é de certo modo expandido pelo texto desses livros e revistas. Esta relação entre textos chama-se intertextualidade e pode ser encontrada em todo o tipo de textos: na literatura, no jornalismo, nas leis, etc. Pode igualmente ser encontrada uma relação en-

tre os textos mais importantes de uma sociedade, seja poemas épicos, descrições históricas, ou leis fundamentais, e os diferentes tipos de paisagem e os seus textos (Barnes & Duncan, 1992). O estudo intertextual dessas relações desvenda o modo como, por exemplo, discursos sobre a estrutura da sociedade ou a forma ideal de governo pode estar descrita em edifícios de poder como a Assembleia da República em Lisboa, ou como narrativas sobre a história de uma nação pode estar presente em monumentos comemorativos como, por exemplo, o Padrão dos Descobrimentos em Lisboa.

A perspectiva iconográfica, por outro lado, debruça-se sobre a paisagem como um modo de ver ou de representar visualmente (Cosgrove & Jackson, 1987). A perspectiva iconográfica problematiza igualmente a questão da representação. Nesta abordagem, a paisagem como imagem não é uma janela transparente para ver a realidade, mas antes um sistema de representação feito para parecer natural que incorpora símbolos que contém significados ou modos de ver o mundo. Esta perspectiva tem-se dividido em estudos sobre paisagens históricas e paisagens contemporâneas, sendo que a principal diferença está na estabilidade do significado dos símbolos. Enquanto as paisagens pré-modernas e modernas têm uma maior continuidade temporal do significado dos símbolos, um maior enraizamento local desses símbolos e um processo de transformação da paisagem mais lento, as paisagens contemporâneas caracterizam-se pela multiplicidade, globalidade, e efemeridade dos seus símbolos, bem como pela coexistência de grupos que lutam pela transformação dessas representações sociais espacializadas (Cosgrove & Daniels, 1988). Cosgrove (1984) destacou a relação entre as representações (da pintura e fotografia) da paisagem e a transformação da própria paisagem como a criação e manipulações de imagens poderosas com significados que, ao mesmo tempo, mostram e impõem um certo tipo de organização sócio-espacial.

É evidente pelas datas das referências deste capítulo que a interpretação de paisagens teve o seu pico de popularidade nas duas últimas décadas



do século XX. De facto, a transição da Geografia humana para abordagens mais performativas levou a um maior interesse em metodologias com maior ação, como as etnografias em movimento, a investigação-ação, e o uso de tecnologias como o vídeo. No entanto, a interpretação de paisagens continua a ser aplicada por geógrafos, hoje em dia numa análise que não se restringe aos significados contidos na paisagem, mas ao modo como esses significados influenciam a relação com e o uso da paisagem pelas pessoas (Schlottmann, Graefe, & Korf, 2010). Por exemplo, Name e Freire-Medeiros (2017) estudaram a introdução de teleféricos em paisagens de favelas na América Latina, mostrando como a introdução dessa tecnologia de mobilidade não só transformou a paisagem das favelas, mas também permitiu a criação de novas imagens de pobreza que circulam para além da favela. Costa (2008), por outro lado, salienta a importância contínua dos símbolos na transmissão de memória histórica em contextos urbanos e como esse processo participa na definição do que é património cultural.



#### Para saber mais, consulta:

- Cosgrove, D., & Daniels, S. (1988). *The Iconography of Landscape: Essays on the Symbolic Representation, Design, and Use of Past Environments*. Cambridge: Cambridge University Press.  
Esta obra seminal sobre a iconografia da paisagem estabeleceu esta abordagem na geografia e influenciou os vários estudos que até hoje têm utilizado a paisagem como meio de interpretação da sociedade, cultura e política.
- Duncan, J. (1990). *The City as Text. The Politics of Landscape Interpretation in Kandy Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press.  
Esta obra contribuiu para a popularidade da interpretação de paisagens ao apresentar a ideia da paisagem como um texto legível.

---

## Neste momento, deves sentir-te capaz de:

---

- Proceder à observação da paisagem com o objetivo de a interpretar.
  - Decidir que elementos da paisagem são fundamentais para compreender o seu significado.
-

# A entrevista

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Aprender as etapas sequenciais da aplicação da entrevista como método de recolha de dados.
  - Compreender como a entrevista é utilizada em vários campos da geografia.
  - Perceber os fatores que podem afetar a qualidade de uma entrevista.
- 

A entrevista faz parte do repertório básico dos geógrafos pelo menos desde fins do século XIX quando o trabalho de campo é assumido como fundamental pela escola regional francesa liderada por Paul Vidal de la Blache, embora neste momento o contacto verbal com população local fosse realizado de modo informal, frequentemente apenas com guias informantes que acompanhavam os geógrafos no trabalho de campo. À medida que, na primeira metade do século XX, a entrevista se tornou um método básico nos primeiros manuais de pesquisa nas ciências sociais, os geógrafos começaram a assumir a entrevista de um modo mais formal nas suas investigações. As primeiras reflexões consideráveis sobre a entrevista como método geográfico aparecem durante os anos 80 e 90 do século passado, na sequência de uma maior atenção à linguagem promovida pelos geógrafos humanistas (ver Tuan, 1991).

Tradicionalmente, os manuais de pesquisa qualitativa estabelecem uma divisão entre entrevistas estruturadas e semi-estruturadas. As primeiras são entrevistas mais rígidas, em que existe um conjunto específico de perguntas de resposta mais fechada. As segundas são entrevistas mais livres, em que existe um guião com perguntas mais abertas e nas quais o entrevistado pode divagar.

No entanto, devido à popularidade deste método, existe uma miríade de variações na aplicação da entrevista, muitas das quais esbatem estas fronteiras entre tipos de entrevista. A verdade é que todas as entrevistas são de algum modo estruturadas pela maneira como o entrevistado as decide abordar e, ao mesmo tempo, por muito que o entrevistador tente estruturar a conversa, o entrevistado tem sempre alguma margem para expressar o que pretende expressar (Hitchings & Latham, 2020). Por este motivo, vou-me aqui referir a entrevistas mais e menos estruturadas. A condução de uma entrevista tem várias fases: recrutamento de participantes, preparação do guião, escolha do local da entrevista, realização da entrevista, transcrição e análise de dados, e revisita ao entrevistado (Figura 3).

O guião é algo particularmente importante na entrevista, embora não seja o único aspeto a ter em conta na aplicação deste método. Um guião oferece várias vantagens, mas o seu verdadeiro valor está essencialmente em permitir uma análise dos dados mais produtiva. O guião geralmente consiste numa lista de questões que tendem a ser colocadas sequencialmente aos entrevistados. É, no entanto, útil que o guião comece com uma curta explicação do propósito do estudo e do tipo de

Figura 3. As etapas da realização de uma entrevista.



questões que serão colocadas. Isto permite que todos os participantes estejam igualmente informados sobre para que serve a entrevista. Na prática, é na definição do guião que se decide se a entrevista será mais ou menos estruturada, visto que o guião irá condicionar o modo como a entrevista decorre, a informação que é recolhida e, portanto, a análise dessa informação. Um guião mais estruturado permite organizar uma conversa, mantendo o discurso do entrevistado nos tópicos de discussão que interessam ao investigador e garantido que todos os tópicos de interesse são abordados. Por outro lado, uma entrevista mais estruturada permite a comparabilidade dos dados das entrevistas. Num guião mais estruturado, as perguntas tendem a ser diretas e de resposta fechada, procurando uma informação concreta e específica. Em contraste, um guião menos estruturado dá maior liberdade ao entrevistado para oferecer o seu testemunho da forma que lhe é mais confortável, o que tende a resultar em maior quantidade de informação e maior riqueza e detalhe dessa informa-

ção. As questões que compõem um guião menos estruturado não têm que ser perguntas diretas. Podem ser convites à reflexão sobre um tema, pedidos de descrições de lugares, ou pedidos para se contar histórias ou eventos passados. No entanto, neste caso a conversa pode fugir aos temas mais relevantes, porque os entrevistados têm interesse diferentes, e a comparabilidade dos dados pode ser comprometida. Seja a entrevista mais ou menos estruturada, ela acontece sempre em tempo real e o seu desenrolar é imprevisível. No decorrer de qualquer entrevista, será necessário tomar decisões imediatas em instantes, por exemplo, para aprofundar tópicos levantados pelo entrevistado ou para manter a conversa nos tópicos de interesse. Estas decisões irão sempre alterar o curso da entrevista, pelo que é conveniente haver alguma preparação prévia para a sua condução, ainda que tendo em conta que qualquer conversa é sempre incalculável. Numa entrevista, o mais importante é dar espaço ao entrevistado para falar, para exprimir tudo o que sente necessário. Frequentemente

mente, em especial com população mais vulnerável, será uma das poucas vezes – ou a única – que alguém lhes está a pedir a opinião sobre assuntos que são de extrema importância para as suas vidas. É importante, não só do ponto de vista da qualidade dos dados, mas por respeito pelos seres humanos que encontramos, que lhes seja dado o tempo e o espaço para falar, que a sua voz não seja interrompida.

Seja o guião mais ou menos estruturado, é importante ter a certeza que as perguntas não são ambíguas, isto é, que não exista confusão sobre o que se está a falar. É necessário evitar termos técnicos ou jargão académico que pode ser mal compreendido pelos entrevistados. Conceitos geográficos como lugar, por exemplo, tem definições vernaculares próprias que são diferentes da maneira como nós, geógrafos, as utilizamos. Por vezes, é útil que exista uma explicação do significado de termos importantes para a entrevista que podem ser entendidos de forma diferente pelos entrevistados. É igualmente importante que a formulação das perguntas não guie os entrevistados para uma resposta específica. Formulações como “não pensa que...”, “preocupa-se com...”, “julga que é negativo que...”, “está descontente com...” são de evitar porque direcionam a resposta dos entrevistados. Este tipo de formulações deve ser substituído por modos mais abertos de solicitar resposta como “o que pensa de...”, “qual é o seu sentimento acerca de...”, “como avalia...”. Por último, deve haver cuidado para que as questões não sejam antagónicas, isto é, não produzam tensão entre o entrevistado e o entrevistador. Isto não implica que o entrevistado não possa ser confrontado com opiniões diferentes das suas, mas o entrevistador deve evitar assumir uma posição diretamente contrária ao entrevistado, por várias razões. Não se trata de uma questão de etiqueta; a questão é que assumir uma posição antagónica pode levar o entrevistado a assumir uma posição defensiva, o que é uma maneira de guiar as suas respostas.

Se as primeiras definições de entrevista a afastavam da ideia de conversa e a posicionavam como um método científico e objetivo de recolher dados

para uma investigação, hoje existe uma espécie de retorno à ideia de que a entrevista se baseia numa conversa. Para esta mudança tem contribuído a noção crescente de que o tipo de relações sociais em que a entrevista assenta tem um efeito profundo no tipo de conhecimento que daí emerge. Em particular, tem sido salientado que a entrevista estabelece uma relação de poder. O entrevistador é um académico, ou seja, alguém com educação superior que se coloca numa posição de produtor de conhecimento, que tem no geral clara vantagem sobre o entrevistado, frequentemente alguém com menores qualificações e sem acesso aos meios de comunicação da academia. Neste panorama, o entrevistado pode apenas ter as suas palavras avaliadas e interpretadas pelo académico, que é quem em última análise irá produzir e publicar o conhecimento. É uma relação desigual, que pode ser agravada quando outros tipos de desigualdades sociais se reproduzem na entrevista, como diferenças de género, etnia, nacionalidade, idade, ou capacidade física ou intelectual. Por este motivo, o estatuto de observador neutro e objetivo do entrevistador tem sido posto em causa, e é hoje considerado *de riguer* dar atenção ao tipo de relações de poder que a entrevista pode estabelecer, e procurar meios de empoderar os entrevistados face ao entrevistador. Esta é uma matéria controversa, havendo quem defenda que o conhecimento da entrevista não deve vir de um académico que analisa um sujeito, mas diretamente do sujeito, e quem defenda que o conhecimento deve antes ser produto de um diálogo no qual tanto o entrevistador como o entrevistado se fazem ouvir (Baxter & Eyles, 1997).

Enquanto geógrafos, não podemos esquecer que o lugar importa, mesmo quando se trata de uma conversa. Uma entrevista proveitosa só acontece quando o entrevistado está à vontade para falar livremente e o lugar onde a entrevista acontece é de extrema importância para tal (Veeck, 2020). Neste sentido, é sempre melhor deixar o entrevistado escolher o local e a hora em que prefere falar em vez de convocar pessoas a uma hora específica num local específico. Tendencialmente, um entre-

vistado irá preferir ser entrevistado na sua comunidade em vez de o ser, por exemplo, num campus universitário que desconhece. Esta questão do lugar vai para além da localização espaço-temporal; ela implica também seguir o ritmo e práticas que os entrevistados preferem. Criar empatia com o entrevistado implica estar sintonizado com o seu ritmo. Um empresário poderá preferir uma entrevista à hora de almoço. Outros num café ou em sua casa ao fim do dia. Estas preferências podem ser inconvenientes para o investigador, mas adaptar-se a elas poderá não só trazer o benefício de uma entrevista com melhor informação, mas também ter acesso a um momento do dia a dia do entrevistado. Caso a entrevista ocorra em lugares ou comunidades que o investigador não conhece bem, é aconselhável procurar um intermediário que nos possa apresentar algumas pessoas e indicar-nos os melhores lugares para se conversar.

Como em qualquer outro método, é conveniente realizar algumas entrevistas experimentais antes de se considerar o guião e outros detalhes finais. Se tudo correr bem nas entrevistas experimentais, não há razão para não as incluir no conjunto final de entrevistas. No entanto, podem surgir imprevistos que obrigam a uma reformulação do método. Por exemplo, se todos os entrevistados estão a fugir a algumas questões e desenvolver outros tópicos, é possível que as questões estejam mal formuladas, ou que o tópico de importância para o investigador naquele lugar não esteja a ser devidamente considerado.

Depois de realizadas as entrevistas, é necessário pensar em como se irá preparar os dados para análise. As entrevistas são frequentemente gravadas em formato áudio. Nos raros casos em que tal não é possível, o entrevistador pode tomar notas durante a entrevista – o que é bastante difícil – ou escrever sobre a entrevista assim que possível após a realização da mesma, o que implica sempre perder dados devido à dependência da memória. Assim, é preciso considerar a viabilidade das entrevistas quando existem muitos casos em que os entrevistados não autorizam a gravação áudio. A transcrição da entrevista para texto é amplamente

considerada como fundamental para uma análise mais cuidadosa do discurso dos entrevistados. No entanto, a importância do escutar nas entrevistas tem sido sublinhada por alguns geógrafos que têm notado que existe informação afetiva e emocional codificada nas inflexões vocais dos entrevistados que se perde ao se transcrever a fala para escrita, e que pode ser importante para perceber a importância do conteúdo dessa fala. A transcrição é um trabalho intenso que consome várias horas e, por isso, deve ser tida em conta na calendarização das tarefas. Para referência, cada hora de entrevista tende a demorar quatro horas a transcrever por alguém com experiência na transcrição de áudio. Neste caso, a transcrição de um conjunto de vinte entrevistas com uma hora cada demorará cerca de oitenta horas: duas semanas de trabalho. E irá demorar mais no caso de uma pessoa iniciante.

A interpretação dos dados não tem de ser responsabilidade exclusiva do investigador. De facto, uma análise unilateral das palavras dos entrevistados pode facilmente potenciar uma interpretação errónea ou parcial. Para impedir isto, é útil realizar-se revisitas aos entrevistados depois da análise dos dados. Embora esta prática não seja generalizada, ela aumenta consideravelmente a fiabilidade da interpretação e é mais um passo para permitir que o conhecimento gerado seja co-criado. As revisitas aos entrevistados podem ser realizadas para verificar as conclusões que o investigador retira dos dados, permitindo assim que os entrevistados confirmem que as suas palavras não estão deturpadas, ou para expandir a entrevista, por exemplo, colocando questões que não estavam no guião mas que foram levantadas num número significativo de entrevistas. Deste modo, a revisita é um momento fundamental para o investigador perceber o que há de mais e de menos importante nas suas conclusões para quem vive a realidade dos lugares estudados (Baxter & Eyles, 1997).

Embora a entrevista tenha um processo geral comum, alguns geógrafos têm desenvolvido entrevistas específicas para o seu campo de pesquisa. Na geografia económica, a entrevista corporativa

tem sido explorada como alternativa aos questionários quantitativos que têm a limitação de oferecer muitos dados que podem ser correlacionados, mas poucas pistas sobre causalidade. A entrevista corporativa procura então compreender o comportamento de uma empresa à luz da sua história e contexto financeiro e econômico, e das suas estratégias em relação ao mercado, tecnologias, localização, e relações de trabalho. Assim, a entrevista corporativa difere da entrevista tradicional no sentido em que o sujeito de estudo é uma empresa e não uma pessoa, ainda que efetivamente seja uma pessoa da empresa a ser entrevistada. Neste sentido, é particularmente importante perceber quem é a pessoa mais indicada para ser entrevistada em representação da empresa. É de notar que, tal como nas entrevistas tradicionais, as empresas entrevistadas também tendem a ser anonimizadas. Para Schoenberger (1991), o mérito da entrevista corporativa está em apresentar os racionais dos agentes económicos e situá-los nos processos complexos e nas redes de relações internas e externas em que eles operam. Deste modo, os dados da entrevista corporativa oferecem informação relevante para perceber a complexidade geográfica, histórica, e institucional dos processos económicos, especialmente em períodos de grandes mudanças económicas e sociais em que as prioridades dos agentes são reformuladas.

Na geografia da saúde, a entrevista mais ou menos estruturada tem sido criticada como um método demasiado rígido para ser aplicada com pacientes com vulnerabilidades causadas por problemas de saúde, em particular quando se trata de questões de saúde mental. Parr (1998) argumenta que a entrevista neste contexto deve ter um formato mais flexível que não procure classificar os entrevistados ou as suas respostas, e que tenha abertura para os entrevistados negociarem as suas condições. Isto engloba considerar as subjetividades dos pacientes como válidas, ainda que contextualizando-as nas relações sócio-espaciais em que emergem, o que por sua vez implica estar aberto a entendimentos diferentes, divergentes, e pouco familiares de experiências espaciais que

pessoas sem problemas de saúde por vezes tomam por garantidas.

Na própria pedagogia geográfica, a entrevista pode ser um método importante de aprendizagem. Pandit e Alderman (2004) desenvolveram a entrevista ao estudante internacional como um método para os alunos adquirirem conhecimento sobre compreensão intercultural. Este método consiste em um estudante de um determinado país entrevistar um estudante estrangeiro a residir no mesmo país. O processo desta entrevista contém quatro passos. Primeiro, o estudante é convidado a encontrar um estudante internacional e obter a sua permissão para ser entrevistado. Depois disso, o estudante pesquisa sobre o país e cultura de origem do entrevistado para se preparar para a entrevista. O terceiro passo é realizar a própria entrevista, para finalmente analisar a entrevista e escrever um relatório sobre as conclusões alcançadas. Para os autores, este processo contribui para desenvolver um entendimento intercultural porque cria um diálogo entre estudantes de diferentes origens e promove a auto-reflexividade. O propósito final deste método não é exatamente que o estudante de origem aprenda sobre a cultura do estudante internacional, mas que ganhe consciência acerca dos processos de relações interculturais e como a sua própria cultura molda o seu olhar e enquadra o modo como estes processos se desenrolam.

A entrevista tem sido cada vez mais usada em combinação com outros métodos qualitativos, por vezes até ao mesmo tempo, ou seja, entrevistando pessoas enquanto se faz outra coisa que pode também ser entendida como método, por exemplo, numa etnografia (Hitchings, 2012). Mais frequentemente, a entrevista mais ou menos estruturada é usada em combinação com meios mais participativos de recolha de informação como diários ou investigação-ação, com métodos tecnológicos de recolha de informação como fotografia, ou com métodos de pesquisa documental no caso de investigação geo-histórica (Dowling, Lloyd, & Suchet-Pearson, 2016). Estas combinações têm sido desenvolvidas para combater a principal limitação

da entrevista como método geográfico, que é a sua dependência da memória de entrevistados e das suas perspetivas localizadas. No entanto, em combinação com outros métodos, a entrevista é um método de excelência para aceder a informação sobre os lugares e as suas histórias, e sobre como as pessoas os veem, experienciam e dão significado.



#### Para saber mais, consulta:

- Dowling, R., Lloyd, K., & Suchet-Pearson, S. (2016). Qualitative methods I. *Progress in Human Geography*, 40 (5), 679–686.

Este relatório de progresso faz o estado da arte das principais inovações que têm sido desenvolvidas em entrevistas no âmbito da geografia.

- Hitchings, R., & Latham, A. (2020). Qualitative methods I: On current conventions in interview research. *Progress in Human Geography*, 44 (2), 389–398.

Este relatório de progresso recente reflete sobre as convenções do método da entrevista na geografia.

---

## Neste momento, deves sentir-te capaz de:

---

- Planear a realização de entrevistas com uma amostra de participantes.
  - Escrever um guião de entrevista e conduzi-la num local onde o entrevistado se sinta confortável.
  - Ter atenção às relações de poder que a tua entrevista pode instaurar.
-

# A entrevista andante

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Compreender o valor de entrevistar pessoas em mobilidade e em ambientes familiares.
  - Saber adaptar a entrevista tradicional aos contextos de mobilidade contemporâneos.
- 

**A** entrevista andante foi desenvolvida a pensar em ultrapassar algumas das limitações das entrevistas estruturadas e semi-estruturadas. Primeiro, a entrevista andante elimina a dependência da memória do entrevistado que se verifica em entrevistas tradicionais, uma dependência o que é problemática porque pode ser incompleta ou seletiva. Em segundo lugar, enquanto a entrevista tradicional amplifica as representações (no sentido de ideias feitas) dos lugares em detrimento das experiências situadas, a entrevista andante permite-nos falar sobre um lugar à medida que o experienciamos, dirigindo o foco da conversa para o uso prático e a experiência imediata dos lugares. Em terceiro lugar, a entrevista andante permite reformular as dinâmicas de poder que podem afetar a entrevista tradicional. Isto porque entrevistar pessoas em locais que são estranhos para elas – como uma sala que desconhecem – pode ser intimidante e isso pode ter um efeito repressor nas suas respostas. A entrevista andante, quando é realizada num percurso escolhido ou conhecido pelo entrevistado, permite-lhe assumir uma posição emancipadora de segurança e controlo, dando-lhe maior liberdade para se exprimir (Jones et al., 2008).

A entrevista andante emergiu neste século na sequência do interesse geral da geografia em, por um lado, tornar os seus métodos mais móveis para os

aproximar de uma realidade cada vez mais veloz e ambulante e, por outro lado, em dar atenção ao modo como o espaço é experienciado na prática, dando relevo à sua performatividade e afetividade. De facto, a entrevista andante foi inicialmente desenvolvida em estudos sobre o lugar por geógrafos que pretendiam expandir o conhecimento sobre a ligação pessoal e coletiva aos lugares para além das representações e emoções que as pessoas desenvolvem sobre os lugares. Isto é, importava não só compreender que representações e emoções as pessoas associavam aos lugares, mas como é que essas representações e emoções eram criadas em experiências específicas, e que práticas compunham essas experiências espaciais. Não obstante, a ligação entre discurso e local que a entrevista andante proporciona torna este método útil para qualquer estudo espacial (Jones et al., 2008). A entrevista andante tem também sido aplicada em estudos sobre diversidade. Por exemplo, Warren (2017) realizou entrevistas andantes com mulheres muçulmanas em Birmingham no Reino Unido para desvendar como as diferenças sociais em termos de religião, etnia e género influenciam o modo como os indivíduos se movem pela cidade. Neste caso, a entrevista andante providencia informação espacial específica que salienta as diferenças nas práticas de mobilidade e as suas trajetórias, ao mesmo tempo que a



informação da entrevista identifica as causas que explicam essas diferenças.

A entrevista andante consiste na prática de conversar enquanto se anda (Anderson, 2004). De modo simples, a entrevista andante é uma entrevista realizada enquanto se percorre um percurso espacial – não necessariamente a pé –, o qual é o próprio objeto da entrevista. Ou seja, na entrevista andante, o trajeto é tão importante como o guião, sendo possível que este substitua o guião inteiramente em alguns casos (Evans & Jones, 2011). Existem várias abordagens à definição do trajeto, desde estudos em que geógrafos apenas passeiam livremente e conversam com participantes a entrevistas em trajetos relativamente rígidos pré-definidos pelo investigador. Antes da realização da entrevista, é importante decidir se será o investigador ou o participante a escolher o trajeto. Se o investigador procura opiniões ou informações sobre locais, edifícios ou marcos específicos, um trajeto pré-definido pelo investigador é preferível. Caso seja mais importante a percepção subjetiva do participante acerca de um determinado local, será aconselhável ser o participante a escolher o trajeto. Ambas as abordagens têm os seus reveses: se na primeira o entrevistado pode ficar desconfortável por estar fora do seu ambiente, na segunda opção é mais difícil controlar a informação espacial recolhida e garantir a sua comparabilidade.

Existem também diferentes abordagens à utilização dos dados obtidos na entrevista andante. É mais frequente o estudo restringir-se ao mesmo tipo de análise discursiva ou hermenêutica da fala do entrevistado que é realizada numa entrevista tradicional, mas alguns estudos usaram sistemas de informação geográfica para espacializarem essas



#### Para saber mais, consulta:

• Evans, J., & Jones, P. (2011). The walking interview: Methodology, mobility and place. *Applied Geography*, 31 (2), 849–858.

Este artigo apresenta a metodologia da entrevista andante em detalhe, incluindo a aplicação de um estudo de caso que usa sistemas de informação geográfica para o tratamento da informação.

falas e combiná-las com outros dados recolhidos no trajeto (Evans & Jones, 2011). Deste modo, é possível uma análise mais contextualizada em termos espaciais e um maior entrosamento dos dados qualitativos com informação acerca de variáveis ambientais.

Apesar de ultrapassar algumas limitações da entrevista tradicional, a entrevista andante tem as suas próprias barreiras. Nomeadamente, ela é limitada pela capacidade dos entrevistados em andar. Com isto em mente, Parent (2016) adaptou este método para pessoas com dificuldades de locomoção e discute algumas estratégias para ultrapassar essas limitações. A entrevista andante é igualmente limitada pela possibilidade de enquadrar determinadas questões em certos espaços. Por exemplo, a entrevista andante pode não ser útil em tópicos de investigação ligados a eventos temporários, acontecimentos passados, ou realizadas em lugares perigosos ou inacessíveis. Em acréscimo, a entrevista andante é frequentemente mais longa e fisicamente exigente que uma entrevista tradicional, o que pode dificultar o recrutamento de participantes. É preciso também ter em conta como as condições ambientais como a poluição, o calor, ou o ruído podem afetar a condição física do participante e, conseqüentemente, a qualidade da entrevista (Evans & Jones, 2011).

## Neste momento, deves sentir-te capaz de:

• Adaptar a tua entrevista a um contexto de mobilidade.

• Escolher a melhor maneira de definir o trajeto da entrevista.

# Entrevistas com eliciação de materiais

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Compreender o valor de usar materiais de investigação em entrevistas para permitir conversas mais aprofundadas sobre temas geográficos.
  - Conhecer alguns dos tipos de materiais que têm sido elicitados por geógrafos em entrevistas.
- 

Os geógrafos têm-se dedicado a explorar novas maneiras de empoderar os participantes nas suas entrevistas, conferindo-lhes mais poder para se exprimirem e intervirem nas questões que a investigação coloca, nos dados que recolhe, e na maneira como a análise é realizada. A entrevista com eliciação de materiais tem sido um método frequentemente usado para alcançar estes objetivos. De um modo simples, a entrevista com eliciação de materiais é uma entrevista que, em vez de ser conduzida exclusivamente por um investigador que coloca questões nas quais pensou anteriormente, consiste num diálogo sobre determinados materiais que representam espaços, lugares ou paisagens. O processo da entrevista é simples. O investigador apresenta materiais de investigação – como fotografias, vídeo, gravações sonoras, mapas ou desenhos – e pede ao entrevistado que os descreva e comente. Estes materiais podem ter sido recolhidos previamente pelo investigador, ou este pode ter pedido antes ao participante que recolhesse materiais para a entrevista. Neste segundo caso, o participante tem uma liberdade maior para exprimir a sua visão do mundo, mas pode ser mais difícil dirigir a entrevista para os tópicos de interesse do investigador. Não obstante, isto também pode ser um modo generativo de co-criar questões de investigação com os participantes. Os materiais elicitados podem ser todos apresentados de uma vez e o participante escolhe quais comentar, ou podem ser apresentados em sequência, como um guião de entrevista. Os mate-

riais podem ser o único gatilho para a conversa, ou o investigador pode também definir um pequeno guião que dirija a conversa para um tópico específico. O processo de tratamento e análise dos dados de entrevistas com eliciação é semelhante ao da entrevista tradicional. No entanto, no caso de ter sido o participante a recolher materiais do seu dia a dia, é possível que isto gere problemas acrescidos de anonimato ou de resultados de investigação incidentais, o que deve ser acutelado no processo de análise de dados.

Para além da colaboração na construção do conhecimento geográfico que este método permite, a entrevista com eliciação tem também sido valorizada pelos geógrafos para induzir reflexão nos participantes. Para Bigando (2013), a eliciação leva os participantes a usar a sua sensibilidade para refletir sobre a paisagem do seu dia a dia, um aspeto das suas vidas que frequentemente não é notado, sendo uma espécie de plano de fundo da sua existência quotidiana. A eliciação reconfigura a relação com o espaço porque destaca certos elementos da paisagem, quer através da imagem, do som, ou até de representações figurativas. À medida que a ou o participante tentar tornar o material inteligível, ela ou ele tem uma nova possibilidade de reconhecer, recordar, ou repensar a experiência espacial (Bigando, 2013). Para além disto, a eliciação de materiais pode ser útil para quebrar o gelo quando se entrevista participantes com o qual não existe contato prévio. A identificação de imagens conhecidas pode ser um modo de aceder aos significados que os par-

ticipantes atribuem a espaços sem ter que colocar perguntas intrusivas (Bignante, 2010).

Devido à necessidade de recolha prévia de materiais a serem elicitados, a entrevista com elicitación é invariavelmente realizada na sequência de outros métodos geográficos. Deixo aqui três exemplos de aplicação prática da entrevista com elicitación em que isto acontece.

Estevens (2015) realizou entrevistas com recurso a elicitación de fotografias num estudo sobre o papel dos artistas e dos eventos artísticos nos conflitos urbanos no bairro do Raval em Barcelona e no bairro da Mouraria em Lisboa. Estevens recolheu fotografias em caminhadas realizadas nos bairros no âmbito de uma metodologia de observação direta e participante, e posteriormente usou-as em entrevistas a agentes-chave desses bairros. Estevens optou pela associação de um guião de entrevista semi-estruturada à entrevista de elicitación de fotografias, permitindo ligar a conversa sobre as fotografias aos tópicos centrais da sua pesquisa, mas deixando ao entrevistado a liberdade para levar o discurso por outros caminhos. Deste modo, a elicitación de fotografias permitiu ligar a informação discursiva sobre as transformações dos bairros e os seus conflitos, e o papel das artes nesses conflitos, a espaços e materiais concretos desses bairros.

Jones et al. (2016) realizaram entrevistas com elicitación de vídeo num estudo sobre uso de bicicletas no espaço urbano por parte de idosos. As entrevistas foram realizadas após um estudo móvel no qual os participantes do estudo percorriam a cidade em bicicleta, sendo esse percurso registado em vídeo, com GPS, e com um sensor da resposta galvânica da pele (isto é, um bio-sensor que mede a excitação emocional através dos níveis de atividade der-



### Para saber mais, consulta:

• Bignante, E. (2010). *The use of photo-elicitation in field research. Exploring Maasai representations and use of natural resources*. EchoGéo, 11. <https://doi.org/10.4000/echogeo.11622>

A autora apresenta a história da elicitación de materiais como método de investigação e discute o seu valor, apresentando uma aplicação prática do método com uma comunidade indígena.

mo-elétrica). Depois deste estudo, os autores realizaram entrevistas com os participantes no qual o vídeo do percurso foi elicitado para discutir em detalhe a relação entre o espaço urbano, a prática física, e o bem-estar psicológico e emocional do participante. Com esta informação, Jones et al. (2016) criaram um relatório com recomendações para desenhar espaços urbanos preparados para promover o uso da bicicleta por idosos de forma segura.

Duffy e Waitt (2013) estudaram as práticas de cuidar de casas e a sua sustentabilidade com recurso a entrevistas com elicitación de som. Após pedirem a um número de participantes na investigação para realizarem diários sonoros nas suas habitações, Duffy e Waitt entrevistaram os participantes usando a reprodução dos sons gravados para guiar a conversa. Deste modo, os participantes puderam apresentar as suas práticas íntimas realizadas no seu lar sem se exporem em demasia, e os investigadores tiveram a oportunidade de colocar questões sobre práticas específicas e como elas são enquadradas pelas ideias sobre sustentabilidade dos participantes. Enquanto numa entrevista tradicional o diálogo sobre a sustentabilidade das práticas dos participantes corria o risco de se manter num plano abstrato, a entrevista com elicitación permitiu relacionar as ideias abstratas com práticas concretas.

## Neste momento, deves sentir-te capaz de:

- Definir que materiais de investigação podem ser elicitados na tua entrevista para salientar a dimensão geográfica durante a conversa.
- Compreender como materiais de investigação podem ser recolhidos para elicitación em entrevistas e como podem ser integrados na entrevista.

# Entrevistas de história de vida

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

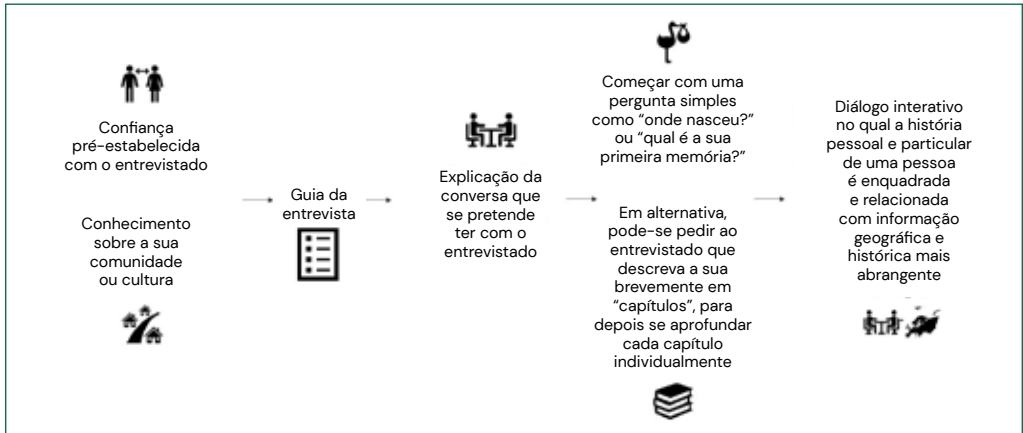
- Compreender como histórias de vida podem gerar informação geográfica valiosa.
  - Identificar as dificuldades e as limitações que a entrevista de história de vida acarreta.
  - Conhecer as etapas que constituem a realização de uma entrevista de história de vida.
- 

**E**m termos simples, a entrevista de história de vida é uma entrevista aberta em que o entrevistado é convidado a narrar cronologicamente os eventos da sua vida. Este método foi desenvolvido por psicólogos interessados em aprofundar as histórias pessoais como um meio de investigar o desenvolvimento de personalidades, e por antropólogos como um meio de conhecer as histórias pessoais e coletivas de membros de comunidades em estudo. Ao longo do tempo, o método foi também utilizado por historiadores para reconstruir ou complementar narrativas históricas sobre lugares ou temas com pouca informação documental, e por sociólogos que viram neste método um meio de compreender como mudanças estruturais na sociedade afetam a vivência quotidiana de pessoas e comunidades. Durante os anos 80 e 90 do século passado, também os geógrafos começaram a olhar para este método com interesse (Miles & Crush, 1993). Este interesse estava inicialmente ligado com o facto de a entrevista de história de vida estar tão centrada na experiência individual de uma pessoa, e por esse motivo, dar tanto destaque às palavras dessa pessoa. Na entrevista de história de vida, não é o geógrafo que estrutura a conversa e os seus temas através das suas perguntas, é o entrevistado que tem a liberdade de se expressar e narrar a sua própria história. É do seu lado que está o poder, o protagonismo é seu. Desde então, a entrevista de história de vida tem sido aplicada com diferentes propósitos, mas frequente-

mente ligado ao seu potencial de enquadrar histórias pessoais em redes de relações sócio-espaciais interligadas e enquadradas em estruturas sociais, políticas e espaciais. A história de vida oferece profundidade ao permitir explorar intensamente um caso concreto, mas também detalhe ao permitir comparar como diferentes vidas se intersectam com um lugar, ou com um período de transformação geográfica. Este método tem sido particularmente fulcral para obter informação sobre grupos sociais mais vulneráveis, marginalizados ou remotos (Dutta, 2016). Apesar de a entrevista de história de vida ser um método aberto e flexível centrado nas palavras do entrevistado, ela implica ainda assim vários cuidados processuais para garantir que a informação recolhida é útil para os propósitos concretos de uma investigação. Assim, há alguns passos que importa acertar, nomeadamente em relação à preparação e à condução da entrevista, e à análise dos dados (ver Figura 4).

A entrevista de história de vida não implica a criação de um guião estruturado de questões, mas a preparação da entrevista é ainda assim um passo fundamental. Por ser uma entrevista particularmente pessoal, o entrevistador deve ter alguma confiança previamente estabelecida com o entrevistado e algum conhecimento sobre a sua comunidade ou cultura. Por este motivo, é comum a entrevista de história de vida acontecer depois de um período de investigação etnográfica durante o qual se identifica pessoas-chave a entrevistar e se estabelece uma

Figura 4. Os passos de uma entrevista de história de vida.



relação com elas (Miles & Crush, 1993). Devido à duração da entrevista e à quantidade de dados recolhida, é difícil realizar um grande número de entrevistas de história de vida, o que torna a seleção de participantes especialmente importante. Em acréscimo, a preparação da entrevista deve ter em conta como ela pode ser conduzida de forma a que a história particular de uma pessoa contenha informações relevantes para as questões de investigação. Num estudo geográfico, importa ter em conta a relação do entrevistado com os lugares, modos de mobilidade, tipos de habitação, ou períodos históricos relevantes para o estudo.

A condução da entrevista em si deve dar o protagonismo à narrativa do entrevistado (Yoshida, 2016). É adequado começar com uma explicação da conversa que se pretende ter com o entrevistado, quanto tempo é expectável que demore, e o objetivo do estudo do qual a entrevista faz parte. Depois disto, uma pergunta simples como "onde nasceu?" ou "qual é a sua primeira memória?" dá início à conversa. Em alternativa, pode-se pedir ao entrevistado que descreva a sua vida brevemente em 'capítulos', para depois se aprofundar cada capítulo individualmente. Na condução da entrevista em si importa ter em conta que, ainda que o método implique que a narrativa do entrevistado seja dominante, o entrevistador não deve passar a ter um papel passivo. A história de vida deve ser entendida como um diálogo interativo no qual a história pessoal e particular de uma pessoa é enquadrada e relacionada com informação geográfica e histórica mais abrangente (Miles

& Crush, 1993). É mais útil não esperar pelo momento de análise de dados para fazer esta relação: se for possível explorar os temas mais relevantes para a investigação, colocando questões adicionais sobre tópicos específicos levantados pelos entrevistados sem os interromper, mais profunda e concreta será a informação recolhida. É aconselhável ter perguntas preparadas para desenvolver certos tópicos, mas também ter cuidado para que estas não cortem a narrativa do entrevistado. A condução de uma entrevista desta envergadura implica paciência, empatia e atenção para compreender o ritmo do entrevistado e saber quando o abrandar para explicar algo mais a fundo, ou quando saltar para a frente no tempo. Nenhuma pessoa teve uma vida sem momentos difíceis, portanto é normal que alguns períodos da vida ou tópicos sejam demasiado emocionais, pessoais e difíceis para serem discutidos. É preciso ter tato para perceber quando se deve dar tempo aos participantes ou quando é melhor mudar de tópico. Por outro lado, a entrevista de história de vida pode ser longa demais para um participante com menos tempo ou força. Neste caso, deve-lhe ser dada a opção de fazer pausas, ou interromper e continuar noutro dia. Isto é normal, por vezes há entrevistas de histórias de vida que demoram dias a concluir. Uma entrevista de história de vida com sucesso permite ao entrevistado não só narrar descritivamente a sua história, mas também exprimir a sua relação emocional com ela e refletir conscientemente sobre ela (Dutta, 2016). A entrevista de história de vida não precisa de estar restrita ao passado do participante: podem ser

incluídas perguntas sobre os planos para o futuro. Também não tem de se focar na vida inteira do participante. Pode estar centrada numa parte específica, como a vida adulta, ou o período em que morou num determinado lugar.

A análise de uma entrevista de história de vida tem particularidades próprias porque dela resulta uma grande quantidade de informação pessoal. Na sua análise, quando não se trata de um estudo biográfico, importa primeiramente contextualizar essa informação. Ou seja, é preciso perceber como ela se enquadra nos principais períodos históricos, como se intersecta com os grandes momentos de mudança sócio-política, e como ela deambula espacialmente. A análise de uma entrevista de história de vida é mais útil quando é estabelecida esta relação entre o nível micro da vida de uma pessoa e o nível macro da sociedade e do território. No entanto, dado o manancial de informação individualizada, é comum ser difícil estabelecer relações causais diretas entre duas variáveis. As histórias pessoais de vida são sempre um encontro complexo de diferentes espaços, estruturas sociais, memórias e significados coletivos, políticas e – acima de tudo – as respostas individuais que as pessoas dão a todas essas circunstâncias que moldam as suas vidas. De facto, as histórias pessoais salientam esta complexidade, e a individualidade e autonomia das pessoas (Yoshida, 2016).

Se a entrevista de história de vida tem um grande potencial, também tem óbvias limitações. A primeira delas é o facto de consumir uma grande quantidade de tempo em todas as suas fases: na identificação de entrevistados, na entrevista, na transcrição e na interpretação de dados. A assinalável quantidade de informação que cada entrevista oferece acaba inva-

riavelmente ter de implicar uma redução do número de participantes pelos limites de tempo que qualquer investigação tem. Por outro lado, a entrevista de história de vida ancora-se inteiramente no discurso dos entrevistados. Apesar deste método ter o aspeto positivo de dar voz aos participantes, esta voz pode estar enviesada pela memória, ideais, preconceitos, etc., dos participantes. Deste modo, a informação recolhida não deve ser tratada como uma fonte neutra de dados sobre acontecimentos ou lugares reais. Pelo contrário, ela é uma representação da realidade, uma estória pessoal no qual realidade e ideais se misturam (Miles & Crush, 1993).

Têm sido publicados vários estudos em vários subcampos da geografia humana que incorporam a entrevista de história de vida como método central. Por exemplo, Robson (2000) explorou as histórias de vida de mulheres da comunidade rural Hausa na Nigéria para mostrar como as relações e hierarquias de género nesta sociedade estão associadas a identidades e práticas espacialmente segregadas. Por outro lado, Jackson (2010) realizou entrevistas de história de vida com empresários da indústria da alimentação para perceber as suas estratégias para lidar com a ansiedade dos consumidores relativamente à segurança alimentar.



#### Para saber mais, consulta:

• Miles, M., & Crush, J. (1993). Personal Narratives as Interactive Texts: Collecting and Interpreting Migrant Life-Histories. *The Professional Geographer*, 45 (1), 84–94.

Este artigo discute o valor das narrativas pessoais para a geografia, usando exemplo do campo da geografia das migrações para ilustrar possíveis aplicações deste método.

## Neste momento, deves sentir-te capaz de:

- Decidir quando a entrevista de história de vida pode ser estratégica para compreender a dimensão geográfica de um período ou evento histórico.
- Preparar cuidadosamente a realização de uma entrevista de história de vida.

# Grupos focais

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Aprender as etapas sequenciais da aplicação de um grupo focal como método de recolha de dados.
  - Saber quando o grupo focal pode ser estratégico para compreender uma comunidade.
  - Identificar as dificuldades e as limitações que o grupo focal acarreta.
- 

A metodologia dos grupos focais baseia-se na realização de uma ou mais entrevistas a um ou vários coletivos de pessoas. Esta metodologia foi inicialmente desenvolvida no âmbito de investigação em marketing. O seu propósito era obter rapidamente uma visão da opinião pública sobre um produto a partir de um grupo considerado representativo da população geral, evitando-se assim despende tempo na realização e tratamento de várias entrevistas. Hoje, a ideia de que um pequeno grupo com um ou duas dezenas de pessoas possa representar uma população de milhões soa caricata, especialmente porque existe hoje uma maior consciência da diversidade social e cultural e da necessidade de inclusão dos diferentes grupos sociais e das suas intersecções. No entanto, os grupos focais tornaram-se, entretanto, um método bastante popular nas ciências sociais não pela sua capacidade de representar, mas pela possibilidade que oferece aos investigadores de observar dinâmicas de interação entre os participantes. Ao contrário da entrevista, em que o discurso do entrevistado geralmente não tem contraditório, o grupo focal cria um ambiente de diálogo em que a fala de um participante pode ser confirmada, contestada, complementada ou clarificada por outros participantes. Assim, para os geógrafos, o grupo focal é particularmente importante para se

determinar a diversidade e as nuances das percepções sobre os lugares (Breen, 2006). Uma característica importante dos grupos focais que também tem sido salientada por geógrafos é a sua capacidade de criar ou dar voz a comunidades. Enquanto na entrevista, os participantes estão isolados perante o investigador, no grupo focal a sua co-presença pode conferir-lhes maior confiança e poder e isso pode ser positivo (Skop, 2006).

Tal como a entrevista, a preparação de um grupo focal consiste em várias fases: recrutamento de participantes, preparação do guião, escolha do local da entrevista, realização da entrevista, e transcrição e análise de dados (Figura 5). Frequentemente, existe mais que uma fase de entrevistas. O faseamento das entrevistas pode ter o intuito de subdividir o grupo focal em temas mais específicos, ou de confirmar as conclusões das entrevistas anteriores após o tratamento da informação, permitindo assim validar e aprofundar as conclusões. A preparação do guião de um grupo focal não consiste apenas numa sequência de questões como é comum na entrevista. Primeiramente, o guião deve incluir uma pequena explicação inicial do estudo e dos tópicos que serão abordados. Pode também prever um momento inicial para os participantes se apresentarem uns aos outros, de modo a criar-se à vontade no grupo. O guião deve ordenar as ques-

Figura 5. Os passos da realização de um grupo focal.



tões a colocar aos participantes, mas também a direção das questões (resposta individual obrigatória ou livre para quem quiser ter a palavra). Para além disso, deve prever os momentos de diálogo coletivo em que é permitido aos participantes darem a sua opinião sobre o que outros participantes disseram. Em alguns casos, pode-se permitir isto em todas as questões, mas noutros será melhor prever momentos mais específicos para o diálogo, evitando questões demasiado controversas. Por vezes, alguns temas requerem algum 'aquecimento' prévio antes de serem abordados. Nesse sentido, será melhor começar por algumas questões mais introdutórias para estabelecer o tema e definir uma linguagem comum entre os participantes antes de se entrar no debate (Breen, 2006). Por último, o guião deve prever os momentos de pausa. O grupo focal é um método cansativo tanto para os investigadores como para os participantes porque exige atenção e energia, e porque pode gerar stress e animosidade. Por esse motivo, é importante gerir as emoções do grupo fazendo pausas pelo menos a cada 45 minutos. É comum que durante estas pausas se ofereça comida e bebida aos participantes. Uma música ambiente também ajuda a relaxar.

Se a lista de questões de um grupo focal for demasiado longa, será sensato tentar dividi-lo em várias sessões ao longo de dias. Uma sessão de grupo focal raramente tem mais de três horas. Esta decisão é perniciosa. Por um lado, o diálogo leva a que

cada questão demore mais tempo a ser abordada, logo ter várias sessões permite informação mais densa. Por outro lado, pode ser difícil garantir que os participantes tenham disponibilidade durante mais do que um dia. O guião pode também conter um conjunto de regras de convívio a ser partilhadas com o grupo, ou medidas a tomar no caso de se verificar tensão entre os participantes.

A questão da escolha do local onde acontece o grupo focal é tão importante como na entrevista individual. Embora não se possa deixar os participantes escolherem o local e a hora em que preferem falar porque teriam sempre escolhas divergentes, também não se pode simplesmente convocar pessoas a um dia e hora arbitrária num local arbitrário. É conveniente que o local escolhido para o grupo focal seja reconhecido por todos os participantes como um local conhecido, confortável e seguro. Geralmente, recorre-se a espaços comunitários como juntas de freguesia, auditórios municipais, ginásios, ou associações locais, para encontrar um espaço com a dimensão adequado e as condições necessárias. Frequentemente, é no mesmo local onde se procedeu ao recrutamento de participantes (Goss & Leinbach, 1996).

Tendo em conta que o grande ganho da realização de um grupo focal está no potencial das interações espontâneas do grupo, é possível que a conversa entre por caminhos inesperados durante a condução de um grupo focal. Isto é normal e até pro-



ditivo para a investigação, mas é preciso alguma sensibilidade para saber quando se deve ou não deve limitar o fluir livre das ideias. É importante notar que o papel do investigador que conduz o grupo focal é o de moderador e não de entrevistador. É responsabilidade do moderador manter o grupo focado, gerir as emoções, garantir que todos participam igualmente. Dependendo das dinâmicas próprias de cada grupo, isto pode implicar uma postura mais ou menos diretiva. A identidade do moderador não é neutra. Sem dúvida, é também o mediador entre o projeto de investigação e a instituição onde decorrer e o grupo de participantes e a comunidade a que pertencem. Quando se verifica alguma distância entre estes mundos, e ela dificulta o *rapport*, pode considerar-se que o moderador seja um membro da comunidade ou um mediador profissional (Skop, 2006). Outra questão que é preciso ter em conta durante a moderação é se os membros do grupo já se conhecem previamente, que relação estabelecem entre sessões, como se aliam, e como isso pode influenciar a dinâmica do grupo (Holbrook & Jackson, 1996). Quando um grupo focal é bem moderado e dirigido, a sinergia do grupo permite que os participantes cheguem coletivamente a conclusões mais concretas.

De modo a proceder-se ao tratamento e interpretação da informação, é importante gravar-se a discussão do grupo focal, seja apenas em formato áudio ou em formato audiovisual. O formato audiovisual é sempre preferível por facilitar a identificação de quem fala, especialmente nos momentos em que várias vozes se sobrepõem. Para além disso, o vídeo também capta as expressões faciais e corporais que nos podem dar pistas adicionais para perceber como os participantes reagem a certas ideias. No caso de a gravação ser em formato áudio, é útil que um dos investigadores tire apontamentos ao longo da sessão para facilitar a audição da gravação (Winlow, Simm, Marvell, & Schaaf, 2013). De facto, é comum que o grupo focal seja dirigido por dois ou mais investigadores. Pelo menos um deve ser responsável por colocar as questões e dirigir a discussão, ficando os aspetos técnicos e logísticos sob a alçada dos outros investigadores (Breen,

2006). Tal como no método da entrevista, a transcrição da entrevista para texto é considerada fundamental para uma análise detalhada do discurso dos entrevistados.

O grupo focal tem diversas limitações. Primeiro, é muito exigente em termos de tempo para os participantes, especialmente quando são agendadas várias sessões. Embora o grupo focal dê mais tempo ao investigador, porque lhe permite evitar várias deslocações para várias entrevistas, isso acontece às custas do tempo dos participantes porque, para estes, uma entrevista individual seria mais rápida e calma do que um grupo focal (Winlow, Simm, Marvell, & Schaaf, 2013). Em segundo lugar, embora o diálogo de grupo nos permita perceber as relações e visões diferentes dos participantes como nenhum outro método, ele também pode gerar ruído e silenciamento caso a relação entre os participantes seja demasiado antagónica. Para evitar este problema, por vezes realizam-se entrevistas de seguimento na qual se pede ao participante para avaliar a qualidade da discussão do grupo focal e lhe damos a oportunidade de acrescentar algo que tenha ficado por dizer (Holbrook & Jackson, 1996). O grupo focal é um método que tem sido bastante usado por geógrafos desde os anos 80 do século passado. Apesar de este ser um método relativamente estandardizado, têm-se desenvolvido várias abordagens criativas que procuram tornar o método mais envolvente para os participantes, conseguindo assim obter um diálogo mais detalhado, mais profundo, e mais honesto (Hopkins, 2007). Por exemplo, Brownlow (2005) estudou as diferenças de género na construção mental do medo e da perceção do risco em espaços públicos urbanos, combinando a realização de entrevistas coletivas com dois grupos de afro-americanos (um inteiramente masculino e outro inteiramente feminino) com inquéritos visuais no qual pedia aos participantes para avaliar a perigosidade de diferentes paisagens urbanas. Com esta informação, Brownlow conseguiu obter uma visão detalhada – qualitativa e quantitativa – sobre a variação da perceção do risco e das emoções entre os géneros do segmento étnico mais vulnerável à violência naque-

le contexto. Spilková e Perlín (2013) avaliaram o potencial dos mercados de agricultores em países pós-socialistas através da combinação de entrevistas individuais e grupos focais com organizadores de mercados de agricultores na República Checa. Spilková e Perlín usaram os grupos focais para debater as principais conclusões das entrevistas individuais, conseguindo assim obter consenso sobre as quatro particularidades da economia dos países pós-socialistas que contribuem positiva ou negativamente para o sucesso dos mercados de agricultores, nomeadamente as tradições de autossustentência, as preocupações sobre segurança alimentar dos consumidores, a capacidade organizativa de longo-prazo dos agricultores e os problemas de cooperação com os governos nacionais. Por outro lado, Shubin (2010) combinou entrevistas, grupos focais e etnografia para estudar as dimensões culturais do processo de exclusão económica da população rural na Irlanda e na Rússia. Através da combinação desta informação, Shubin conseguiu obter uma visão detalhada de como a falta de capital cultural da população rural exclui os indivíduos economicamente porque limita as suas aspirações pessoais, degrada as relações sociais que desenvolvem e elimina possíveis fontes de rendimento.



### Para saber mais, consulta:

- Breen, R. L. (2006). A Practical Guide to Focus-Group Research. *Journal of Geography in Higher Education*, 30 (3), 463–475.

Este é um guia prático muito didático para iniciantes sobre a aplicação do método do grupo focal para iniciantes, que apresenta um exemplo no campo da pedagogia geográfica.

- Hopkins, P. (2007). Thinking critically and creatively about focus groups. *Area*, 39 (4), 528–535.

O autor reflete sobre a aplicação do método de grupos focais, salientando a necessidade de se ser crítico em relação às limitações do método e a necessidade de se ser criativo para inventar modos de ultrapassar essas limitações.

- Skop, E. (2006). The methodological potential of focus groups in population geography. *Population, Space and Place*, 12 (2), 113–124.

A autora descreve o método do grupo focal em menor, problematizando a constituição de amostras, a realização do grupo focal e a interpretação dos dados.

## Neste momento, deves sentir-te capaz de:

- Planear a realização de um grupo focal, do recrutamento de participantes ao tratamento de dados.
- Preparar a condução da discussão coletiva durante um grupo focal.

# Método Delphi

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

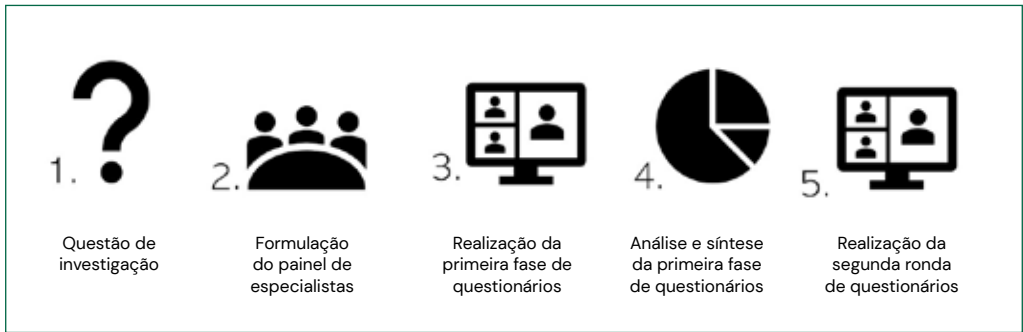
- Aprender as etapas sequenciais da aplicação do Método Delphi como método de recolha de dados.
  - Compreender as vantagens e desvantagens do Método Delphi.
  - Conhecer as possíveis aplicações do Método Delphi em geografia.
- 

O método Delphi reúne um grupo de especialistas que respondem a uma série de questionários para se obter a melhor resposta possível a um problema. Na base deste método, está a ideia de que a melhor forma de obter informação sobre um tópico que requer conhecimento técnico, científico ou profissional é questionar os especialistas sobre esse tópico, em vez de se procurar a percepção do público em geral. Obter acesso aos especialistas pode ser difícil devido à combinação de vários fatores: o número de especialistas pode ser reduzido, a sua distribuição geográfica pode ser vasta, e estes podem ter pouca disponibilidade. O método Delphi foi pensado para se ultrapassar este problema, ao ter sido concebido como um método assíncrono, escrito e faseado.

Na prática, o método Delphi consiste numa sequência faseada de questionários escritos que são enviados a um painel de especialistas. O primeiro passo no método Delphi é a formulação de uma questão de investigação, que é o que levará à definição dos especialistas que podem fazer parte do painel Delphi. O segundo passo é a formulação deste painel de especialistas, o que implica identificar e selecionar os possíveis membros do painel e proceder ao envio de convites formais. Os membros de painel permanecem anónimos entre si. Selecionar os membros de um painel Delphi tem a sua particularidade em rela-

ção ao recrutamento de participantes em outros métodos qualitativos, pois estes não só devem ter um conhecimento profundo sobre os tópicos relevantes para a questão de investigação, como devem representar a diversidade epistemológica de uma comunidade de conhecimento. Isto é, o painel Delphi deve conter especialistas de todas as disciplinas científicas ou áreas profissionais relevantes para a resolução do problema. Smith (1978) sugere a combinação de três abordagens para se escolher os membros de um painel Delphi: (i) a abordagem de reputação, que consiste em identificar especialistas perguntando a um grupo de pessoas de uma comunidade quem são os especialistas dessa comunidade; (ii) a abordagem posicional, que consiste em selecionar pessoas que ocupam posição relevantes em estruturas políticas, económicas ou sociais; e (iii) a abordagem do ativismo, na qual se seleciona os especialistas que têm maior presença nos media, por exemplo, através do seu trabalho em organizações não-governamentais. O terceiro passo do método Delphi consiste na formulação e realização da primeira fase de questionários. Neste momento, as questões devem procurar determinar as posições iniciais dos membros do painel sobre o tópico em questão, de modo que seja possível identificar concordâncias e discordâncias. É provável que seja necessário conduzir algumas entrevistas de seguimento para clarificar as respostas. Há que ter

Figura 6. As diferentes etapas do Método Delphi.



em conta que a maior parte das pessoas nunca participou num painel Delphi, portanto a sua participação é também um processo de aprendizagem. Por outro lado, a extensão e a qualidade das respostas de cada participante varia consoante a sua motivação e a sua capacidade de expressão escrita (Kaufmann, 2016). O quinto passo consiste numa segunda ronda de questionários. Nesta, os resultados da primeira ronda são apresentados no início do questionário, e as questões devem orientar os membros para avaliar estes resultados. Nesta fase, é particularmente importante perceber como os membros do painel reagem a opiniões ou perspectivas diferentes das suas e como alteram – ou não – as suas ideias quando confrontados com o pensamento de outros. De facto, o objetivo final do método Delphi é encontrar consenso acerca de uma solução para um problema através da análise dos resultados. Caso não se alcance este consenso nesta segunda ronda, podem ocorrer mais rondas de questionários (Mullins, 2006). No entanto, é preciso haver um planeamento cuidadoso do número de rondas para que os membros do painel não abandonem o estudo a meio. Geralmente, não se realizam mais de três.

O método Delphi tem várias vantagens (Mehnen, Mose, & Strijker, 2013). Primeiro, permite obter uma perspectiva analítica abrangente que balança o pensamento individual, a partilha de informação e a formulação coletiva de soluções. Por ser realizado por escrito, individual e anonimamente, o método Delphi também liberta os participantes da pressão social e permite chegar a consensos mesmo com grupos hostis entre si. Para além disto, com o uso do email e plataformas de questionário online, apli-

car o método Delphi praticamente não tem custo financeiro. No entanto, têm também sido salientadas algumas desvantagens do método. Uma das mais relevantes é a legitimidade dos painéis Delphi para apresentarem soluções para problemas coletivos quando o painel não é representativo da opinião geral da população. Neste sentido, é preciso ter cuidado para que a condução de um estudo Delphi não surja como um meio para evitar um processo democrático que exige outro tipo de métodos participativos. Em acréscimo, o facto de o método ser especialmente útil para encontrar consensos de grupo também pode levar a que algumas perspectivas minoritárias sejam apagadas. Dado que o método Delphi se baseia na escrita, ocorre também o perigo de se excluir especialistas que não tenham acesso à escrita, a meios de comunicação, ou à linguagem do estudo. Por último, o método Delphi tende a ser sujeito a atrasos. Não só alguns membros do painel demoram mais tempo a responder que outros, como a análise dos resultados de cada fase e a redação do questionário da fase seguinte pode consumir bastante tempo. Quando isso acontece, a probabilidade de alguns membros desistirem de participar no estudo aumenta.

O método Delphi começou por ser aplicado na geografia como método quantitativo, e ainda o é (Smith, 1978). No entanto, surgiram também várias aplicações qualitativas do método ao longo das últimas décadas. Se o Delphi é quantitativo ou qualitativo depende apenas do tipo de questionário que se apresenta, ou seja, se este contém questões de resposta fechada ou aberta, podendo também conter os dois. Esta escolha determinará o tipo de análise de dados

necessário, mas o procedimento do método Delphi em si permanece inalterado quer seja quantitativo ou qualitativo (Mullins, 2006).

O método Delphi tem sido usado por geógrafos para vários fins. Miller (1993), por exemplo, mostrou como o método Delphi pode ser usado no planeamento regional para incorporar dados qualitativos em análises quantitativas, para usar dados escassos eficientemente, ou para transformar dados em conhecimento aplicável para planeadores. Mehnen, Mose e Strijker (2013) mostraram que o método Delphi pode ser igualmente útil para a governança de áreas naturais protegidas ao ajudar os vários agentes envolvidos a clarificar os conceitos base que devem reger a governança dessas áreas. Existem outros exemplos mais específicos. Anderson e Schneider (1993) aplicaram o método Delphi para identificar as inovações que emergiram da investigação em gestão de espaços recreativos e para avaliar o grau de sucesso de cada inovação em atingir os seus objetivos específicos. Num outro estudo, Roche, Sureau e Caron (2003) usaram o método Delphi para identificar as barreiras institucionais e organizacionais à implementação de uma infraestrutura de dados espaciais em França. Mais recentemente, Palacios García e Vinuesa Angulo (2010) recorreram ao método Delphi para estudar as políticas de habitação em Espanha e o fenómeno das casas desabitadas, colmatando a escassez de informação sobre habitação e políticas de habitação neste país através deste método.

Existe uma adaptação popular do método Delphi intitulada *Policy Delphi* (que poderia ser traduzido como ‘Delphi Políticas’), que procura usar a metodo-

logia para produzir debates críticos sobre políticas. Ao contrário do Delphi convencional que procura consensos, o *Policy Delphi* procura exatamente encontrar as posições mais opostas ou extremadas entre os participantes (Needham & Loë, 1990). Aqui, a ideia é conseguir encontrar todas as perspetivas possíveis sobre um problema, para que os decisores políticos possam operar com conhecimento profundo da opinião pública. As questões, neste caso, devem procurar que os membros do painel expandam a sua discordância, em vez de procurar avaliar a posição oposta. Isto genericamente é conseguido não apenas pela formulação das questões, mas também por dar maior liberdade de resposta aos membros do painel. O *Policy Delphi* tende a oferecer uma boa visão geral de todas as posições políticas possíveis sobre um tópico, mas informação pouco profunda sobre cada posição. Por este motivo, tem sido sugerido que ao método Delphi se sigam outros métodos participativos mais envolventes, como grupos focais ou investigação-ação (De Loe, 1995)



#### Para saber mais, consulta:

- Mehnen, N., Mose, I., & Strijker, D. (2013). The Delphi Method as a Useful Tool to Study Governance and Protected Areas? *Landscape Research*, 38 (5), 607–624. Os autores analisam criticamente a utilidade do método Delphi a partir de um estudo de caso em geografia política.
- Smith, K. (1978). Delphi Methods and Rural Development. *Southeastern Geographer*, 18 (1), 54–67. Este artigo seminal apresenta a metodologia Delphi em pormenor. Apesar de o autor usar este método para investigação quantitativa, o processo para recolher informação qualitativa é idêntico.

## Neste momento, deves sentir-te capaz de:

- Decidir se é possível aplicar o Método Delphi no teu tema de investigação e com os participantes do teu estudo.
- Planear e organizar a implementação das diversas fases do Método Delphi.

# Diário

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Compreender a importância do diário como método de coleta de dados participativo.
  - Conhecer a metodologia de aplicação do diário e a sua combinação com outros métodos.
- 

Neste século, o método do diário tem recebido atenção considerável pela comunidade geográfica. O diário é um método de excelência para abordar a vida cotidiana da perspectiva de quem a pratica e a experiencia. Assim, reconhece-se que a vida cotidiana não é um processo universal que pode ser visto e interpretado por um investigador externo e independente a esse processo, mas que é algo profundamente pessoal e diversificado. Neste sentido, o diário oferece precisamente uma ferramenta de investigação em que a formulação das questões de investigação e a reflexão sobre o significado das respostas não é uma tarefa apenas acessível ao investigador. A escrita do diário permite aos participantes escolher aquilo que pretendem dizer ou salientar na sua vivência cotidiana sem estarem restringidos por questões diretas do investigador. Ao mesmo tempo, o ato de escrever a sua experiência e os seus pensamentos é também um momento de reflexão que frequentemente as pessoas não têm a oportunidade de realizar no seu dia a dia, e essa reflexão é de enorme valor para a investigação geográfica porque nos permite um conhecimento mais co-produzido e situado (Latham, 2003). Em acréscimo, visto que esta reflexão está temporalmente próxima das atividades realizadas, este método pode ser útil para evitar o enviesamento da

memória (Duffy & Waitt, 2011).

Na aplicação deste método, a vida cotidiana é em si entendida como o contexto ideal para entender como processos geográficos mais abrangentes (como a globalização, as alterações climáticas, a gentrificação, a mobilidade ou as migrações) têm impacto na escala local, seja por negar ou conferir acesso a recursos, potenciar ou restringir práticas sócio-espaciais, ou por influenciar experiências do espaço.

O método do diário tem uma premissa simples (Reid, Hunter, & Sutton, 2011). O investigador reúne um grupo de participantes com o tamanho e as características adequadas para o seu estudo e solicita-lhes que escrevam um diário das atividades que vão realizando no seu dia a dia. Este diário pode ser geral, incidindo sobre todas as atividades realizadas de um modo exaustivo ou deixando o participante escolher o que julga mais importante, ou específico, pedindo-se ao participante que escreva apenas sobre determinado tipo de experiências, espaços ou práticas. A duração do diário pode ser ajustada à necessidade do estudo, podendo por vezes ser muito curto, por exemplo, tendo a duração de um dia. No uso deste método na geografia, é comum pedir-se aos participantes que indiquem ou descrevam os lugares onde e sobre os quais escrevem, ou as suas trajetórias, caso estejam em mo-

vimento. Geralmente, é pedido aos participantes que não se limitem a descrever as suas atividades, mas também a escrever sobre o que pensam e sentem sobre elas. Devido a questões de privacidade, é aconselhável indicar ao participante para anonimizar as pessoas sobre quem escreve no diário. Deste modo, impede-se que o investigador venha a obter informação sobre sujeitos específicos que não fazem parte do grupo de participantes (Bartlett & Milligan, 2015).

Embora a informação apresentada no diário possa ser quantificada, por exemplo, contando as horas dedicadas a cada atividade, ou o número de ocorrências de um determinado tópico, é mais comum analisar esta informação qualitativamente. Frequentemente, o investigador tem uma conversa sobre o diário com o participante antes ou durante a análise da informação para perceber como o ato de escrever o levou a refletir sobre a sua experiência espacial (Paiva, 2016). É também possível complementar o diário com entrevistas, grupos focais, ou caminhadas. Isto permite contextualizar a escrita do diário e expandir a informação nele contida, bem como apontar caminhos para uma análise guiada pela interpretação dos participantes e não só do investigador. A informação do diário é então sujeita a uma análise hermenêutica ou de discurso, comparando-se entre os diferentes casos. Uma das vantagens dos dados do diário é que, caso a recolha de dados tenha sido prolongada, é possível analisar as mudanças temporais, o que é útil para estudos que tentam explicar como mudanças estruturais têm impacto no contexto local.

A principal limitação do método do diário é o quanto ele exige aos participantes em investigações em termos de tempo e energia. Devido a isto, porque vezes é dada alguma compensação aos participantes por despendem tempo para escrever o diário, o que pode envolver dinheiro ou não. Nestes casos, a compensação é geralmente providenciada pela instituição onde a investigação é conduzida. O diário pode igualmente ser um método intrusivo se for pedido aos participantes que interrompam as suas atividades diárias para escrever o que estão a fazer ou o que pensam ou

sentem. Por este motivo, é aconselhável pré-acordar com os participantes os momentos do dia em que eles devem escrever. Com esta negociação, o participante pode ficar mais confortável por ver o seu dia a dia menos invadido, o que tem ganhos para a qualidade do diário porque um participante menos incomodado vai estar mais motivado para se envolver ativamente no método. E, com isto, o investigador também ganha uma melhor percepção das condições de escrita, o que pode ser útil para a comparação entre diários. No entanto, é importante não haver um grande distanciamento temporal entre a escrita do diário e as atividades que descreve. Isto porque caso exista, o diário não evita o enviesamento de memória que afeta métodos como a entrevista ou o grupo focal. Por outro lado, é preciso ter em conta que nem todos os participantes podem ter a mesma capacidade de participar neste método, mesmo que estejam disponíveis, por não serem capazes de se comprometer com uma tarefa tão intensiva, ou por terem algum tipo de dificuldade em aceder à escrita (Datta, 2020).

Como a maioria dos métodos qualitativos, o diário pode ser ajustado de diferentes formas consoante a necessidade de dados da investigação em curso. Deste modo, existem alguns métodos de diários específicos criados por geógrafos, como os diários reflexivos, diários colaborativos, os diários de Whatsapp, os diários áudio e os diários fotográficos ou sonoros.

Reid, Hunter e Sutton (2011) refletiram sobre o uso da reflexão nos diários. Num estudo sobre comportamentos pró-ambientais em habitações familiares, os autores solicitaram diários reflexivos, os quais têm uma componente mista. Neste caso, os autores solicitaram dados quantitativos sobre o consumo energético e alimentar, e uma reflexão qualitativa sobre esse uso. Os geógrafos chegaram à conclusão de que a reflexão foi importante para obter dados qualitativos que explicam as práticas de consumo energético e alimentar, nomeadamente os valores ambientais associados a esse consumo e como estes mudam ao longo do tempo. Mas verificaram também que a própria reflexão levou os participantes do estudo a alterarem o seu compor-

tamento face à maior consciencialização ambiental que o estudo gerou. Assim, é importante ter em conta o potencial transformador deste método e o que este potencial oferece para perceber melhor os mecanismos qualitativos que sustentam a mudança comportamental sócio-espacial.

Por outro lado, Heller et al. (2011) desenvolveram o método dos diários colaborativos. Ao contrário dos diários tradicionais, os diários colaborativos são partilhados entre todos os participantes à medida que as entradas do diário vão sendo escritas. Deste modo, os participantes não refletem apenas sobre as suas experiências espaciais, mas também podem rever-se nas experiências de outros participantes. Assim, os pontos em comum e as diferenças podem ser imediatamente identificados e explorados em maior detalhe. Obviamente, este método também poderá constranger os participantes que se poderão sentir menos confortáveis para partilhar aspetos pessoais.

De um modo semelhante, Datta (2020) usou diários de Whatsapp num estudo sobre o uso do tempo por mulheres nas periferias de Delhi, e sobre o papel da utilização de tecnologias para a gestão do tempo. Neste caso, foi criado um grupo de Whatsapp com todas as participantes onde era solicitado que estas submetessem as entradas do seu diário regularmente. Tal como um diário colaborativo, estas entradas podiam ser lidas por todas as mulheres e abrir tópicos de discussão que oferecem mais detalhe em relação aos quotidianos das participantes e os seus pensamentos. Deste modo, Datta (2020) conseguiu obter mais informação sobre a geografia da violência quotidiana que estas mulheres sofrem, porque esse era um dado emergente constante, e que poderia ter sido ignorado se tivessem sido aplicados outros métodos. Por outro lado, o uso do Whatsapp neste caso compensa a reduzida utilização de computadores e cibercafés por parte das participantes, oferecendo-lhes uma via direta e familiar para expressar o seu quotidiano. O Whatsapp permite partilhar escrita, fotografias, vídeos e gravações áudio, oferecendo grande liberdade às participantes para se expressar do modo em que se sentem mais confortáveis.

Por outro lado, a imediatidade da partilha de uma aplicação como o Whatsapp ajudou a criar empatia entre as participantes do grupo e motivação para partilhar experiências do dia a dia.

O método dos diários áudio que Worth (2009) aplicou num estudo com participantes com deficiências visuais é igualmente inclusivo. Os diários áudio replicam exatamente o processo do diário, com a diferença de que é pedido ao participante que faça uma gravação áudio da sua entrada no diário em vez de o escrever. Este método pode implicar ter de fornecer um gravador áudio aos participantes. Para além da possibilidade de incluir participantes que por algum motivo não têm acesso à escrita, a gravação da voz permite aos participantes exprimir o seu fluxo de consciência, sendo a informação recolhida menos filtrada pelo pensamento. Embora esta não se torne automaticamente mais honesta, pode fazer com que o participante se sinta mais confortável em partilhar informação. Este método permite incluir algumas pessoas, mas o facto de se pedir para usar uma tecnologia de gravação com a qual o participante pode não estar familiarizado pode criar outros tipos de exclusão. Outros geógrafos têm solicitado a criação de diários com materiais que não se baseiam no texto. Por exemplo, o método do diário fotográfico foi aplicado por Latham (2003) e o método do diário sonoro foi desenvolvido por Duffy e Waitt (2011) para estudar os aspetos subjetivos da experiência espacial visual e sonoro, respetivamente. Estes métodos contêm duas fases realizadas com um grupo de participantes. Primeiro, é pedido aos participantes para tirarem fotografias ou gravarem sons que acham significantes durante um determinado período de tempo. A escolha dessas fotografias e sons pode ficar inteiramente a cargo dos participantes, ou podem ser dadas instruções específicas sobre os materiais a recolher (por exemplo, fotografias de ruas ou fotografias de natureza). O investigador deve fornecer equipamento adequado aos participantes para esta fase, caso estes não tenham os seus próprios meios, por exemplo, através de uma aplicação de telemóvel. Na segunda fase, o investigador e o participante analisam o material juntos



e conversam sobre o que foi gravado e porquê. Segundo Duffy e Waitt (2011), esta conversa permite tanto captar a performatividade da experiência situada e corpórea como refletir e expressar o modo como o participante interpreta essa experiência. Deste modo, os diários fotográficos e sonoros são um método útil para produzir conhecimento sobre como a experiência do espaço e dos eventos dá lugar a emoções, pensamentos, memórias e representações, especialmente através da relação entre corpo, sentidos e lugares.



---

#### Para saber mais, consulta:

- Bartlett, R., & Milligan, C. (2015). *What is Diary Method?* Londres: Bloomsbury.

Este livro apresenta a reflexão mais completa sobre o método do diário nas ciências sociais. As diversas variações, combinações e aplicações práticas do método do diário são apresentadas e debatidas.

---

### Neste momento, deves sentir-te capaz de:

---

- Planear a solicitação de diários e a estratégia de tratamento e interpretação dos dados resultantes.
  - Comunicar aos participantes da tua investigação como devem criar diários para investigação científica sobre temas geográficos e por que isso é importante.
-

# Etnografia

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Conhecer a história e a importância da etnografia para a geografia.
  - Conhecer as principais críticas a que a etnografia tem sido sujeita.
  - Descobrir as possibilidades de aplicação de etnografias em investigação geográfica.
- 

**A** etnografia pode ser caracterizada como um método intensivo de recolha e interpretação de dados qualitativos. Na prática, a etnografia envolve a participação de um investigador numa cultura, grupo social ou prática humana, frequentemente durante longos períodos de tempo (de meses ou mesmo anos). Por esse motivo, a etnografia é muitas vezes referida como observação participante. A participação pode ocorrer em todo o tipo de práticas. Pode incluir desempenhar um ofício, participar numa festividade ou num ritual, desenvolver relações sociais, ou outras práticas. Em alguns casos, a inserção em determinadas comunidades pode incluir efetuar trabalho remunerado não-académico ou práticas à margem da lei. Nestes casos, é imperioso que, antes de se partir para o trabalho de campo, se informe o comité de ética da instituição onde se desenvolve a investigação e exista uma avaliação rigorosa sobre as práticas em que o investigador se pode envolver e os seus limites.

A etnografia foi criada e tem sido desenvolvida por excelência no campo da antropologia, no qual é considerada o método principal. No entanto, o desenvolvimento da etnografia conta com algumas contribuições importantes por parte de sociólogos e geógrafos (Crang & Cook, 2007). A etnografia e a geografia têm uma longa história de

proximidade, embora com várias intermitências. Fazer geografia, a certo ponto, era bastante semelhante a fazer etnografia. Na geografia clássica de matriz vidaliana do século XIX e inícios do século XX, um geógrafo – tal como um etnógrafo – era um académico que viajava a um lugar para o observar, conhecer, e interpretar de modo a ser possível descrevê-lo e explicar a sua formação. A diferença é que os geógrafos focavam-se em descrever o espaço (a paisagem, a estrutura espacial, a distribuição da população, e aí por diante), enquanto o etnógrafo se dedicava ao estudo dos grupos humanos e da sua cultura. Mas ambas as abordagens implicavam trabalho de campo, permanência por largos períodos, e contacto aprofundado com as populações humanas. E existiam algumas colaborações. Em Portugal, é célebre a relação profissional do geógrafo Orlando Ribeiro com o antropólogo, linguista e etnógrafo Leite de Vasconcelos. Quando a geografia se quantificou em meados do século XX, esta relação etnográfica com o campo esbateu-se, mas nunca foi abandonada. Durante os anos 70 do século passado, a geografia crítica recuperou a abordagem etnográfica para o estudo de comunidades desfavorecidas (para um excelente exemplo, ver Bunge, 1971), embora a perspectiva da geografia humanista tenha rapidamente instituído a entrevista como o principal método

qualitativo da disciplina.

Mas na viragem do milénio, os geógrafos qualitativos começam a notar que se precisam de preocupar não só com a distribuição das atividades humanas no espaço e as suas representações, narrativas e discursos, mas também com a imensa e crescente mobilidade dessas atividades. Isto implicava o estudo das próprias mobilidades, das práticas e das performances que as pessoas efetuam no seu dia a dia. Por isso, os dados empíricos que os geógrafos precisavam já não viria apenas da linguagem das pessoas, mas também diretamente das suas atividades. A etnografia era vista como o método que a geografia precisava para efetuar esta transição do estudo das representações, narrativas e discursos para o estudo das mobilidades, práticas e performances (Herbert, 2000). Isto porque a etnografia oferecia um método engajado que colocava o investigador no centro da ação social. Com a etnografia, os geógrafos poderiam deixar de ser atores exteriores limitados ao que as pessoas lhes dizem sobre o que fazem e começar a estudar a atividade dos grupos humanos ‘por dentro’.

Hoje, a etnografia é um método amplamente utilizado na geografia. Para isso, contribuíram também a emergência de duas perspetivas teóricas em particular. A primeira é a perspetiva mais-que-humana, a qual se interessa em particular pelo modo como o ser humano se relaciona com outros seres vivos, com tecnologias e com a materialidade do espaço. Para os geógrafos interessados nestas relações, a etnografia providenciou um método privilegiado para estudar o seu desenvolvimento na prática, isto é, observando efetivamente o que acontece e a importância dos vários atores. Em particular, a etnografia oferece uma janela para observar o papel dos elementos não-humanos na ação social, um papel que pode ser obscurecido se a recolha de dados se limitar ao que as pessoas nos dizem (Dowling, Lloyd, & Suchet-Pearson, 2017). A segunda perspetiva é a perspetiva não-representacional, que se preocupa com as relações afetivas, cognitivas e emocionais entre corpos e espaços. Aqui, a etnografia foi vista como um meio de alcançar os elementos afetivos destas relações, os

quais podem passar ao lado da perceção dos indivíduos. A etnografia, por nos envolver em situações sociais, em fazer coisas, oferece-nos também a oportunidade de aprender através das nossas práticas e da sua corporeidade. Assim, através de etnografias, de autoetnografias e de etnografias sensoriais, os geógrafos têm abordado o papel afetivo e mediador do corpo humano na interação e na relação entre pessoas e espaços (Vannini, 2015a). A definição do campo de investigação é particularmente importante na realização de uma etnografia. Mais propriamente, o modo como se acede a esse campo deve receber especial consideração, porque a qualidade dos dados que se irão recolher depende das relações que o etnógrafo será capaz de desenvolver no campo. Por vezes, o etnógrafo – enquanto pessoa – pode estar suficientemente próximo das comunidades e lugares em estudo, e isso tornará a inserção mais fácil. Noutros casos, será preciso pensar que tipo de mediações podem ajudar o investigador a se inserir no campo. Frequentemente, associações, instituições públicas ou uma pessoa em particular podem ajudar os investigadores a estabelecer uma conexão que lhes permita começar o trabalho etnográfico. Esta questão merece estar em reflexão constante; não apenas antes do início do trabalho de campo, porque o tipo de acesso que se consegue ao campo e o modo como as relações com as comunidades e os lugares em estudo se desenvolvem definem a informação à qual se acede. De modo a tratar-se essa informação com uma perspetiva crítica, tudo o que influencia a sua produção deve ser analisado.

Os dados que se recolhem numa etnografia são de natureza diversa. Dada a variedade de situações sociais e contextos geográficos em que o investigador se pode encontrar, um dado etnográfico pode ser praticamente qualquer coisa. No entanto, é frequente proceder-se ao registo das práticas realizadas num caderno de campo onde se detalha tudo o que se fez no campo, com quem se fez, e o que se aprendeu. Escrever um caderno de campo é uma oportunidade para registar a nossa perspetiva sobre os eventos, mas também o que captámos da perspetiva dos outros – através das suas palavras

ou atos. Mas a escrita do caderno de campo é também um momento importante para se realizar uma primeira reflexão sobre o que se experienciou e problematizar essa experiência, levantando sempre novas questões a ter em conta no dia a seguir da investigação. A frequência com que se deve escrever uma nova entrada no caderno de campo varia conforme o tipo de trabalho de campo. Em alguns casos é possível fazer várias pausas para escrever. Noutros, só temos tempo para escrever no fim do dia. Em qualquer caso, é aconselhável escrever-se o mais imediatamente possível após o trabalho de campo, para que a memória e o sentimento da experiência estejam mais vívidos quando escrevemos, ainda que o cansaço possa tentar demover-nos. Tendo em conta a exigência física e os constrangimentos do ato da escrita, alguns geógrafos têm recorrido ao levantamento fotográfico, videográfico e fonográfico para registar o trabalho de campo das suas etnografias.

Por outro lado, as relações humanas que desenvolvemos durante uma etnografia são um dos pontos de acesso ao conhecimento mais importantes que poderemos ter. Na etnografia, é importante prestar atenção a todas as palavras que nos dizem e compreender o que elas revelam sobre a cultura do lugar que estamos a estudar. Isto implica ouvir atentamente todas as conversas que temos com pessoas, por mais informais ou banais que nos soem. Mas implica também colocar questões. Em alguns casos, será possível conduzir entrevistas com pessoas que consideramos elementos-chave da cultura, do lugar ou do grupo social que estudamos, como parte do processo de investigação etnográfica. Noutras, será apenas possível colocar questões soltas a pessoas com quem estamos momentaneamente. É preciso alguma sensibilidade para saber que pergunta se pode colocar, quando, e a quem. Por vezes, uma pergunta intrusiva ou impertinente afasta as pessoas e deixa-nos ainda mais longe de perceber o que pensam. Frequentemente, é nas conversas quotidianas que temos durante o trabalho de campo, em situações que estamos tão embrenhados no que se passa que nem nos lembramos que estamos a investigar, que sem planear

as pessoas nos dizem coisas que nos permitem desvendar os significados que atribuem aos lugares.

Por último, a etnografia não descarta o que a materialidade nos pode informar. Isto é, os espaços físicos, os objetos e as tecnologias que as pessoas usam são também um indicador da cultura dos lugares e dos grupos sociais. Primeiro, porque todos esses materiais moldam as práticas dos indivíduos. O espaço pode funcionar como barreira física ou capacitar as pessoas a movimentarem-se ou terem recursos. As tecnologias permitem às pessoas fazer coisas que de outro modo não conseguem. Segundo, os grupos sociais imbuem a paisagem e os objetos com os significados da sua cultura e com as suas ideias políticas. Por este motivo, a materialidade é tão interpretável como as palavras daqueles que entrevistamos.

Para que a recolha de dados tenha sucesso na etnografia, é fundamental que o investigador consiga estabelecer *rapport* com pelo menos alguns membros do grupo social que se está a estudar. *Rapport* é uma palavra que existe na língua francesa e inglesa que pode ser traduzida como relacionamento, comunicação, conexão ou relatório. Estabelecer *rapport*, portanto, é ganhar a confiança das pessoas, encontrar uma linguagem comum, desenvolver uma ligação. A existência de *rapport* permite-nos que as pessoas sejam honestas connosco, que tenham confiança necessária para saber que o que nos contam está protegido, que o que faremos com essa informação não as irá prejudicar. Por isso, estabelecer *rapport* implica seguir um comportamento ético irrepreensível: as relações estabelecem-se ancoradas em princípios e expectativas que não devem ser defraudadas. Com frequência, haverá informação que não podemos usar no estudo devido a questões de confidencialidade. No entanto, o que o *rapport* nos oferece compensa isso, porque nos permite obter informação que, em outros métodos como entrevistas, dificilmente as pessoas se sentiriam à vontade para partilhar. Quando estabelecemos *rapport* com uma pessoa durante o nosso trabalho de campo e ela sabe o que estamos a investigar e mostra-se disponível para nos ajudar, chamamos a essa pessoa um informante.

Como foi dito, a etnografia é amplamente usada na geografia e a sua importância tem sido salientada em vários campos da disciplina. Por exemplo, Lees (2003) argumentou que a etnografia permite que os geógrafos saiam das suas torres de marfim e desenvolvam os seus estudos junto das comunidades de pessoas reais que vivem nas cidades, diminuindo a importância da interpretação académica para dar lugar à agência e empoderamento dos habitantes das cidades. Em acréscimo, Lees argumenta que a etnografia providencia detalhe sobre a complexidade da sociedade urbana, das suas práticas e das construções sociais, permitindo-nos ir além da mera afirmação da importância destes elementos, em direção a uma descrição rica e explicativa do seu conteúdo. Megoran (2006) fez uma defesa semelhante da importância deste método para a geografia política, argumentando que a etnografia pode expandir o conhecimento sobre geopolítica e fronteiras ao mostrar as experiências e entendimentos quotidianos que as pessoas têm sobre estes temas. Para o geógrafo, os métodos tradicionais da geografia política tendem a ancorar-se nos discursos oficiais, e a vivência quotidiana – que é consequência desses discursos – tende a ser apagada dos estudos científicos. Deste modo, a etnografia pode contribuir para uma melhor informação para processos políticos e geopolíticos ao identificar as discrepâncias entre as experiências e as ideologias políticas das elites e dos cidadãos desfavorecidos. Na geografia social e cultural, Morton (2005) argumentou que a etnografia oferece uma perspectiva performativa que nos dá acesso a outros tipos de conhecimento, nomeadamente conhecimentos vernaculares e corporais, os quais só se pode compreender fazendo, ou sentindo na pele o que é. Este tipo de conhecimentos faz parte do nosso dia a dia, embora passem frequentemente despercebidos, mas são uma parte significativa da nossa cultura e, portanto, do modo como interagimos com o ambiente que nos rodeia.

Apesar destes argumentos, têm também emergido algumas críticas à aplicação da etnografia na geografia (Herbert, 2000). Primeiro, existe a crítica de que a etnografia não é científica, nem objetiva,

porque se baseia demasiado na subjetividade dos atores e na interpretação do investigador. Para além disso, a etnografia dificilmente é neutra em termos de valores e a posicionalidade do etnógrafo vem sempre ao de cima na análise, sendo assim a análise pouco confiável. Se esta crítica é justa, deve também ser considerado que todos os métodos – qualitativos ou quantitativos – se ancoram na interpretação que o investigador faz dos dados. Para além disso, em todas as metodologias, é possível que a posicionalidade do investigador influencie as questões que coloca, logo influenciando também o tipo de dados que procura. Assim, esta não é uma boa razão para abandonar a etnografia. Antes, deve levar-nos a salientar a importância da reflexividade e da posicionalidade na investigação etnográfica, e que reconhecer e analisar essa posicionalidade fortalece mais o rigor da produção do conhecimento científico do que buscar uma impossível perspectiva exata e neutra sobre o mundo geográfico. Uma segunda crítica à etnografia é que esta é demasiado limitada para permitir generalizações. De facto, a etnografia leva-nos frequentemente a casos específicos ou reduzidos cuja representatividade estatística é limitada. Se é verdade que uma etnografia não pode reivindicar representatividade estatística do mesmo modo que um inquérito de grandes dimensões pode, isto não implica que seja impossível que a etnografia contribua para teorias abrangentes sobre a geografia humana (ou mais-que-humana). Existem vários modos de conseguir isso, como: (i) combinar a etnografia com outros métodos que sejam estatisticamente representativos; (ii) conduzir etnografia multi-situada para uma análise comparativa mais abrangente, ou (iii) usar a etnografia para expandir teorias gerais existentes, oferecendo representatividade analítica e um maior detalhe. A terceira crítica comum à etnografia está ligada às relações de poder que a própria etnografia estabelece. Historicamente, a etnografia fez parte da exploração (em todos os sentidos da palavra) de comunidades pouco conhecidas pelo mundo Ocidental, sendo que nesse âmbito o etnógrafo tinha o papel ser o intérprete dessa comunidade, retirando-lhes a ca-

pacidade de auto-definirem a sua cultura. Ainda hoje, na estrutura sócio-política que existe, o etnógrafo é um especialista, um académico que publica as suas descobertas sobre as 'pessoas comuns'. Muitos etnógrafos têm-se insurgindo contra esta hierarquia desigual na produção do conhecimento e, com essa preocupação, têm desenvolvido alternativas etnográficas, algumas das quais serão exploradas nas próximas secções, nomeadamente as participativas.



### Para saber mais, consulta:

- Crang, M., & Cook, I. (2007). *Doing Ethnographies*. Londres: Sage.  
Este livro apresenta uma extensa reflexão sobre os contributos e as limitações da etnografia. Os autores refletem sobre a questões centrais ligadas à posição- lidade, à inserção no campo e ao tratamento dos dados, recorrendo a exemplos práticos.
- Herbert, S. (2000). For Ethnography. *Progress in Human Geography*, 24 (4), 550-568.  
Este artigo seminal foi uma das primeiras reflexões em profundidade sobre o valor da etnografia para a geografia.
- Vannini, P. (2015a). Non-representational ethnography: new ways of animating lifeworlds. *cultural geographies*, 22 (2), 317-327.  
O autor reflete sobre a utilidade da etnografia para os estudos geográficos realizados sobre a perspetiva analítica das teorias não-representacionais.

---

## Neste momento, deves sentir-te capaz de:

---

- Identificar os benefícios que a etnografia pode trazer à tua investigação geográfica.
  - Delinear o teu campo de investigação etnográfica e estabelecer rapport com os membros da sua comunidade.
  - Identificar as fontes de informação mais relevantes na tua investigação etnográfica e cultivar uma atitude reflexiva perante os dados que recolhes.
-

# Métodos Móveis

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Entender a necessidade de aplicação de métodos móveis na geografia contemporânea.
  - Conhecer as diferentes modalidades dos métodos móveis.
- 

A medida que a mobilidade se tornava uma parte cada vez mais importante da vida das pessoas no final do século passado, devido a fenômenos geográficos como a expansão urbana e o aumento do tráfego aéreo, os geógrafos começaram a adaptar os seus métodos para dar conta dos fluxos que compõem estes movimentos. Este desenvolvimento metodológico encadeava-se com uma viragem mais abrangente nas ciências sociais que explorava, por exemplo, o potencial das etnografias móveis. Como discutimos na introdução, esta viragem móvel teve impacto em vários métodos de investigação tradicionais que foram ajustados à mobilidade das práticas dos indivíduos. Darei conta dessas alterações – que frequentemente são também designadas como métodos móveis – nos capítulos respetivos. Neste, vou focar-me no desenvolvimento de métodos para o estudo de práticas de mobilidade específicas. Estes têm frequentemente sido enquadrados como etnografias móveis ou etnografias em movimento, mas na verdade são mais do que etnografias realizadas em contextos de mobilidade. É de notar que frequentemente os nomes dados aos vários métodos móveis são utilizados de modo intercambiável e que, por esse motivo, as diferenças entre métodos como a caminhada, o ir-com, ou a entrevista móvel acabam por ser

demasiado ténues para se definir alguma delas em termos restritos.

O objeto de estudo dos métodos móveis é frequentemente a mobilidade, com especial incidência sobre a mobilidade urbana e o uso de transportes públicos e privados. Mas os métodos móveis foram essencialmente desenvolvidos para abordar os aspetos menos tangíveis dessa mobilidade, isto é, os aspetos experienciais e performativos que não são abarcados, por exemplo, por dados estatísticos ou entrevistas (Harada & Waitt, 2013). E as investigações geográficas que aplicam métodos móveis têm demonstrado que estes aspetos experienciais e performativos são essenciais para explicar, por exemplo, a escolha do modo de transporte, as rotas escolhidas pelos utilizadores, ou o peso das diferenças sociais no uso de transportes (Merriman, 2014). Deste modo, os métodos móveis tornam-se importantes para a geografia da mobilidade e dos transportes, mas também as interconectam com a geografia cultural, política e social.

Uma parte significativa dos métodos móveis tem sido simplesmente usar os meios de transporte existentes e registar essa experiência. Por exemplo, Spinney (2006) estudou o uso da bicicleta como meio de transporte em Londres, usando ele próprio este meio de transporte e registando as

suas viagens de bicicleta em vídeo, e combinando estes dados com uma investigação etnográfica mais profunda das práticas de ciclismo no Reino Unido e em França. Com este estudo, ele mostrou como a experiência de um lugar através de um corpo humano a andar de bicicleta – e dos movimentos e ritmos desta prática – alteram os significados atribuídos pelos ciclistas aos lugares. Por outro lado, Edensor (2003) estudou a experiência do uso do carro numa autoestrada suburbana no Reino Unido através de um relato autoetnográfico do seu próprio trajeto pendular. Neste relato, Edensor explora a atividade física de conduzir o carro e as sensações e pensamentos que ela desperta como conforto, emoção, ou irritabilidade, interligando esta experiência à criação de significados sobre a mobilidade quotidiana. Ao mesmo tempo, a importância do papel afetivo da paisagem na condução é desvendada neste relato.

Frequentemente, os geógrafos têm acompanhado pessoas no seu dia a dia para compreender estas práticas de outros pontos de vista. Este método é conhecido como o 'go-along' ou 'ride-along', que em ambos os casos podemos traduzir como 'ir-com'. O ir-com consiste em percorrer um percurso com um ou mais participantes na investigação. Este percurso pode ser feito a pé, ou em qualquer tipo de transporte, incluindo em trajetos intermodais. É comum que este percurso seja um trajeto habitual do participante, mas não é imperioso. Durante este percurso, o geógrafo tem a oportunidade de questionar o participante sobre detalhes específicos do trajeto e da sua importância para o participante. Para DeLyser e Sui (2013), o ir-com é útil para revelar as nuances das práticas espaciais no momento e lugar em que elas acontecem e facilita a discussão sobre essas práticas. Merriman (2014), por outro lado, destaca a possibilidade de deslocação da posicionalidade e reflexividade que um método como o ir-com oferece. Noutras palavras, ir-com permite-nos não só mover-nos com outras pessoas, mas também observar, pensar e interpretar através da sua perspectiva. Por exemplo, Benwell (2009) explorou a mobilidade de crianças em espaços pós-apartheid

na cidade do Cabo na África do Sul. Em combinação com vários outros métodos, Benwell realizou passeios com crianças para explorar a sua experiência espacial e para os envolver numa pesquisa participativa mais abrangente. Em última análise, esta pesquisa permitiu identificar uma série de fatores que afetam a mobilidade de crianças em espaços pós-apartheid. Por outro lado, Lobo (2014) explorou as experiências racializadas de apanhar um autocarro em Darwin na Austrália. Ao andar de autocarro com membros da população indígena e migrantes, Lobo desvendou os eventos de desconforto, tensão e agressão que esta população experienciava em alguns encontros com estranhos em autocarros: um espaço público confinado em que os corpos humanos estão mais próximos do que o habitual noutras situações sociais. Um outro exemplo é o trabalho de Nóvoa (2018), que acompanhou músicos, condutores de transportes pesados de mercadorias, e membros do Parlamento Europeu em viagens de trabalho na Europa, num estudo sobre a mobilidade e a identidade europeia. Nóvoa comparou as práticas e experiências de mobilidade destes três grupos sociais e identificou uma série de contrastes nestas mobilidades, não só em termos materiais, mas especialmente na sua relação com a ideia de identidade europeia. Em linhas gerais, as conclusões destes estudos têm um potencial importante para informar as instituições que planeiam a sustentabilidade da transportação, porque explicam os fatores subjetivos, pessoais, emocionais, identitários, culturais e políticos que afetam as práticas de transporte individual e coletivo e dão pistas para promover modos e práticas de mobilidade mais seguras e amigas do ambiente (Hein, Evans, & Jones, 2008).

Uma questão premente nos métodos móveis – tal como nas caminhadas – é o modo de registo de dados. Vários métodos móveis como o ciclismo ou a condução automóvel geram dificuldades particulares ao registo de dados devido ao envolvimento corporal e atenção que exigem ao investigador e a todos os participantes na investigação (Spinney, 2011). As soluções que os geógrafos têm encontrado para fazer face a esta dificuldade têm sido



tecnológicas, fazendo uso constante de vídeo, *time-lapse*, fonografia, e sistemas de informação geográfica para captar trajetos e as suas práticas e paisagens (Hein, Evans, & Jones, 2008). De facto, os métodos móveis geralmente englobam combinações com outros métodos (Paiva, Cachinho, & 12 Anonymous Participants, 2018). Neste sentido, a prática da mobilidade pode também ajudar-nos a conhecer e recrutar novos participantes para a nossa investigação.



#### Para saber mais, consulta:

- Hein, J., Evans, J. & Jones, P. (2008). Mobile Methodologies: Theory, Technology and Practice. *Geography Compass*, 2 (5), 1266–1285.  
Os autores fazem um estado da arte do uso de metodologias móveis na geografia e apontam futuras possibilidades de aplicação dos métodos móveis.
- Merriman, P. (2014). Rethinking Mobile Methods. *Mobilities*, 9 (2), 167–187.  
Este artigo reflete sobre a diversidade e utilidade dos métodos móveis, e explora as possibilidades de combinação dos métodos móveis com métodos geográficos tradicionais.

---

### Neste momento, deves sentir-te capaz de:

---

- Decidir se o tema de investigação geográfica ao qual te dedicas requer uma abordagem móvel.
  - Comunicar aos participantes da tua investigação a importância da observação em mobilidade.
  - Planear a observação em mobilidade e o modo de registo de dados.
-

# Seguir a Coisa

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Entender a necessidade de seguir objetos para a compreensão da geografia contemporânea.
  - Conhecer os processos mais comuns de seguir objetos no espaço.
- 

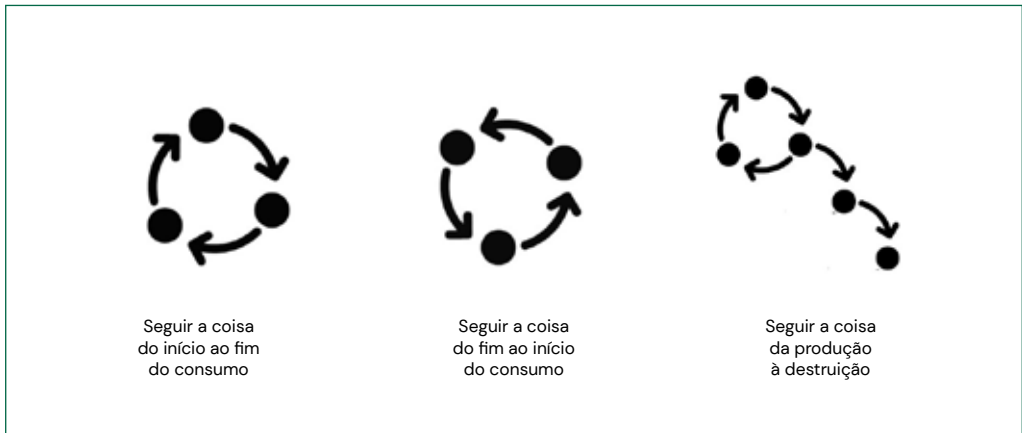
**S**eguir a coisa é uma metodologia de índole etnográfica na qual o propósito da investigação é seguir um objeto no espaço. Neste século em que a mobilidade dos bens se tornou comum e global, comprimindo o tempo e o espaço planetário, este é um método fundamental para se descrever essa mobilidade e compreender o seu impacto nas várias geografias que os objetos atravessam.

O método de seguir a coisa tem a sua origem no interesse dos geógrafos críticos em desvendar as estruturas do mercado de consumo e as ligações entre os consumidores ocidentais e aqueles que produzem bens em países distantes, que são sempre invisíveis para as sociedades de consumo (Cook et al., 2004). Com isso, os geógrafos críticos esperavam obter uma visão mais concreta sobre a globalização e os seus efeitos geográficos, mas também mostrar a exploração e a crueldade que povoam os modos e os fluxos de produção entre as sociedades capitalistas e os países menos desenvolvidos. O objetivo era, portanto, tão epistemológico quanto ético. Não era sobre mostrar como as coisas se movem – o que é conhecimento comum – mas mostrar como as vidas de pessoas distantes estão interligadas. Assim, de um modo um pouco paradoxal, o que está em questão em seguir a coisa é justamente o oposto de nos obcecarmos com os objetos. Pelo

contrário, é mostrar que os objetos são menos importantes do que os contextos geográficos que eles põem em contacto.

Na prática, seguir a coisa é um encontro entre a etnografia multi-situada e a etnografia em movimento. Envolve conduzir um estudo etnográfico nas várias localizações que são interpostos significativos na mobilidade de um objeto, mas pode também incluir realizar esse estudo etnográfico durante os momentos em que o objeto está em movimento em diversos tipos de transporte. Seguir a coisa implica perceber a sua vida social. Isto é, implica perceber que relações as pessoas estabelecem com o objeto, quais são os atores-chave envolvidos na sua produção, mobilidade e consumo, e que papel esse objeto tem na economia, na política e na sociedade de cada ponto significativo da trajetória. No entanto, seguir coisas pode ser orientado para diferentes características da coisa. A abordagem tradicional é seguir o objeto enquanto mercadoria. Isto significa entender o objeto como algo económico, que tem valor e é usado em trocas. Significa também situá-lo nas redes político-económicas que o definem enquanto mercadoria (Akbari, 2020). Por outro lado, seguir a coisa é também frequentemente seguir as mudanças dos significados que lhe são atribuídos. Isto é, os objetos em diferentes contextos geográficos têm diferentes valores e significados. Se numa sociedade

Figura 7. As modalidades do método de seguir a coisa.



um objeto pode ser lixo, noutra pode ser um recurso que pode ser reutilizado. Se para uma cultura um objeto pode ter um significado de classe ou religioso, noutra pode ser apenas um material banal. Ao seguirmos uma coisa, estas mudanças de significado tornam-se patentes e refletem a relação mútua entre as materialidades e as culturas (Evans, 2018). Tipicamente, esta metodologia é feita do fim ao início de um ciclo de consumo (Figura 7). Isto é, começa-se por identificar um objeto de consumo e retrai-se a sua trajetória até ao local da sua produção. No entanto, alguns estudos seguem o percurso inverso, e outros têm notado que é também preciso percorrer o ciclo de vida dos objetos desde o seu uso numa prática de consumo até à sua destruição final, identificando os processos de abandono, recolha, reciclagem, desmontagem e destruição que ocorrem (Gregson, Crang, Ahamed, Akhter, & Ferdous, 2010).

A recolha de dados numa metodologia de seguir a coisa deve ser feita no sentido de realizar a biografia da coisa, da sua criação ao seu desaparecimento (Evans, 2018). Efetuar um registo de campo e recolha videográfica ou fotográfica são geralmente as técnicas mais utilizadas para ser possível escrever essa biografia.

O primeiro estudo geográfico que claramente se baseou numa metodologia de seguir a coisa foi o

estudo de Cook et al. (2004) sobre papaia. Cook realizou um estudo etnográfico sobre a cadeia de produção e consumo da papaia no contexto britânico, realizando trabalho de campo numa quinta na Jamaica, num negócio de importação de papaia no Reino Unido, e num supermercado e num apartamento em Londres. No seu artigo, Cook descreve as práticas de produção, importação, venda e consumo de papaia nestes quatro lugares e os grupos sociais e profissionais envolvidos – o agricultor, o importador, o comerciante e o consumidor. Entre estas descrições, as rotas internacionais e a economia política da papaia são também explicadas.

Seguir coisas tem-se mostrado útil para todos os subcampos da geografia humana e existem várias aplicações da metodologia, com as devidas adaptações. Por exemplo, Peck e Theodore (2012) adaptaram a metodologia para a geografia política, intitulando o seu estudo de 'seguir a política'. Tendo consciência que a globalização implica também uma maior mobilidade de conceitos e instrumentos políticos entre fronteiras, estes geógrafos sentiram a necessidade de perceber como determinadas políticas se difundem e são aplicada em diversos contextos nacionais. Os autores estudaram duas políticas com origem em países da América do Sul que se difundiram nesse e noutros continentes: o Orçamento Participativo e as Transferências Condicio-

nadas de Renda. O primeiro é bem conhecido em Portugal e no Brasil. Um exemplo do segundo, que não existe em Portugal, é o Programa Bolsa Família do Brasil. O estudo deles consistiu em identificar a difusão destas políticas (as rotas e temporalidades), os diferentes modelos que elas assumiram em cada país, e contextualizar essas mutações no enquadramento político respetivo.

Na geografia ambiental, Evans (2018) decidiu seguir um objeto sem recorrer à etnografia multi-situada. Evans, que estava interessado em perceber o desperdício energético e alimentar em habitações urbanas, decidiu seguir objetos dentro de uma habitação. Por um lado, seguiu a comida e o seu processo de transformação em lixo e, por outro, seguiu a roupa e o seu processo de limpeza e manutenção que implica gastos de água e eletricidade. Este estudo permitiu-lhe contextualizar as práticas de consumo e o desperdício material nas culturas de consumo e sustentabilidade, elucidando o papel da ética e identidade pessoal no uso sustentável dos recursos.

Seguir coisas tem as suas limitações. Por um lado, há coisas intangíveis que não é possível seguir, como é o caso de dinheiro ou dados informáticos. Nestes casos, a metodologia pode ser ainda assim ser conduzida se for possível identificar e conseguir acesso a uma série de interpostos de importância



#### Para saber mais, consulta:

- Cook, I., et al. (2004). Follow the thing: papaya. *Antipode*, 36 (4), 642–664.

Este artigo seminal foi a primeira aplicação amplamente reconhecida do método de seguir a coisa. Embora o artigo não descreva a metodologia em pormenor, a descrição do estudo de caso multisituado permite perceber como a metodologia funciona.

- Cook, I., & Harrison, M. (2007). Follow the Thing. "West Indian Hot Pepper Sauce". *Space and Culture*, 10 (1), 40–63.

Este artigo reflete sobre a aplicação do método de seguir a coisa, apresentando um caso prático de um produto alimentar consumido em Londres.

na mobilidade destas coisas intangíveis (Christophers, 2011). Por outro lado, há coisas tangíveis que no mundo complexo da globalização se tornam impossíveis de aceder, quer porque os lugares por onde passam são inacessíveis, porque as suas trajetórias são imprevisíveis, ou porque são sujeitas a interrupções imprevisíveis. Estas inacessibilidades, em vez de serem consideradas meros obstáculos à investigação científica, podem também apresentar-se como oportunidades para a investigação, se orientarmos os nossos estudos não para a descrição da trajetória da coisa, mas para a explicação dos fatores políticos, económicos e geográficos que tornam essas trajetórias inacessíveis (Hulme, 2017).

## Neste momento, deves sentir-te capaz de:

- Identificar objetos que podem ser seguidos para se compreender determinados fluxos geográficos.
- Pesquisar as rotas desses objetos e delinear um plano para efetuar observação em movimento ou multi-situada.

# Sombreado

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Compreender a necessidade de conduzir algumas investigações etnográficas ‘na sombra’.
  - Conhecer as diferentes modalidades do sombreado e as suas aplicações práticas.
- 

O sombreado é um método de investigação na qual o investigador observa a ação social de forma dissimulada, ou seja, sem o conhecimento da maioria ou de todos os sujeitos presentes no local de estudo, e com mínima ou nenhuma participação por parte do investigador nessa ação social. O objetivo é estar o mais próximo possível da ação social ‘como ela é’, isto é, sem a intervenção, interrupção ou presença visível do investigador. Deste modo, o sombreado pretende evitar que a presença do investigador altere os eventos que acontecem num determinado local. Assim, o investigador tenta permanecer completamente ‘na sombra’, porque em alguns contextos o simples facto de as pessoas saberem que estão a ser observadas altera o seu comportamento, especialmente quando as suas práticas podem de algum modo ser julgadas negativamente ou quando se trata de um espaço, ainda que público, onde existe expectativa de privacidade, como é o caso, a título de exemplo, de restaurantes ou transportes públicos.

O sombreado é um método com uma definição ampla porque pode ser usado em vários contextos e com níveis diferentes de dissimulação. Por este motivo, ele confunde-se facilmente com outros métodos, como as caminhadas acompanhadas, os métodos móveis, ou até mesmo a etnografia. De

facto, uma aplicação prática do sombreado irá sempre ter alguma semelhança a um método específico. A diferença principal está de facto na dissimulação. Ao contrário destes outros métodos em que é comum colocar questões e conversar com os participantes durante o decorrer do trabalho de campo, o sombreado envolve sempre a menor intervenção possível (Alaimo & Picone, 2015). Para que isto seja garantido, algumas variáveis devem ser tidas em conta.

Uma questão é importante é se o objeto ou sujeitos do estudo são móveis. Embora o sombreado seja genericamente considerado um método móvel, ele pode também ser utilizado para estudar práticas situadas em lugares específicos. Ambas as escolhas irão sempre apresentar desafios quanto à dissimulação da presença do investigador e à ética da investigação. Por um lado, o sombreado enquanto método móvel implica seguir sujeitos, o que poderá ser problemático em contextos mais isolados em que os sujeitos se podem aperceber que estão a ser seguidos. Por outro, o sombreado como método localizado só é possível em locais públicos, a não ser que o investigador consiga negociar a sua entrada em locais de acesso restrito. Por exemplo, em alguns locais de trabalho é possível que o investigador consiga inserir-se no campo ao candidatar-se a um emprego aí e ser se-

lecionado. Face a estes desafios, o acompanhamento dos sujeitos do estudo nem sempre é realizado sem o seu conhecimento. Na tomada desta decisão, pesam principalmente as regras dos lugares em que o estudo decorre. Um estudo, por exemplo, das sociabilidades de um espaço de usufruto público como uma esplanada pode ser conduzido sem o conhecimento dos clientes que ocupam essa esplanada. Em contraste, para se realizar um estudo sobre as práticas de gestão do espaço dos empregados da esplanada, seria preciso obter consentimento para se acompanhar de perto os trabalhadores. Frequentemente, para ultrapassar estes desafios, o investigador dá-se a conhecer apenas à pessoa que lhe pode dar acesso aos locais onde o estudo deverá decorrer, e permanece 'na sombra' para todos os outros.

Por este motivo, o sombreado esbate a divisão tradicional entre observação participante e observação não-participante. Como Alaimo e Picone (2015) referem, no sombreado é menos importante definir ou refletir sobre se o ponto de vista da investigação é interno ou externo à ação social do que explorar o diálogo entre estas duas perspetivas. Também neste sentido, o sombreado não é deve ser entendido restritamente como um método de investigação, mas como uma abordagem à ação social na qual o conhecimento advém de uma dupla posição perante a realidade: a perspetiva de alguém que está no cerne da ação social, mas observa como um estrangeiro. Esta perspetiva é ao mesmo tempo uma vantagem e um limite. Por este motivo, o sombreado é frequentemente combinado com outros métodos que providenciam tanto novas perspetivas de observação não-participante, como o vídeo ou a fotografia, como abordagens que salientam o ponto de vista dos participantes, como as entrevistas.

O sombreado é um método de índole etnográfica. Com isto, quero dizer que é necessário um período de tempo considerável para que o investigador tenha um conjunto significativo de descrições de observações e dados para explicar as práticas e eventos observados. No entanto, como os termos considerável e significativo se traduzem em

quantidade de horas de observação e informação depende inteiramente do objeto e amplitude do estudo. O sombreado requer igualmente paciência e atenção aos detalhes. Implica seguir as práticas de sujeitos, mas também relacioná-las com o contexto espacial, social e cultural. Neste âmbito, importa decidir como a informação será registada. A necessidade de dissimulação dificulta esta tarefa, visto que tirar um caderno do bolso e começar a escrever ou pegar no telemóvel e filmar pessoas indiscriminadamente não será entendido como normal em quase sítio nenhum. O mais frequente é criar-se um diário para se registar a observação depois da saída do campo, mas em alguns casos é possível usar-se tecnologias de gravação para registar as práticas e eventos observados, como uma câmara de filmar (Richardson-Ngwenya, 2014).

Embora o sombreado apenas tenha sido conceptualizado como método particular recentemente – e na sua maioria por antropólogos – o seu uso na geografia tem algum tempo, embora até há poucos anos apenas considerado como uma modalidade da etnografia. No entanto, alguns geógrafos têm explicitamente aplicado o sombreado como método de investigação nos últimos anos. Por exemplo, Sarmento (2017) estudou os ritmos andantes dos turistas na Medina de Tunis, na Tunísia, com recurso a sombreados nos quais ele seguiu grupos de turistas que percorriam as ruas da Medina e observou as suas rotas, paragens, interações e comportamentos, sempre que possível fotografando ou desenhando estes grupos. Sarmento seguia os grupos e abortava o sombreado sempre que eles entravam em restaurantes ou cafés durante mais de 20 minutos. Os dados registados no sombreado foram completados com entrevistas e um levantamento de comentários na plataforma digital TripAdvisor. Com esta informação, Sarmento identificou os diferentes ritmos de andar que os turistas performam e a relação entre as mudanças entre diferentes ritmos e as situações sociais e as formas urbanas que os turistas encontram. Por outro lado, Newhouse (2017) estudou as práticas financeiras de migrantes e empresários em Juba, no Sudão do Sul, combinando etnografia e som-

breamento com entrevistas e grupos focais. Este estudo em profundidade permitiu que Newhouse conseguisse desvendar a relação complexa que define as decisões nas práticas de uso de coberturas financeiras no Sudão do Sul, que está relacionada com comparações entre economias locais, diferenças de acesso a conhecimento fiável, e os riscos associados à instabilidade política e às tensões bélicas que afetam a região. Por último, Paiva e Cachinho (2019) realizaram observação sombreada numa praça no concelho de Vila Franca de Xira para estudar a apropriação do espaço público por jovens. Esta observação dissimulada permitiu não só mapear os territórios que os jovens instauravam, mas também a identificação das práticas sonoras que os jovens mobilizam para marcar esses territórios.



#### Para saber mais, consulta:

- Alaimo, A., & Picone, M. (2015). Shadowing e GIS qualitativo: due strumenti per narrare la città. *Scienze del Territorio*, 3, 176-185.  
Os autores mostram a utilidade do método do sombreado, apresentando uma aplicação prática com o uso de sistemas de informação geográfica qualitativa.

---

## Neste momento, deves sentir-te capaz de:

---

- Saber quando é eticamente válido e cientificamente útil recorrer à observação etnográfica dissimulada.
  - Planear o registo de dados resultantes de observação sombreada.
-

# Etnografia Digital

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Compreender a importância de realizar etnografia em contextos digitais.
  - Saber como adaptar um estudo etnográfico a um contexto digital.
  - Conhecer os diferentes tipos de etnografias digitais.
- 

Quando mais de metade da população mundial tem acesso à internet, o estudo da geografia humana não pode ignorar toda a informação geográfica gerada no mundo virtual. Esta informação é tanto qualitativa como quantitativa, pois inclui uma quantidade vastíssima de texto, imagem e som. Para além disso, dada a facilidade com que os utilizadores podem inserir e partilhar dados em linha, esta informação qualitativa é particularmente expressiva para quem está interessado em perceber mais sobre como as pessoas entendem, representam e vivem o espaço (Carter, 2015).

Por estes motivos, é cada vez mais comum que a investigação etnográfica inclua uma componente digital, ou se foque mesmo unicamente em espaços digitais. Têm surgido várias designações para nomear esta prática, entre elas etnografia digital, netnografia ou etnografia virtual. Cada termo tem sido definido de uma maneira própria com algumas nuances, mas de uma maneira simples, a etnografia digital consiste num estudo etnográfico em que o campo está na internet. Isto pode tanto significar que é o próprio espaço virtual e as atividades humanas que aí decorrem que perfazem o caso de estudo, como significar que o espaço virtual é o meio de recolha de informação sobre um caso de estudo que corresponde a um espaço físico.

A etnografia digital tem várias vantagens. A mais importante é que nos permite chegar a bases de dados com uma quantidade imensa de informação. Para além disso, essa informação é frequentemente focada, porque as comunidades online organizam-se em torno de praticamente todos os temas que se podem abordar. Acresce a isto o facto de a informação frequentemente provir de um âmbito geográfico alargado, o que é particularmente útil no caso de estudos com comunidades minoritárias em que é difícil chegar a vários membros (Mateos & Durand, 2012). Por outro lado, o custo é também uma vantagem importante, porque recolher informação online pode em alguns casos substituir viagens para fazer trabalho de campo e conduzir entrevistas, que implicam financiamento e tempo. Especialmente nos casos em que a pesquisa envolve trabalho de campo em vários países, a etnografia digital pode ser um aliado importante (Carter, 2015).

A etnografia digital não implica uma mudança radical em relação ao modo como convencionalmente se pratica a etnografia. Uma etnografia digital é igualmente um processo de investigação longo e rigoroso no qual uma série de etapas devem ser cumpridas (Duggan, 2017). Não obstante, as características do mundo virtual obrigam a algumas reorientações que serão comuns à maioria das etnografias conduzidas em espaços virtuais. Em primeiro lugar, na



etnografia digital o investigador não vai fisicamente ao campo, logo ele está de certo modo ausente, no sentido em que não se relaciona com o espaço e os outros seres da mesma maneira que o faria num ambiente físico (Carter, 2015). Isto tem implicações no modo como o investigador se relaciona com os outros, que estará sujeito às convenções sociais do espaço virtual em questão. Em alguns deles, a comunicação é apenas escrita, muitas vezes é anónima, e por vezes existe uma ausência total de comunicação. Por outro lado, a etnografia digital implica analisar e interpretar não só no que se vê à superfície no espaço virtual, mas no nível mais profundo de como as infraestruturas digitais e os ambientes virtuais estruturam o que é visível. É importante ter em conta que alguém escreveu ou escolheu representar o que vemos online, e portanto é preciso ter em conta que os dados de qualquer estudo online provêm não só de um sujeito, mas também de um sistema específico providenciado por uma entidade política, empresarial, ou comunitária (Woods, 2021). Relacionado com isto, é importante ter em conta que as culturas online não se desenvolveram autonomamente a partir do vácuo do digital. Elas são transposições de culturas do mundo físico que têm um desenvolvimento particular no espaço virtual, podendo expandir, complementar, contestar, multiplicar, diversificar ou divergir dessas culturas do mundo físico. Assim, é importante ter em conta a relação e interação entre as culturas virtuais e das não-virtuais (Maalsen & McLean, 2016).

A investigação que utiliza etnografias digitais como método foi dividida em três tipos por Duggan (2017). Primeiro, alguns estudos usam a tecnologia digital como meio exclusivo de recolha de dados. Jansson (2019), por exemplo, mostrou que os fóruns online funcionam como espaços de curadoria num estudo sobre fóruns de equipamentos de som. Através de uma etnografia digital nestes fóruns, o geógrafo mostra que estes são espaços de encontro, diálogo e troca de experiências que contém evidentes estruturas de poder e que os fóruns operam como um espaço de legitimação de experiências e tecnologias de som interligado com um mundo de encomendas online. Neste sentido, a etnografia

digital mostra que o fórum online tanto encurta espaços entre pessoas como promove a curadoria da mobilidade de bens. Em segundo lugar, alguns estudos focam-se no modo como a internet e as tecnologias digitais têm alterado as práticas sócio-espaciais. Neste âmbito, Burns (2018) realizou uma investigação sobre a política institucional e comunitária de recolha de dados em contexto de desastres humanitários. O geógrafo conduziu uma etnografia em Washington e Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, após o furacão Sandy, com organizações não-governamentais que produziam voluntariamente bases de dados georreferenciadas. Burns mostra que os dados produzidos por estas entidades procuram responder às necessidades dos serviços de emergência formais, enquanto as associações das comunidades locais sentem que estes dados não incluem as necessidades de todos. Por outro lado, Paiva e Sánchez (2021) realizaram um estudo sobre o impacto do turismo na vida quotidiana dos habitantes do centro da cidade de Lisboa, e combinaram informação recolhida sobre as queixas dos moradores através de etnografia digital em grupos de Facebook com informação recolhida através de entrevistas, organização de debates e observações etnográficas. Finalmente, uma linha de investigação explora as práticas digitais de comunidades geográficas sem que a etnografia em si se faça através de tecnologias digitais. Um exemplo deste tipo de investigação é o estudo de Bos (2018) sobre a geopolítica popular do videogame militar *Call of Duty*. Num estudo etnográfico que pretende iluminar a interacção entre a esfera doméstica e a pública na formação do pensamento popular geopolítico, Bos realizou 33 entrevistas e recolheu e analisou vídeos de utilizadores a jogarem o videogame para explorar o modo como a performatividade de jogar o videogame permite interacções práticas com conceitos de geopolítica e molda as representações geopolíticas dos jogadores.

Entre os limites da etnografia digital, está o facto de que os ambientes virtuais foram criados para propósitos que não são os da investigação, que podem ser empresariais, sociais ou políticos (Mateos & Durand, 2012). Assim, os ambientes virtuais são

enquadrados pelas estruturas, organização e algoritmos que os regem, e isso pode influenciar o que as pessoas partilham, bem como dificultar a identificação da origem, do escopo e do âmbito geográfico da informação. Isto é, por vezes é difícil saber quem é responsável pela inserção de uma informação, ou quantas pessoas participaram nessa inserção ou quantas a consultaram. Embora o propósito da investigação qualitativa não seja encontrar dados representativos de uma população maior, é importante compreender a dimensão e características da comunidade geográfica em questão, o que alguns ambientes virtuais dificultam. Tem também sido notado que a etnografia digital pode ser problemática se for um método que reforça o binário real-virtual ou online-offline que as geografias digitais têm contestado fortemente. Ou seja, não é possível separar as atividades que as pessoas realizam no mundo real e no mundo virtual porque estas estão interligadas. Por esse motivo, se a etnografia digital não tiver em conta o enraizamento do mundo virtual numa geografia real, os relatórios que produz serão incompletos e enviesados (Duggan, 2017).



#### Para saber mais, consulta:

- Duggan, M. (2017). Questioning “digital ethnography” in an era of ubiquitous computing. *Geography Compass*, 11 (5), e12313.  
O autor reflete sobre os desenvolvimentos da etnografia digital, identificando os seus vários tipos e salientando o valor da etnografia para compreender o mundo digital.

---

### Neste momento, deves sentir-te capaz de:

---

- Adaptar o teu estudo etnográfico a um contexto digital.
-

# Autoetnografia

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Entender o valor da autoetnografia para o estudo de temas sócio-geográficos.
  - Conhecer os passos que a autoetnografia implica, e as suas limitações.
- 

**A** autoetnografia consiste no estudo de uma experiência vivida pelo investigador. Na autoetnografia, o sujeito da investigação é o próprio investigador; é a sua vivência que será objeto de análise e interpretação. No entanto, o propósito deste método é contextualizar essa experiência vivida num ambiente social ou geográfico. Em alguns casos, a autoetnografia consiste também em dar poder a participantes ou comunidades para se exprimirem e representarem a eles próprios em estudos académicos (Butz & Besio, 2004).

O valor da autoetnografia reside na possibilidade que nos oferece de abordarmos informação que não teríamos acesso de outro modo. É particularmente importante para o estudo de experiências pessoais, sensíveis ou raras, sobre os quais é difícil encontrar pessoas disponíveis para serem informantes ou realizarem uma entrevista. Frequentemente, a autoetnografia na geografia aborda temáticas ligadas à relação entre o corpo humano e o espaço, no âmbito das geografias do corpo, geografias interseccionais, ou geografias de género e das sexualidades. Existem várias barreiras ao estudo desta relação. Primeiro, nenhum método nos revela nada sobre o que sentem os corpos dos outros, apenas nos revela o que os outros dizem sobre o que sentem. Segundo, vários tópicos são íntimos e por isso é difícil encontrar pessoas que se sintam à vontade para

falar sobre eles. Por último, vários tópicos neste campo, nomeadamente àqueles ligados à violência, são eventos invulgares, pontuais, esporádicos, temporários, efêmeros. Por estes motivos, a autoetnografia surge como um método privilegiado para estudar o que o corpo sente, e para conseguirmos situar e relacionar essas experiências corporais com um contexto social ou geográfico mais amplo. Alguns autores sugerem que o que está em causa na autoetnografia é usar o nosso corpo ele próprio como instrumento de investigação (Longhurst, Ho, & Johnston, 2008). O corpo permite-nos obter várias informações sobre um lugar que de outro modo não acedemos, como as suas sensações (cores, cheiros, sons) ou as emoções e afetos que desperta (medo, tranquilidade, aventura). A autoetnografia pode iluminar a importância geográfica destes fenómenos.

Na prática, a autoetnografia consiste num processo de experienciar, narrar e refletir uma determinada vivência. Aquilo que normalmente chamaríamos de recolha de dados é na autoetnografia uma simples vivência. Esta pode ser previamente planeada como um estudo de caso, definindo-se a priori o espaço, o tempo e o contexto social dessa vivência. Em alternativa, é possível realizar-se uma autoetnografia recorrendo-se às memórias de experiências passadas. Embora esta abordagem apresente limitações devido às falhas da memória,

no estudo de situações raras é por vezes a única opção. Por outro lado, recorrer-se a experiências passadas também nos permite ter em conta como essas experiências afetam o futuro, através de aprendizagens, lembranças ou traumas.

O modo como estes dados empíricos são recolhidos é frequentemente através da escrita de narrativas. Isto consiste em ter um caderno onde vamos descrevendo a experiência, tentando apontar tudo o que nos lembramos, o que fizemos, o que nos fizeram, o que foi dito, onde estávamos, o que pensámos, o que sentimos, e o que tudo isso significa para nós ou para os outros. Em alternativa á escrita, pode-se criar um diário áudio e ouvi-lo.

A interpretação destes dados empíricos consiste num processo de auto-reflexão que deve ser devidamente enquadrado num contexto social ou geográfico. Isto é, pese embora a importância da experiência subjetiva e da auto-narração, o objetivo de uma autoetnografia é explicar como essa experiência vivida demonstra a importância de fatores sociais ou geográficos. Isto é, a autoetnografia mostra como é que a paisagem, as regras, as relações sociais, as representações, os discursos, ou as práticas de um lugar constroem ou potenciam práticas individuais, e como é que estas são experienciadas. Deste modo, a autoetnografia é um método particularmente importante para explicar a relação entre indivíduo e grupo social, ou entre indivíduo e ambiente.

Não obstante estes passos comuns, a autoetnografia não tem um processo consolidado, nem pode ter. É frequentemente dito que a autoetnografia não é uma metodologia pré-estabelecida, mas uma abordagem que necessita de uma sensibilidade específica para cada caso (Butz & Besio, 2004). De facto, embora seja mais comum que a autoetnografia seja planeada com passos específicos e distintos, este é por vezes um método acidental, porque o investigador se encontra a si próprio a experienciar um evento que não esperava viver mas que tem relevância geográfica (Shaw, 2013). Dado que a fonte dos dados empíricos é o próprio investigador, este método permite um forte entrosamento entre os dados e a literatura cien-

tífica, esbatendo a barreira entre investigador e investigado (Butz & Besio, 2009). No entanto, as suas limitações são patentes. Um perigo particular é que, em vários contextos geográficos, é possível que estejamos a apagar as experiências, representações e expressões de outras pessoas ou comunidades ao se amplificar uma expressão pessoal em particular (Besio & Butz, 2004). De facto, é importante procurar evitar que um estudo autoetnográfico se torne egocêntrico ou etnocêntrico, ou que promova algum tipo de exclusão ou silenciamento. Isto é, a autoetnografia deve perceber os limites das generalizações que pode fazer, e estar atenta a outras visões que podem existir sobre essa experiência. Implica assim não ser puramente auto-centrada, mas implicar um esforço de empatia, relacionamento, diálogo e reflexão.

Relacionado com este perigo é a questão da identidade e da representação que a autoetnografia implica. A autoetnografia, por implicar a narração de um 'eu', também transmite uma identidade pessoal que pode ser compreendida como coletiva. Assim, a forma como a autoetnografia é escrita, onde é publicada, e por quem é lida também são fatores a considerar no desenvolvimento deste método. Frequentemente, o público académico para quem escrevemos e a comunidade geográfica sobre a qual escrevemos entendem a nossa autoetnografia de modos bastantes distintos (Butz & Besio, 2009).

Existem vários exemplos da aplicação de autoetnografia na geografia humana, desde a geografia cultural à económica. Por exemplo, Boğaç (2020) recorreu à autoetnografia para estudar a sua própria experiência de visitar Varosha, um bairro abandonado em Famagusta, Chipre, cujo acesso é proibido desde a partição da ilha em 1974. Durante a infância e adolescência, Boğaç visitara este local, estabelecendo uma ligação emocional ao mesmo, embora ele estivesse abandonado. Décadas depois, Boğaç reflete sobre a sua ligação a este local para desenvolver o conceito de ligação ao lugar, aplicando-o a lugares proibidos. Algumas aplicações desde método têm sido colaborativas. Por exemplo, Asante e Abubakari (2020) realiza-

ram uma autoetnografia colaborativa durante os seus doutoramentos, com o propósito de estudar as experiências de estudantes africanos que realizam doutoramentos na Europa. Através desta colaboração, Asante e Abubakari identificam os elementos que moldam as experiências de estudantes doutorais africanos em universidades europeias, nomeadamente os sistemas de apoio e supervisão, a formação científica, as expectativas das universidades em relação à performance dos estudantes, e as capacidades de escrita dos estudantes. A partir destas conclusões, os geógrafos elaboram uma série de recomendações com vista a melhorar o apoio a estudantes doutorais. Por outro lado, Subrahmanyam, Stinerock e Banbury (2015) conduziram uma autoetnografia para estudar como se desenvolve um conceito pessoal de consumo ético e como este conceito é alterado e negociado quando se migra de um país para o outro. Neste estudo, os três autores descrevem as suas mobilidades pessoais, da Índia para os Estados Unidos da América (EUA), dos EUA para Portugal, e da Austrália para os EUA. Ao fazerem-no, refletem sobre como as suas ideias e práticas sobre consumo ético se alteraram e como isso se relaciona com o contexto económico e cultural em que se inserem, bem como a posição social que ocupam nesse contexto.



#### Para saber mais, consulta:

- Butz, D., & Besio, K. (2009). Autoethnography. *Geography Compass*, 3 (5), 1660-1674. Os autores definem as principais características e tipos da autoetnografia, mostrando como a autoetnografia dissolve as fronteiras entre investigador e investigado, e discutem a relevância do método para a geografia.

### Neste momento, deves sentir-te capaz de:

- Realizar uma autoetnografia, recolhendo e refletindo criticamente sobre dados experienciais.
- Ter atenção às limitações do método e cultivar a reflexividade e os métodos mistos.

# Investigação-ação

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Compreender a mais-valia de incluir a população e as comunidades na investigação geográfica.
  - Conhecer os princípios pelos quais se rege a investigação-ação.
  - Conhecer os principais passos que a investigação-ação engloba.
- 

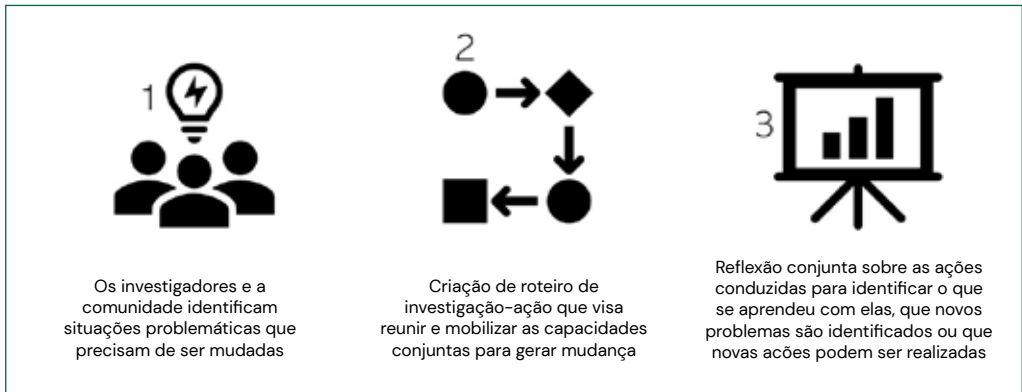
**A** investigação-ação, também conhecida como investigação participativa, é um termo que designa metodologias que procuram não só produzir conhecimento acerca de realidades específicas, mas também transformar essas realidades para melhor. A investigação-ação faz parte do leque de abordagens metodológicas da academia desde o fim da Segunda Guerra Mundial e, no início deste século, uma viragem participativa na geografia tornou-a um dos métodos mais populares da disciplina. A ideia base da investigação-ação é que a investigação científica deve servir para melhorar a vida das pessoas e que a investigação deve ser pensada de raiz para tal. Subjacente a esta ideia está um interesse em abandonar um modelo de investigação focado na posição do investigador e implementar um modelo focado na posição das pessoas dos lugares em estudo (Kindon, Pain, & Kesby, 2007). No primeiro modelo, o investigador decide a investigação, vai ao campo recolher dados, e regressa à academia para mostrar os seus resultados e disseminar o seu conhecimento. Frequentemente, as comunidades que foram estudadas não recebem nenhum benefício direto desse estudo, apesar de terem contribuído para ele, por exemplo, oferecendo o seu tempo para serem entrevistados. Ao mesmo tempo, a publicação do estudo pode contribuir bastante para o avanço da carreira do investigador.

O segundo modelo procura ultrapassar ou pelo menos minimizar os problemas éticos desta relação hierárquica da investigação. Os proponentes da investigação-ação defendem que a investigação deve envolver as comunidades locais nos estudos científicos, permitindo que estas interajam na criação de questões de investigação e que participem na recolha e análise de dados, e que a investigação deve gerar benefícios para essas comunidades. Estes benefícios podem ser de diferentes ordens, mas o mais importante é que vão ao encontro do que a comunidade precisa. Neste sentido, ouvir a comunidade é tudo.

O processo da investigação-ação tem de ser adequado a cada lugar e comunidade que se estuda e, portanto, implica diferentes métodos e temporalidades de investigação, mas existem alguns princípios comuns que importa destacar: a democracia, a pluralidade, e a ação transformativa.

O princípio da democracia é comum a toda a investigação-ação. Procura-se essencialmente garantir a participação alargada de uma comunidade nas decisões que podem transformar o seu mundo natural e social. Na prática, isto implica tentar minimizar todas as barreiras à participação que podem existir (Pain & Francis, 2003). Esta pode ser uma questão difícil; existem vários motivos que levam as pessoas a não quererem participar numa investiga-

Figura 8. Os passos da investigação-ação.



ção: desconfiança em relação a instituições como as universidades, medo de represálias locais, falta de conhecimentos sobre processo de participação, dificuldades de comunicação, vulnerabilidades sociais como discriminação histórica, ou desmotivação e descrença no impacto da investigação. Uma parte significativa da investigação-ação é devotada a encontrar modos de ultrapassar estas barreiras, e isso pode significar a aplicação e um encadeamento de vários métodos específicos.

Por outro lado, a investigação-ação implica o reconhecimento de uma pluralidade de conhecimentos. Isto quer dizer que não é apenas o conhecimento científico produzido por académicos que conta como saber, mas todas as formas de conhecer e utilizar o espaço que as diferentes pessoas que encontramos na nossa vida possuem. Assim, a investigação-ação assenta no diálogo como instrumento fundamental para a produção e circulação de conhecimento (Caretta & Riaño, 2016). Ao contrário de outros métodos de investigação, o diálogo na investigação-ação não tem uma direção única entre o investigador e o participante. A investigação-ação procura explorar todas as formas possíveis de diálogo, seja entre académicos e participantes, seja entre os diferentes membros das comunidades em estudos, seja entre esses membros e instituições públicas e privadas que operam nesses lugares. Assume-se geralmente que este diálogo deve ser horizontal, isto é, que nenhuma voz tem primazia sobre as outras, que todos devem ser ouvidos, que nenhum conhecimento é inválido ou sem importância. Assumir a horizonta-

lidade dos conhecimentos não é o mesmo que admitir que qualquer ideia pode ser verdadeira, que qualquer posição pode ser moral, ou que qualquer ação é justa. Antes, implica reconhecer que nos todos devem ter uma palavra a dizer sobre o que é verdadeiro, moral e justo.

O propósito central da investigação-ação é transformar um lugar para melhor. Esta transformação não tem de ser de grande alcance. Pequenas mudanças podem ser de grande importância para algumas pessoas. Na investigação-ação, o sucesso de um projeto de investigação mede-se igualmente pelo conhecimento novo que é produzido e pela transformação sócio-espacial que é alcançada (Fuller & Kitchin, 2004). Recentemente, a investigação-ação tem sido valorizada na sequência de uma maior preocupação das universidades e entidades financiadoras da ciência com o impacto social da investigação. Deste ponto de vista, a investigação-ação é vista como um meio de tornar a ciência mais útil, mais socialmente visível e mais contributiva para as agendas políticas e governativas. No entanto, este entusiasmo deve ser visto com cautela, dado que o próprio entendimento de impacto social neste contexto se refere a uma avaliação hierárquica da participação que contraria a lógica horizontal da investigação-ação. Por este motivo, definir critérios para a avaliação do impacto social é hoje uma questão importante no delinear de um projeto de investigação-ação (Darby, 2017).

Na sua plenitude, a investigação-ação decorre sempre num processo cíclico que pode ser descrito de

modo simples em três passos (Kindon, Pain, & Kesby, 2007; Figura 8). Primeiro, os investigadores e a comunidade identificam situações problemáticas que precisam de ser mudadas. Segundo, é criado um roteiro de investigação-ação que visa reunir e mobilizar as capacidades conjuntas para criar mudança. Terceiro, é realizada uma reflexão conjunta sobre as ações conduzidas para identificar o que se aprendeu com elas, que novos problemas são identificados ou que novas ações podem ser realizadas. Para garantir a validade das conclusões nesta reflexão conjunta, é particularmente importante avaliar a posicionalidade, a reflexividade e a cooperação dos diferentes participantes e do investigador (Caretta & Riaño, 2016). Para atingir os seus objetivos, a investigação-ação incorpora vários outros métodos de investigação. Para ouvir os participantes, frequentemente são realizadas entrevistas mais ou menos estruturadas ou grupos focais. Em alguns casos, métodos criativos e tecnologias como fotografia e vídeo são usados para incluir participantes mais vulneráveis ou marginalizados, ou para criar ambientes mais calmos ou divertidos que incentivam a participação. Na realização de ações transformativas, tem sido frequente os investigadores disponibilizarem as suas técnicas geográficas às comunidades locais. Neste ponto, destaca-se principalmente o uso de sistemas de informação geográfica. Por último, obviamente, o longo processo participativo que a investigação-ação quase sempre implica torna esta abordagem próxima de uma etnografia.

Ainda que a investigação-ação tenha propósitos nobres, também sofre de algumas limitações. O problema mais frequentemente exposto pelos seus promotores é o perigo de a investigação-ação produzir as suas próprias marginalidades, promovendo deter-

minadas vozes numa comunidade e afastando a voz de pessoas potencialmente excluídas. Para combater esta limitação, é preciso ter atenção às estruturas de poder que existem dentro das próprias comunidades em estudo (Wynne-Jones, North, & Routledge, 2015). Por outro lado, a investigação-ação pode ser instrumentalizada pelos poderes públicos como um processo de participação para legitimar consensos alargados sem o devido processo democrático. Um investigador que tenha realizado pesquisa participativa é frequentemente chamado por poderes públicos e os media para falar sobre as comunidades que estudou, e desempenhar esse papel de representar comunidades pode contribuir para apagar a voz dessa comunidade da esfera pública (Pain & Francis, 2003). A investigação-ação pode ser também problemática para investigadores em início de carreira que enfrentam problemas de precariedade laboral e pressões para serem hiper-productivos na academia. O seu envolvimento intensivo em ativismo social ou ambiental frequentemente retira-lhes tempo para produzir os indicadores de ciência mais aceites na academia, como artigos científicos, e isto prejudica-os quando concorrem a contratos de investigação (Raynor, 2019).



#### Para saber mais, consulta:

- Kindon, S., Pain, R., & Kesby, M. (2007). *Participatory Action Research Approaches and Methods: Connecting People, Participation and Place*. Abingdon: Routledge. Este livro aborda extensivamente as modalidades de investigação-ação que têm sido desenvolvidas e os seus princípios-chave. O livro contém vários estudos de caso que mostram as diversas aplicações práticas da investigação-ação.

## Neste momento, deves sentir-te capaz de:

- Auscultar uma população ou comunidade para aferir as suas necessidades.
- Adaptar a tua metodologia geográfica para ir de encontro às necessidades que identificaste com a população.



# Levantamento Fotográfico

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Reconhecer a prática de fotografar como um ato epistemológico.
  - Conhecer as diversas funções que a fotografia desempenha na investigação geográfica.
- 

A fotografia é usada na investigação geográfica praticamente desde que a geografia se tornou uma ciência moderna. No século XIX, o geógrafo e explorador prussiano Alexander von Humboldt já destacava a fotografia como um meio auxiliar de registo da realidade e, na transição do século XIX para o século XX, vários geógrafos europeus e norte-americanos como Friedrich Ratzel, Paul Vidal de la Blache, Jean Brunhes, e William Morris Davis estabeleceram a fotografia como meio de representação e interpretação da paisagem (Rossetto, 2004). Durante o século XX, algumas revistas académicas de geografia, como o Boletim Paulista de Geografia, dedicaram secções a artigos fotográficos, e a fotografia popularizou-se como um elemento ilustrativo comum nas várias monografias regionais que iam sendo publicadas. Para além disso, a fotografia aérea tornou-se um instrumento importante de recolha de informação espacial para a cartografia. No último quartel do século XX, o papel da fotografia nas metodologias geográficas começou a ser analisado criticamente, e é a partir daqui que se deixa de pensar a fotografia apenas como um instrumento de registo da realidade ou um elemento ilustrativo e se começa a ver a própria prática fotográfica como um método de investigação. O principal argumento neste

momento é que a fotografia não é uma representação pura da realidade, mas uma técnica que produz uma representação da realidade que reflete o olhar (parcial, subjetivo...) do fotógrafo (Bergami & Bettanini, 1975; Tuan, 1979).

Existem hoje várias abordagens para a fotografia enquanto método de investigação e várias aplicações. Neste capítulo, vamos focar-nos no uso da fotografia como método de recolha de dados, abordando o método do levantamento fotográfico. Um levantamento fotográfico consiste numa recolha de imagens fotográficas em um ou mais locais com o propósito de produzir uma representação visual da sua paisagem, ou das práticas e eventos que aí acontecem, que nos permita interpretar fenómenos geográficos nessas paisagens ou práticas. O levantamento fotográfico levanta várias questões relacionadas com a representação de um lugar que se está a criar nesse processo (Bignante, 2011). Em termos puramente práticos, é necessário refletir-se sobre a escolha dos lugares a fotografar e sobre o enquadramento fotográfico dessa escolha, isto é, o que vai aparecer na imagem quando apontamos a objetiva e clicamos num botão? Em termos mais abstratos, isto deve constituir uma enumeração de critérios que justificam a escolha desses locais. Ainda num plano abstrato, deve-se interrogar de que maneira as fotografias

criadas neste processo podem tipificar ou simbolizar certos espaços, e quais são as consequências disso tanto para o estudo que se conduz como para a representação do próprio lugar (Sidaway, 2002). Por outro lado, o levantamento fotográfico pode não ser praticável em alguns lugares. Primeiro, porque podem não haver condições técnicas ideais para a gravação de imagens, como a existência de chuva ou escassez de luz. Segundo, porque pode ser difícil obter permissões para fotografar alguns espaços ou para reproduzir e difundir as fotografias resultantes da investigação (Rose, 2008).

Num levantamento fotográfico, a fotografia pode vista como uma ferramenta de recolha de dados disponíveis na paisagem. No entanto, é importante salientar que esta recolha de dados não se restringe aos objetos ou formas físicas visíveis na paisagem, mas também às ideias ou conceitos que podem estar representados na paisagem, através de alguma mensagem, vestígio, ou práticas, como a ideia de exclusão social ou comunidade. Nesta abordagem, a fotografia serve como evidência de uma realidade para o geógrafo a interpretar, por exemplo, hermenêuticamente ou através de uma análise de conteúdo (Hall, 2009).

Por outro lado, o levantamento fotográfico pode ser entendido como um método processual que resulta não só numa imagem, mas também em informação acerca das pessoas ou contextos que são fotografados. Esta abordagem ancora-se na ideia de que a fotografia é uma prática social e as imagens são sempre socialmente construídas. Assim, o estudo incide não só sobre as imagens produzidas, mas sobre todo o processo de fotografar um lugar e interpretar essas fotografias, que pode ser entendido como uma oportunidade para observar e refletir sobre as múltiplas relações sociais e políticas entre a paisagem, as práticas localizadas e as representações visuais (Hunt, 2014).

Embora o levantamento fotográfico possa ser apenas um método de recolha e análise de dados, é frequente os geógrafos usarem as fotografias tiradas no campo como objeto de apresentação de resultados dos seus estudos. Neste âmbito, as abor-

dagens variam (Steinke, Junior, & Costa, 2014). O mais comum é o geógrafo selecionar algumas fotografias mais significativas para a análise que se está a realizar para ilustrarem algo que é descrito e explicado nessa análise. No entanto, no seguimento de reflexões sobre a imagem como veículo de informação, vários geógrafos têm-se preocupado com o uso de fotografias como resultado de investigação e desenvolvido novas abordagens, por exemplo, através de edições criativas. No capítulo sobre a criatividade, abordarei estes métodos criativos em maior profundidade. Não obstante, aqui é importante salientar alguns pontos acerca do uso de fotografias como produto da investigação. Primeiro, tem sido salientado que o valor principal das fotografias como resultado de investigação é a capacidade deste meio de nos transmitir diversos olhares situados sobre a paisagem e os lugares, em vez de uma única representação objetiva da realidade (Arnold, 2019). Por outro lado, dado que a fotografia é um meio de representação popular que quase todas as pessoas são capazes de entender e interpretar, ela é um meio poderoso de contacto com o público. No entanto, é preciso ter em conta que o modo como as pessoas interpretam as fotografias é também culturalmente definido, portanto é importante refletir sobre a apresentação da fotografia e como essa apresentação condiciona as possíveis leituras da imagem. Isto relaciona-se também com o facto de que as fotografias podem sempre circular para além do meio em que são publicadas, especialmente no espaço digital. Portanto, é importante antever as consequências disto (Rose, 2008).

Apesar de a fotografia remeter imediatamente para a temática da paisagem e da representação espacial, este método tem sido utilizado em diversos estudos no âmbito da geografia social, cultural e política (Hunt, 2014; Arnold, 2019). Verifica-se alguma incidência maior em casos de estudo em áreas urbanas, provavelmente porque a fotografia nos permite questionar a natureza múltipla e contestada do espaço urbano, bem como deixar uma memória de espaços em permanente transformação como são as cidades (Steinke, Ju-

nior, & Costa, 2014). A fotografia tem também sido utilizada para o estudo temporal de lugares, por exemplo, usando-se a fotografia para captar os movimentos no espaço público urbano em diferentes horas do dia e da semana (Paiva, Cachinho, Barata-Salgueiro, & Amílcar, 2017).

O levantamento fotográfico é regularmente combinado com outros métodos como entrevistas, etnografias, etnoarqueologia ou passeios. Nestes casos, ocorre frequentemente a combinação dos dados visuais da fotografia e outros tipos de dados (por exemplo, escritos, numéricos ou aurais), o que levanta questões acerca da hierarquia de importância que damos aos diferentes tipos de dados e de como podem ser combinados (Hall, 2009).



#### Para saber mais, consulta:

- Bignante, E. (2011). *Geografia e Ricerca Visuale. Strumenti e Metodi*. Bari: Laterza.

Este livro reflete sobre o uso de vários meios visuais na investigação geográfica, com um foco particular na fotografia.

- Steinke, V., Junior, D., & Costa, E. (2014). *Geografia & Fotografia. Apontamentos Teóricos e Metodológicos*. Brasília: LAGIM, UnB.

Esta obra editada reúne vários textos sobre a relação da geografia com a fotografia. Alguns textos abordam a história do interesse dos geógrafos na fotografia e outros centram-se nas questões metodológicas do uso da fotografia na investigação.

## Neste momento, deves sentir-te capaz de:

- Decidir se o levantamento fotográfico é apropriado e útil para o teu estudo.
- Definir que tipo de dados irás recolher através da fotografia e com que propósito serão recolhidos.

# Fotografia de Repetição

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Compreender em que consiste a prática da fotografia de repetição.
  - Conhecer as possíveis aplicações deste método na geografia.
- 

**A** fotografia de repetição consiste na replicação de fotografias históricas com o objetivo de identificar e analisar as mudanças da paisagem. Esta replicação implica que a fotografia de repetição duplique as condições em que a fotografia original foi tirada. Ou seja, é necessário que a fotografia seja tirada a partir do mesmo ponto de tomada de vista e que as condições de iluminação sejam semelhantes. Quando a fotografia de repetição é realizada em espaço aberto, isto implica que ela seja tirada no mesmo período do dia ou do ano, e com as mesmas condições atmosféricas, para que a replicação seja comparável. Embora seja difícil que o equipamento utilizado seja o mesmo, especialmente quando se trata de fotografia com alguma antiguidade, é útil que a máquina fotográfica tenha capacidades semelhantes, por exemplo, em termos de lente e obturador. O mesmo se aplica ao uso de equipamentos complementares, como tripés. No entanto, é frequentemente impossível aferir qual foi o equipamento utilizado. É também amiúde impossível encontrar o local da fotografia original, portanto é preciso perceber se este método de investigação é exequível antes de optarmos por ele.

Embora exista uma tradição mais estabelecida do uso de fotografia de repetição para obter dados quantitativos na geografia física, nomeadamente

para identificar mudanças em paisagens naturais (ver Cerney, 2010), este método tem também sido utilizado qualitativamente na geografia cultural, histórica e urbana. Para Rossetto (2019), as regras estritas da fotografia de repetição, que de certo modo obrigam o geógrafo a abandonar a sua liberdade criativa no ato de fotografar, permitem dar maior atenção a determinados detalhes aos quais não se daria atenção em fotografia livre. Assim, a fotografia de repetição dá uma maior autonomia ao espaço e aos objetos para determinarem o processo de interpretação e as conclusões que daí advém. Isto porque é a partir das mudanças da paisagem, e dos corpos e objetos que a ocupam, que as interrogações do investigador vão emergir. Isto não implica que este processo focado na paisagem e nos objetos remova a subjetividade do investigador, mas antes que esta subjetividade é co-constituída com a paisagem (Rossetto, 2019).

Em Portugal, temos um exemplo esplêndido da generatividade da fotografia de repetição no trabalho do fotógrafo Duarte Belo, cuja obra se foca na paisagem e nas formas de ocupação do território. Belo (2012) dedicou-se a repetir fotografias do geógrafo Orlando Ribeiro que durante a sua longa carreira fotografou várias paisagens em todo o território português. O resultado deste trabalho é um livro que reúne as fotografias originais de Ribeiro e a fo-

tografia de repetição de Belo, conjuntamente com algumas anotações do fotógrafo e citações do geógrafo que contextualizam esses pares de fotografia. Podemos encontrar o inverso na obra de William Wyckoff (2020). Este geógrafo investigou a obra que o fotógrafo Norman Wallace produziu sobre a paisagem do Arizona, nos Estados Unidos da América, entre as décadas de 1920 e 1950, uma obra que reflete as profundas transformações que ocorreram nesse estado norte-americano durante esse período, nomeadamente com o desenvolvimento da indústria mineira, das infraestruturas rodoviárias, e da expansão das pequenas e grandes cidades, sempre com o plano de fundo natural do deserto do Arizona. Parte desta investigação foi dedicada a refotografar as paisagens de Wallace, o que para Wyckoff (2020), tal como para Belo, implicou uma viagem de trabalho de campo dedicada a encontrar os lugares que Wallace fotografara.

É importante salientar esta dimensão de exploração do campo que a fotografia de repetição oferece, dado que Belo e Wyckoff não só observaram a paisagem de Portugal e do Arizona através do olhar de Ribeiro e Wallace, respetivamente, mas também percorreram essa paisagem atrás dos seus passos. Tanto Belo como Wyckoff notaram que o uso da fotografia de repetição trouxe-os mais perto da visão do mundo de Ribeiro e Wallace, uma visão que é diferente do seu olhar contemporâneo. Acima de tudo, Belo sublinha que conseguiu perceber como a mobilidade mais lenta de Ribeiro, que no seu tempo não tinha acesso a autoestradas para se deslocar rapidamente a locais remotos, lhe dotava de um outro entendimento da paisagem, mais focado na sua temporalidade lenta. Por outro lado, Wyckoff sublinha

que este método lhe permitiu compreender como Wallace conseguia captar a diversidade das identidades dos lugares de um Arizona em transformação. Deste modo, para além de compreender como a própria paisagem se altera ao longo do tempo, este método permite-nos perscrutar como a própria maneira de entender a paisagem é mutável.

Os exemplos de Belo e Wyckoff mostram também que a fotografia de repetição não tem de ser usada como um método único, mas pode ser combinada para se aprofundar a interpretação das mudanças da paisagem. Por um lado, pode ser complementada com estudos historiográficos em arquivo que contextualizem a paisagem da fotografia original ou os processos de mudança espacial que expliquem as transformações da paisagem. Por outro lado, a fotografia de repetição pode ser um meio para contactar com a população local, por exemplo, ao se questionar onde é o local da fotografia original. Isto pode permitir identificar pessoas que conhecem a paisagem original e nos podem providenciar mais informação sobre as mudanças da paisagem e como foram experienciadas, ou como são lembradas pela população local, possibilitando assim estudos sobre a memória dos lugares.



#### Para saber mais, consulta:

- Rossetto, T. (2019). Repeat photography, post-phenomenology and “being-with” through the image (at the First World War cemeteries of Asiago, Italy). *Transactions of the Institute of British Geographers*, 44 (1), 125–140.

A autora reflete sobre a importância da fotografia de repetição para a compreensão da experiência histórica dos lugares a partir de um estudo de caso na Itália.

## Neste momento, deves sentir-te capaz de:

- Decidir se a fotografia de repetição será útil para identificares mudanças espaciais ou sociais no teu local de estudo.
- Planear cuidadosamente a repetição de uma fotografia histórica.

# Fotografia Participativa

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Reconhecer o valor da recolha fotográfica por parte de uma população ou comunidade para a investigação geográfica.
  - Conhecer o processo de aplicação do método da fotografia participativa.
- 

**P**ara além dos diários, alguns geógrafos têm procurado outros modos de permitir aos participantes em investigações exprimir a sua perspetiva sobre os lugares. Uma das abordagens mais comuns tem sido dar aos participantes o poder de recolher materiais de investigação, como fotografia ou vídeo, e co-analisar os dados qualitativos desses materiais com o geógrafo. Esta abordagem tem sido aplicada na geografia desde o início deste século, mas tem uma história mais longa e rica na antropologia. Por este motivo, a maior parte destes métodos participativos foram criados por antropólogos, mas adaptados por geógrafos para se aplicarem a questões relacionadas com espaço, lugar e paisagem. Nesta secção, vou abordar os métodos participativos que mobilizam a fotografia e, depois disto, discutirei os métodos que mobilizam o vídeo.

Têm sido desenvolvidas várias metodologias que usam a fotografia como método participativo, mas os seus princípios gerais e estrutura tendem a ser semelhantes, se não idênticos. Não obstante, estas metodologias têm sido batizadas com nomes distintos, incluindo fotografia participante, *photovoice*, autofotografia, fotografia autodirecionada, ou *native image-making*. Aqui, irei abordar os seus princípios de um modo abrangente e, para simplificar, irei referir-me a estas metodologias como fotogra-

fia participante.

A fotografia participante tornou-se um método popular devido a uma crescente consciência de que a produção de imagens de grupos ou povos marginalizados, por parte de cientistas sociais como antropólogos ou geógrafos que são exteriores a esses grupos e povos, perpetuava a sua exclusão por manter o poder sobre a sua imagem nas mãos de um especialista externo (Margulies, 2019).

A fotografia participante geralmente inclui três passos (Figura 9). O primeiro momento consiste na recolha de imagens por parte dos participantes. Neste momento, o investigador oferece instruções iniciais aos participantes acerca de como recolher imagens (Johnsen, May & Cloke, 2008). Dependendo da investigação, os participantes podem receber instruções mais específicas acerca do tipo de imagens que devem recolher, podendo mesmo existir um guião com instruções para uma série de fotografias, ou podem propositadamente receber instruções mais vagas para terem uma maior liberdade e responsabilidade na escolha do que fotografam. Estas instruções podem ser antecedidas de uma entrevista ou grupo focal em que a temática do estudo é discutida com os participantes. O material recolhido pode consistir apenas numa fotografia ou numa série de fotografias, e pode-se também pedir ao participante que legende as fotografias com uma descrição ou

um pensamento acerca delas. Uma questão relevante a ter em conta é se os participantes têm acesso a uma câmara fotográfica e se a qualidade da mesma é suficiente para os efeitos do estudo. Para evitar uma potencial exclusão, é aconselhável que o investigador possa disponibilizar uma câmara a participantes que não possuam uma, e que seja possível dar formação a participantes não familiarizados com a tecnologia.

O segundo momento engloba a análise das fotografias recolhidas pelos participantes. Se durante os anos 90 do século passado era comum que o investigador analisasse estas fotografias por meio de uma análise de conteúdo ou uma interpretação hermenêutica, é hoje consensual que estas fotografias devem ser co-analisadas pelo investigador e o participante (McIntyre, 2003). Isto porque remover o participante da análise à fotografia implica perder os significados e narrativas pessoais que são associados à fotografia e os espaços que representa. Implica igualmente descartar as práticas de preparação da fotografia, como a procura de uma perspectiva particular ou a limpeza e arranjo de alguns espaços para fotografias mais belas ou significativas, que podem revelar aspetos importantes da relação das pessoas com os espaços que habitam (Johnsen,

May & Cloke, 2008). Co-analisar a fotografia pode seguir o formato da entrevista com elicitación de materiais, ou pode ser dada mais autonomia ao participante para discutir o material. A co-análise da fotografia também pode ser feita individualmente ou, caso haja permissão dos participantes, podem ser debatidas em grupo numa sessão de grupo focal. De qualquer modo, há algumas informações que importam aferir, como: (i) onde cada fotografia foi tirada; (ii) porque foi escolhido esse local e como foi enquadrada a fotografia; (iii) o que o participante sente e pensa acerca desse local.

O terceiro momento refere-se à publicação das fotografias. Este momento é particularmente importante para investigação que tem um propósito de transformação sócio-espacial, sendo por vezes descartada noutros tipos de estudos. Tal como a recolha e a interpretação de dados, também esta fase deve ser desenvolvida em proximidade com os participantes, não só porque as fotografias são da sua autoria, mas porque a publicação deve ter em vista um contributo palpável para a melhoria das suas condições de vida. Frequentemente, a publicação é feita através de uma exposição pública, embora também seja possível serem publicadas em livro ou online. O público-alvo destas exposições são geralmente os

Figura 9. Os passos da metodologia de fotografia participativa.



decisores políticos ou as comunidades locais, e o objetivo da exposição tende a ser dar voz a indivíduos ou grupos com fraca representação política (Schumann, Binder & Greer, 2019). Deste modo, a participação no estudo pode ser também uma plataforma de empoderamento dos participantes.

A fotografia participante tem sido utilizada principalmente em investigações com grupos marginais. Por exemplo, Maclean e Woodward (2013) e Goodman, Snyder e Wilson (2018) usaram fotografia participante em investigações com população indígena na Austrália e no Canadá, respetivamente. Neste caso, a fotografia participante é um método útil porque permite que participantes marginalizados ou vulneráveis possam ter um meio para descrever a sua realidade e as suas posições não só ao investigador, mas também, por exemplo, junto de instituições governativas. Visto que muitas populações marginalizadas são excluídas de processos formais de participação, ou não estão familiarizadas com os processos de participação baseados na escrita, a fotografia torna-se um meio mais acessível para descrever a sua experiência.

A fotografia participante é geralmente desenvolvida em combinação com entrevistas, grupos focais e diários. Estes métodos adicionais, em primeiro lugar, permitem-nos estabelecer uma relação de confiança e conhecimento mútuo com os participantes. Mais importante ainda, estes métodos oferecem-nos mais informação sobre o contexto em que as pessoas observam o espaço, permitindo-nos explicar as opções pessoais que tomaram (Leddy-Owen, 2014).



### Para saber mais, consulta:

- MacLean, K., & Woodward, E. (2013). Photovoice Evaluated. *Geographical Research*, 51, 94–105.

Este artigo descreve as aplicações da fotografia participativa na geografia e avalia o seu grau de sucesso e as principais limitações.

- McIntyre, A. (2003). Through the Eyes of Women: Photovoice and participatory research as tools for reimagining place. *Gender, Place & Culture*, 10 (1), 47–66.

A autora aborda o potencial da fotografia participativa para permitir que comunidades menos representadas na geografia expressem as suas experiências e perspetivas.

## Neste momento, deves sentir-te capaz de:

- Decidir se a fotografia poderá ser uma ferramenta que promove a inclusão na tua investigação-ação.
- Planear um processo de fotografia participativa em proximidade com uma comunidade geográfica.



# Vídeografia

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Compreender o interesse emergente dos geógrafos no vídeo como fonte de informação geográfica.
  - Identificar as principais modalidades de uso do vídeo em geografia, as principais técnicas videográficas utilizadas, e as suas limitações.
- 

Cada vez mais se tem a noção de que o mundo é constituído por movimentos, e não por um espaço petrificado e estável. Esta noção deriva em parte do momento histórico em que nos encontramos: uma globalização na qual várias tecnologias de transporte e comunicação permitem que seres vivos, objetos e informação atravessem o espaço terrestre cada vez mais velozmente e em maiores distâncias. Mas deriva também da percepção que a geografia e outras ciências da terra desenvolveram sobre o planeta como um processo climatérico e geológico em permanente mudança, como o sublinha a evidente crise climática e de destruição de ecossistemas. Este espaço de movimentos cria a necessidade de desenvolver métodos que possam ser aplicados a fenómenos em que os fluxos, os eventos, e o devir são particularmente importantes. Para muitos geógrafos, o vídeo tem sido um recurso fundamental para dar resposta a este desafio.

O uso do vídeo como ferramenta de investigação tem várias aplicações. Nesta secção, vou-me focar no uso do vídeo como método de recolha de dados. As possibilidades que o vídeo oferece para as metodologias participativas serão discutidas no capítulo seguinte. A realização de filmes documentários ou fictícios como método de investigação reflexivo ou experimental será abordada no capítulo sobre a criatividade.

O vídeo pode ser usado de diferentes modos. Pode ser usado como registo de campo para gravar todo o tipo de fenómenos (Garrett, 2011). Usado desta maneira, o vídeo liberta o investigador da tarefa de manter um registo escrito de tudo o que acontece e pode permitir-lhe ter um papel mais ativo ou mais exploratório nos fenómenos que estuda. Neste caso, o vídeo permite ter múltiplas perspetivas sobre o campo. Permite captar pequenas nuances, como gestos ou expressões, que podem ter significado cultural, social ou espacial, e que passam despercebidas ao olhar nu ou podem ser esquecidas. No caso de interações entre sujeitos, o vídeo oferece a possibilidade de captar a comunicação não-verbal, como movimentos dos olhos ou linguagem corporal, que pode ser tão ou mais importante do que aquilo que os sujeitos dizem. De facto, o valor do vídeo como método de recolha de dados é criar uma memória dos movimentos num determinado espaço-tempo, preservando a visão e a audição de contextos que mudam. Neste sentido, o vídeo é especialmente importante para o estudo de eventos temporários, visto que a possibilidade de estudo empírico destes fenómenos é muito circunscrita no tempo. Neste caso, incluem-se eventos como manifestações políticas, emergências sociais, desastres ambientais, festividades sazonais ou festivais artísticos.

Mas o vídeo pode ser mais do que um registo do

que se passa num determinado espaço ou evento: pode ser utilizado como um método reflexivo (Paterson & Glass, 2020). Neste caso, quando o vídeo capta a ação do próprio investigador, ela pode ser revista para se refletir sobre a própria ação num determinado ambiente, nomeadamente em termos da posicionalidade do investigador. Isto é, o vídeo apresenta-nos uma nova perspetiva na qual o papel do nosso corpo numa determinada ação constrange ou potencia determinadas experiências, relações sociais, e reflexões. Ao visionarmos a nossa posição no mundo, podemos compreender como somos levados a prestar atenção a alguns detalhes, relações, ou contactos, e a ignorar ou menosprezar outros. Assim, podemos contextualizar a agência humana numa rede de relações com pessoas, objetos ou acontecimentos (Paiva & Cachinho, 2018). Em acréscimo, a própria perceção de que se está a ser gravado pode levar o investigador ou outros sujeitos a ter uma maior consciência dos seus atos e desse modo questioná-los e problematizá-los. Deste modo, o vídeo pode ser uma ferramenta útil para estudar como as relações sócio-espaciais se desenvolvem em determinados lugares.

Algumas técnicas de edição de vídeo podem também permitir-nos obter outros modos de ver e analisar lugares. Por exemplo, Garrett (2011) destaca a compressão temporal de vídeos, na qual o vídeo é reproduzido mais rapidamente, como uma técnica útil para identificar ritmos e fluxos em determinados espaços. O oposto desta técnica – a câmara lenta – pode também ser útil para se prestar mais atenção a detalhes que passam despercebidos a olho nu. Outras técnicas criativas de registo, edição e interpretação de vídeo permite-nos também mudar a nossa perspetiva e foco da subjetividade humana para o papel de elementos não-humanos na ação sócio-espacial, contribuindo assim para uma melhor compreensão do papel das materialidades do espaço e da vida vegetal e animal na geografia dos lugares (Lapworth, 2019).

É preciso ter em conta as limitações e constrangimentos que o vídeo impõe. O principal constrangimento advém de ser uma tecnologia percebida como intrusiva (Garrett, 2011). Isto significa que,

em alguns locais, o uso do vídeo pode ser proibido por questões de privacidade ou conforto público, e que muitos indivíduos podem alterar o seu comportamento por vergonha, timidez, desconfiança, medo de represálias ou simplesmente por considerarem o ato de filmagem ofensivo num determinado contexto. Usar vídeo como método de recolha de dados sem a intenção de o reproduzir publicamente pode minimizar os problemas éticos que a gravação de sujeitos levanta, e reduzir a perceção da gravação como intrusiva em algumas situações. No entanto, este é sempre um processo de negociação no qual o investigador não pode impor a sua vontade aos visados pela investigação. Por outro lado, pode ser perigoso ancorarmo-nos unicamente naquilo que foi registado pela câmara para estudar fenómenos geográficos (Simpson, 2011). Em espaços de movimento, a câmara não consegue captar tudo: existem ações e eventos para além do enquadramento da câmara que se relacionam com aquilo que se passa no vídeo, existem ângulos mortos devido ao posicionamento de objetos e pessoas que ocultam o que se passa atrás delas, e existem pensamentos e razões que explicam comportamentos que o vídeo não regista.

De facto, o vídeo é raramente utilizado como um método de recolha e análise de dados único (Spinney, 2011). Frequentemente, a captação de imagens em movimento faz parte de um estudo etnográfico em que o investigador participa numa situação social. Nestes casos, o vídeo pode captar um plano geral, o que significa que a câmara é posicionada num local que capte o conjunto total da ação, ou um plano médio, em que a câmara é posicionada num local onde possa focar uma atividade em particular. Em ambos os casos, estes planos podem incluir o investigador ou não. Em alternativa, o investigador pode carregar uma câmara portátil e gravar imagens em movimento a partir da sua própria perspetiva. O vídeo pode também ser usado como ferramenta para trabalho de campo, incluindo caminhadas de transecto. Neste caso, o vídeo é particularmente útil como ferramenta de análise comparativa, podendo-se contrapor casos de estudo múltiplos em diversos locais, ou passeios no mes-

mo trajeto com indivíduos diferentes. Por último, entrevistas são frequentemente um complemento importante à recolha de imagens porque a explicação dos sujeitos pode ser necessária para elucidar as práticas registadas em vídeo.

Evidentemente, o vídeo tornou-se também uma ferramenta de investigação mais popular neste século devido à proliferação de câmaras digitais leves e baratas. Para além das câmaras digitais tradicionais, os geógrafos têm também explorado o uso de câmaras de ação e câmaras em drones.

Câmaras de ação são pequenas câmaras digitais que podem ser montadas em vestuário ou veículos como bicicletas ou carros. Estas câmaras têm alguma resistência à trepidação, o que permite estabilizar a imagem mesmo em situações de grande movimento, como correr ou conduzir. Várias empresas como a GoPro ou a Sony oferecem uma vasta gama de câmaras de ação. As câmaras de ação têm sido utilizadas principalmente por geógrafos que estudam mobilidades quotidianas como deslocações pendulares ou práticas desportivas, geralmente associadas ao uso de veículos móveis leves como bicicletas, skates ou caiaques. Vannini e Stewart (2017) argumentam que o valor das câmaras de ação enquanto método de recolha de informação está relacionado com a perspetiva própria, a que chamam de ‘GoPro gaze’. Para os autores, a câmara de ação captura a noção de presença e confere a sensação de ‘estar mesmo lá’ mais do que qualquer outra câmara, alimentando a perceção da experiência sensorial e a sua dimensão performativa, e transmitindo a “velocidade, duração, direção, técnica, e ritmo de movimentos atléticos através do tempo-espaço” (Vannini & Stewart, 2017, p. 151). Assim, as câmaras de ação são úteis especialmente para geógrafos

interessados em recolher informação sobre práticas extremamente móveis, e em particular como o corpo humano se relaciona com a materialidade do espaço e os lugares.

Drone é o nome dado a um veículo aéreo não tripulado. Estes aparelhos tornaram-se mais acessíveis na última década e têm frequentemente uma câmara digital instalada. Drones oferecem a possibilidade de captar imagens aéreas a um custo baixo e com qualidade considerável. Várias empresas como a Parrot ou a DJI oferecem uma vasta gama de drones. Até agora, estes veículos têm sido utilizados principalmente por geógrafos que trabalham com sistemas de informação geográfica para recolher dados para georreferenciar, mas alguns geógrafos também pensaram nas possibilidades de utilização dos vídeos de drones em investigações qualitativas. Por exemplo, Birtchnell e Gibson (2015) sugerem que vídeos de drones podem ser usados para estudar a apropriação de certos espaços por multidões, em casos como festivais de música em que o uso de vídeo no terreno é muito limitado pela densidade de pessoas. Podem também ser usados para recolher imagens em lugares perigosos como, por exemplo, locais habitados por animais selvagens (Birtchnell & Gibson, 2015).



#### Para saber mais, consulta:

• Garrett, B. L. (2011). Videographic geographies: Using digital video for geographic research. *Progress in Human Geography*, 35 (4), 521–541.

O autor faz uma revisão sobre a relação da geografia com vídeo e filme, e argumenta a favor do uso do vídeo digital como metodologia de índole etnográfica.

## Neste momento, deves sentir-te capaz de:

- Escolher a modalidade de recolha e técnicas de gravação de vídeo mais adequadas para a tua investigação geográfica.
- Combinar a videografia com outros métodos de recolha ou interpretação de dados.

# Vídeo Participativo

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Compreender o potencial do vídeo para permitir aos participantes de investigação recolher informação geográfica e exprimir a sua experiência espacial.
  - Entender as limitações do vídeo participativo e como ultrapassá-las.
- 

**E**ntre a explosão de abordagens participativas, o uso do vídeo tem sido particularmente popular entre os geógrafos. O vídeo tem sido não só visto como uma ferramenta que integra e empodera os participantes de estudos geográficos, como também um meio particularmente útil para comunicar com grupos excluídos, marginalizados ou vulneráveis (Kindon, 2003). De facto, muitos dos estudos que recorrem ao vídeo participativo foram conduzidos com crianças, mulheres, ou em países subdesenvolvidos. O facto de a tecnologia de vídeo estar bastante difundida, especialmente com os smartphones, faz com que filmar seja fácil para a maioria dos participantes. E mesmo quando os participantes não têm conhecimento prévio, o vídeo é suficientemente intuitivo para conseguirem manusear uma câmara e filmar. Para além disso, o vídeo oferece aos participantes a possibilidade de captarem o seu mundo vivido e comunicá-lo para além de barreiras comunicacionais. Isto é útil não só em investigação desenvolvida com pessoas com outra língua que não a nossa, mas também com pessoas cuja linguagem social é distinta da nossa, como as crianças.

O vídeo participativo é geralmente um método aplicado durante ou no seguimento de uma investigação etnográfica ou de investigação-ação. Muitas vezes, é também combinado com entrevistas mais

ou menos estruturadas ou grupos focais. O método em termos de recolha de dados geralmente divide-se em duas fases: (i) gravação de vídeo pelos participantes e (ii) discussão dos vídeos com os participantes.

Após a fase de recrutamento, que tende a ocorrer numa exploração prévia do local onde decorre o estudo, é pedido aos participantes que recolham vídeos ligados ao tópico da investigação. Os vídeos podem ser criados com câmaras que os participantes possuem ou, no caso de não terem, os investigadores providenciam câmaras aos participantes. Em alguns casos, as câmaras são oferecidas aos participantes, de modo a que as práticas que estes desenvolvem durante a investigação possam continuar e ser úteis para a sua vida quotidiana (Mitchell, de Lange, & Moletsane, 2014).

Após a recolha de vídeos por parte dos participantes, estes são partilhados com os investigadores. Por vezes, conduzem-se entrevistas ou conversas informais com os participantes para refletir em conjunto sobre o filme, ou organizam-se workshops ou grupos focais nos quais os participantes partilham os seus vídeos entre si e se discute o seu conteúdo. Esta última abordagem tem a utilidade de acrescentar as reações mútuas dos participantes, os seus diálogos, discordâncias e consensos à informação recolhida. O vídeo é uma âncora impor-

tante para estas discussões porque aumenta a auto-confiança dos participantes e a partilha dos filmes pode fortalecer a empatia e a compreensão entre os diversos participantes. Ter uma janela para o mundo dos outros é um meio muito mais direto e poderoso, que nos força a colocarmo-nos no lugar deles, do que ter apenas uma descrição verbal. Este tipo de dinâmica empática pode potenciar um debate menos antagónico, mais profundo e produtivo, o que tem consequência positivas em termos do volume e qualidade de informação que se gera para a investigação (Tremblay & Harris, 2018). Por vezes, toda a metodologia do vídeo participativo é realizada num só workshop (Mistry & Berardi, 2012). Estes workshops têm muitas vezes não só o propósito de recolher informação mais densa, mas também organizar ação coletiva e transformadora nas comunidades dos lugares em estudo.

Embora o vídeo participativo tenha oferecido aos geógrafos a possibilidade de desenvolver relações e co-produzirem conhecimento com um conjunto mais diverso de grupos sociais, as limitações do método têm também sido assinaladas em anos mais recentes. Por um lado, tem sido notado que alguns estudos que recorrem ao vídeo participativo têm um tom comemorativo e descritivo, não apresentando uma análise crítica da posicionalidade da produção do conhecimento, assumindo automaticamente que o método foi horizontal (Milne, 2016). Isto é problemático porque tem sido notado que a aplicação do vídeo participativo é frequentemente guiada por convenções ocidentais acerca de como deve ser filmado um vídeo, por exemplo em termos de duração, conteúdo e fala. Isto pode constranger a visão dos participantes, que podem ter modos diferentes de perceber o tempo, o espaço e as relações sociais. Por outro lado, apesar de ser positivo que um dos propósitos do uso do vídeo participativo tenha sido a emancipação dos participantes, a forma como essa emancipação ocorre tende a ser pré-definida pelos investigadores, deixando pouco espaço para a auto-determinação dos participantes. Para isto contribui a própria utilização da tecnologia do vídeo, muitas vezes uma tecnologia estranha que é forçada aos participantes, sobrepondo-se às

técnicas de comunicação que habitualmente usam (Kendon, 2016). Para que o vídeo participativo tenha sucesso e não seja uma imposição, é preciso ter em conta as motivações daqueles que são convidados a participar no estudo e os eventuais benefícios que eles podem retirar dele (Blazek & Hraňová, 2012). Outra questão importante é a duração da investigação. O vídeo participativo é com frequência conduzido individualmente e em estudos de curta duração, o que gera duas limitações. Primeiro, a recolha individual dos dados limita a compreensão do escopo social da informação recolhida. Isto é, não sabemos se as perspetivas que obtemos são individuais ou se podem ser entendidas como a perspetiva de uma comunidade. Em segundo lugar, o propósito emancipatório e transformador do vídeo participativo perde-se quando a investigação não é capaz de mover uma comunidade ou um grupo de pessoas durante um período de tempo suficiente para causar impacto social. Por este motivo, Walsh (2014) sugere que o vídeo participativo deve ser desenvolvido num contexto mais alargado de investigação-ação para alcançar o verdadeiro potencial do método.

A aplicação do vídeo participativo está expandida por toda a geografia. Na geografia ambiental, o vídeo participativo tem sido importante para permitir que grupos vulneráveis ou com pouco acesso à cidadania plena consigam participar em processos de decisão política, comunicação pública e ação ambiental direta. Através do vídeo participativo em projetos de investigação-ação, tem sido possível permitir que estes grupos produzam os seus próprios vídeos para comunicar o seu conhecimento ambiental, e as suas preocupações e posições políticas sobre os processos de mudança climática e destruição de natureza, tornando o processo democrático mais aberto ao mesmo tempo que se produz conhecimento sobre os segmentos mais vulneráveis às alterações ambientais (Haynes & Tanner, 2013). A geografia económica tem enquadrado o vídeo participativo como uma ferramenta para desenvolver o associativismo e capacidade de grupo em processos de desenvolvimento económico, com vista a uma maior visibilidade de determi-

nados grupos económicos e uma maior capacidade de captar financiamento, por exemplo, em processos de inovação (Richardson-Ngwenya, Restrepo, Fernández, & Kaufmann, 2019). A ideia de usar o vídeo participativo como ferramenta de transformação social tem também sido entusiasticamente acolhida por geógrafos sociais que veem neste método uma possibilidade de criar debate público sobre temas sensíveis como a violência de género, racismo, abusos laborais ou questões de habitação. Neste âmbito, o vídeo participativo é especialmente valorizado por poder tornar visíveis ou públicas as experiências dos participantes – nos seus próprios termos – que tendem a tornar-se invisíveis porque são experiências pessoais ou se passam em espaços privados (Brickell & Garrett, 2015).



#### Para saber mais, consulta:

- Kindon, S. (2003). Participatory video in geographic research: a feminist practice of looking? *Area*, 35 (2), 142–153.
- Kindon, S. (2016). Participatory video as a feminist practice of looking: “take two!” *Area*, 48 (4), 496–503. Nestes dois artigos, a autora defende a utilidade do vídeo participativo na geografia. Enquanto o primeiro artigo argumenta que este método poderá providenciar investigação mais inclusiva e detalhada, o segundo artigo avalia o uso da metodologia na geografia.
- Milne, E.-J. (2016). Critiquing participatory video: experiences from around the world. *Area*, 48 (4), 401–404. Este artigo faz uma crítica do uso do vídeo participativo a partir de uma revisão global da sua aplicação como método.

---

### Neste momento, deves sentir-te capaz de:

---

- Decidir se o vídeo poderá ser uma ferramenta que promove a inclusão na tua investigação-ação.
  - Planear um processo de vídeo participativo em proximidade com uma comunidade geográfica.
-

# Time-lapse

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Compreender o potencial do *time-lapse* para detetar e captar fluxos espaciais e a sua relação com a materialidade.
  - Perceber como aplicar a técnica do *time-lapse*.
- 

**T***ime-lapse* não é exatamente fotografia, nem vídeo. Situa-se algures entre as duas tecnologias. *Time-lapse* é uma tecnologia que regista uma sequência de fotografias com um determinado intervalo de tempo entre elas, daí o nome 'lapso de tempo'. Este intervalo de tempo pode ser relativamente curto, por exemplo de cinco segundos, ou mais prolongados, indo até intervalos de três dias. O resultado de uma gravação *time-lapse* pode ser visualizado como um vídeo, ou as fotografias individuais podem ser colocadas lado a lado para uma análise mais minuciosa.

A tecnologia *time-lapse* distingue-se da fotografia e do vídeo por nos oferecer um meio que nos permite detetar pequenas alterações no ambiente que geralmente passam despercebidas a olho nu. Estas pequenas alterações ou movimentos não são captadas numa fotografia, mas também podem ser tão lentas que não se identificam quando visualizamos um vídeo. Estou a falar de movimentos subtis como

a rotação do sol e a deslocação das sombras que causa, as oscilações ténues de plantas, ou a subida das águas de uma maré. De facto, o *time-lapse* como método na geografia é maioritariamente utilizado por investigadores de geografia física como alternativa à fotografia de repetição para estudar fenómenos que ocorrem prolongadamente no tempo. Neste caso, o *time-lapse* é utilizado, por exemplo, para estudar o avanço e recuo dos glaciares e da neve ao longo do ano em ambientes permafrost, a progressão da deflorestação de ambientes ameaçados, ou movimentos geomorfológicos que podem levar a deslizamentos perigosos (ver Cerney, 2010). No entanto, a utilização do *time-lapse* por geógrafos físicos destina-se principalmente a providenciar informação quantificável, nomeadamente para medir áreas e estabelecer padrões e ciclos de repetição.

Pelo contrário, esta tecnologia tem sido utilizada de uma forma qualitativa na geografia humana. Em particular, tem sido considerada como um método

útil para estudar os ritmos e a temporalidade de práticas humanas em ambientes urbanos. Isto porque o *time-lapse* nos pode oferecer muita informação sobre os movimentos de humanos, animais, e objetos a uma escala local micro. Num vídeo ou sequência de fotografias *time-lapse* com um intervalo de tempo mais curto, os movimentos e as trajetórias dos corpos tornam-se bastante nítidos e identificáveis. Em sequências com intervalos maiores, podemos identificar mais imediatamente alterações significativas ou subtis, por exemplo, na densidade de pessoas na rua, ou nas práticas diferentes que decorrem em vários momentos. De facto, os intervalos de tempo ajustáveis do *time-lapse* podem ser usados estrategicamente para analisar várias escalas temporais. Para além disto, a fotografia permite-nos explorar os diversos momentos com minúcia e observar como os vários elementos no espaço – pessoas, objetos, animais, mobiliário urbano, lojas, etc. – interagem ou desconectam-se em determinadas práticas.

Deste modo, como nos diz o geógrafo Paul Simpson (2012), o *time-lapse* permite-nos desenvolver uma outra maneira de olhar que nos altera a perspetiva do ponto de vista temporal. Para Simpson (2012), o *time-lapse* deve levar-nos a olhar para além dos padrões, densidades, e outras medidas quantificáveis que conseguimos aferir a partir das imagens, porque nos permite também dar sentido às interações que desencadeiam os eventos e as suas múltiplas durações. Simpson argumenta que o *time-lapse* pode “ajudar na reflexão sobre o complexo e multifacetado devir temporal das práticas quotidianas e sobre os modos como vários ritmos se misturam entre si e assim afetam a maneira como essas práticas acontecem” (2012, p. 425).

Um exemplo da aplicação do *time-lapse* como método é o estudo de Lyon (2016) sobre os ritmos do mercado de peixe de Billingsgate em Londres, Reino Unido. Lyon criou um vídeo *time-lapse* com o intuito de ser um método imersivo para captar a atmosfera do mercado e para identificar e analisar os ritmos, padrões, fluxos, interações, temporalidades e interconexões do mercado. Por outro lado, Prieto de la Fuente (2018) usou o *time-lapse* para estudar as interações entre pessoas e as materialidades do espaço

urbano como mobiliário urbano, estátuas ou escadas. Através do *time-lapse*, Prieto de la Fuente mapeou qualitativamente a relação entre várias práticas quotidianas como conversar, comer, ou fumar e as materialidades, com o propósito de perceber como o espaço urbano pode ser desenhado para acolher práticas específicas.

É muito simples utilizar a tecnologia *time-lapse*. É preciso montar a câmara num local estável e seguro, onde não seja perturbada pelo vento, animais, ou pessoas curiosas. Na seleção do local, importa ter em conta se a câmara tem uma boa perspetiva sobre aquilo que se pretende observar. Para a programar o *time-lapse*, basta escolher o intervalo de tempo que se deseja entre cada fotografia e depois iniciar a gravação. Por vezes, é possível também definir a duração da gravação *time-lapse*.

Muitas câmaras digitais têm incorporado um modo de *time-lapse*. Existem várias empresas que produzem câmaras especializadas de *time-lapse*, como a Brinno ou a Afidus. O preço destas câmaras oscila entre 100 e os 600 euros, variando conforme a definição da imagem e o número de acessórios que necessitamos. Uma alternativa mais acessível é utilizar um time-shutter numa câmara digital que possuas. Várias empresas como a Neeweer, PROtastic, PHOTOOLEX, RGBS, Ruili, ou Shoot vendem estes acessórios que se ligam a uma câmara digital através de um cabo USB e permitem configurar o intervalo temporal de fotografia para criar uma sequência *time-lapse*. Os preços oscilam entre os 15 e os 30 euros. Caso se opte por esta alternativa, é preciso ter em conta se o acessório a adquirir é compatível com a câmara que se possui. Uma alternativa ainda mais acessível é usar uma aplicação de *time-lapse* no smartphone. Existem várias aplicações gratuitas que permitem configurar intervalos de tempo para uma sequência. Provavelmente, a aplicação nativa de câmara do teu smartphone já tem esta funcionalidade. O mais problemático nesta opção poderá ser encontrar uma forma de estabilizar o smartphone para gravar a sequência sempre na mesma perspetiva. Se esse problema surgir, existem tripés para smartphones que estabilizam a imagem.

Embora o *time-lapse* possa ser usado como um mé-



todo independente, o seu uso pode ser aprofundado pela combinação com outros métodos como observação participante ou não-participante, ou diários. Estes métodos podem compensar as limitações do *time-lapse*, nomeadamente o problema de reduzir os eventos e práticas sociais a uma sequência de imagens que não contém os sons, as falas, os cheiros, nem todos os movimentos e expressões que as pessoas fazem. Focarmo-nos apenas no *time-lapse* pode ter o efeito contraditório de levar-nos a distanciar-mo-nos da ação social que nos interessa investigar.



---

**Para saber mais, consulta:**

- Simpson, P. (2012). Apprehending everyday rhythms: Rhythmanalysis, time-lapse photography, and the space-times of street performance. *cultural geographies*, 19 (4), 423–445.

O autor apresenta o método *time-lapse* no âmbito do estudo dos ritmos urbanos. As possibilidades do método são descritas em pormenor e um caso prático é apresentado.

---

**Neste momento, deves sentir-te capaz de:**

- Decidir se o teu objeto de estudo pode ser captado através da técnica do *time-lapse*.
  - Montar uma estrutura de observação *time-lapse*.
-

# Fonografia

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Perceber o interesse dos geógrafos no som para obter informação geográfica e sobre a experiência dos lugares.
  - Conhecer o processo de gravação de paisagens sonoras e a sua relevância geográfica.
- 

O primeiro passo para aplicar o som como metodologia é simplesmente escutar. Esta é uma prática útil no decorrer de qualquer investigação, mesmo que ela não incida sobre fenómenos sonoros. Por exemplo, alguns geógrafos têm notado que é importante escutar as vozes das gravações de entrevistas porque existe informação afetiva e emocional que se perde ao se transcrever a fala para escrita, e que pode ser importante para perceber a importância do conteúdo dessa fala (Kanngieser, 2012). Nas últimas décadas, os geógrafos têm dado mais importância aos sons dos lugares como meios para se perceber as suas ecologias e relações sociais. Neste âmbito, a fonografia tornou-se um método comum.

O termo fonografia advém da primeira tecnologia de gravação de som – o fonógrafo, inventado por Thomas Edison em 1877 – que entretanto se generalizou para se referir a todas as tecnologias de gravação de som entretanto desenvolvidas. A fonografia começou a ser usada por geógrafos apenas nos anos recentes, na sequência de um interesse crescente no elemento sonoro das paisagens e dos lugares (Gallagher, 2015).

A fonografia tem sido usada principalmente para se realizar gravações sonoras de campo, um termo que é usado nos estudos de som para se distinguir entre gravações de estúdio, ou seja, num ambiente

controlado, e gravações de campo, que são conduzidas num ambiente ecológico, aberto, ou social. Uma particularidade da gravação de campo é mesmo a dificuldade em se destacar fontes individuais de som. Ao contrário da captação de imagens, em que é geralmente possível apontar a câmara para apenas o que se pretende mostrar, o meio sonoro mistura sempre todas as fontes de som numa dada localização. Por este motivo, a fonografia é ideal para mostrar a co-presença de corpos em paisagens, por exemplo, em estudos sobre ambientes multiculturais ou de interação inter-espécies, mas pode criar limitações em estudos sobre elementos paisagísticos ou sociais mais específicos.

A gravação de campo é um processo que envolve mais do que ligar um gravador e captar sons. Na verdade, o seu potencial como método geográfico está em primeiro lugar na forte ligação entre o investigador e o ambiente físico que este processo induz (Gallagher, Kanngieser, & Prior, 2017). Tal como no método da fotografia, a fonografia implica um processo de exploração da paisagem e decisão sobre o ponto de escuta ideal para a gravação. No entanto, ao contrário da imagem visual, os sons de um lugar podem oscilar de forma extrema de um momento para o outro, à medida que os elementos da paisagem se movem ou as suas condições se alteram. O movimento de pessoas, animais e tecnolo-

gias como carros, ou a aparição de chuva e trovoadas podem alterar de modo significativo o som captado, levando o ouvinte a julgar que se trata de lugares absolutamente diferentes. Por este motivo, a gravação de campo obriga a um conhecimento profundo dos ritmos (diários, horários, etc.) e fluxos de um lugar. A esta etapa de exploração, segue-se uma etapa de gravação e de playback. Estes passos são importantes porque os equipamentos de gravação captam o som de uma maneira diferente dos ouvidos humanos, portanto nem sempre a gravação irá corresponder àquilo que se ouviu diretamente. Assim, o playback ajuda-nos a perceber se a gravação captou os sons que se pretende, ou se é preciso explorar novos pontos de escuta ou modos de gravação. Ao mesmo tempo, este momento é também uma exploração inicial do lugar através dos seus sons, porque permite ao investigador abstrair-se da sua posição situada no lugar para interpretar o ambiente sonoro de uma paisagem, o seu conteúdo, significados, e as relações que desvenda. Todos estes aspetos podem ser ignorados na experiência situada e revelados pela escuta mediada pela gravação. À etapa de gravação e playback, pode seguir-se uma etapa de escuta ativa e de edição de som. A escuta ativa das gravações oferece-nos uma maneira alternativa de sentir as relações espaciais dos lugares. Isto porque a gravação sonora tem uma espacialidade diferente da visual, nomeadamente porque desvenda elementos presentes no local que podem não ser visíveis, e os elementos mais audíveis não são necessariamente os mais próximos e vice-versa. Por outro lado, a edição de som pode ser útil para tornar a escuta mais fácil, por exemplo, salientando os sons com menor volume que passam despercebidos ou diminuindo o ruído ou o volume dos picos de som que podem gerar distorções. É também possível criar uma representação visual da gravação sonora para uma análise mais detalhada, criando uma forma de onda, que consiste numa representação gráfica da amplitude de onda do som, ou um espectrograma, elemento gráfico que mostra a densidade espectral de energia da gravação. Estas representações permitem uma leitura visual intuitiva do conteúdo da gravação legível mesmo para leigos. Existem vários

programas amigos do utilizador que permitem a edição de som e criação de representações visuais, como o Audacity ou o Reaper.

As diferentes tecnologias de gravação de som permitem hoje diferentes abordagens às gravações de campo. O equipamento essencial para realizar uma gravação de campo inclui um microfone, um abafador de vento, um gravador de som, e um par de auscultadores. A maior parte dos gravadores de som tem já um microfone incorporado e são vendidos juntamente com abafadores de vento. Existem várias marcas que produzem estes equipamentos, como a Zoom, a Tascam, a Roland ou a Sony. Os preços destes pacotes variam entre os 100 euros e os 600 euros. A gravação pode ser dirigida ao ambiente sonoro geral ou a fontes de som específicas. No caso do ambiente sonoro geral, é preferível usar-se um microfone stereo ou ambisonics, pois estes são mais indicados para se captar a sensação de presença no local e de movimento dos sons. No caso de fontes de som específicas, é preferível usar um microfone mono ou shotgun, pois estes dirigem a captação de som para pontos mais específicos. A maior parte dos gravadores de som tem um modo stereo e mono incorporado, mas microfones ambisonics ou shotgun têm de ser adquiridos individualmente.

Para Gallagher e Prior (2014), a gravação de som pode ser analisada de diferentes perspetivas. Primeiro, ela pode ser analisada como dados empíricos acerca de um lugar. Por exemplo, ela pode ser sujeita a uma análise de conteúdo para categorizar os sons audíveis, ou ser usada como documento aural para descrever um evento ou a atmosfera de um lugar num estudo de índole etnográfica. Por outro lado, pode ser analisada como uma representação de um lugar. Neste caso, a gravação é entendida como um artefacto que contém marcos sonoros que podem ser compreendidos como identitários, simbólicos, ou meramente representativos de uma cultura, evento, ou prática social. A análise da gravação é então um estudo hermenêutico que procura desvendar os significados sociais e culturais do ambiente audível. Por último, ela pode ser analisada como um elemento performativo. Neste

caso, ela exprime as relações entre corpos, objetos e espaços que deram origem à gravação, sendo portanto fundamental não só analisar a gravação, mas refletir sobre todo o processo de recolha de sons. A gravação é neste caso entendida como o captar de uma experiência, dando-se especial atenção a como a sua audição pode ser uma revivência dessa experiência, e que sensações, memórias, e emoções essa revivência elicia.

A fonografia tem sido aplicada em vários estudos geográficos sobre o papel do som como meio e mediador de relações sócio-espaciais. Por exemplo, Frias (2018) usou a gravação de caminhadas sonoras no centro do Rio de Janeiro para estudar como vendedores ambulantes e artistas de rua usam o som para captar a atenção de consumidores, desvendando assim o papel do som como fator na geografia política dos espaços públicos. Para além do uso da fonografia como método de investigação, alguns geógrafos têm-se preocupado com o conhecimento geográfico presente nas gravações de campo realizadas e publicadas por profissionais do som (Revill, 2014).

A fonografia tem a limitação de restringir os dados àquilo que pode ser captado através do som. Por este motivo, uma investigação focada apenas no escutar pode deixar ausências que escondem os mais

vulneráveis (MacFarlane, 2020). Para colmatar estas falhas, a fonografia pode ser combinada com muitos outros métodos em investigações multisensoriais que combinem a gravação de estímulos sonoros com visuais, hápticos ou olfativos. Embora ainda com pouca frequência, alguns geógrafos têm usado a fonografia como parte de métodos participativos, pedindo aos participantes em investigações para gravar e georreferenciar sons, por exemplo, através de aplicações de telemóvel que o permitam (Stevenson & Holloway, 2017).



#### Para saber mais, consulta:

- Gallagher, M. (2015). Field recording and the sounding of spaces. *Environment and Planning D: Society and Space*, 33 (3), 560–576.

Este artigo explora a gravação de paisagens sonoras como método geográfico, mostrando as diferentes aplicações práticas da técnica.

- Stevenson, A., & Holloway, J. (2017). Getting participants' voices heard: Using mobile, participant led, sound-based methods to explore place-making. *Area*, 49 (1), 85–93.

Os autores discutem a inclusão de métodos sonoros em metodologias participativas, argumentando que estes métodos são relevantes não só para investigações sobre ambientes sonoros, mas também para outros campos da geografia humana.

## Neste momento, deves sentir-te capaz de:

- Identificar a importância do som ambiente para recolher informação no teu estudo geográfico.
- Proceder à gravação e interpretação de paisagens sonoras.

# O Arquivo

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Compreender a importância dos arquivos históricos para se explicar os fenômenos geográficos.
  - Conhecer o que é um arquivo e uma fonte histórica.
  - Aprender a diversidade de fontes e arquivos históricos.
- 

**A** geografia tem uma longa história de preocupação com o passado. Os objetos de estudo da própria geografia assim o exigem. Para compreender qualquer tipo de fenômeno geográfico, é preciso olhar para o passado para compreender como esse fenômeno se formou e como funciona esse processo. Isso é notório tanto na geografia física como na geografia humana. Dados sobre o passado permitem-nos tanto identificar os padrões climáticos da atmosfera e os processos geomorfológicos que deram origem à paisagem do planeta, como compreender a dispersão espacial da população olhando para o crescimento populacional ao longo do tempo. É importante salientar que olhar para o passado não é útil apenas para compreender o próprio passado ou mesmo o presente. Muitas vezes, é olhando para padrões ao longo do tempo que conseguimos identificar tendências que nos permitem projetar o futuro, ou que conseguimos prepararmo-nos para eventos futuros olhando para as consequências dos eventos passados.

Se na geografia física é por vezes possível olhar para o passado através de levantamentos de campo, como por exemplo através da datação de carbono de amostras, na geografia humana existe uma maior dependência dos arquivos que os nossos antepassados nos deixaram para a obtenção de dados.

Não quer isto dizer que o trabalho de arquivo é um exclusivo de especialistas em geografia humana. Existem muitos dados acerca de processos físicos que ficaram registados em arquivos históricos, e os dados de crónicas, de literatura ou de jornais tem providenciado informação importantes a geógrafos físicos.

Apesar disto, a verdade é que as reflexões metodológicas sobre o trabalho de arquivo em geografia são bastante recentes, apesar de o arquivo ser um recurso empírico recorrente na geografia (Mills, 2013). Isto pode estar relacionado com as próprias características da metodologia histórica. Ao contrário de métodos como a entrevista, o diário ou o grupo focal, a pesquisa histórica – um pouco como a etnografia – não tem exatamente um processo metodológico estabelecido. Isto tem a ver com o facto de que nem sempre sabemos o que vamos encontrar no arquivo. Por este motivo, a recolha e análise de informação são tarefas simultâneas e contínuas na pesquisa geo-histórica. Embora em alguns casos exista informação abundante e seja possível planear uma fase de recolha de dados e uma fase de tratamento e interpretação desses dados, o mais frequente é ser necessário consultar mais que um arquivo e diversas fontes. É muito comum encontrarmos informação que precisa de ser validada, comparando-a com outras fontes.

Muitas vezes, há informação insuficiente para responder à nossa questão de investigação e, noutras, encontramos informação inesperada que nos obriga a reformular essa questão. Por estes motivos, em vez de estabelecermos aqui uma metodologia para a recolha de informação como nos outros capítulos, iremos aqui elencar uma série de tipos de arquivos e de fontes históricas de que neles podemos encontrar e salientar a sua significância para a geografia. O arquivo pode ser definido como um repositório no qual materiais de interesse histórico ou relevância social são armazenados, ordenados e apresentados (Moore, 2010). O termo pode-se aplicar a qualquer tipo de coleção de documentos considerados históricos. Um arquivo pode incluir diferentes tipos de documentos: livros, jornais, arte, fotografia, filme, áudio, legislação, entre outros. Alguns arquivos têm vários tipos de documentos, outros arquivam apenas um tipo de documento. Existem arquivos dedicados a períodos históricos únicos, alguns mesmo que são arquivos contemporâneos, ou seja, colecionam documentos sobre a época que estamos a viver. Os arquivos podem ser subdivididos em arquivos públicos, como museus, bibliotecas, cinematecas, ou arquivos fotográficos, e arquivos pertencentes a colecionadores privados. Entre estes últimos, alguns são organizados profissionalmente, e outros são arquivos informais. Todos temos pequenos arquivos em casa: as fotografias, livros, revistas e *blu-rays* nas nossas estantes podem ser considerados um arquivo pessoal. Qualquer um destes arquivos pode ter importância para a investigação geográfica. Por exemplo, a geógrafa DeLyser (2015) realizou um estudo sobre a cultura kitsch através da construção de um arquivo pessoal de *souvenirs* relacionados com a novela *Ramona* de Helen Hunt Jackson. Através da construção deste arquivo, DeLyser desvendou a importância que as *souvenirs* kitsch tiveram na construção de geografias íntimas de memória social nas experiências turísticas do século XIX.

Aos documentos arquivados que consultamos na pesquisa geo-histórica chamamos fontes históricas. Uma fonte histórica nem sempre tem valor por si; é na combinação de várias fontes que se desvenda

a história de um evento ou espaço geográfico. As fontes históricas servem para estabelecer factos históricos. Estes podem ser de várias naturezas; podem ser eventos, espaços, práticas, textos, discursos, valores, ou mesmo questões pessoais como decisões, estados de espírito ou motivações (Moore, 2010). Esta é uma tarefa difícil e com várias limitações. Por vezes, há informação incompleta, contraditória, vaga ou errada. Noutras, existe tanta informação que é difícil encontrar o que é fundamental, ou até selecionar o que é mais relevante analisar (Cameron, 2001). Tem sido bastante salientado que é importante ter em conta que a própria desigualdade de informação acerca de um determinado fenómeno geográfico é um indicador das geografias do poder desse fenómeno. Informação em falta pode indicar a exclusão de certos lugares, populações ou culturas (Ogborn, 2003).

Existem variados tipos de arquivos (Tabela 6). Os arquivos mais comuns contêm documentação escrita. Incluem-se neste âmbito as arquivos documentais, hemerotecas e bibliotecas. A informação escrita é obviamente fundamental, mas ela deve também ser tratada de forma diferenciada conforme seja a sua natureza. Documentos públicos como legislação, regulamentos e documentação administrativa oferecem-nos uma janela sobre as formas de organização social e política e sobre as ideias de uma determinada época. Alguns destes documentos, como os planos de urbanização, podem mostrar-nos a visão de uma época acerca da produção do espaço. Por outro lado, documentos da cultura popular como artigos de jornais e revistas podem desvendar-nos a opinião pública sobre um determinado tema do passado, e são úteis para identificarmos eventos históricos relevantes para a geografia, como desastres ambientais ou manifestações políticas. Por último, existem textos, como a literatura de ficção, que não podem ser tomados à letra por não tratarem de eventos reais. No entanto, estes textos podem também ser bastante úteis para perceber como certos lugares e populações foram representados no passado, o que nos é útil para compreender como as identidades contemporâneas se formaram.

Tabela 6. Os tipos de arquivo e documentos de interesse para a geografia.

Tipo de arquivo	Documentos	Exemplos	Temas da geografia
Museu	Pintura Artefactos	Museu da Paisagem Museu do Oriente	Geografias culturais
Biblioteca	Literatura Legislação	Biblioteca Nacional de Portugal Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa	Geografia histórica Representações espaciais na literatura
Mapoteca	Cartografia	Mapoteca do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa	Representações cartográficas Geopolítica
Cinemateca	Filme	Cinemateca Portuguesa	Representações da paisagem
Arquivo Fotográfico	Fotografia	Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa	Transformações espaciais Projetos de urbanismo e regeneração
Fonoteca	Música Rádio	Fonoteca Municipal de Lisboa	Paisagens sonoras
Hemeroteca	Jornais	Hemeroteca Municipal de Lisboa	Geografia política Geografia histórica
Arquivo Estatístico	Dados estatísticos	Instituto Nacional de Estatística	Geografia da população Geografia económica Geografia dos transportes
Arquivo Documental	Legislação Documentos oficiais	Centro de Informação Europeia Jacques Delors	Geografia política e das instituições públicas
Arquivo Histórico	Documentos históricos como crónicas, documentação administrativa, etc.	Arquivo Histórico Ultramarino	Geografia da população Geografia política Geopolítica Urbanização Geografia rural Geografia económica
Arquivo Municipal	Regulamentos Plano Diretor Municipal Planos de Urbanização	Arquivo Municipal de Lisboa	Planeamento Urbanização Transformações espaciais Infraestruturas
Arquivo Digital	Websites	Arquivo.pt; Internet Archive – Wayback Machine	Geografias digitais Geografia dos serviços

Hoje em dia, vários arquivos tentam conservar outro tipo de documentação para além da escrita, tais como os arquivos fotográficos, audiovisuais ou fonográficos. Estes arquivos guardam essencialmente a grande quantidade de fotografias, filmes e gravações sonoras realizadas durante os séculos XX e XXI. Embora também nestes arquivos possamos encontrar falas significativas na forma de filmes, entrevistas, discursos, palestras e vários tipos de programas de televisão e rádio, merece destaque particular a informação que se pode extrair das imagens e sons que se conservaram. Em particular, os estudos sobre representações e produção de paisagens (em vários âmbitos: urbanístico, social, cultural, etc.) devem bastante à informação presente em filmes, fotografias e até mesmo pinturas históricas. Recentemente, tem também sido salientado o poder performativo deste tipo de documentos; eles não só nos transmitem conhecimento sobre o passado, mas também nos permitem experienciar as suas geografias através do seu conteúdo sensorial e imersivo (Dwyer & Davies, 2010).

Para a geografia, os arquivos cartográficos são particularmente importantes. As mapotecas, e os mapas disponíveis noutros tipo de arquivos documentais, oferecem à geografia a possibilidade de perceber como o espaço foi representado, apropriado, ordenado, organizado, e usado ao longo do tempo, o que nos permite explicar não só a dispersão geográfica do mundo atual mas também os processos geopolíticos, económicos e culturais que geraram e que impõem essa dispersão. Por exemplo, Oliveira (2016) estudou a representação da Ásia no século XVI recorrendo à interpretação de sínteses geográficas portuguesas e europeias e um conjunto de mapas da Ásia criados por portugueses. Através deste estudo, Oliveira (2016) mostra que a construção da imagem cartográfica da Ásia era feita a partir de uma ideia europeia de domínio do mundo, e que essa ideia política figurava na cartografia produzida, sendo assim esses mapas não apenas um conjunto de descrições do espaço asiático, mas um instrumento de comunicação do domínio europeu.

Por outro lado, os arquivos digitais são cada vez mais importantes. Não só os arquivos escritos e visuais são cada vez mais digitalizados, mas também a internet em si pode ser vista como um enorme arquivo. Existem também arquivos digitais para páginas já não disponíveis na internet. No caso de Portugal, é possível pesquisar páginas web que já não estão disponíveis através do seu URL na ferramenta [arquivo.pt](https://arquivo.pt). Para pesquisar em páginas internacionais, existe o arquivo Internet Archive – Wayback Machine (<https://archive.org/web/>), embora este arquivo seja principalmente composto por páginas anglófonas. Um exemplo interessante do uso de arquivos online é o estudo de Oliveira e Cristo (2020) sobre as representações geográficas do genocídio arménio no jornal New York Times. Embora este seja um estudo tradicional de geografia histórica, é particularmente interessante que Oliveira e Cristo (2020) tenham conseguido captar uma perspetiva situada desse acontecimento histórico apenas através do arquivo online do próprio New York Times que disponibiliza as publicações históricas desse periódico.

Para além disto, existem também cada vez mais trabalhos que entendem todas as coleções de materiais que se podem encontrar num espaço enquanto arquivo. De facto, todos os materiais que um espaço contém têm algo para contar acerca das práticas que aí se fazem, sobre a vida e as memórias dos que habitam esse espaço, e sobre a identidade do lugar que complementam (Sjöholm, 2014). A pesquisa em arquivo é frequentemente – quando possível – complementada com história oral. De facto, tem sido notado recentemente que também a pesquisa em arquivo se pode tornar em pesquisa participativa ao envolver pessoas comuns na pesquisa do passado da sua própria comunidade, seja enquanto informadores, seja enquanto parceiros de pesquisa em arquivos (DeLyser, 2014).

Por vezes, os próprios geógrafos sentem a necessidade de criar o seu próprio arquivo no decurso da sua investigação, particularmente quando se deparam com uma quantidade significativa de documentos em perigo ou muito esparsos. Por exemplo, Withers (2002) chamou a atenção da necessidade



de os departamentos de geografia criarem os seus próprios arquivos da disciplina para ser mais fácil investigar-se a história das ideias e das técnicas da disciplina. DeSilvey (2007), por outro lado, num estudo de investigação-ação sobre a cultura material de uma ruína de uma quinta nos Estados Unidos da América, no qual ela pretendia inventariar e recuperar os materiais do património dessa ruína, construiu um arquivo improvisado para preservar esses materiais e estudar a sua história. Noutros capítulos deste livro, falamos de práticas, como a fotografia ou a fonografia, que também implicam a construção de arquivos de investigação..



#### Para saber mais, consulta:

- Mills, S. (2013). Cultural-Historical Geographies of the Archive: Fragments, Objects and Ghosts. *Geography Compass*, 7 (10), 701–713.  
A autora faz o estado da arte da utilização de investigação de arquivo por geógrafos, destacando a diversidade de abordagens e as características centrais deste trabalho.
- Moore, F. (2010). Tales from the archive: methodological and ethical issues in historical geography research. *Area*, 42 (3), 262–270.  
Este artigo debate as principais dificuldades metodológicas e questões éticas que o trabalho de arquivo suscita na geografia.

---

### Neste momento, deves sentir-te capaz de:

---

- Identificar os arquivos e fontes históricas relevantes para o teu estudo geográfico.
  - Proceder ao levantamento e interpretação de fontes de arquivo.
  - Compreender se o teu levantamento de campo pode ou deve dar origem a um arquivo.
-

# Biografia

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Entender como uma biografia pode providenciar uma perspectiva interessante para compreender as mudanças geográficas.
  - Compreender em que consiste uma biografia.
- 

**E** escrever biografias pode parecer um método absolutamente estranho à geografia, mas a verdade é que nos últimos trinta anos vários geógrafos tem recorrido a metodologias biográficas. Se inicialmente as biografias eram somente realizadas por aqueles interessados na história da geografia, que viam na descrição da vida e obra de geógrafos célebres um meio para compreender a evolução teórica e metodológica da disciplina, rapidamente a biografia como metodologia se expandiu, primeiro ao campo da geografia histórica, e depois a outros campos onde a biografia nem sempre se refere à vida de um ser humano. Biografia, de um modo simples, é uma descrição da vida de uma pessoa, que tende a ser ordenada temporalmente a partir do seu nascimento e até à sua morte. As biografias costumam descrever as diferentes fases dessa vida, os seus principais eventos e feitos, sempre tentando apresentar a experiência subjetiva da pessoa biografada. O mesmo é dizer que a biografia não se limita a enumerar o que aconteceu na vida dessa pessoa, ela busca explicar todas as ações, reações e decisões que foram tomadas ao longo do curso da vida. Tal como no caso da entrevista de história de vida, o valor da biografia está na sua capacidade de enquadrar o percurso de uma vida individual nas redes de relações sócio-espaciais de diferentes tempos. A bio-

grafia, ao nos abrir uma janela sobre o quotidiano de pessoas reais, permite-nos entender como determinados espaços-tempos, ou certos momentos de mudança histórica, condicionaram ou potenciaram certas práticas. Aqui, a ideia não é tanto focarmo-nos unicamente na vida de uma pessoa como nas biografias de celebridade que vemos nas livrarias, mas sim enquadrar casos concretos em processos de mudança maiores, ou comparar as trajetórias de diferentes casos num lugar ou período histórico. Nada obstante, a biografia pode também focar-se em pessoas que tiveram um impacto significativo em processos geográficos políticos, económicos ou mesmo científicos, sendo que nestes casos o seu valor reside na capacidade de nos desvendar as ideologias, crenças e imaginários que alavancaram as decisões que mudaram um determinado espaço. A biografia pode também ser um método útil quando o nosso trabalho de arquivo desvenda uma abundante quantidade de informação sobre um tema. Escolher pessoas-chave e traçar o seu percurso de vida é uma estratégia para decidir que materiais explorar e quais deixar de parte, de contar uma história e explicar uma geografia complexa de um modo focado e coeso (Hodder, 2017).

Os dados que compõem uma biografia podem ter diversas origens. Caso a pessoa que pretendemos

biografar esteja viva, pode-se realizar uma entrevista de história de vida e utilizar esses dados para compor a sua biografia. Se a pessoa não estiver viva ou nos seja inacessível, é necessário conduzir recolha de dados em arquivos para reunir informação sobre o seu percurso de vida. Dependendo do percurso de vida da pessoa, poderemos encontrar dados em diferentes arquivos. Sobre figuras públicas, os jornais de grande circulação podem conter informação importante, portanto pesquisa em hemerotecas e na internet justifica-se. No caso de profissionais, é frequentemente nos arquivos mais ligados à sua profissão – que podem ser acervos documentais, bibliotecas, arquivos públicos, etc. – onde iremos encontrar informação mais útil. Frequentemente, para se perceber a perspectiva da pessoa que estudamos, é importante não só encontrar documentos sobre a pessoa, mas também documentos escritos ou produzidos por ela. Em vários casos, a única documentação é privada e pessoal – na forma de cartas, diários ou memorandos. É preciso obter permissões para aceder e utilizar os dados destes documentos, e podem-se levantar problemas éticos que impedem a sua utilização. Para a geografia, há documentos específicos que têm sido importantes, como narrativas de viagem, cadernos de campo, ou autobiografias profissionais (Daniels & Nash, 2004).

Quando temos os dados recolhidos, a escrita da biografia em si tende a ser relativamente automática. Primeiro, é importante ordenar temporalmente a informação que temos, podendo-se criar um cronograma. Com isto feito, é possível identificar os acontecimentos mais significativos. O percurso da vida pode então ser dividido em fases. Para a geografia, esta divisão é comumente espacial, dividindo-se por exemplo o percurso da vida pelos vários lugares em que a pessoa viveu ou trabalhou. Através dessa divisão, é possível explorar os documentos que temos para perceber a experiência que a pessoa teve em cada fase. É também nesta exploração que conseguimos enquadrar essa experiência na geografia (económica, política, cultural, etc.) que é conhecida do período em causa. Existem vários exemplos do uso da biografia como

método geográfico. Por exemplo, Lorimer (2003) traçou a biografia de uma estudante de geografia escocesa chamada Margaret Jack para estudar como o conhecimento geográfico é produzido e transmitido aos estudantes de geografia durante pesquisas de campo. O geógrafo concluiu que este método foi útil para contar as mudanças epistemológicas no trabalho de campo geográfico a partir de experiências íntimas, e que a biografia deve ser vista como uma janela para compreender como ideias conceptuais abstratas são adaptadas em contextos locais. Por outro lado, Johnston (2019) discutiu a autobiografia como um método importante para explorar a história da geografia, argumentando que a autobiografia nos traz informação importante que não está escrita nos acervos documentais da disciplina e que dificilmente se recolhe em entrevistas (porque o entrevistador nem sempre sabe quais são as questões certas).

Outros geógrafos expandiram o método da biografia, aplicando-o a espaços em vez de pessoas. A adaptação mais conhecida é a biografia de paisagens, um método que os geógrafos partilham com arqueólogos e historiadores (Renes, Kolen, & Hermans, 2015). O método da biografia de paisagens resulta do entendimento que as paisagens, sendo parte do mundo dos humanos, são transformadas pela sua utilização e recheadas de elementos que contêm um significado, uma história e uma função. Assim, perceber essa transformação ao longo do tempo – a biografia da paisagem – torna possível compreender a relação ser humano-ambiente de uma forma profunda. Deste modo, a biografia de paisagens ostenta uma dupla perspectiva. Por um lado, ela estuda a história das transformações materiais do espaço. Por outro, foca-se também nas comunidades que se apropriaram desse espaço, e como tornaram a paisagem um repositório de memória social. Por este motivo, a biografia de paisagem implica igualmente pesquisa em arquivo, entrevistas a habitantes locais, mas também interpretação de paisagem.

Na geografia urbana, a biografia de casas tem sido desenvolvida particularmente em estudos sobre a relação entre a vida quotidiana, transformações

urbanas, e mudanças económicas, sociais e políticas mais latas. Por exemplo, Ascensão (2015) realizou biografias de casa em bairros de barracas na Área Metropolitana de Lisboa, pedindo aos residentes dessas habitações precárias para fazer visitas às casas, durante as quais os residentes relatavam os processos materiais de construção das casas, abordando também as suas experiências pessoais de habitação. Comparando essas visitas com trabalho de arquivo focado nos documentos de planeamento, Ascensão traçou a micro-história destes espaços urbanos informais, destacando a interconexão entre materialidades e experiências pessoais, bem como a sua relação complexa com a governação urbana.



#### Para saber mais, consulta:

- Hodder, J. (2017). On absence and abundance: biography as method in archival research. *Area*, 49 (4), 452–459.  
Este artigo debate as dificuldades metodológicas associadas ao método da biografia em investigação geográfica, relativamente à abundância e uso das fontes disponíveis.
- Renes, J., Kolen, J., & Hermans, R. (2015). *Landscape Biographies: Geographical, Historical and Archaeological Perspectives on the Production and Transmission of Landscapes*. Amsterdão: Amsterdam University Press.  
Este livro é uma abordagem sistemática ao uso da biografia de paisagens como método de investigação na geografia, história e arqueologia. Providencia informação sobre os princípios-chave, técnicas e dificuldades que o método implica.

### Neste momento, deves sentir-te capaz de:

- Decidir se é geograficamente relevante realizar uma biografia de uma pessoa ou de um espaço.
- Identificar os métodos mais apropriados para se recolher dados com vista à escrita de uma biografia.
- Contextualizar uma biografia espacialmente.

# Mapas Mentais

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Conhecer a história do método dos mapas mentais e a sua contribuição para a geografia.
  - Perceber o funcionamento e as aplicações do método dos mapas mentais.
- 

Um mapa mental é uma representação gráfica do mapeamento cognitivo de uma determinada pessoa ou de um coletivo. Por mapeamento cognitivo, entende-se o processo psicológico através do qual um indivíduo adquire, armaneza, recorda e descodifica informação sobre as localizações que visita e os seus atributos. Ou seja, dito de um modo simples, um mapa mental é um desenho feito apenas com base naquilo que as pessoas se lembram sobre os espaços que conhecem. O conceito de mapeamento cognitivo foi inicialmente desenvolvido por um psicólogo chamado E.C. Tolman que se interessava no estudo da aprendizagem de informação espacial. A partir deste conceito, na segunda metade do século XX, arquitectos urbanistas como Kevin Lynch, e geógrafos como Peter Gould ou Thomas Saarinen, desenvolveram o método do mapa mental para estudar as percepções de diferentes grupos sociais sobre o espaço geográfico e urbano. O interesse no mapa mental vinha de uma consciência de que a geografia e o planeamento estavam demasiado assentes em métodos quantitativos baseados em informação estatística oficial, e que a perspectiva das pessoas comuns não era tida em conta. Os arquitectos e geógrafos começaram a explorar maneiras de aceder à perspectiva espacial dos indivíduos e o mapa mental tornou-se um método particularmente popular

para isso. Por este motivo, este método pode ser de certo modo considerado o ponto de partida para as abordagens participativas no planeamento. As tecnologias digitais de informação geográfica voluntária que temos hoje oferecem justamente aquilo que se procurava nos mapas mentais há cinquenta anos atrás: conhecer como as pessoas usam, entendem e avaliam o espaço geográfico (Pánek, 2016). Não obstante, os mapas mentais continuam a ser usados com frequência na geografia – e em outras disciplinas como a ciência informática, a pedagogia, a história, a antropologia ou a ciência política – porque nenhum outro método nos leva tão imediatamente ao mapeamento cognitivo das pessoas (Kitchin, 1994). É importante compreender este mapeamento cognitivo por várias razões. Primeiro, porque se trata de uma construção mental que usamos para conhecer e compreender o espaço. Noutras palavras, o mapeamento cognitivo é uma estrutura que nunca está terminada onde podemos organizar toda a informação espacial que obtemos ao longo da nossa vida (Gould & White, 2002). Segundo, porque é também uma espécie de base de dados onde incluímos as nossas experiências espaciais. Ou seja, não é apenas a informação sobre o ambiente que colocamos no nosso mapa cognitivo, mas todas as nossas experiências de vida, todos os momentos que passamos estão localizados

nesse mesmo mapa, tornando-o assim também um repositório emocional pessoal (Tuan, 1975). Em terceiro lugar, o mapa cognitivo é uma ferramenta para os nossos comportamentos espaciais. Como qualquer tipo de conhecimento, ele é utilizado para atingir os nossos objetivos. O mapa cognitivo ajuda-nos a orientar-nos, selecionar rotas, evitar lugares, procurar recursos e encontros, etc. (Kitchin, 1994). Por último, o mapeamento cognitivo importa porque é uma representação do mundo que contém as nossas ideias sobre o que é ou deve ser o mundo. O nosso mapa cognitivo nunca é exato. Contém sempre distorções e omissões, para além de ser imbuído de diferentes significados e das narrativas em que acreditamos (Saarinen, Parten, & Billberg, 1996).

O método do mapa mental tem uma premissa simples. Ele consiste em pedir a um ou mais participantes num estudo que descrevam o seu mapeamento cognitivo de forma indireta ou direta. A forma indireta consiste em entrevistar o participante, pedindo-lhe para descrever verbalmente uma determinada geografia, procedendo-se a posteriori ao mapeamento da informação oral. A forma direta – e também a mais popular – consiste num exercício de mapeamento em que os participantes desenham o seu mapa mental de um lugar ou espaço geográfico. Este desenho é geralmente livre, mas pode também ser realizado sobre um mapa-base (Pocock, 1976). Há que ter em conta que a formulação das instruções para o mapa mental irá influenciar o que os participantes desenham, porque estes tentam corresponder às expectativas do investigador. Por vezes, instruções sucintas dão maior liberdade aos participantes para incluir tudo o que julgam importante, mas em alguns casos é possível que instruções mais detalhadas levem a resultados mais comparáveis. Em qualquer caso, é útil que o investigador esteja disponível enquanto o participante desenha, de modo a poder tirar dúvidas que surjam no momento do desenho.

Há que ter em conta que, apesar de o mapa mental nos permitir aceder ao mapeamento cognitivo de uma pessoa, o mapa que é desenhado não é exatamente o que está na mente da pessoa, até

porque os participantes podem considerar que alguns elementos geográficos não são mapeáveis. Assim, existem limitações relativamente ao quanto se pode tomar o desenho como único elemento de análise da percepção do mundo dos participantes do estudo (Götz & Holmén, 2018). Por este motivo, é frequente que à realização do mapa mental se suceda uma entrevista individual ou coletiva na qual se procura esclarecer o processo de decisão que levou os participantes a escolher representar o que representaram. Esta entrevista de seguimento é igualmente útil para compreender o significado dos elementos representados. Por outro lado, a qualidade do mapa mental varia conforme a capacidade gráfica dos indivíduos e a entrevista de seguimento pode ajudar a esclarecer se as diferenças entre o detalhe nos mapas proveem de diferenças em conhecimento espacial ou mestria em desenho (Pocock, 1976). A análise da informação de mapas mentais tem sido principalmente qualitativa, mas também existem abordagens que procuram quantificar as características dos desenhos (Saarinen, Parten, & Billberg, 1996).

Para além do seu uso no planeamento, os mapas mentais têm sido úteis para mostrar diferenças de percepções, representações e usos espaciais entre grupos sociais. Eles têm ajudado a demonstrar que homens e mulheres têm experiências espaciais diferentes, que pessoas de diferentes origens têm ideias distintas acerca do espaço geográfico nacional e mundial, e que certos grupos como idosos, crianças, ou pessoas com dificuldades de locomoção têm geografias quotidianas particularmente diferentes da maioria da população (Kozel, 2018). Como exemplo de um estudo que usa mapas mentais com uma abordagem indireta, Esteves (1997) avaliou a geografia da insegurança em Lisboa realizando um inquérito por questionário a 420 habitantes e utilizadores do município no qual pedia aos inquiridos para identificarem locais que consideravam mais e menos perigosos para permanecer. Com esta informação, a geógrafa elaborou cartografia do município onde se podem visualizar as áreas consideradas mais e menos perigosas pelos inquiridos. Como exemplo de estudos com

abordagens diretas, Lima e Kozel (2009) usaram o método dos mapas mentais para estudar o sentido de lugar dos habitantes do bairro de Santa Felicidade em Curitiba, Brasil. As geógrafas pediram a um grupo de habitantes para mapearem Santa Felicidade de modo a mostrarem que lugar é esse e como circulam por ele e, através da análise dos símbolos dos mapas, as autoras identificam interligação entre o espaço físico do bairro e os seus significados sociais e culturais. Por outro lado, Silva e Fonseca (2018) aplicaram o método dos mapas mentais com um grupo de imigrantes brasileiros residentes em Los Angeles, Estados Unidos da América, com o propósito de compreender as representações e vivências espaciais destes imigrantes. Após uma etapa de entrevistas individuais, foi pedido aos participantes que desenhassem a cidade de Los Angeles para responder à questão: 'Los Angeles, como é esse lugar?'. Com estes dados, as geógrafas estabeleceram uma relação entre as trajetórias de vida dos imigrantes, as suas experiências vividas naquela cidade e a atribuição de significados distintos ao mesmo lugar.



#### Para saber mais, consulta:

- Kitchin, R. (1994). Cognitive maps: What are they and why study them? *Journal of Environmental Psychology*, 14 (1), 1–19.

Este artigo apresenta uma caracterização extensiva do mapeamento cognitivo e dos mapas mentais, e discute as variadas aplicações científicas deste método.

- Kozel, S. (2018). *Mapas Mentais: Dialogismo e Representações*. Curitiba: Appris.

Este livro discute os fundamentos teóricos e metodológicos que ancoram o método dos mapas mentais, e reúne vários casos de aplicação prática.

---

### Neste momento, deves sentir-te capaz de:

---

- Utilizar a criação de mapas mentais para obter informação geográfica individualizada.
  - Usar um mapa mental para compreender o mapeamento cognitivo de uma pessoa.
-

# Sistemas de Informação Geográfica Participativa

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Compreender a relevância social e política dos sistemas de informação geográfica participativa.
  - Perceber em que consiste um sistema ou plataforma de informação geográfica participativa.
  - Conhecer as principais fases de implementação de um projeto de sistemas de informação geográfica participativa.
- 

Os sistemas de informação geográfica participativa (SIGP) surgiram na sequência de uma série de críticas ao uso dos SIG publicadas na década de 1990 (O'Sullivan, 2006). Vários geógrafos notaram que os SIG eram quase exclusivamente desenvolvidos para e usados pelos poderes públicos como um instrumento de conhecimento e planeamento do território. Pese embora a sua utilidade, este uso dos SIG restringia o conhecimento do território à informação oficial gerada pelos estados, produzida através de institutos de estatística, por exemplo. Esta informação limitava-se a dados quantitativos, definidos por académicos especialistas e pelos decisores políticos. O conhecimento que a população possuía sobre o território não era considerado nestes sistemas, o que não só significava que a informação se tornava mais reduzida, mas também que a capacidade de participação política da população era diminuída. A recolha de informação espacial é fundamental para suportar decisões políticas e sem a capacidade de decidir que informação deve ser recolhida,

a população perde a capacidade de colocar determinados temas na agenda política e consequentemente de reivindicar os seus direitos. A disciplina de sistemas de informação geográfica crítica (SIG crítica) nasceu a partir destes debates. Os SIGP foram o instrumento metodológico que permitiu a expansão deste movimento académico que procura democratizar a recolha de dados geoespaciais de forma a produzir melhor conhecimento geográfico e contribuir para melhores políticas públicas (Dunn, 2007).

Os SIGP englobam uma série de plataformas integradas de informação geográfica que permitem que utilizadores sem formação académica e investigadores recolham, tratem, analisem e representem informação geográfica em conjunto. As plataformas de SIGP têm estruturas variadas que dependem do seu propósito. Geralmente, a plataforma baseia-se num modelo de ciência cidadã (*citizen science*) no qual os cidadãos agem como sensores (*citizens as sensors*). Isto é, o interface do SIGP permite que qualquer utilizador recolha um



determinado tipo de informação espacial, que ficará georeferenciado numa base de dados à qual os investigadores têm acesso, e cujos dados podem tratar e analisar. Noutros modelos, pretende-se dar maior responsabilidade aos cidadãos no tratamento, análise e debate sobre a informação geográfica recolhida. Nestes casos, a plataforma pode permitir que os utilizadores acedam à base de dados georeferenciada e utilizem os dados como entenderem. Em alguns casos, a aplicação de um SIGP faz-se no âmbito de um projeto de investigação-ação que inclui vários momentos de debate público no qual o SIGP e os seus dados são apresentados e discutidos por comunidades. Os SIGP não são um instrumento puramente qualitativo. Vários SIGP, especialmente na sua vertente de ciência cidadã, procuram apenas recolher dados quantitativos. Outros procuram uma *mix* de dados e alguns recolhem apenas dados qualitativos. Estes últimos enquadram-se geralmente em processos mais abrangentes de decisão política (Brown et al., 2017).

Um projeto de investigação que usa SIGP tem geralmente três fases. A primeira fase é a construção da própria plataforma de recolha de informação geográfica. A plataforma deve ser construída com a sua finalidade em mente (Elwood, 2006). Isto implica não só a definição do tipo de dados que se irá recolher, mas o envolvimento dos agentes do projeto que, para além dos investigadores, pode incluir a comunidade local, decisores políticos, associações locais, instituições mediadoras, etc. Assim, o primeiro passo deve envolver uma série de entrevistas ou grupos focais com os agentes com o propósito de aferir a melhor maneira de estruturar o SIGP. Esta primeira consulta permite criar uma plataforma mais inclusiva, levando assim a uma maior participação e a um conjunto de dados mais relevante. A criação de uma plataforma de SIGP pode requerer a participação de um especialista em SIG que a possa criar usando serviços como o OpenStreetMap, GIS Cloud ou o ESRI ArcGIS Survey123. Caso a equipa de investigação não tenha estes conhecimentos, existem numerosas aplicações gratuitas de informação voluntária ge-

ográfica (IVG) que podem ser usadas em projetos de SIGP, e existem empresas como a Maptionnaire que desenvolvem plataformas de SIGP para académicos e planeadores.

A segunda fase é a recolha de dados. Não é expectável que a mera existência da plataforma de SIGP seja suficiente para levar à participação do público. Logo, a recolha de dados deve corresponder à implantação de um projeto de investigação-ação no qual se pretende que a participação seja a maior possível. Para tal, é preciso implementar técnicas de avaliação das barreiras à participação e desenvolver ações para combater essas barreiras. King (2002) indica que esta avaliação deve aferir quem tem acesso à informação e às ferramentas, que conhecimento é representado e como este é enquadrado teoricamente, quem toma decisões sobre os dados, qual é o diálogo entre os diversos agentes envolvidos, e que informação está a ser gerada durante o processo.

A terceira fase é a fase de tratamento, análise e interpretação dos dados. Esta fase pode ser desenvolvida pelos geógrafos ou pelos planeadores, aplicando-se os métodos adequados de análise e interpretação de dados, ou pode ser também aberta à comunidade, organizando-se grupos focais para envolver a população na análise de dados. É importante ter em conta que os dados recolhidos em processos participativos frequentemente têm enviesamentos decorrentes dos desequilíbrios na participação (Radil & Jiao, 2016). As populações com maiores níveis de educação e com mais recursos financeiros tendem a participar mais do que populações desfavorecidas. Existem também frequentemente desequilíbrios entre o nível de participação de homens e mulheres, de autóctones e imigrantes, entre outros. Compreender o enviesamento dos dados é importante nesta terceira fase e podem ser aplicados métodos adicionais, como entrevistas ou grupos focais, para validar a informação e identificar possíveis enviesamentos nos dados.

OS SIGP têm sido utilizados principalmente em três áreas temáticas da geografia (Mukherjee, 2015). Primeiro, as geografias de recursos natu-

rais (hídricos, geológicos, etc.) e de conservação de natureza têm recorrido aos SIGP para recolher informação sobre o impacto de atividades humanas em espaços naturais, e para avaliar a biodiversidade e geodiversidade. Por outro lado, os SIGP têm sido mobilizados por geógrafos urbanos para criar processos de planeamento urbano participativos, especialmente no âmbito da revitalização de bairros. Em terceiro lugar, os SIGP têm sido um instrumento privilegiado para dar voz a comunidades indígenas, em particular na América do Sul, em África e na Ásia. Nestes casos, os SIGP permitem que comunidades marginalizadas no campo político criem conhecimento que sustente a sua representação política.



---

#### Para saber mais, consulta:

- Mukherjee, F. (2015). Public Participatory GIS. *Geography Compass*, 9 (7), 384–394. O autor discute o impacto dos sistemas de informação geográfica participativa e analisa a sua eficácia e sustentabilidade.

---

### Neste momento, deves sentir-te capaz de:

---

- Decidir se um sistema de informação geográfica irá facilitar a recolha de dados na tua investigação-ação.
  - Planear um projeto de sistemas de informação geográfica participativa.
-

# Story Maps

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Compreender o potencial do *story map* para organizar e comunicar informação geográfica.
  - Perceber em que consiste um *story map* e os seus diferentes tipos.
- 

Os *story maps* ou mapas de histórias são aplicações de *web mapping* desenhadas especificamente para contar histórias através de mapas. Por aplicações de *web mapping*, estou-me a referir a uma série de ferramentas cartográficas disponíveis na internet que podem ser acedidas através de um browser (como o Google Chrome ou o Microsoft Edge). Entre estas aplicações, encontram-se o ESRI ArcGIS Online, o QGIS, o Mapbox, ou o Leaflet. Estas ferramentas permitem produzir cartografia através de uma tela de mapa interativa 2D ou 3D que permite várias funções como a inclusão de simbologia espacial ou análise espacial quantitativa. Geralmente, as aplicações de *web mapping* permitem a um autor criar um mapa, gravá-lo, e publicá-lo de forma a que utilizadores o possam consultar e navegar nele. Os *story maps* são um tipo específico de aplicação de *web mapping* que, pela sua estrutura narrativa, é particularmente útil para a apresentação de dados geográficos qualitativos. Existem diferentes aplicações que permitem a criação de *story maps*, incluindo a ESRI Story Maps, a Knight Lab StoryMapJS, e a CartoDB Odyssey.

O termo *story map* ou mapa de histórias tem a sua origem nos estudos literários. O mapa de histórias era uma forma de compreender a estrutura de uma obra literária ao criar um esquema sequencial que

indica todas as cenas da obra, a sua localização e as personagens que participam nessa cena. Esta abordagem tornou-se particularmente popular na educação, quando a criação de mapas de história começou a ser usada com estudantes para fomentar a compreensão de textos literários complexos. É possível que tenhas feito um mapa de histórias nas lições de português ou literatura quando estavas na escola e já nem te lembres. A criação de mapas de histórias tornou-se depois uma ferramenta importante para a informática e para a gestão de negócios quando se deu o boom da internet nos anos 90 do século passado. À medida que as relações entre consumidores e empresários se desenvolviam cada vez mais através de sites, os mapas de história começaram a ser desenvolvidos como guiões para estruturar a experiência do consumidor em sites comerciais. Neste caso, o mapa de história organizava sequencialmente as diferentes páginas que o consumidor vê num determinado site, desde a pesquisa do produto até à sua compra. Já neste século, os cartógrafos começaram a ver este modelo do *web site* estilo 'história' como uma estrutura promissora para comunicar com o público. O estilo do mapa de história é um interface que todos os utilizadores da internet reconhecem, e portanto permite uma maior legibilidade dos mapas àqueles que não estão familiarizados com cartografia.

Ao mesmo tempo, o interesse dos geógrafos pelas narrativas espaciais, isto é, as histórias sobre como o espaço é e deve ser ordenado, levaram a um interesse crescente de explorar a intersecção entre narrativa e cartografia. Assim surgiram os *story maps* geográficos (Caquard, 2011).

Um *story map* é, no fundo, um website que combina mapas (geralmente interativos) com texto, fotografia, gráficos, vídeo ou som (Caquard & Cartwright, 2014). O *story map* é sequencial, ou seja, os conteúdos aparecem ao utilizador segundo uma ordem pré-definida à medida que este navega a página, permitindo contar histórias. Existem vários modelos (chamados templates) de *story maps*, mas estes podem ser genericamente divididos em dois tipos: (i) mapas interativos com uma sequência de texto ou outros media, como fotografia, vídeo, ou som, e (ii) sequência de textos com vários mapas interativos (e outros media) incorporados. O primeiro tipo inclui vários estilos, como por exemplo: *story map tours*, que consistem em mapas interativos com vários pontos com informação que podem estar organizados numa sequência pré-definida ou podem ser explorados livremente pelo utilizador; *shortlist story maps*, que consistem em mapas acompanhados por uma galeria de imagem que correspondem a pontos no mapa; e *swipe story maps* ou *spyglass story maps*, que consistem em mapas interativos com duas camadas (chamadas layers) sobrepostas que podem ser comparadas. O segundo tipo inclui dois tipos: *story map journals*, que consiste numa página com vários separadores, cada um dos quais tem um mapa acompanhado com um texto que descreve ou situa os conteúdos do mapa; e *cascade story maps*, que consiste numa página web que pode incorporar vários tipos de textos, imagens, vídeos, sons e, obviamente, mapas interativos, incluindo mesmo versões simples de *swipe story maps* e de *story map tours*. Os *cascade story maps* têm-se tornado o estilo mais popular de *story map*, pela sua versatilidade e pela dinâmica visual que confere à história.

À prática de criação de *story maps*, dá-se o nome de *story-mapping*. Este é um processo que requer um equilíbrio entre várias preocupações: o rigor cien-

tífico, a qualidade estética, e o impacto social da cartografia criada. Contra-intuitivamente, o ponto de partida deve ser a definição do público-alvo para o *story map*. O *story map* pode ser uma poderosa ferramenta de comunicação mas, para tal, é preciso concebê-lo de maneira a que seja o mais inteligível possível pelos seus leitores (Kerski, 2020a). É importante definir o público de forma precisa, evitando categorias vagas como “o público geral” ou “estudantes”. Caso seja membros do público geral, qual é a sua origem geográfica, qual é a sua idade, qual é o seu nível de educação? Caso sejam estudantes, de que ciclo de estudos e de que cursos? Ter um público-alvo bem assente é o ponto de partida para a concepção do *story map*. A estrutura, o conteúdo e a simbologia do *story map* devem ser pensadas para se adequarem à linguagem e aos gostos do público-alvo. Como os *story maps* são construídos a partir de modelos, é especialmente importante pensar isto no início porque não se pode alterar o modelo a meio do processo de construção do *story map*.

Assim, o segundo passo para a criação do *story map* é a definição da estrutura da história. O poder do *story map* está na sua capacidade envolver os leitores em histórias dinâmicas, cativantes e imersivas. Importa então definir bem a mensagem que se quer transmitir. O *story map* deve girar à volta de um argumento central, e cada elemento da sua estrutura deve ser entendido como uma pequena peça que ajuda a construir esse argumento sem repetir informação. Deve haver diversidade de informação e media nessa estrutura de modo a manter o leitor cativado, e deve haver interatividade nos mapas para que o leitor se possa envolver na exploração dos dados espaciais. Mas esses momentos devem contribuir para um processo de aprendizagem que advém da sequência geral da informação, que deve ser coerente. O *story map* pode servir para contar qualquer tipo de história. Pode envolver a descrição de um local, de um processo natural, de um evento social, de uma rede global, de um período histórico, de um assunto político, entre outros. A sua aplicação é apenas limitada pela nossa criatividade.

Estando a história definida, o terceiro passo para a criação do *story map* é a pesquisa, recolha e selecção de conteúdo para o *story map*. Sendo o *story map* uma ferramenta de comunicação, é comum que o autor já tenha todos os conteúdos necessários para a criação do *story map*, seja cartografia, fotografia, vídeo ou outro tipo de media. Neste caso, é apenas importante seleccionar o que deve entrar no *story map* e o que fica de fora. Noutros casos, é possível fazer a recolha de dados mais dirigida. É preciso ter em conta que para ser mais inteligível, o *story map* deve ser o mais simples possível. Isto obrigará o autor a ser bastante austero na seleção dos conteúdos que utiliza. Para além disso, é importante que haja coerência gráfica e textual no *story map*, o que significa por vezes que algum conteúdo com valor científico ou pedagógico pode ter de ficar de fora por razões estéticas. A comunicação implica estes compromissos. Em acréscimo, é preciso cuidado para que o conteúdo inserido não seja demasiado exigente em termos de processamento, visto que nem todos têm computadores com grande capacidade. Também neste caso, o tipo de público importa: um público profissional pode ter equipamento mais avançado. Caso queiras saber mais sobre as técnicas envolvidas na criação de *story maps*, experimenta ver o capítulo que Kerski (2020b) escreveu.

Os *story maps* têm sido valorizados particularmente na pedagogia geográfica. Pela sua capacidade de misturar vários tipos de media, tem sido salientado que os *story maps* permitem manter o interesse do leitor por períodos prolongados e que

é preferido por leitores mais jovens, potenciando uma aprendizagem mais profunda sobre questões geográficas, embora existam limitações na sua capacidade para transmitir informação complexa (Berendsen, Hamerlinck, & Webster, 2018). Os *story maps* têm também sido usados como uma ferramenta para comunicar com pessoas fora do meio científico. Neste caso, o *story map* providencia um entendimento prático de realidades complexas através de um meio que não implica conhecimentos técnicos para ser utilizado (Antoniou et al., 2018). Kerski (2015) argumentou que os *story maps* são importantes para além da geografia porque desempenham um papel crucial no desenvolvimento da geo-literacia, uma competência fundamental no século XXI.



#### Para saber mais, consulta:

- Caquard, S., & Cartwright, W. (2014). Narrative cartography: From mapping stories to the narrative of maps and mapping. *The Cartographic Journal*, 51 (2), 101–106.

Este artigo apresenta as bases da cartografia narrativa que informa os *story maps*.

- Kerski, J. J. (2015). Geo-awareness, geo-enablement, geotechnologies, citizen science, and storytelling: Geography on the world stage. *Geography Compass*, 9 (1), 14–26.

O autor discute o potencial das histórias para transmitir informação geográfica e para incluir pessoas no processo de recolha e tratamento de dados geográficos.

## Neste momento, deves sentir-te capaz de:

- Decidir se a informação geográfica do teu projeto de investigação pode ser organizada através de um *story map*.
- Escolher o tipo mais apropriado de *story map* e planear a sua construção cuidadosamente.

# Cartofonia

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Compreender a utilidade e as dificuldades de mapear sons.
  - Distinguir os diferentes tipos de cartofonia: os mapas de som, os mapas sonificados, e o mapa sonoro interativo.
- 

**A** cartofonia é um termo que descreve todas as práticas de mapeamento que incluem o levantamento, georeferenciação, digitalização ou análise do ambiente sonoro (Thulin, 2018). Mapear sons é uma tarefa particularmente complicada devido à natureza efêmera e móvel do próprio som. Raramente se pode atribuir um som específico a um local porque os sons mudam à medida que os elementos que os produzem se deslocam ou param de produzir sons, o que é um problema para a georeferenciação. É também frequentemente difícil delimitar a área em que um som pode ser ouvido, pois o seu alcance muda consoante as oscilações do volume da fonte sonora e do ruído envolvente. Por outro lado, tipificar sons é uma tarefa extremamente complicada. Deve-se tipificar consoante o tipo de fonte sonora? Mas a mesma fonte pode produzir diferentes sons. Consoante o tipo de som? Em termos de volume? Ritmo? Timbre? Nota musical? E quando fontes diferentes são capazes de produzir o mesmo som? Em cima disto, o que fazer em locais em que múltiplas fontes de som se sobrepõem?

Por este motivo, os primeiros mapas de som limitaram-se a reduzir o ambiente sonoro de um local aos seus elementos quantificáveis ou mais destacados. No entanto, o mapeamento de som era uma prática pouco comum até à década de 1990 quan-

do as tecnologias informáticas começaram a permitir a inclusão de ficheiros de som em sistemas de informação geográfica (Krygier, 1999). Desde então, o número de mapas sonoros explodiu e hoje não existe praticamente nenhuma cidade que não tenha um mapa sonoro disponível. Curiosamente, a maior parte destes mapas sonoros tem sido desenvolvido não por geógrafos, mas por artistas sonoros e investigadores em ecologia acústica. No entanto, nas últimas duas décadas têm sido publicados alguns estudos que posicionaram o mapa sonoro como um método efetivamente geográfico. Alguns destes estudos abordam os aspetos mais técnicos da cartofonia (Caquard et al., 2008; Brauen, 2006). Nesta secção, vou deixar os detalhes técnicos de parte para me focar nos tipos existentes de mapas sonoros qualitativos e na sua utilidade.

O primeiro tipo que podemos identificar são os mapas de som. Estes são mapas visuais que descrevem o ambiente sonoro. Os modelos mais comuns são o mapa de ruído quantitativo, que geralmente consiste na representação espacial da média da pressão sonora num determinado período, e os mapas de perfil de som, que consistem numa representação cartográfica das fontes de som mais emblemáticas de um lugar. Estes últimos foram primeiramente desenvolvidos por investigadores

da área da ecologia acústica nos anos 70 do século passado, principalmente em áreas urbanas. O processo de produção de um mapa de perfil de som consiste em dois passos. Primeiro, é realizada uma exploração intensiva do ambiente sonoro de uma área, geralmente recorrendo-se a caminhadas, e um levantamento dos principais marcos sonoros. A escolha destes marcos sonoros é particularmente subjetiva, logo devem ser usados critérios apropriados para o objetivo terminal do estudo. Em segundo lugar, estes marcos sonoros são georreferenciados de modo a se produzir o mapa de perfil de som. Mais recentemente, estes mapas têm sido usados por artistas e geógrafos para criar guias dos principais marcos sonoros de cidade com o propósito de promover a cultura local ou a consciência ambiental (Thulin, 2018). Não é absolutamente necessário que o mapeamento de som assente em coordenadas geográficas. De facto, outros mapas sonoros procuram representar o som graficamente de modos mais criativos. Por exemplo, Duffy, Waitt e Harada (2016) desenvolveram o método do mapeamento sónico visceral, que consiste na criação de mapas de descrições escritas a partir de gravações sonoras. O processo deste método envolve três passos. Primeiro, é realizada uma gravação sonora de campo num determinado caso de estudo. Segundo, o investigador escuta essa gravação e transcreve a descrição dos sons para uma grelha descritiva que pode ter vários tópicos separados em colunas, por exemplo, quem produziu o som, de que tipo de som se trata, que tecnologias estão envolvidas, que emoções estão associadas a esse som, etc. Em terceiro lugar, o investigador analisa essa grelha, estabelecendo relações entre os diversos tópicos nas colunas. Esta análise pode ser conduzida com outros participantes na investigação. Este método permite estabelecer relações causais entre os diversos tópicos, especialmente na relação entre o ambiente sonoro, as práticas sócio-espaciais, e os afetos, emoções e pensamentos dos participantes.

O segundo tipo são mapas sonificados. Estes são mapas em que o som é utilizado para descrever informação, geralmente quantitativa, que é de algum

modo georreferenciada ou mapeada. A abordagem mais comum é usar-se uma escala de intensidade de som para descrever uma escala de valores quantificados, por exemplo, usando uma escala de volume baixo para volume alto, ou de sons graves para agudos. Inicialmente desenvolvidos para pessoas invisuais, estes mapas tornaram-se também importantes por permitirem a todos uma interpretação alternativa mais sensível, mais intuitiva e mais exploratória da informação cartográfica (Krygiel, 1994). Deste modo, o mapa sonificado não é apenas um produto final de investigação, mas também pode ser usado como uma ferramenta para desenvolver estudos sobre a interpretação de mapas por leigos ou estudos sobre educação de tecnologias de informação geográfica (Brauen, 2006).

O terceiro tipo é o mapa sonoro interativo. Estes são mapas digitais, frequentemente disponibilizados na internet, nos quais ficheiros de som são disponibilizados numa base geográfica como o OpenStreetMap ou o Google Maps. O processo de criação de um mapa sonoro interativo é igual ao processo de criação de um mapa de perfil de som referido atrás, mas este caso o levantamento dos sons implica gravações sonoras de campo. Existem algumas plataformas digitais que permitem criar este tipo de mapas com relativa facilidade, como a Radio Aporee. Embora muitos destes mapas sejam principalmente um arquivo documental de sons, a mais-valia de um mapa sonoro interativo é o facto de permitir estabelecer uma relação mais profunda entre o mapa e a experiência ambiental. A introdução do som permite incorporar uma série de informação ambiental qualitativa que de outro modo seria impossível representar num mapa, contribuindo para uma sensação de presença e maior conexão entre o utilizador e o espaço mapeado (Thulin, 2018). Por este motivo, ao contrário do mapa de perfil de som, este tipo de mapa não só para representa sons, mas também permitem a navegação. Embora esta navegação não possa constituir uma substituição da experiência física de estar num lugar, ela permite ao utilizador escolher percursos, percorrer os espaços, experimentar as diferenças dos lugares, e envolver-se intimamente

no ambiente sonoro desses lugares. Com isto em mente, alguns geógrafos têm desenvolvido mapas sonoros interativos especificamente para funcionar como guias de lugares (Laakso & Sarjakoski, 2010). Outros têm produzido mapas sonoros interativos para contar histórias e narrativas através da introdução de composições sonoras cinemáticas no mapa (Caquard et al., 2008). Em ambos os casos, estes mapas funcionam como interfaces sónicas entre pessoas e lugares.



---

#### Para saber mais, consulta:

- Thulin, S. (2018). Sound maps matter: Expanding cartophony. *Social & Cultural Geography*, 19 (2), 192–210. Este artigo apresenta uma tipologia dos diferentes tipos de cartofonia, e explora as experimentações recentes com mapas sonoros interativos em maior profundidade.

---

### Neste momento, deves sentir-te capaz de:

---

- Pensar como os sons que encontraste na tua investigação geográfica podem ser mapeados.
  - Identificar o tipo de cartofonia mais adequado para mapeares o ambiente sonoro no teu estudo.
-



# Criatividade

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Perceber o que significa usar a criatividade como método de investigação geográfica.
  - Reconhecer o potencial contributo de diferentes artes para o conhecimento geográfico.
  - Compreender as formas de combinação entre métodos convencionais e métodos criativos.
- 

**N**a demanda por uma geografia mais participativa e transformadora, um grande número de geógrafos tem explorado a criatividade como método de investigação na última década. Este interesse não é novo. As artes e a geografia têm tido pontos de contacto praticamente desde sempre (Hawkins, 2019). Historicamente, a cartografia em si tem sido considerada uma arte. No século XIX, antes de a fotografia ser uma tecnologia largamente disponível, era também comum usar-se o desenho para representar a paisagem, e o trabalho de campo por vezes era mesmo realizado com artistas ilustradores profissionais. Já no século XX, conhecemos vários geógrafos que tinham um interesse em diferentes artes como uma extensão da sua produção de conhecimento geográfico. Em Portugal, temos o caso do interesse de Orlando Ribeiro na fotografia ou o interesse de Francisco Tenreiro na poesia. No Brasil, a poesia foi também explorada por geógrafos como Josué de Castro e Mauro Mota, e Aroldo de Azevedo publicou fotogeografias que consistiam em artigos científicos que descreviam cidades a partir de um conjunto de fotografias. Mas é na última década que esta criatividade tem sido entendida como uma ferramenta promissora para a investigação. Numa primeira fase, isto ocorre no seio da geografia cultural pela ação de investigadores

que transitam de pesquisas que têm as artes como objeto de estudo para pesquisas que usam as artes como método de investigação sobre vários temas sociais e culturais. Mas rapidamente a criatividade tem sido aplicada como método de investigação em vários subcampos como a geografia ambiental, urbana ou política.

Nestes campos, se as artes foram no início vistas como uma ferramenta estratégica para a comunicação científica, por permitirem transmitir informação de um modo mais compreensível e divertido do que a leitura de artigos científicos, rapidamente se percebeu que as artes também possibilitam o desenvolvimento de diferentes tipos de estudos geográficos (Hawkins, 2015).

O valor que a criatividade traz à investigação tem sido ligado essencialmente à sua capacidade de integração de participantes, de geração de dados novos, de transformação social, e de comunicação com o público geral (von Benzon et al., 2021). Primeiramente, tem sido salientado que práticas de criação artística ou artesanal podem permitir que alguns participantes, que se sintam desconfortáveis com ou excluídos de métodos tradicionais como entrevistas ou grupos focais, se expressem de um modo mais livre e aberto. Por outro lado, a criação artística pode permitir uma partilha mais fácil de tópicos sensíveis entre os próprios parti-

cipantes. Os métodos criativos também permitem obter informação que não se consegue obter de outro modo, porque o próprio processo de criação levanta questões de pesquisa diferentes daquelas que surgem em investigações tradicionais. Com frequência, as experiências pessoais e os conteúdos afetivos destacam-se no processo, revelando a dimensão da vivência humana de vários processos geográficos como transformações urbanas ou alterações climáticas que nem sempre são vistas desse prisma. Esta dimensão humana é relevante porque nos permite perceber o que potencia ou constrange a ação social. Por este motivo, a criatividade é também uma ferramenta importante para produzir mudança social no próprio processo de pesquisa. O potencial de comunicação, de novidade, de imersão e até de divertimento que os métodos criativos oferecem gera espaços mais moldáveis e, por esse motivo, mais propícios à diferença. Este potencial de comunicação dos métodos criativos pode ser utilizado para além do processo de recolha de dados em si. De facto, a produção artística ou artesanal durante o processo de investigação resulta também em diversos tipos de artefactos – livros, pinturas, peças teatrais, filmes, esculturas, etc. – que providenciam também um meio alternativo para comunicar os resultados da investigação.

O uso da criatividade na investigação tem as suas limitações. A primeira delas é que os geógrafos nem sempre conseguem eles próprios ser proficuos nas artes que usam, e isso pode limitar a qualidade da investigação se ela estiver de depende da qualidade técnica das obras criadas. Esta questão tem levado vários geógrafos a trabalhar em colaboração com artistas durante o processo de investigação. Por outro lado, tem sido salientado que a investigação não se torna automaticamente inclusiva ou transformadora só porque é criativa (de Leeuw & Hawkins, 2017). Muitos participantes podem também encontrar nas artes vários obstáculos à participação e à sua expressão, e nem sempre a arte tem a capacidade de transformar espaços porque nem sempre é compreendida e bem-recebida. Por este motivo, muitos destes projetos de investigação seguem uma lógica site-specific,

o que significa que existe um trabalho constante de enquadrar a investigação num contexto local e adaptar todos os passos da investigação às características desse contexto, incluindo a própria criação artística (Edensor & Bowdler, 2015).

A experimentação com a criatividade já se estendeu a praticamente todas as artes e medias. Em vez de explorar aqui as metodologias específicas de cada experimentação, que são extremamente variadas entre si, irei dar alguns exemplos de aplicações de diferentes artes e medias, salientando as suas vantagens metódicas.

O desenho tem uma longa história na geografia e o seu uso enquanto método de investigação tem reemergido nos últimos anos. A utilidade do desenho está no facto de ele nos obrigar a uma atenção redobrada ao espaço e a uma visão persistente que olha para todos os detalhes. Esta persistência leva-nos não só a descobrir pormenores que antes passavam despercebidos, mas também a compreender os ritmos das paisagens, e as relações sociais que aí se desenvolvem. Mas este não é um empreendimento puramente estético ou perceptual. Pelo contrário, a importância do desenho está na reflexividade que o processo de desenhar pode induzir. Desenhar pode ser um momento importante para refletir sobre a nossa própria perspectiva sobre o mundo, e para pensar criticamente sobre as redes sociais, políticas e económicas que enquadram as relações que desenvolvemos fazem (Parikh, 2020). Em pesquisa comunitária, o desenho pode também ser um método interessante para desenvolver conhecimento intersubjetivo com diferentes populações (Bertoncin et al., 2021).

O filme tem-se tornado num meio popular para a geografia. No centro deste interesse está a enorme popularidade do género, que até recentemente tinha sido explorada apenas por grandes canais como a National Geographic ou a BBC, e que nos permite levar o conhecimento geográficos a novos públicos. Para além disso, o filme permite coligir diferentes fontes de informação numa única narrativa, através da combinação de voz, som e imagem em movimento. Esta combinação não é um mero acrescento; a imagem amplifica o que é dito pelas

vozes da narração, e a narração e o som ajudam a desvendar o que permanece invisível na imagem. Assim, o filme é um meio privilegiado para mostrar realidades complexas e pontos de vista diferentes, o que o torna um meio importante de comunicação da pesquisa. Quando não há esse objetivo, a criação de um filme pode ser um processo dispendioso para se aplicar como ferramenta de pesquisa. No entanto, o processo de criação fílmico é bastante útil para recolher experiências e partilhá-las com os participantes da investigação (Bau-ch, 2010). A maior parte dos filmes produzidos por geógrafos têm um estilo documental realista, mas têm existido também experimentações com a ficção, nomeadamente em processos participatórios nos quais os investigadores usam o filme para co-criar dramas que retratam situações típicas da vida quotidiana dos participantes da investigação (Brickell, 2014).

De modo semelhante, o teatro e as artes performativas têm sido uma fonte de importante de investigação sobre a relação entre problemas sociais e o espaço geográfico. O teatro em particular tem sido um método para permitir que os participantes em investigação expressem e reflitam sobre as suas experiências. Por exemplo, Raynor (2017) utilizou workshops de teatro para desenvolver estudos com mulheres inglesas desempregadas, e descobriu que o teatro permitia que as participantes refletissem sobre as suas experiências e se conectassem mais facilmente com outras mulheres na mesma situação social. Por outro lado, Carmo (2014) estudou o Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa na Região Metropolitana de Lisboa e conclui que a prática do teatro permitiu aos participantes desenvolverem práticas de cidadania.

A literatura e a poesia têm também recebido alguma atenção. Tem-se argumentado que o potencial da literatura na pesquisa geográfica está no seu poder afetivo, que é útil para expressar aspetos particularmente emocionais da experiência espacial e para promover empatia entre comunidades de espaços diferentes. Além disso, a plasticidade destes meios de expressão tem sido entendida como um meio para dar voz a indivíduos que po-

dem estar excluídos das formas mais formais de comunicação na esfera pública. Deste modo, formas literárias como a poesia têm sido desenvolvidas particularmente no campo da geografia social, onde são entendidas como métodos importantes para recolha de dados em contextos sociais sensíveis (ligados a racismo, violência, sexismo, etc.) e para a co-reflexão com participantes (Eshun & Madge, 2016). Têm igualmente sido exploradas na geografia sensorial, em estudos de paisagem, e em geografias mais-que-humanas. Aqui, o seu interesse está na sua capacidade para captar a subjetividade da experiência espacial humana e a confluência de estímulos cognitivos, afetivos e emocionais na percepção do mundo (Paiva, 2020).

Por último, as artes sonoras não têm sido descuidadas. Curiosamente, não é propriamente a música que tem sido a principal ferramenta dos geógrafos, mas sim a *sound art* e a rádio (ou *podcasting*). A *sound art* tem sido mobilizada para criar experiências através da combinação de arte, tecnologias e geografia. A aplicação mais comum tem sido a criação de audiowalks, isto é, de caminhadas guiadas por gravações áudio que não só guiam o público através de um espaço, mas também o informa sobre esse espaço. Estes audiowalks têm o propósito de providenciar experiências de lugares mais sofisticadas e detalhadas, incorporando o conhecimento científico e cultural no quotidiano (Butler, 2007). Por outro lado, a produção de programas de índole radiofónica tem sido explorada como um meio alternativo de comunicação científica, no qual a informação não é apenas baseada na língua falada ou escrita, mas também em gravações de campo. Com estes materiais, os geógrafos têm procurado transmitir uma maior sensação de presença no campo, o que é particularmente importante para as abordagens performativas no âmbito da geografia urbana, rural, ambiental ou social (Paiva & Brito-Henriques, 2019).

Este elenco de experimentações ainda assim ofusca a diversidade de abordagens que as geografias criativas têm potenciado, que incluem a produção de artesanato, moda, fotografia, novelas gráficas, videojogos, e atividades de gestão e curadoria cul-

Tabela 7. Revistas geográficas que aceitam publicações criativas.

Revista	Título da secção	Tipo de publicações
Geograficidade	Experimentações	Prosa, Fotografia, Poesia
Geography Compass	Video Articles (descontinuado)	Vídeo
GEO: Geography and Environment	Data and Digital Humanities Papers	Imagens, Mapas, Catálogos de Museus
Gender, Place and Culture	Multi-media submissions	Artigos com Vídeo, Fotografia ou Áudio
ACME	Creative Alternative	Fotografia, Poesia
Cultural Geographies	Cultural Geographies in Practice	Vários tipos de arte e media
GeoHumanities	Practices and Curations	Vários tipos de arte e media
Emotion, Space and Society	Creative / Intervention	Vários tipos de arte e media

tural. Existem algumas obras que tentam de forma mais abrangente captar toda esta diversidade (e.g. von Benzon et al., 2021).

Uma dificuldade que os geógrafos que têm desenvolvido metodologias criativas têm enfrentado é a dificuldade em ver as suas produções de índole artística publicadas, expostas e valorizadas na academia, que tende a ser mais recetiva a modos tradicionais de comunicação científica, nomeadamente a escrita. Para combater esta dificuldade, algumas revistas de geografia têm criados seções ou modalidades de publicação especialmente dedicadas a formas híbridas que combinam trabalhos criativos

com escrita académica. Na tabela 7, podes consultar alguns destas opções e o tipo de trabalhos que têm publicado.



#### Para saber mais, consulta:

• von Benzon, N., Holton, M., Wilkinson, C., & Wilkinson, S. (2021). *Creative Methods for Human Geographers*. Londres: SAGE.

Este é o primeiro livro que se dedica exclusivamente aos métodos criativos na geografia. O livro explora as questões éticas da aplicação de métodos criativos, identifica um vasto leque de práticas criativas usadas em pesquisa geográfica, e aborda o tratamento e análise de dados.

## Neste momento, deves sentir-te capaz de:

- Experimentar utilizar as artes com que te sentes mais confortável para produzires conhecimento geográfico.
- Decidir se as artes podem ser um meio para te conectares aos participantes da tua investigação.

3

# Análise de Dados



# Organização, Tratamento e Análise de Dados

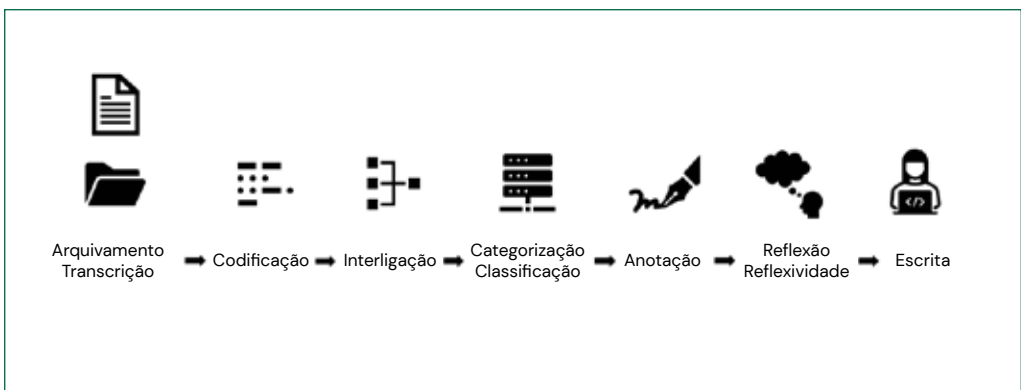
## Objetivos de Aprendizagem

- Compreender o fluxo de trabalho que se deve seguir quando organizamos e tratamos os dados empíricos que recolhemos.

**A** pesar das diferenças dos diversos métodos qualitativos, o processo de organização, tratamento e análise de dados é genericamente semelhante em todos eles. Por este motivo, vamos aqui resumir de forma geral este processo e, nas secções seguintes, iremos descrever as diferentes abordagens de interpretação de dados. Os métodos qualitativos tendem a ser pouco padronizados e isto é especialmente verdadeiro no que diz respeito à análise de dados. Alguns geógrafos preferem seguir etapas metodológicas de análise de dados bem definidas. Outros preferem simplificar alguns passos e ter uma atitude mais interpretativa

e criativa. Há geógrafos que usam software específico para a análise de dados qualitativos, como o NVivo, ATLAS.ti ou o MaxQDA. Outros preferem usar documentação em papel e organizar os seus dados em arquivos físicos. Nenhuma destas preferências oferece mais garantias do que outras. Assim, o processo de organização, tratamento e análise de dados que irei apresentar aqui deve ser visto como um guia e não como uma receita imutável. Este processo pode ser dividido em sete passos: arquivamento e transcrição, codificação, interligação, categorização ou classificação, anotação, reflexão reflexividade e, por último, escrita (Figura 10).

Figura 10. Os passos do processo de análise de dados qualitativos.



A primeira coisa que temos que fazer é organizar os nossos dados. Então, antes de começarmos a nossa análise, temos de reunir todos os materiais de investigação que recolhemos. É importante criar uma pasta – física ou digital – onde arquivamos, por exemplo, os ficheiros áudio das entrevistas, as fotografias e vídeos que gravámos, ou os documentos históricos que digitalizámos. Ter toda a informação no mesmo local permite-nos aceder facilmente aos dados, organizá-los melhor, e garantir que não nos esqueçamos de nada. É importante guardar mais do que uma cópia desta pasta para nos certificarmos que não perdemos esta informação essencial. No entanto, é importante garantir a proteção dos dados durante todo este processo.

Seja qual for o método que utilizámos para recolher os dados, é importante que eles estejam disponíveis no mesmo formato para a análise. Na maior parte dos estudos, este formato é o texto escrito. Ao processo de transformar informação em texto escrito chama-se transcrição. Assim, se realizámos entrevistas ou grupos focais, importa transcrever todas as gravações áudio para texto. Se realizámos uma etnografia, é importante reunir e possivelmente transcrever todos os cadernos com apontamentos para um só ficheiro. Se recolhemos diários de participantes, é útil organizá-los numa só pasta e transcrevê-los se, por exemplo, alguns estiverem escritos em papel e outros em texto digital ou áudio. A transcrição permite-nos ter toda a informação disponível num só meio, facilitando os passos seguintes de análise de dados. A informação torna-se mais legível e mais comparável. Em alguns casos, a transcrição não é possível ou útil. É o caso de métodos criativos, videográficos, fotográficos ou fonográficos. Nestes, se tentássemos transcrever para texto a informação visual, sonora ou prática que temos, iríamos perder detalhe. Nestes casos, o arquivamento torna-se mais importante. Em primeiro lugar, é preciso inventariar o material que temos, criando uma base de dados com um sistema de arquivo que nos permita organizar e pesquisar os nossos materiais. Isto implica codificar os ficheiros com variáveis como, por

exemplo, local ou data. Embora esta tarefa ocupe algum tempo, também nos permite evitar perdas de tempo no futuro por estarmos afundados no meio de materiais desorganizados.

Quando já temos os nossos materiais organizados e num só formato inteligível, o passo seguinte é a codificação dos dados. Isto implica uma primeira leitura profunda da informação, onde procuramos obter uma visão geral dos dados que obtivemos. Durante esta leitura, é útil fazer anotações no texto, salientando as principais ideias que encontramos em cada transcrição, fotografia ou gravação. Para assinalar estas ideias, criamos códigos, que podem ser palavras ou expressões simples. No fim desta primeira leitura, teremos os nossos diversos ficheiros marcados com vários códigos. Estes códigos têm de ser simplificados e harmonizados depois de terminarmos esta primeira leitura. Por exemplo, poderão haver ideias semelhantes às quais demos códigos diferentes, que agora podem passar a ter o mesmo código. Ou usámos o mesmo código para muitas ideias que na verdade são diferentes, e portanto temos de criar novos códigos diferentes para estas ideias. Quando terminámos esta tarefa, estamos em condições de passar ao próximo passo: a interligação.

A interligação consiste em duas ações: divisão e união. Primeiro, vamos dividir a informação que temos, extraindo de cada ficheiro a informação correspondente a cada código. Em segundo lugar, vamos unir a informação correspondente a cada código num só ficheiro. Assim, em vez de termos um ficheiro com, por exemplo, o texto de cada entrevista ou de cada diário, temos agora um ficheiro para cada código. Isto permite-nos outro tipo de leitura da informação. Agora, conseguimos comparar diferentes perspetivas, ter mais detalhe e profundidade sobre cada tópico, e perceber sobre que tópicos temos informação de melhor qualidade.

Com a informação interligada, é possível avançar para o passo da categorização e classificação. Aqui, o que precisamos de fazer é encontrar as ligações entre os diferentes códigos que criámos. Podemos criar categorias maiores que englobam diferentes códigos sobre tópicos semelhantes, mas o mais



importante é conseguir estabelecer relações entre os diferentes códigos. Este é o momento em que regressamos à nossa questão de investigação e aos nossos conceitos. Precisamos de interrogar os dados, procurando respostas à nossa questão de investigação. Em primeiro lugar, isto implica fazer corresponder os nossos códigos aos conceitos fundamentais da nossa pesquisa, e estabelecer a sua relação em conformidade. Se usámos estratégias específicas de recolha de dados, como a segmentação da amostra, então devemos agora dividir os dados desse modo para perceber as diferenças que emergem.

Deste processo, surgirão as nossas primeiras anotações, onde formulamos as nossas primeiras interpretações, descobertas e conclusões. Estas anotações podem ser primeiramente escritas como marginalia nos ficheiros de dados, e eventualmente teremos informação suficiente para começar a escrever um texto. Quando começamos a escrita, esse é um momento fundamental para a reflexividade da investigação. Primeiro, importa refletir sobre a informação que conseguimos e como ela foi produzida por um determinado contexto de produção de conhecimento empírico. Depois, devemos questionar como esta informação empírica contribui para o avanço do conhecimento na ge-

ografia, fazendo a ponte entre o nosso estado da arte e os nossos dados empíricos. Deste modo, a nossa escrita poderá ser espessa, e não fina. O que significa isto? Escrita fina é uma descrição simples da realidade, aquilo que geralmente encontramos em peças jornalísticas, em literatura popular, etc. Escrita espessa é uma descrição explicativa da realidade, feito de um modo crítico, que desvenda as condições que possibilitam a criação do conhecimento, e teórico, usando a realidade descrita para demonstrar o funcionamento de processos abstratos que podem ser encontrados em várias realidades (Kitchin & Tate, 2013).



#### Para saber mais, consulta:

• Kitchin, R., & Tate, N. (2013). *Conducting Research in Human Geography: Theory, Methodology and Practice*. Abingdon: Routledge.

Este manual de pesquisa em geografia humana contém capítulos extensos sobre organização, tratamento, análise e interpretação de dados qualitativos e quantitativos.

## Neste momento, deves sentir-te capaz de:

- Organizar os teus dados de forma a que a sua consulta seja rápida e fácil.
- Identificar a informação mais relevante através de códigos que podem ser interligados.
- Começar a escrever sobre as tuas conclusões com base nas principais categorias de resultados que encontre.

# Interpretação de Dados

---

## Objetivos de Aprendizagem

---

- Conhecer as diferentes abordagens à interpretação de dados que os geógrafos seguem.
- 

**A** interpretação de dados qualitativos faz-se ao longo de todo o processo de organização, tratamento e análise de dados. O modo como conduzimos esta interpretação, no entanto, depende da nossa perspetiva geográfica, dos nossos objetivos de investigação, e do tipo de dados empíricos que recolhemos. Nesta secção, vamos descrever sucintamente as principais abordagens à interpretação de dados qualitativos.

### Semiótica e abordagens visuais

A semiótica pode ser definida como o estudo dos processos de significação. A semiótica preocupa-se com a criação de signos – isto é, a transformação de ideias em ícones, símbolos ou imagens – e com a interpretação de signos – ou seja, a extração e compreensão dos significados desses ícones, símbolos ou imagens. Na base da semiótica, está a noção de que as ideias das sociedades estão presentes no espaço visual e material que criam e que, interpretando a visualidade do espaço, podemos compreender as ideias que guiam as sociedades. A semiótica tem sido importante para geógrafos preocupados com a produção do espaço e com o modo como o espaço constrange as práticas sociais e molda as ideias dos cidadãos. Este interesse emergiu durante os anos 80 do século passado, num momento em que a interpretação

da paisagem era um método popular na geografia (Lagopoulos, 1993). Neste período, a semiótica era um meio de interpretar a construção de significados nas diversas paisagens construídas pelos humanos. Esta semiótica implicava um processo de interpretação muito focado em teoria, no qual os geógrafos essencialmente procuravam desvendar como os grandes processos de mudança social – como a segregação ou a divisão de classes – eram inscritos e cristalizados na paisagem (geralmente urbana), fazendo com que o espaço fosse um fator de imposição desses próprios processos de mudança social (Duncan, 1987). Eventualmente, a semiótica evoluiu para um conjunto relativamente abrangente de técnicas de interpretação, no qual a interpretação dos significados do espaço é feita em combinação com técnicas mais empíricas, como a análise de conteúdo ou de discurso, abrindo um novo campo de metodologias geográficas visuais (Rose, 2016). Esta evolução advém da expansão do interesse dos geógrafos em questões visuais. Já não é apenas através da paisagem urbana que os significados são transmitidos, mas a partir de uma plethora de tecnologias digitais cujo estudo implica técnicas específicas. Por este motivo, tornou-se também importante não só compreender os significados que os espaços contêm, mas também o próprio processo de criação de espaços e produtos,

o que levou a que as abordagens visuais sejam cada vez mais contextualizadas por estudos de arquivo ou etnográficos (Schlottmann, Greafe, & Korf, 2010).



#### Para saber mais, consulta:

- Rose, G. (2016). *Visual Methodologies. An Introduction to Researching with Visual Materials*. Londres: SAGE. Este manual de pesquisa sobre metodologias visuais aborda várias técnicas de análise e interpretação de dados qualitativos visuais.

### Hermenêutica

A hermenêutica é o ramo da filosofia que estuda a interpretação de textos, e o termo geralmente aplica-se a estudos que usam a interpretação de textos como método principal. Uma abordagem hermenêutica procura desvendar o significado de um texto, as intenções do seu autor, e as consequências do seu conteúdo. A diferença em relação à semiótica é que esta se preocupa com imagens, enquanto a hermenêutica se preocupa com linguagem. A hermenêutica sempre esteve presente na geografia, pois esta sempre usou documentação escrita para alcançar os seus objetivos, mas a sua utilização foi apenas explicitada e conceptualizada nos anos 80 do século passado na sequência da geografia humanista (Adams, 2017). Pile (1990) apresentou a mais completa descrição do uso da hermenêutica na geografia, propondo uma abordagem em três passos. Primeiro, a hermenêutica parte de uma análise social, preocupada com as circunstâncias sócio-espaciais e históricas nas quais os textos em análise foram criados. Em segundo lugar, um estudo hermenêutico analisa o discurso dos textos em si, evidenciando os significados que contêm e o modo como formam uma ideia coerente acerca de um espaço ou lugar. Por último, a hermenêutica implica uma fase de interpretação, em que se faz a ligação entre a coerência dos significados dos textos e o seu contexto sócio-espacial e histórico. A hermenêutica é importante para a interpretação de qualquer tipo de dados em forma textual, e não se restringe ao estudo da literatura. Ela pode ser aplicada à interpretação de diários,

cadernos de campo, transcrições de entrevistas e grupos focais, entre outros. De facto, encontramos exemplos do uso da hermenêutica em vários ramos da geografia, incluindo geografia económica (Barnes, 2008), social (Rothfuss, 2009), e histórica (Mayhew, 2007).

A hermenêutica implica uma forte proximidade da interpretação empírica com os objetivos teóricos. Frequentemente, a explicação implica o uso de conceitos teóricos para contextualizar os significados encontrados no texto ou a sua ligação às circunstâncias sócio-espaciais. Deste modo, a interpretação de um texto tem não só o objetivo de desvendar o significado desse próprio texto, mas contribuir para explicar um fenómeno geográfico mais abrangente (Barnes, 2008).



#### Para saber mais, consulta:

- Pile, S. (1990). *Depth hermeneutics and critical human geography. Environment and Planning D: Society and Space*, 8 (2), 211–232. Este é até hoje o artigo mais claro e extenso sobre o uso da hermenêutica como técnica de análise e interpretação de dados qualitativos em geografia.

### Fenomenologia

As geografias fenomenológicas são uma perspectiva geográfica importante, mas a fenomenologia aponta também para um modo específico de análise de dados empíricos. A fenomenologia preocupa-se com o modo como as pessoas experienciam e praticam o espaço, e portanto a interpretação neste caso é dirigida ao que acontece, à ação social. Não é fácil explicar uma experiência espacial, porque ela pertence a cada pessoa. Não podemos sentir o que o outro sente, portanto, o método de recolha de dados é fundamental para se poder realizar um estudo fenomenológico (Vannini, 2015a). Assim, a maior parte destes estudos mobilizam três tipos de métodos, frequentemente em conjunto: (i) métodos que permitem a observação direta e o registo de práticas sociais, como a videografia, a fotografia ou a fonografia; (ii) métodos que colocam o investigador no centro da ação social, como a etnografia, a autoetnografia ou os métodos móveis; e (iii)

métodos que permitem a participantes expressar a sua experiência geográfica, como os diários ou a entrevista com elicitación de materiais (Vannini, 2015b). Estes métodos são preferidos porque nos dão-nos acesso a práticas e experiências específicas, e permitem-nos descrevê-las. Estas descrições têm como objetivo explicar uma prática a partir 'de dentro', isto é, a partir da perspectiva das pessoas que estiveram envolvidas na prática que estudamos (Spinney, 2015). Esta é a particularidade da abordagem fenomenológica: ela não procura uma descrição única de um fenómeno geográfico, mas sim descobrir como um fenómeno geográfico é entendido de forma diferente por pessoas distintas. Isto é fundamental para explicar as decisões e ações de diferentes pessoas, grupos sociais e instituições. Anderson e Ash (2015) destacam também o potencial da descrição fenomenológica para identificar os momentos-chave da experiência espacial que explicam mudanças em determinadas práticas ou eventos. A descrição fenomenológica é sempre guiada por conceitos. Isto significa que a descrição não deve ser redigida apenas para descrever a prática ou o evento que observámos, mas para descrever um processo abstrato que pode ser encontrado em práticas ou eventos semelhantes. Estes processos abstratos são conceitos. Os conceitos ajudam-nos a fazer sentido do que observámos, mas as nossas observações também podem levar-nos a repensar os conceitos pré-existentes (McCormack, 2013).

cialmente no facto de uma se focar em discursos e outras em narrativas. Por discursos, referimo-nos aqui a conjuntos complexos de argumentos que explicam ou justificam uma parte da realidade. Assim, o estudo dos discursos mostra-nos como diferentes comunidades entendem a realidade e sustentam as suas ideias acerca de como o espaço deve ser organizado (Schoenberger, 1998). Na geografia, o estudo dos discursos tem sido feito a partir de uma perspectiva Foucauldiana, que dá primazia ao estudo das relações de poder que os discursos contêm e impõem. A análise de discurso tem sido particularmente usada na geografia europeia. Parte desta análise de discurso tem sido quantitativa, nomeadamente através do uso de métodos lexicométricos, que usam indicadores quantitativos como contagem de palavras para identificar os padrões de uso da linguagem. Por outro lado, a análise de discurso tem-se sub-dividido em micro-abordagens qualitativas (incluindo análise de enunciação, análise de argumentação, análise de conversação, entre várias outras) que permitem o estudo mais minucioso das várias técnicas linguísticas usadas nos discursos (Matissek & Glasze, 2016). Embora o uso destas técnicas de métodos linguísticos seja útil à geografia, a análise de discurso geográfica implica sempre o estudo do discurso em si enquadrado no contexto interpretativo. Isto é, o estudo do discurso deve ser enquadrado com o estudo do contexto geográfico onde o discurso é criado, difundido e recebido. Interessa particularmente aos geógrafos perceber como os discursos moldam e mudam os lugares (Lees, 2004).

Por outro lado, narrativas consistem em histórias que podem ter o objetivo de explicar acontecimentos históricos, a produção de espaços, a formação de comunidades, entre outros. As narrativas são importantes porque conferem um sentido aos acontecimentos, uma ideia de história ao espaço construído, e contribuem para um sentido de identidade coletiva (Ryan, Foote, & Azaryahu, 2016). Existem narrativas em várias escalas temporais: desde a história de uma nação até ao modo como um amigo nos conta como foi o seu dia. Todas elas importam. Tal como no caso do discurso, a análise



#### Para saber mais, consulta:

- Vannini, P. (2015a). *Non-Representational Methodologies: Re-Envisioning Research*. Londres: Routledge. Este livro, embora seja de índole interdisciplinar e por esse motivo abarca vários métodos de investigação, oferece uma extensa visão global sobre a análise e interpretação de dados à luz da fenomenologia.

### Análise de Discurso e Análise de Narrativa

Abordo aqui a análise de discurso e a análise de narrativa na mesma subsecção pela sua semelhança em termos analíticos. A diferença reside essen-

se de narrativas implica o uso de técnicas de interpretação literária para compreender os textos com que nos deparamos. Neste caso, é principalmente o uso figurativo da linguagem (metáforas, alegorias, personificações, simbolismos, hipérbolos, anáforas, metonímias, sinédoques, entre outras) a que se recorre (Savin-Baden & Niekerk, 2007). Compreender este uso figurativo permite-nos analisar as narrativas das estórias para além do seu conteúdo literal; permite-nos perceber que tipo de representações geográficas elas contêm, que tipo de mensagem nos enviam. Para Price (2010), analisar narrativas é útil quando queremos: (i) realizar uma abordagem sistemática a uma série de eventos temporais ou a várias perspetivas do mesmo evento; (ii) identificar um conjunto de atores-chave (e secundários) num determinado processo geográfico; e (iii) compreender a relação entre eventos e atores, e como essas redes levaram a consequências concretas.

Tanto a análise de discurso como a análise de narrativa são usadas para o estudo de vários tipos de dados textuais, especialmente obtidos através de

entrevistas, mas também de diferentes tipos de arquivos (Wiles, Rosenberg, & Kearns, 2005).



#### Para saber mais, consulta:

- Ryan, M.-L., Foote, K., & Azaryahu, M. (2016). *Narrating Space / Spatializing Narrative: Where Narrative Theory and Geography Meet*. Columbus: The Ohio State University Press.  
Embora não seja uma obra de índole metodológica, este livro contextualiza a interação entre a teoria narrativa e a pesquisa geográfica. Por esse motivo, é útil para se compreender como se pode usar a análise narrativa para interpretar informação geográfica.
- Schoenberger, E. (1998). Discourse and practice in human geography. *Progress in Human Geography*, 22 (1), 1–14.  
Este artigo seminal explica a importância do discurso para a investigação geográfica e é um excelente ponto de partida para pensar como analisar informação qualitativa a partir do ponto de vista do discurso.

## Neste momento, deves sentir-te capaz de:

- Escolher a abordagem interpretativa mais adequada ao teu tema de investigação e natureza dos dados empíricos.
- Começar a pensar nas principais conclusões que se pode retirar da informação que recolheste.



# **Bibliografia**





# Bibliografia

- Adams, P. (2017). Tuanian Geography. In: B. Janz (Ed.) *Place, Space and Hermeneutics*, pp. 275–287. Londres: Springer.
- Akbari, A. (2020). Follow the Thing: Data. Contestations over Data from the Global South. *Antipode*, 52 (2), 408–429.
- Alaimo, A., & Picone, M. (2015). Shadowing e GIS qualitativo: due strumenti per narrare la città. *Scienze del Territorio*, 3, 176–185.
- Amado, J. (2014). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Anderson, B., & Ash, J. (2015). Atmospheric methods. In P. Vannini (Ed.), *Non-Representational Methodologies: Re-Envisioning Research* (pp. 34–51). Londres: Routledge.
- Anderson, D., & Schneider, I. (1993). Using the Delphi process to identify significant recreation research-based innovations. *Journal of Park and Recreation Administration*, 11 (1), 25–36.
- Anderson, J. (2004). Talking whilst walking: a geographical archaeology of knowledge. *Area*, 36 (3), 254–261.
- André, I. M. (1990). O género em Geografia. Introdução de um novo tema. *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, 25 (50), 331–348.
- Antoniou, V., Ragia, L., Nomikou, P., Bardouli, P., Lampridou, D., Ioannou, T., Kalisperakis, I., & Stentoumis, C. (2018). Creating a story map using geographic information systems to explore geomorphology and history of Methana peninsula. *ISPRS International Journal of Geo-Information*, 7 (12), 484.
- Asante, L., & Abubakari, Z. (2020). Pursuing PhD by publication in geography: a collaborative auto-ethnography of two African doctoral researchers. *Journal of Geography in Higher Education*. doi: 10.1080/03098265.2020.1803817
- Arnold, E. (2019). Aesthetic practices of psycho-geography and photography. *Geography Compass*, 13 (2), e12419.
- Ascensão, E. (2015). The slum multiple: A cyborg micro-history of an informal settlement in Lisbon. *International Journal of Urban and Regional Research*, 39 (5), 948–964.
- Ash, J., & Simpson, P. (2016). Geography and post-phenomenology. *Progress in Human Geography*, 40 (1), 48–66.
- Azeredo, Z. (2019). *Teoria e Prática em Investigação Qualitativa*. Lisboa: Piaget.
- Barnes, T. (2008). Rethorizing Economic Geography: From the Quantitative Revolution to the “Cultural Turn”. In: C. Philo (Ed.) *Theory and Method. Critical Essays in Human Geography*, pp. 546–565. Londres: Routledge.
- Barnes, T., & Duncan, J. (1992). *Writing Worlds: Discourse, Text and Metaphor in the Representation of the Landscape*. Londres: Routledge.
- Bartlett, R., & Milligan, C. (2015). *What is Diary Method?* Londres: Bloomsbury.
- Bauch, N. (2010). The Academic Geography Video Genre: A Methodological Examination. *Geography Compass*, 4 (5), 475–484.
- Baxter, J., & Eyles, J. (1997). Evaluating Qualitative Research in Social Geography: Establishing ‘Rigour’ in Interview Analysis. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 22 (4), 505–525.
- Belo, D. (2012). *Portugal – Luz e Sombra: o País depois de Orlando Ribeiro*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas & Debates.
- Benwell, M. (2009). Challenging Minority World Privilege: Children’s Outdoor Mobilities in Post-apartheid South Africa. *Mobilities*, 4 (1), 77–101.

- Berendsen, M. E., Hamerlinck, J. D., & Webster, G. R. (2018). Digital story mapping to advance educational atlas design and enable student engagement. *ISPRS International Journal of Geo-Information*, 7 (3), 125.
- Bergami, G., & Bettanini, T. (1975). *Fotografia geografica/geografia della fotografia*. Firenze: La Nuova Italia.
- Bertoncin, M., Pase, A., Peterle, G., & Quatrada, D. (2021). Graphic geography: drawing territories at the Po Delta (Italy). *Cultural Geographies*, 28 (1), 19–39.
- Besio, K., & Butz, D. (2004). Autoethnography: A Limited Endorsement. *The Professional Geographer*, 56 (3), 432–438.
- Bigando, E. (2013). De l'usage de la photo elicitation interview pour appréhender les paysages du quotidien : retour sur une méthode productrice d'une réflexivité habitante. *cybergeo : revue européenne de géographie*, 645. <https://doi.org/10.4000/cybergeo.25919>
- Bignante, E. (2010). The use of photo-elicitation in field research. Exploring Maasai representations and use of natural resources. *EchoGéo*, 11. <https://doi.org/10.4000/echogeo.11622>
- Bignante, E. (2011). *Geografia e Ricerca Visuale. Strumenti e Metodi*. Bari: Laterza.
- Binnie, J. (1997). Coming out of Geography: Towards a Queer Epistemology? *Environment and Planning D: Society and Space*, 15 (2), 223–237.
- Birtchnell, T., & Gibson, C. (2015). Less talk more drone: social research with UAVs. *Journal of Geography in Higher Education*, 39 (1), 182–189.
- Blazek, M., & Hraňová, P. (2012). Emerging relationships and diverse motivations and benefits in participatory video with young people. *Children's Geographies*, 10 (2), 151–168.
- Blomley, N. (2006). Uncritical critical geography? *Progress in Human Geography*, 30 (1), 87–94.
- Blomley, N. (2007). Critical geography: anger and hope. *Progress in Human Geography*, 31 (1), 53–65.
- Blunt, A., & McEwan, C. (2002). *Postcolonial Geographies*. Londres: continuum.
- Boğaç, C. (2020). The process of developing an emotional nexus between the self and an uncanny geography: An autoethnography. *Emotion, Space and Society*, 36, 100688.
- Bordieu, P. (2011). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Edições 70.
- Bos, D. (2018). Answering the Call of Duty: Everyday encounters with the popular geopolitics of military-themed videogames. *Political Geography*, 63, 54–64.
- Bos, J. (2020). *Research Ethics for Students in the Social Sciences*. Londres: Springer.
- Brauen, G. (2006). Designing Interactive Sound Maps Using Scalable Vector Graphics. *Cartographica: The International Journal for Geographic Information and Geovisualization*, 41 (1), 59–72.
- Breen, R. L. (2006). A Practical Guide to Focus-Group Research. *Journal of Geography in Higher Education*, 30 (3), 463–475.
- Brickell, K. (2014). Participatory video drama research in transitional Vietnam: post-production narratives on marriage, parenting and social evils. *Gender, Place & Culture*, 22 (4), 510–525.
- Brickell, K., & Garrett, B. (2015). Storytelling Domestic Violence: Feminist Politics of Participatory Video in Cambodia. *ACME: An International Journal for Critical Geographies*, 14 (3), 928–953.

- Brown, G., Strickland-Munro, J., Kobryn, H., & Moore, S. (2017). Mixed methods participatory GIS: An evaluation of the validity of qualitative and quantitative mapping methods. *Applied Geography*, 79, 153–166.
- Brownlow, A. (2005). A geography of men's fear. *Geoforum*, 36 (5), 581–592.
- Bunge, W. (1971). *Fitzgerald: Geography of a Revolution*. Cambridge: Schenkman Publishing.
- Burns, R. (2018). Datafying Disaster: Institutional Framings of Data Production Following Superstorm Sandy. *Annals of the American Association of Geographers*, 108 (2), 569–578.
- Butler, T. (2006). A walk of art: the potential of the sound walk as practice in cultural geography. *Social & Cultural Geography*, 7 (6), 889–908.
- Butler, T. (2007). Memoryscape: How Audio Walks Can Deepen Our Sense of Place by Integrating Art, Oral History and Cultural Geography. *Geography Compass*, 1 (3), 360–372.
- Butz, D., & Besio, K. (2004). The Value of Autoethnography for Field Research in Transcultural Settings. *The Professional Geographer*, 56 (3), 350–360.
- Butz, D., & Besio, K. (2009). Autoethnography. *Geography Compass*, 3 (5), 1660–1674.
- Cameron, L. (2001). Oral history in the Freud archives: incidents, ethics and relations. *Historical Geography*, 29, 38–44.
- Caquard, S. (2011). Cartography I: Mapping narrative cartography. *Progress in Human Geography*, 37 (1), 135–144.
- Caquard, S., Brauen, G., Wright, B., & Jasen, P. (2008). Designing sound in cybercartography: From structured cinematic narratives to unpredictable sound/image interactions. *International Journal of Geographical Information Science*, 22 (11–12), 1219–1245.
- Caquard, S., & Cartwright, W. (2014). Narrative cartography: From mapping stories to the narrative of maps and mapping. *The Cartographic Journal*, 51 (2), 101–106.
- Caretta, M. A., & Riaño, Y. (2016). Feminist participatory methodologies in geography: creating spaces of inclusion. *Qualitative Research*, 16 (3), 258–266.
- Carmo, A. (2014). Cidade & Cidadania (através da Arte): o Teatro do Oprimido na Região Metropolitana de Lisboa [tese de doutoramento não publicada]. Universidade de Lisboa.
- Carter, P. (2015). Virtual ethnography. Placing emotional geographies via Youtube. In S. Hanna, A. Potter, E. Modlin, P. Carter & D. Butler (Eds.), *Social Memory and Heritage Tourism Methodologies* (pp. 48–67). Londres: Routledge.
- Cerney, D. L. (2010). The Use of Repeat Photography in Contemporary Geomorphic Studies: An Evolving Approach to Understanding Landscape Change. *Geography Compass*, 4 (9), 1339–1357.
- Christophers, B. (2011). Follow the Thing: Money. *Environment and Planning D: Society and Space*, 29 (6), 1068–1084.
- Cook, I., et al. (2004). Follow the thing: papaya. *Antipode*, 36 (4), 642–664.
- Cook, I., & Harrison, M. (2007). Follow the Thing. "West Indian Hot Pepper Sauce". *Space and Culture*, 10 (1), 40–63.
- Cosgrove, D. (1984). *Social Formation and Symbolic Landscapes*. Londres: Croom Helm.
- Cosgrove, D., & Daniels, S. (1988). *The Iconography of Landscape: Essays on the Symbolic Representation, Design, and Use of Past Environments*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Cosgrove, D., & Jackson, P. (1987). New Directions in Cultural Geography. *Area*, 19 (2), 95–101.
- Costa, O. (2008). Memória e Paisagem: em busca do simbólico dos lugares. *Espaço e Cultura, edição comemorativa*, 149–156.
- Crang, M., & Cook, I. (2007). *Doing Ethnographies*. Londres: Sage.
- Curtis, S., Gesler, W., Smith, G., & Washburn, S. (2000). Approaches to sampling and case selection in qualitative research: examples in the geography of health. *Social Science & Medicine*, 50 (7–8), 1001–1014.
- Daniels, S., & Nash, C. (2004). Lifepaths: geography and biography. *Journal of Historical Geography*, 30 (3), 449–458.
- Darby, S. (2017). Making space for co-produced research ‘impact’: learning from a participatory action research case study. *Area*, 49 (2), 230–237.
- Dardel, E. (2011). *O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo: Perspectiva. (originalmente publicado em 1951)
- Datta, A. (2020). The “Smart Safe City”: Gendered Time, Speed, and Violence in the Margins of India’s Urban Age. *Annals of the American Association of Geographers*, 110 (5), 1318–1334.
- de Leeuw, S., & Hawkins, H. (2017). Critical geographies and geography’s creative re/turn: poetics and practices for new disciplinary spaces. *Gender, Place and Culture*, 24 (3), 303–324.
- de Leeuw, S., & Hunt, S. (2018). Unsettling decolonizing geographies. *Geography Compass*, 12 (7), e12376.
- De Loe, R. C. (1995). Exploring complex policy questions using the policy Delphi. *Applied Geography*, 15 (1), 53–68.
- DeLyser, D. (2014). Towards a participatory historical geography: archival interventions, volunteer service, and public outreach in research on early women pilots. *Journal of Historical Geography*, 46, 93–98.
- DeLyser, D. (2015). Collecting, kitsch and the intimate geographies of social memory: a story of archival autoethnography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 40 (2), 209–222.
- DeLyser, D., & Karolczyk, P. (2010). Fieldwork and the Geographical Review: Retrospect and Possible Prospects. *Geographical Review*, 100 (4), 465–475.
- DeLyser, D., & Sui, D. (2013). Crossing the qualitative–quantitative divide II: Inventive approaches to big data, mobile methods, and rhythm analysis. *Progress in Human Geography*, 37 (2), 293–305.
- DeSilvey, C. (2007). Art and archive: memory–work on a Montana homestead. *Journal of Historical Geography*, 33 (4), 878–900.
- Dias, S., & Gama, A. (2019). *Introdução à Investigação Qualitativa em Saúde Pública*. Coimbra: Almedina.
- Dowling, R., Lloyd, K., & Suchet–Pearson, S. (2016). Qualitative methods I. *Progress in Human Geography*, 40 (5), 679–686.
- Dowling, R., Lloyd, K., & Suchet–Pearson, S. (2017). Qualitative methods II: ‘More–than–human’ methodologies and/in praxis. *Progress in Human Geography*, 41 (6), 823–831.
- Duffy, M., & Waitt, G. (2011). Sound diaries: a method for listening to place. *The Journal of Media Geography*, VII, 119–136.
- Duffy, M., & Waitt, G. (2013). Home sounds: experiential practices and performativities of hearing and listening. *Social & Cultural Geography*, 14 (4), 466–481.

- Duffy, M., Waitt, G., & Harada, T. (2016). Making sense of sound: Visceral sonic mapping as a research tool. *Emotion, Space and Society*, 20, 49–57.
- Duggan, M. (2017). Questioning “digital ethnography” in an era of ubiquitous computing. *Geography Compass*, 11 (5), e12313.
- Duncan, J. (1987). Review of Urban Imagery: Urban semiotics. *Urban Geography*, 8 (5), 473–483.
- Duncan, J. (1990). *The City as Text. The Politics of Landscape Interpretation in Kandy Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Duncan, J., & Duncan, N. (1988). (Re)reading the landscape. *Environment and Planning D: Society and Space*, 6 (2), 117–26.
- Dunn, C. E. (2007). Participatory GIS — a people’s GIS? *Progress in Human Geography*, 31 (5), 616–637.
- Dutta, M. (2016). Place of life stories in labour geography: Why does it matter? *Geoforum*, 77, 1–4.
- Dwyer, C., & Davies, G. (2010). Qualitative methods III: animating archives, artful interventions and on-line environments. *Progress in Human Geography*, 34 (1), 88–97.
- Edensor, T. (2003). M6 junction 19–16: Defamiliarising the mundane roadscape. *Space & Culture*, 6 (2), 151–168.
- Edensor, T., & Bowdler, C. (2015). Site-specific dance: revealing and contesting the ludic qualities, everyday rhythms, and embodied habits of place. *Environment and Planning A*, 47 (3), 709–726.
- Elwood, S. (2006). Critical Issues in Participatory GIS: Deconstructions, Reconstructions, and New Research Directions. *Transactions in GIS*, 10 (5), 693–708.
- England, K. (1994). Getting Personal: Reflexivity, Positionality, and Feminist Research. *The Professional Geographer*, 46 (1), 80–89.
- Eshun, G., & Madge, C. (2016). Poetic world-writing in a pluriversal world: a provocation to the creative (re)turn in geography. *Social & Cultural Geography*, 17 (6), 778–785.
- Estevens, A. (2015). *As Expressões Geográficas do Conflito Urbano. Os casos do Raval (Barcelona) e da Mouraria (Lisboa)* [tese de doutoramento não publicada]. Universidade de Lisboa.
- Esteves, A. (1998). *A criminalidade em Lisboa. Uma geografia da insegurança*. Lisboa: Colibri.
- Evans, D. (2017). Rethinking material cultures of sustainability: Commodity consumption, cultural biographies and following the thing. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 43 (1), 110–121.
- Evans, J., & Jones, P. (2011). The walking interview: Methodology, mobility and place. *Applied Geography*, 31 (2), 849–858.
- Ferretti, F. (2019). *Anarchy and Geography: Reclus and Kropotkin in the UK*. Abingdon: Routledge.
- Ferro, L., & Gonçalves, R. (2018). Etnografias urbanas: explorando as cidades contemporâneas – introdução. *Etnográfica*, 22 (2), 305–310.
- Fisher, K. T. (2015). Positionality, subjectivity, and race in transnational and transcultural geographical research. *Gender, Place & Culture*, 22 (4), 456–473.
- Fuller, D., & Kitchin, R. (2004). *Radical theory and critical praxis: making a difference beyond the academy?* Vernon: Praxis.
- Frias, R. (2018). Uma trilha sonora no largo da carioca: caminhadas de escuta e observação como método de investigação dos espaços públicos. *Geografias*, 26, 235–253.

- Gallagher, M. (2015). Field recording and the sounding of spaces. *Environment and Planning D: Society and Space*, 33 (3), 560–576.
- Gallagher, M., Kanngieser, A., & Prior, J. (2017). Listening geographies: landscape, affect and geotechnologies. *Progress in Human Geography*, 41 (5), 618–637.
- Gallagher, M., & Prior, J. (2014). Sonic geographies. Exploring phonographic methods. *Progress in Human Geography*, 38 (2), 267–284.
- Garrett, B. L. (2011). Videographic geographies: Using digital video for geographic research. *Progress in Human Geography*, 35 (4), 521–541.
- Gold, J. (1980). *An Introduction to Behavioural Geography*. Oxford: Oxford University Press.
- Gonçalves, S., Marques, C., & Gonçalves, J. (2021). *Manual de Investigação Qualitativa*. Conceção, análise e aplicações. Lisboa: Pactor.
- Goodchild, M. (1992). Geographical information science. *International Journal of Geographical Information Systems*, 6 (1), 31–45.
- Goodman, A., Snyder, M., & Wilson, K. (2018). Exploring Indigenous youth perspectives of mobility and social relationships: A Photovoice approach. *The Canadian Geographer / Le Géographe Canadien*, 62, 314–325.
- Goss, J., & Leinbach, T. (1996). Focus Groups as Alternative Research Practice: Experience with Transmigrants in Indonesia. *Area*, 28 (2), 115–123.
- Götz, N., & Holmén, J. (2018). Introduction to the theme issue: “Mental maps: geographical and historical perspectives”. *Journal of Cultural Geography*, 35 (2), 157–161.
- Gould, P., & White, R. (2002) *Mental Maps*. Londres: Routledge. (originalmente publicado em 1974)
- Gregson, N., Crang, M., Ahamed, F., Akhter, N., & Ferdous, R. (2010). Following things of rubbish value: End-of-life ships, ‘chock-chocky’ furniture and the Bangladeshi middle class consumer. *Geoforum*, 41 (6), 846–854.
- Gwiazdzinski, L. (2019). L’hypothèse des parcours géographiques apprenants en pédagogie et dans la fabrique de la ville : entre innovation partagée et néo-situationnisme. *Enjeux et société*, 6 (2), 198–233.
- Hägerstrand, T. (1970). What about people in Regional Science? *Papers of the Regional Science Association*, 24, 6–21.
- Hall, S. (2014). Ethics of Ethnography with Families: A Geographical Perspective. *Environment and Planning A*, 46 (9), 2175–2194.
- Hall, T. (2009). The Camera Never Lies? Photographic Research Methods in Human Geography. *Journal of Geography in Higher Education*, 33 (3), 453–462.
- Harada, T., & Waitt, G. (2013). Researching Transport Choices: Mobile Methodologies to Study Life-on-the-Move. *Geographical Research*, 51 (2), 145–152.
- Harding, S. (1991). *Whose Science? Whose Knowledge?: Thinking from Women’s Lives*. Ithaca: Cornell University Press.
- Harvey, D. (2003). The right to the city. *International Journal of Urban and Regional Research*, 27 (4), 939–941.
- Harvey, D. (2006). Editorial: The geographies of critical geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 31 (4), 409–412.
- Hawkins, H. (2015). Creative geographic methods: Composing, representing, intervening. *Cultural Geographies*, 22 (2), 247–268.

- Hawkins, H. (2019). Geography's creative (re)turn: Toward a critical framework. *Progress in Human Geography*, 43 (6), 963–984.
- Haynes, K., & Tanner, T. M. (2013). Empowering young people and strengthening resilience: youth-centred participatory video as a tool for climate change adaptation and disaster risk reduction. *Children's Geographies*, 13 (3), 357–371.
- Hein, J., Evans, J., & Jones, P. (2008). Mobile Methodologies: Theory, Technology and Practice. *Geography Compass*, 2 (5), 1266–1285.
- Heller, E., Christensen, J., Long, L., Mackenzie, C., Osano, P., Ricker, B., Kagan, E., & Turner, S. (2011). Dear Diary: Early Career Geographers Collectively Reflect on Their Qualitative Field Research Experiences. *Journal of Geography in Higher Education*, 35 (1), 67–83.
- Herbert, S. (2000). For Ethnography. *Progress in Human Geography*, 24 (4), 550–568.
- Hilgers, M., & Mangez, E. (2015). *Bourdieu's Theory of Social Fields. Concepts and Applications*. Abingdon: Routledge.
- Hitchings, R. (2012). People can talk about their practices. *Area*, 44 (1), 61–67.
- Hitchings, R., & Latham, A. (2020). Qualitative methods I: On current conventions in interview research. *Progress in Human Geography*, 44 (2), 389–398.
- Hodder, J. (2017). On absence and abundance: biography as method in archival research. *Area*, 49 (4), 452–459.
- Holbrook, B., & Jackson, P. (1996). Shopping around: Focus Group Research in North London. *Area*, 28 (2), 136–142.
- Holton, M., & Harmer, N. (2019). "You don't want to peer over people's shoulders, it feels too rude!" The moral geographies of using participants' personal smartphones in research. *Area*, 51 (1), 134–141.
- Hopkins, P. (2007). Thinking critically and creatively about focus groups. *Area*, 39 (4), 528–535.
- Hopkins, P. (2019). Social geography I: Intersectionality. *Progress in Human Geography*, 43 (5), 937–947.
- Hulme, A. (2017). Following the (unfollowable) thing: methodological considerations in the era of high globalisation. *Cultural Geographies*, 24 (1), 157–160.
- Hunt, M.A. (2014). Urban Photography/Cultural Geography: Spaces, Objects, Events. *Geography Compass*, 8 (3), 151–168.
- Jackson, P. (2010). Food stories: consumption in an age of anxiety. *Cultural Geographies*, 17 (2), 147–165.
- Jansson, J. (2019). The online forum as a digital space of curation. *Geoforum*, 106, 115–124.
- Johnsen, S., May, J., & Cloke, P. (2008). Imag(in)ing "homeless places": using auto-photography to (re)examine the geographies of homelessness. *Area*, 40 (2), 194–207.
- Johnston, R. (2019). On (auto)biography and the history of geography. *Norsk Geografisk Tidsskrift - Norwegian Journal of Geography*, 73 (4), 245–250.
- Jones, P., Bunce, G., Evans, J., Gibbs, H., & Hein, J. (2008). Exploring Space and Place With Walking Interviews. *Journal of Research Practice*, 4 (2), D2.
- Jones, T., Chatterjee, K., Spinney, J., Street, E., Van Reekum, C., Spencer, B., Jones, H., Leyland, L.A., Mann, C., Williams, S. & Beale, N. (2016). *cycle BOOM. Design for Lifelong Health and Wellbeing. Summary of Key Findings and Recommendations*. Oxford: Oxford Brookes University.

- Kanngieser, A. (2012). A sonic geography of voice: Towards an affective politics. *Progress in Human Geography*, 36 (3), 336–353.
- Katz, C. (1994). Playing the Field: Questions of Fieldwork in Geography. *The Professional Geographer*, 46 (1), 67–72.
- Kaufmann, P. (2016). Integrating factor analysis and the Delphi method in scenario development: A case study of Dalmatia, Croatia. *Applied Geography*, 71, 56–68.
- Kerski, J. J. (2015). Geo-awareness, geo-enablement, geotechnologies, citizen science, and storytelling: Geography on the world stage. *Geography Compass*, 9 (1), 14–26.
- Kerski, J. (2020a). Types of Story Maps. In S. L. Arlinghaus, J. J. Kerski, A. Larimore & M. Naud (Eds.), *Spatial Thinking in Environmental Contexts: Maps, Archives, and Timelines* (pp. 155–172). Boca Raton: CRC Press.
- Kerski, J. (2020b). Web Maps as Story Telling In S. L. Arlinghaus, J. J. Kerski, A. Larimore & M. Naud (Eds.), *Spatial Thinking in Environmental Contexts: Maps, Archives, and Timelines* (pp. 189–213). Boca Raton: CRC Press.
- Kindon, S. (2003). Participatory video in geographic research: a feminist practice of looking? *Area*, 35 (2), 142–153.
- Kindon, S. (2016). Participatory video as a feminist practice of looking: “take two!” *Area*, 48 (4), 496–503.
- Kindon, S., Pain, R., & Kesby, M. (2007). *Participatory Action Research Approaches and Methods: Connecting People, Participation and Place*. Abingdon: Routledge.
- King, B. H. (2002). Towards a Participatory GIS: Evaluating Case Studies of Participatory Rural Appraisal and GIS in the Developing World. *Cartography and Geographic Information Science*, 29 (1), 43–52.
- Kitchin, R. (1994). Cognitive maps: What are they and why study them? *Journal of Environmental Psychology*, 14 (1), 1–19.
- Kitchin, R., & Tate, N. (2013). *Conducting Research in Human Geography: Theory, Methodology and Practice*. Abingdon: Routledge.
- Kowalewski, M., & Bartłomiejski, R. (2020). Is it research or just walking? Framing walking research methods as “non-scientific”. *Geoforum*, 114, 59–65.
- Kozel, S. (2018). *Mapas Mentais: Dialogismo e Representações*. Curitiba: Appris.
- Krygier, J. (1994). Sound and geographic visualization. In A. M. MacEachren & D. R. F. Taylor (Eds.), *Visualization in Modern Cartography* (1st ed., pp. 149–166). Oxford: Pergamon.
- Krygier, J. (1999). Cartographic Multimedia and Praxis in Human Geography and the Social Sciences. In W. Cartwright, M. Peterson & G. Gartner (Eds.), *Multimedia Cartography* (pp. 245–255). London: Springer.
- Kweyu, R.M., Thenya, T., Kiemo, K., & Emborg, J. (2020). The nexus between land cover changes, politics and conflict in Eastern Mau forest complex, Kenya. *Applied Geography*, 114, 102115.
- Laakso, M., & Sarjakoski, L.T. (2010). Sonic maps for hiking—use of sound in enhancing the map use experience. *The Cartographic Journal*, 47 (4), 300–307.
- Lagopoulos, A. P. (1993). Postmodernism, geography, and the social semiotics of space. *Environment and Planning D: Society and Space*, 11 (3), 255–278.
- Lapworth, A. (2019). Sensing. *Transactions of the*



- Institute of British Geographers*, 44 (4), 657–660.
- Latham, A. (2003). Research, performance, and doing human geography: Some reflections on the diary–photograph, diary–interview method. *Environment and Planning A*, 35 (11), 1993–2017.
- Leddy–Owen, C. (2014). ‘I had a hard time actually trying to catch the essence of Englishness’: participant photography and the racialised construction of place and belonging in a South London suburb. *Social & Cultural Geography*, 15 (7), 747–768.
- Lees, L. (1995). Feminist geography in Aotearoa/New Zealand: A workshop. *Gender, Place and Culture*, 2 (2), 217–222.
- Lees, L. (2003). Urban geography: ‘New’ urban geography and the ethnographic void. *Progress in Human Geography*, 27 (1), 107–113.
- Lees, L. (2004). Urban geography: discourse analysis and urban research. *Progress in Human Geography*, 28 (1), 101–107.
- Le Guern, A.–L., & Themines, J.–F. (2011). Des enfants iconographes de l’espace public urbain : la méthode du parcours iconographique. *Carnets de Géographes*, 3. Disponível em : <https://doi.org/10.4000/cdg.2355>
- Lima, A., & Kozel, S. (2009). Lugar e mapa mental: uma análise possível. *Geografia (Londrina)*, 18 (1). Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/2388/2415>
- Lobo, M. (2014). Everyday multiculturalism: catching the bus in Darwin, Australia. *Social & Cultural Geography*, 15 (7), 714–729.
- Longhurst, R., Ho, L., & Johnston, L. (2008). Using ‘the body’ as an ‘instrument of research’: Kimch’l and pavlova. *Area*, 40 (2), 208–217.
- Lorimer, H. (2003). Telling small stories: spaces of knowledge and the practice of geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 28 (2), 197–217.
- Lyon, D. (2016). Doing audio–visual montage to explore time and space: The everyday rhythms of Billingsgate Fish Market. *Sociological Research Online*, 21 (3), 57–68.
- Maalsen, S., & McLean, J. (2016). Digging up Unearthed down–under: a hybrid geography of a musical space that essentialises gender and place. *Gender, Place and Culture*, 23 (3), 418–434.
- MacFarlane, K. (2020). Negative Research: Sonic Methods in Geography and Their Limits. *The Professional Geographer*, 72 (2), 297–308.
- MacLean, K., & Woodward, E. (2013). Photovoice Evaluated. *Geographical Research*, 51, 94–105.
- Macpherson, H. (2016). Walking methods in landscape research: moving bodies, spaces of disclosure and rapport. *Landscape Research*, 41 (4), 425–432.
- Malanski, L. (2018). Geografia dos sons cotidianos: as sonoridades do Calçadão de Londrina, Paraná. *Geograficidade*, 8 (especial), 126–140.
- Malheiros, J. (1995). Fantasias e realismos na geografia contemporânea: reflexões a partir de um lugar central. *Actas do II Congresso da Geografia Portuguesa*, 59–69.
- Margulies, J. (2019). On coming into animal presence with photovoice. *Environment and Planning E: Nature and Space*, 2 (4), 850–873.
- Massey, D. (1984). *Spatial Divisions of Labour*. Londres: Macmillan.
- Mateos, P., & Durand, J. (2012). Residence vs. Ancestry in Acquisition of Spanish Citizenship: A Netnography Approach. *Migraciones Internacionales*, 6 (4), 9–46.

- Mattissek, A., & Glasze, G. (2016). Discourse analysis in German-language human geography: integrating theory and method. *Social & Cultural Geography*, 17 (1), 39–51.
- Mayhew, R. (2007). Materialist hermeneutics, textuality and the history of geography: print spaces in British geography, c. 1500–1900. *Journal of Historical Geography*, 33 (3), 466–488.
- McCormack, D. (2013). *Refrains for Moving Bodies: Experience and Experiment in Affective Spaces*. Durham: Duke University Press.
- McDowell, L. (1992a). Doing gender: Feminism, feminists and research methods in human geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 17 (4), 399–416.
- McDowell, L. (1992b). Multiple voices: Speaking from inside and outside 'the project.' *Antipode*, 24 (1), 56–72.
- McGeachan, C., Forsyth, I., & Hasty, W. (2012). Certain subjects? Working with biography and life-writing in historical geography. *Historical Geography*, 40, 169–185.
- McIntyre, A. (2003). Through the Eyes of Women: Photovoice and participatory research as tools for reimagining place. *Gender, Place & Culture*, 10 (1), 47–66.
- Megoran, N. (2006). For ethnography in political geography: Experiencing and re-imagining Fergana Valley boundary closures. *Political Geography*, 25 (6), 622–640.
- Mehnen, N., Mose, I., & Strijker, D. (2013). The Delphi Method as a Useful Tool to Study Governance and Protected Areas? *Landscape Research*, 38 (5), 607–624.
- Merriman, P. (2014). Rethinking Mobile Methods. *Mobilities*, 9 (2), 167–187.
- Mesquita, I., & Graça, A. (2013). *Investigação Qualitativa em Desporto*. 2 Volumes. Porto: FADEUP.
- Mesquita, I., Colaço, C., & Rosado, A. (2012). *Métodos e Técnicas de Investigação Qualitativa*. Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana.
- Middleton, J. (2010). Sense and the city: exploring the embodied geographies of urban walking. *Social & Cultural Geography*, 11 (6), 575–596.
- Miles, M., & Crush, J. (1993). Personal Narratives as Interactive Texts: Collecting and Interpreting Migrant Life-Histories. *The Professional Geographer*, 45 (1), 84–94.
- Miller, M. (1993). Enhancing regional analysis with the Delphi method. *Review of Regional Studies*, 23 (2), 191–212.
- Mills, S. (2013). Cultural-Historical Geographies of the Archive: Fragments, Objects and Ghosts. *Geography Compass*, 7 (10), 701–713.
- Milne, E.-J. (2016). Critiquing participatory video: experiences from around the world. *Area*, 48 (4), 401–404.
- Mistry, J., & Berardi, A. (2011). The challenges and opportunities of participatory video in geographical research: exploring collaboration with indigenous communities in the North Rupununi, Guyana. *Area*, 44 (1), 110–116.
- Mitchell, C., de Lange, N., & Moletsane, R. (2014). Me and my cellphone: constructing change from the inside through cellfilms and participatory video in a rural community. *Area*, 48 (4), 435–441.
- Monk, J., & Hanson, S. (1982). On not excluding half of the human in human geography. *The Professional Geographer*, 34 (1), 11–23.
- Moore, F. (2010). Tales from the archive: methodological and ethical issues in historical geography

research. *Area*, 42 (3), 262–270.

Morrison, C.–A. (2012). Solicited diaries and the everyday geographies of heterosexual love and home: reflections on methodological process and practice. *Area*, 44 (1), 68–75.

Morton, F. (2005). Performing ethnography: Irish traditional music sessions and new methodological spaces. *Social & Cultural Geography*, 6 (5), 661–676.

Mukherjee, F. (2015). Public Participatory GIS. *Geography Compass*, 9 (7), 384–394.

Mullins, D. (2006). Exploring Change in the Housing Association Sector in England Using the Delphi Method. *Housing Studies*, 21 (2), 227–251.

Murphy, J. (2009). *At The Edge: Walking the Atlantic Coast of Ireland and Scotland*. Inverness: Sandstone.

Name, L., & Freire-Medeiros, B. (2017). Teleféricos na paisagem da “favela” latino-americana: mobilidades e colonialidades. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*, 11, 263–282.

Nast, H. (1994). Women in the field: Critical feminist methodologies and theoretical perspectives. *The Professional Geographer*, 46 (1), 54–66.

Needham, R., & Loë, R. (1990). The Policy Delphi: Purpose, structure, and application. *The Canadian Geographer / Le Géographe Canadien*, 34 (2), 133–142.

Newhouse, L. (2017). Uncertain futures and everyday hedging in a humanitarian city. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 42 (4), 503–515.

Nóvoa, A. (2018). *Mobility and Identity in Europe. A Mobile Ethnographic Approach*. Londres: Routledge.

Ogborn, M. (2003). Knowledge is power: using archival research to interpret state formation. In A. Blunt, P. Gruffudd, J. May, M. Ogborn, D. Pinder (Eds.) *Cultural Geography in Practice* (pp. 9–22). Oxford: Oxford University Press.

Oliveira, D., & Cristo, G. (2020). A representação do Genocídio Armênio no New York Times (1915). *Ar@cne – Revista Electrónica de Geografía e Ciencias Sociales*, 24 (241). Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/aracone/article/view/31200>

Oliveira, F. R. (2016). Lançando linhas imaginárias: metageografias da Ásia nas descrições geográficas e na cartografia portuguesa do século XVI. *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, XX (551). Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/551/20121>

O’Sullivan, D. (2006). Geographical information science: critical GIS. *Progress in Human Geography*, 30 (6), 783–791.

Paiva, D. (2016). Assessing sonic affects in everyday life: looking for metacognition and Metaemotion. *Qualitative Research Journal*, 16 (1), 80–91.

Paiva, D. (2017). Teorias não-representacionais na Geografia I: conceitos para uma geografia do que acontece. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, LII (106), 163–172.

Paiva, D. (2018). Teorias não-representacionais na Geografia II: métodos para uma geografia do que acontece. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, LIII (107), 159–168.

Paiva, D. (2020). Poetry as a resonant method for multi-sensory research. *Emotion, Space and Society*, 34, 100655.

Paiva, D., & Brito-Henriques, E. (2019). A podcast on urban ruins, or the aural weaving of theory and field. *cultural geographies*, 26 (4), 535–540.

- Paiva, D., & Cachinho, H. (2018). Artistic practices and the redistribution of the sensible in Largo do Chiado: attention, corporeal isles, visceral politics. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 109 (5), 597–612.
- Paiva, D. & Cachinho, H. (2019). Sound-making and the making of worlds and territories: a case of street football games in Quinta da Piedade. *Social & Cultural Geography*. doi: 10.1080/14649365.2019.1704046
- Paiva, D., Cachinho, H. & 12 Anonymous Participants (2018). The first impression in the urban sonic experience: transitions, attention, and attunement. *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, 100 (4), 329–342.
- Paiva, D., & Sánchez, I. (2021). The territoriality of atmosphere: rethinking affective urbanism through the collateral atmospheres of Lisbon's tourism. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 46 (2), 392–405.
- Paiva, D., Cachinho, H., Barata-Salgueiro, T. & Amícar, A. (2017). A criação de geoetnografias como metodologia para o estudo dos ritmos urbanos. Uma aplicação no Chiado, Lisboa. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 21. <http://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/19342/21750>
- Pain, R., & Francis, P. (2003). Reflections on participatory research. *Area*, 35 (1), 46–54.
- Palacios Garcia, A., & Vinuesa Angulo, J. (2010). Un análisis cualitativo sobre la política de vivienda en España. La opinión de los expertos. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, 30 (1), 101–118.
- Pandit, K., & Alderman, D. (2004). Border crossings in the classroom: The international student interview as a strategy for promoting intercultural understanding. *Journal of Geography*, 103 (3), 127–136.
- Pánek, J. (2016). From Mental Maps to GeoParticipation. *The Cartographic Journal*, 53 (4), 300–307.
- Panelli, R. (2010). More-than-human social geographies: posthuman and other possibilities. *Progress in Human Geography*, 34 (1), 79–87.
- Parent, L. (2016). The wheeling interview: mobile methods and disability. *Mobilities*, 11 (4), 521–532.
- Parikh, A. (2020). Insider-outsider as process: drawing as reflexive feminist methodology during fieldwork. *cultural geographies*, 27 (3), 437–452.
- Parr, H. (1998). The politics of methodology in 'post-medical geography': mental health research and the interview. *Health & Place*, 4 (4), 341–353.
- Paterson, M., & Glass, M. (2020). Seeing, feeling, and showing 'bodies-in-place': Exploring reflexivity and the multisensory body through videography. *Social & Cultural Geography*, 21 (1), 1–24.
- Peck, J., & Theodore, N. (2012). Follow the Policy: A distended case approach. *Environment and Planning A*, 44 (1), 21–30.
- Peet, R., Robbins, P., & Watts, M. (2010). *Global Political Ecology*. Abingdon: Routledge.
- Pierce, J., & Lawhon, M. (2015). Walking as method: Toward methodological forthrightness and comparability in urban geographical research. *The Professional Geographer*, 67 (4), 655–662.
- Pile, S. (1990). Depth hermeneutics and critical human geography. *Environment and Planning D: Society and Space*, 8 (2), 211–232.
- Pink, S., Hubbard, P., O'Neill, M., & Radley, A. (2010). Walking across disciplines: from ethnography to arts practice. *Visual Studies*, 25 (1), 1–7.
- Pocock, D. (1976). Some characteristics of mental maps: An empirical study. *Transactions of the Ins-*

- titute of British Geographers, 1 (4), 493–512.
- Price, P. (2010). Cultural geography and the stories we tell ourselves. *cultural geographies*, 17 (2), 203–210.
- Prieto de la Fuente, P. (2018). *Rhythm Architecture: on sequential aspects of materialities in urban space*. Lund: Department of Architecture and Built Environment, Lund University.
- Proctor, J., & Smith, D. (1999). *Geography and Ethics: Journeys in a Moral Terrain*. Londres: Routledge.
- Pujadas, J. (2018). Etnografía móvil, entre el sombreado y el acompañamiento: notas a partir del estudio de la movilidad cotidiana en la Región Metropolitana de Barcelona (RMB). *Etnográfica*, 22 (2), 361–386.
- Radcliffe, S. (2005). Development and geography: towards a postcolonial development geography? *Progress in Human Geography*, 29 (3), 291–298.
- Radil, S., & Jiao, J. (2016). Public Participatory GIS and the Geography of Inclusion. *The Professional Geographer*, 68 (2), 202–210.
- Raynor, K. (2019). Participatory action research and early career researchers: The structural barriers to engagement and why we should do it anyway. *Planning Theory & Practice*, 20 (1), 130–136.
- Raynor, R. (2017). (De)composing habit in theatre—as-method. *GeoHumanities*, 3 (1), 108–121.
- Reid, L., Hunter, C., & Sutton, P. (2011). Rising to the challenge of environmental behaviour change: Developing a reflexive diary approach. *Geoforum*, 42 (6), 720–730.
- Relph, E. (1970). An inquiry into the relations between phenomenology and geography. *The Canadian Geographer / Le Géographe canadien*, 14 (3), 193–201.
- Renes, J., Kolen, J., & Hermans, R. (2015). *Landscape Biographies: Geographical, Historical and Archaeological Perspectives on the Production and Transmission of Landscapes*. Amsterdão: Amsterdam University Press.
- Revill, G. (2014). El Tren Fantasma: Arcs of sound and the acoustic spaces of landscape. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 39 (3), 333–344.
- Richardson-Ngwenya, P. (2012). The affective ethics of participatory video: an exploration of inter-personal encounters. *ACME: An International Journal for Critical Geographies*, 11 (2), 250–281.
- Richardson-Ngwenya, P. (2014). Performing a more-than-human material imagination during fieldwork: Muddy boots, diarizing and putting vitalism on video. *cultural geographies*, 21 (2), 293–299.
- Richardson-Ngwenya, P., Restrepo, M., Fernández, R., & Kaufmann, B. (2019). Participatory video proposals: A tool for empowering farmer groups in rural innovation processes? *Journal of Rural Studies*, 69, 173–185.
- Robson, E. (2000). Wife seclusion and the spatial praxis of gender ideology in Nigerian Hausaland. *Gender, Place & Culture*, 7 (2), 179–199.
- Roche, S., Sureau, K., & Caron, C. (2003). How to improve the social utility value of geographic information systems for French local governments? A Delphi Study. *Environment and Planning B: Planning and Design*, 30 (3), 429–447.
- Rodó-de-Zárate, M., & Baylina, M. (2018). Intersectionality in feminist geographies. *Gender, Place & Culture*, 25 (4), 547–553.
- Rose, G. (2008). Using Photographs as Illustrations in Human Geography. *Journal of Geography in Higher Education*, 32 (1), 151–160.

- Rose, G. (2016). *Visual Methodologies. An Introduction to Researching with Visual Materials*. Londres: SAGE.
- Rossetto, T. (2004). Fotografia e literatura geográfica. Linee di un'indagine storica. *Bollettino della Società Geografica Italiana*, 9 (4), 877-910.
- Rossetto, T. (2019). Repeat photography, postphenomenology and "being-with" through the image (at the First World War cemeteries of Asiago, Italy). *Transactions of the Institute of British Geographers*, 44 (1), 125-140.
- Rothfuss, E. (2009). Intersubjectivity, Intercultural Hermeneutics and the Recognition of the Other — Theoretical Reflections on the Understanding of Aliennes in Human Geography Research. *Erdkunde*, 63 (2), 173-188.
- Ryan, M.-L., Foote, K., & Azaryahu, M. (2016). *Narrating Space / Spatializing Narrative: Where Narrative Theory and Geography Meet*. Columbus: The Ohio State University Press.
- Saarinen, T., Parton, M., & Billberg, R. (1996). Relative size of continents on world sketch maps. *Cartographica: The International Journal for Geographic Information and Geovisualization*, 33 (2), 37-48.
- Sarmiento, J. (2017). Tourists' walking rhythms: 'Doing' the Tunis Medina, Tunisia. *Social & Cultural Geography*, 18 (3), 295-314.
- Sauer, C. (1997). The Morphology of Landscape. In J. Agnew, D. Livingstone, A. Rogers (Eds.) *Human Geography: an essential anthology*. Oxford: Blackwell, pp. 296-315. (originalmente publicado em 1925)
- Savin-Baden, M., & Niekerk, L. V. (2007). Narrative inquiry: Theory and practice. *Journal of Geography in Higher Education*, 31 (3), 459-472.
- Sayer, A. (1999). *Realism and Social Science*. Londres: SAGE.
- Schaefer, F. (1953). Exceptionalism in Geography: A methodological examination. *Annals of the Association of American Geographers*, 43 (3), 226-249.
- Schlottmann, A., Graefe, O., & Korf, B. (2010). Things that matter. A dialogue on interpretative and material semiotics in geography. *Geographische Zeitschrift*, 98 (4), 226-236.
- Schoenberger, E. (1991). The corporate interview as a research method in economic geography. *The Professional Geographer*, 43 (2), 180-189.
- Schoenberger, E. (1998). Discourse and practice in human geography. *Progress in Human Geography*, 22 (1), 1-14.
- Schumann, R.L., Binder, S.B., & Greer, A. (2019). Unseen potential: Photovoice methods in hazard and disaster science. *GeoJournal*, 84, 273-289.
- Sharp, J. (2005). Geography and gender: Feminist methodologies in collaboration and in the field. *Progress in Human Geography*, 29 (3), 304-309.
- Sharp, J. (2009). *Geographies of Postcolonialism. Spaces of Power and Representation*. Londres: SAGE.
- Shaw, J. (2016). Emergent ethics in participatory video: negotiating the inherent tensions as group processes evolve. *Area*, 48 (4), 419-426.
- Shaw, W. S. (2013). Auto-ethnography and autobiography in geographical research. *Geoforum*, 46, 1-4.
- Shubin, S. (2010). Cultural exclusion and rural poverty in Ireland and Russia. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 35 (4), 555-570.
- Sidaway, J. D. (2002). Photography as geographical fieldwork. *Journal of Geography in Higher Education*, 26 (1), 95-103.
- Silva, A., & Fonseca, M. (2018). Mapas mentais e espaços vívidos: imigrantes brasileiros em Los

- Angeles. In S. Siqueira (Org.) *Ligações Migratórias Contemporâneas: Brasil, Estados Unidos e Portugal* (pp. 101-133). Governador Valadares: Univale.
- Simonsen, K., & Koefoed, L. (2020). *Geographies of Embodiment. Critical Phenomenology and the World of Strangers*. Londres: SAGE.
- Simpson, P. (2011). "So, as you can see...": some reflections on the utility of video methodologies in the study of embodied practices. *Area*, 43 (3), 343-352.
- Simpson, P. (2012). Apprehending everyday rhythms: Rhythmanalysis, time-lapse photography, and the space-times of street performance. *cultural geographies*, 19 (4), 423-445.
- Sjöholm, J. (2013). The art studio as archive: Tracing the geography of artistic potentiality, progress and production. *cultural geographies*, 21 (3), 505-514.
- Söderström, O. (2011). Redefining the field: auto-ethnographic notes. *cultural geographies*, 18 (1), 115-118.
- Skop, E. (2006). The methodological potential of focus groups in population geography. *Population, Space and Place*, 12 (2), 113-124.
- Smith, K. (1978). Delphi Methods and Rural Development. *Southeastern Geographer*, 18 (1), 54-67.
- Sousa, V. (2017). Por uma geografia social, além de humana: a geografia do oprimido e seus diálogos com a interseccionalidade. *Artefactum - Revista de Estudos em Linguagens e Tecnologia*, 15 (2), 1-12.
- Spilková, J., & Perlín, R. (2013). Farmers' markets in Czechia: Risks and possibilities. *Journal of Rural Studies*, 32, 220-229.
- Spinney, J. (2006). A place of sense: A kinaesthetic ethnography of cyclists on Mont Ventoux. *Environment and Planning D: Society and Space*, 24 (5), 709-732.
- Spinney, J. (2011). A chance to catch a breath: Using mobile video ethnography in cycling research. *Mobilities*, 6 (2), 161-182.
- Spinney, J. (2015). Close encounters? Mobile methods, (post)phenomenology and affect. *cultural geographies*, 22 (2), 231-246.
- Steinke, V., Junior, D., & Costa, E. (2014). *Geografia & Fotografia. Apontamentos Teóricos e Metodológicos*. Brasília: LAGIM, UnB.
- Stevenson, A., & Holloway, J. (2017). Getting participants' voices heard: Using mobile, participant led, sound-based methods to explore place-making. *Area*, 49 (1), 85-93.
- Subrahmanyam, S., Stinerock, R., & Banbury, C. (2015). Ethical consumption: Uncovering personal meanings and negotiation strategies. *Geoforum*, 67, 214-222.
- Thulin, S. (2018). Sound maps matter: Expanding cartophony. *Social & Cultural Geography*, 19 (2), 192-210.
- Tremblay, C., & Harris, L. (2018). Critical video engagements: Empathy, subjectivity and changing narratives of water resources through participatory video. *Geoforum*, 90, 174-182.
- Tuan, Y.-F. (1975). Images and mental maps. *Annals of the Association of American Geographers*, 65 (2), 205-212.
- Tuan, Y.-F. (1979). Sight and pictures. *Geographical Review*, 69 (4), 413-422.
- Tuan, Y.-F. (1991). Language and the making of place: A narrative-descriptive approach. *Annals of the Association of American Geographers*, 81 (4), 684-696.

- Vannini, P. (2015a). Non-representational ethnography: new ways of animating lifeworlds. *cultural geographies*, 22 (2), 317–327.
- Vannini, P. (2015b). *Non-Representational Methodologies: Re-Envisioning Research*. Londres: Routledge.
- Vannini, P., & Stewart, L. (2017). The GoPro gaze. *cultural geographies*, 24 (1), 149–155.
- Veeck, G. (2020). Learning from Studs Terkel: Listening while making places and spaces for effective interviews during fieldwork. *Journal of Cultural Geography*, 37 (2), 236–250.
- von Benzon, N., Holton, M., Wilkinson, C., & Wilkinson, S. (2021). *Creative Methods for Human Geographers*. Londres: SAGE.
- Walsh, S. (2014). Critiquing the politics of participatory video and the dangerous romance of liberalism. *Area*, 48 (4), 405–411.
- Warren, S. (2017). Pluralising the walking interview: Researching (im)mobilities with Muslim women. *Social & Cultural Geography*, 18 (6), 786–807.
- Whatmore, S. (2006). Materialist returns: Practising cultural geography in and for a more-than-human world. *cultural geographies*, 13 (4), 600–609.
- Wiles, J., Rosenberg, M., & Kearns, R. (2005). Narrative analysis as a strategy for understanding interview talk in geographic research. *Area*, 37 (1), 89–99.
- Wilson, H., & Darling, J. (2020). *Research Ethics for Human Geography*. Londres: SAGE.
- Winchester, H. (1996). Ethical issues in interviewing as a research method in human geography. *Australian Geographer*, 27 (1), 117–131.
- Winlow, H., Simm, D., Marvell, A., & Schaaf, R. (2013). Using focus group research to support teaching and learning. *Journal of Geography in Higher Education*, 37 (2), 292–303.
- Withers, C. (2002). Constructing ‘the geographical archive’. *Area*, 34 (3), 303–311.
- Woods, O. (2021). Clashing cyphers, contagious content: The digital geopolitics of grime. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 46 (2), 464–477.
- Worth, N. (2009). Making use of audio diaries in research with young people: Examining narrative, participation and audience. *Sociological Research Online*, 14 (4), 77–87.
- Wyckoff, W. (2020). *Riding Shotgun with Norman Wallace: Rephotographing the Arizona Landscape*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- Wylie, J. (2005). A single day’s walking: Narrating self and landscape on the South West Coast Path. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 30 (2), 234–47.
- Wynne-Jones, S., North, P., & Routledge, P. (2015). Practising participatory geographies. *Area*, 47 (3), 218–221.
- Yi’En, C. (2014). Telling stories of the city: Walking ethnography, affective materialities, and mobile encounters. *Space and Culture*, 17 (3), 211–223.
- Yoshida, Y. (2016). Geography of gender and qualitative methods in Japan: Focusing on studies that have analyzed life histories. *Geographical Review of Japan Series B*, 89 (1), 4–13.







Este manual providencia uma introdução ao uso de métodos qualitativos em investigação geográfica, tendo sido pensado para oferecer aos estudantes uma primeira janela para a significativa diversidade destes métodos. A partir da perspetiva da aplicação dos métodos qualitativos na ciência geográfica, o manual aborda o processo de investigação científica, a preparação do trabalho de campo, e os principais métodos de recolha e interpretação de dados qualitativos.

## Daniel Paiva

Daniel Paiva é Investigador no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, onde co-coordena o Grupo de Investigação ZOE – Dinâmicas e Políticas Urbanas e Regionais. Em 2019, recebeu o título de Doutoramento Europeu em Geografia pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, onde atualmente leciona várias unidades curriculares nos três ciclos de ensino superior, incluindo o seminário em Metodologias em Geografia do Mestrado em Geografia Humana: Globalização, Sociedade e Território. A nível de investigação, Daniel Paiva liderou os projetos *Innovative and creative practices for fostering environmental awareness, knowledge, and conservation action through direct experiences of synanthropic life in the city*, e *UrBio – Making Urban Planning and Design Smarter with Participatory Mobile Biosensing*, ambos financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.